

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Sâmara Rodrigues de Ataíde

DIÁRIO DE UMA MENINA: ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO FEMININA
OITOCENTISTA NA OBRA DE HELENA MORLEY

Sorocaba/SP
2021

Sâmara Rodrigues de Ataíde

**DIÁRIO DE UMA MENINA: ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO FEMININA
OITOCENTISTA NA OBRA DE HELENA MORLEY**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Doutor Wilson Sandano

Sorocaba/SP

2021

Ficha Catalográfica

Ataíde, Sâmara Rodrigues de

A883d Diário de uma menina : escola, família e sociedade na educação feminina
oitocentista na obra de Helena Morley / Sâmara Rodrigues de Ataíde. – 2021.

268 f. : il

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

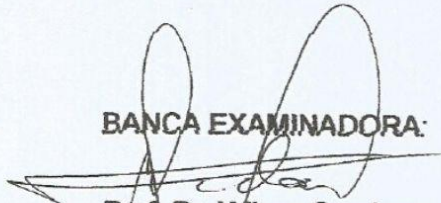
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP,
2021.

1. Educação feminina – História. 2. Educação na literatura – História. 3. Morley,
Helena, 1882-1970. Minha vida de menina – Crítica e interpretação. 4. Adolescente
– Diários. I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

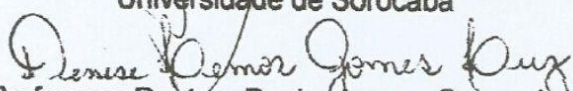
**DIÁRIO DE UMA MENINA: ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE NA
EDUCAÇÃO FEMININA OITOCENTISTA NA OBRA DE HELENA MORLEY**

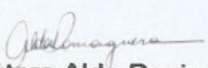
Tese aprovada como requisito
parcial para obtenção do grau
de Doutor no Programa de Pós-
Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba.

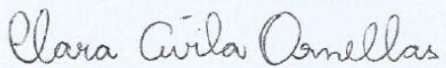
Aprovado em: 11/02/2021.

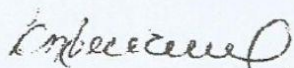

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba


Professora Doutora Denise Lemos Gomes Luz
Universidade de Sorocaba


Professora Doutora Alda Regina Tognini Romaguera
Universidade de Sorocaba


Professora Doutora Clara Ávila Ornellas
FATEC-Carapicuíba


Professora Doutora Vania Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Para Dante, meu querido.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à minha família, apoiadora incondicional deste exigente percurso.

Aos queridos Wilson De Cola e Dante, pela compreensão a tantos momentos de ausência e introspecção para a dedicação aos estudos e para a elaboração da tese.

Ao Professor Wilson Sandano, pela generosidade intelectual e sabedoria compartilhada desde o início de nossa parceria. Muito obrigada por acreditar na realização de um desafiador projeto de pesquisa e por, gentilmente, orientar-me quanto às direções tomadas ao longo deste percurso.

Aos amigos ameadados ao longo da vida, aos colegas de profissão, bem como os da pós-graduação, pelas palavras de incentivo e pelos preciosos e alentadores conselhos nas costumeiras hesitações desta trajetória.

Aos professores desta instituição de Ensino que contribuíram para minha formação, em especial às professoras Vania Boschetti e Eliete Jussara Nogueira, pela dedicação às aulas ministradas e pela amorosa atenção à pesquisa acadêmica.

O meu também muito obrigada à banca examinadora, pela leitura zelosa deste estudo e, conseqüentemente, pelas valorosas e gentis contribuições.

“Por cativa em seu destinozinho de chão, é que a árvore abre tantos braços.”

João Guimarães Rosa em *O grande sertão: veredas*

RESUMO

Esta tese, vinculada à linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, apresenta como tema o diálogo entre História da Educação e Literatura tendo como objeto de pesquisa a obra *Minha vida de menina* (2016), de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant. O estudo realizado parte dos questionamentos de como se caracterizava a educação oitocentista feminina formal ofertada pela Escola Normal de Diamantina e de que forma ocorreu sua imbricação com a educação informal fornecida pela tradicional família diamantinense, com a Igreja Católica e com a Protestante, tomando como embasamento os registros diários de Helena Morley entre 1893 e 1895. Constatou-se nesta pesquisa empreendida que o cotidiano vivido por Morley na Escola Normal de Diamantina, no último quartel do século XIX, permite encontrar evidências de uma singular experiência formativa e que a escola, a família e a sociedade contribuem para a instrução e para a construção da jovem, influências comprovadas nos registros do diário atestando o olhar abrangente e crítico da menina em uma época de transição sociopolítica, cultural e econômica. O principal eixo investigativo deste estudo foi o da relação entre a religião e a tradicional família católica e mineira, em recorte de análise quanto à estrutura da família diamantinense em sua imbricação com a educação feminina, pois tanto a igreja quanto a família funcionaram como aparelhos de regulamentação e de cerceamento moral da diarista, influenciando diretamente na construção e na reafirmação da identidade pessoal, moldando-lhe o caráter e o temperamento, proporcionando-lhe a comparação com o outro, em exercício de alteridade, além da persistente reflexão sobre si mesma. Morley problematiza, nas páginas de seu diário pessoal, questões pertinentes ao final do século XIX que não constam, necessariamente, em documentos oficiais. Sendo assim, a obra transcende a ideia de um diário de uma menina provinciana, nos confins mineiros, ao revisitar histórias não contempladas nos registros de História academicamente legitimados. A escola funciona como a conjunção destes dois eixos norteadores, religião e família, ao reproduzir, em seu microcosmo, a sociedade oitocentista arraigada às normas religiosas e aos denominados bons costumes perpetuados pela sociedade constituída, por sua vez, em torno de regras de conduta e de premiação caso se permanecesse em consonância com o comportamento normatizado pelo patriarcado. Em relação às metodologias utilizadas neste estudo, valeu-se das referências bibliográficas, sobretudo quanto à historiografia, em perspectiva analítico-reflexiva, bem como à Análise de Discurso embasada nas obras de Eni Orlandi (2020) e de Sírío Possenti (2009) e à Análise de Conteúdo, encontrada na obra de Lawrence Bardin (2016).

Palavras-chave: Literatura e História da Educação. Educação Feminina Oitocentista. Diário Íntimo.

ABSTRACT

This thesis, linked to the line of research on History and Historiography of Education of the Graduate Program in Education at the University of Sorocaba, presents as a theme the dialogue between History of Education and Literature having as research object the work *My life as a girl* (2016), by Helena Morley, alias Alice Dayrell Caldeira Brant. The study carried out part of the questioning of how the formal 19th century female education offered by the Escola Normal de Diamantina was characterized and how it became involved with the informal education provided by the traditional diamantinense family, with the Catholic Church and with the Protestant, taking as a basis the daily records of Helena Morley between 1893 and 1895. It was found in this research that the daily life lived by Morley at the Escola Normal de Diamantina, in the last quarter of the 19th century, allows to find evidence of a singular formative experience and that the school, the family and society contribute to the education and construction of the young woman, proven influences in the diary records attesting to the girl's comprehensive and critical look in a time of socio-political, cultural and economic transition. The main investigative axis was that of the relationship between religion and the traditional Catholic and Minas Gerais family, in an analysis of the structure of the diamond family in its overlap with female education, since both the church and the family functioned as regulatory devices and of moral restraint from the daily cleaner, directly influencing the construction and reaffirmation of personal identity, shaping her character and temperament, providing her with comparison with the other, in an exercise of otherness, in addition to persistent reflection on herself. Morley problematizes, in the pages of his personal diary, issues pertinent to the end of the 19th century that do not necessarily appear in official documents. Thus, the work transcends the idea of a diary of a provincial girl, in the confines of Minas Gerais by revisiting stories not included in the academically legitimate History records. The school is the conjunction of these two guiding axes, religion and family, by reproducing, in its microcosm, the 19th century society rooted in religious norms and the so-called good customs perpetuated by the society constituted, in turn, around rules of conduct, punishment and award if it remained in line with the behavior standardized by the patriarchy. Regarding the methodologies used in this study, bibliographic references were used, especially regarding historiographies, in an analytical-reflective perspective, as well as Discourse Analysis based on the works of Eni Orlandi (2020) and Sírío Possenti (2009) and the Content Analysis, found in the work of Lawrence Bardin (2016).

Keywords: Literature and History of Education. 19th Century Female Education. Intimate Diary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IMBRICAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E LITERATURA: O VALOR DOS TEXTOS LITERÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO	25
3 A OBRA <i>MINHA VIDA DE MENINA</i> E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL	53
3.1 Os laivos da escravidão e a reconfiguração social na obra <i>Minha vida de menina</i>	63
3.2 A dicotomia entre a religião católica e protestante e seu impacto na educação de Helena Morley	91
3.3 Família e sociedade diamantinense como instrumentos educativos	114
3.4 <i>Perfis femininos oitocentistas da obra</i>	139
3.5 A multiplicidade de Helena Morley	164
4 A INTERFACE DA OBRA <i>MINHA VIDA DE MENINA</i> COM A EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DA VIDA E A ESCOLA FORMAL	180
5 CONCLUSÃO.....	244
REFERÊNCIAS.....	249
ANEXOS	255

1 INTRODUÇÃO

Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, é a instigante personagem do livro, em forma de diário íntimo, *Minha vida de menina*, teoricamente escrito no final do século XIX, entre 1893 e 1895, em Diamantina, então província de Minas Gerais, sendo publicado apenas em meados do século XX, em 1942.

Destacam-se, nos mais de 275 registros, sob a forma de entradas datadas, o que corresponde a uma das características principais do gênero diário, o cotidiano vivenciado pela menina, bem como a reflexão de todo o seu entorno, a visão de mundo pessoal, autêntica e espontânea, que destoa tanto da rigidez da sociedade católica e detentora de tradições seculares quanto do sistema patriarcal em que Morley se encontrava inserida.

Na percepção destas instituições a partir da ótica adolescente, todavia quase adulta para os padrões oitocentistas, apresentou-se o perfil de Helena Morley, entre os 12 e os 15 anos de idade, desenvolvendo-se simultaneamente à evolução e ao amadurecimento de sua escrita. A narrativa de observação empreendida pela jovem, consequentemente, imbricou-se no contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais sofridas e apreendidas pela sociedade diamantinense ao final do século XIX.

Dotada de um espírito livre, e até certo ponto desprendido das convenções sociais conservadoras que lhe circundavam, ou seja, de um sistema patriarcal, oligárquico, escravista e religioso, a diarista Helena Morley, tendo a prática do diário íntimo¹ como elaboração da identidade individual, construiu, a partir de seu ponto de vista crítico, as memórias a respeito de suas genuínas impressões.

Os relatos informais e espontâneos, escritos em primeira pessoa, indicaram que a menina Helena Morley não se contentou e tampouco se silenciou em relação a seu destino de mulher em obediência aos padrões de comportamento vigentes à época narrada, uma vez que, de certa forma, transgrediu as convenções oitocentistas ao se manter questionadora e atenta ao que a rodeava, rompendo com imposições e regras estabelecidas pela escola, família e igreja.

¹ Diário íntimo, pessoal, escrita de si, confessional, como gênero literário, narrativa manuscrita. Quem escreve um diário é denominado diarista e geralmente aborda experiências pessoais, sentimentos e confidências.

Contrariamente à norma de costumes determinados, a originalidade inerente à protagonista e aos relatos redigidos conferiu à obra a contemporaneidade quanto à reflexão das problematizações discutidas ao longo das entradas. Tal fato permitiu que o texto, não obstante sua temporalidade cronológica mantivesse sua atualidade no século XXI devido à, principalmente, ausência de envelhecimento da linguagem e da terminologia científica que normativamente permearam as produções intelectuais do período narrado. A obra conservou fluidez mesmo em recente data de publicação em quadro cultural diverso, destoante social e politicamente, cinquenta anos após seu registro inaugural.

Dessa forma, o conteúdo abordado em *Minha vida de menina* emergiu das páginas da Literatura e da História cativando o leitor de hoje ao lhe promover reflexões comparativas em relação às suas próprias memórias de infância e de escola confrontando, assim, as normas de comportamento e de educação formal e informal ministradas a uma menina do fim do século XIX com as dos tempos atuais.

Ao se deparar com uma protagonista assertiva e peculiar, que vivia sua adolescência nos confins mineiros, o leitor é convidado a rememorar sua história de meninice, tecendo, ele próprio, sua autobiografia de infância bem como as lembranças escolares. Ao ler o livro de Morley, constatou-se que o leitor é, ao mesmo tempo, lido por ele, emaranhando-se, assim, o pertencimento do ponto de vista narrado.

Movimentando-se pelas diversas camadas sociais, em múltiplos espaços geográficos, pois sua idade de 12 anos conferia-lhe esta condição de mobilidade, – não sendo tão menina que dependesse dos cuidados dos pais e da vigilância de uma figura adulta, nem tão moça que tivesse de ser tutelada com desvelo por outrem, em nome da honra e dos bons costumes, – Helena, nas entradas do diário pessoal, problematizou questões pertinentes ao final do século XIX que não constam, necessariamente, em documentos oficiais. Sendo assim, a obra transcende a ideia de um diário de uma menina provinciana ao revisitar histórias não contempladas nos registros de História academicamente legitimados.

A leitura da obra permite ao leitor a experiência de revisitação do passado em uma narrativa ficcionalizada e constituída por crônicas da vida social de Diamantina sob um olhar de menina adolescente que propôs, por sua vez, a revisão de preconceitos e de crenças julgando as imperfeições humanas na relativização de conceitos como os de justiça social. A jovem diarista refletiu, pois, a respeito do

racismo ao negro, da marginalização social e da privação de bens materiais que ela, juntamente com os ex-escravizados e com a população mais pobre, ainda que, de uma forma mais tênue, também foi submetida.

Nesta atitude de observação e de investigação, a diarista comparativamente exerceu o papel investigativo de “cientista social” e, desta forma, mesmo que a obra *Minha vida de menina* não seja considerada um documento fiel à realidade vivida pela autora em sua adolescência, pois está situada entre a ficção e a História, certamente pode oferecer ao leitor elementos passíveis de reflexão e de estudo, auxiliando na compreensão dos sistemas de valores oitocentistas vivenciados por Morley em sua inserção e pertencimento à sociedade diamantinense.

Tornou-se pertinente, uma vez que o *corpus* estudado consistiu-se de um diário pessoal, que no capítulo intitulado “Imbricações entre História da Educação e Literatura” houvesse o aprofundamento do conhecimento a respeito da escrita de si, procurando-se estabelecer como abordagem teórica os aspectos que possibilitassem a reconstrução da História por meio da memória e de seu registro escrito.

Esta discussão implicou, conseqüentemente, no desenvolvimento argumentativo para a discussão pertinente à relação da Literatura em seu diálogo com a História, em um entendimento de serem áreas do conhecimento intimamente ligadas, aliadas e complementares.

Para que se viabilizasse o estudo da obra em sua relação com a História da Educação e com a Literatura, assuntos que remetem ao panorama literário da época como o conflito de classes, o contexto histórico, político e cultural do período em que o diário foi construído, bem como a condição feminina oitocentista, foram contemplados.

Considerou-se também a necessidade de se investigar a escrita de Morley e o produto final deste processo, o texto impresso publicado no formato de diário íntimo, no terceiro capítulo deste estudo, intitulado “A obra *Minha vida de menina* e sua contextualização histórico-social”.

Este capítulo foi composto por subcapítulos que se desdobraram quanto à apresentação da obra, aos temas tratados nela em sua contextualização socioeconômica, histórica e política, como os resquícios da escravidão e as reconfigurações sociais decorrentes da substituição da mão de obra escrava, a dicotomia entre a religião católica e a protestante na educação de Morley, a família e

a sociedade diamantinense como instrumentos educativos, os perfis femininos oitocentistas da obra e a pluralidade da protagonista Helena Morley.

Finalmente, no quarto capítulo da tese “A interface da obra *Minha vida de menina* com a escola: a formação da vida e a escola formal” abordou-se a relação de Morley com a educação formal, vivenciada no aprendizado de primeiras letras, na escola da Mestra Joaquininha, e em três anos cursados na Escola Normal de Diamantina, em sua relação com a História da Educação no Brasil.

Quanto à educação informal, o material impresso é pródigo nas passagens da protagonista Helena Morley vivenciando experiências pessoais, tendo como consequência aprendizagens como a prática da religião católica e as aulas de catecismo em seu contraste com a Igreja Protestante, resultando em consequências morais às quais posteriormente refletiu em sua escrita. A diarista também recebeu lições fornecidas pela família materna numerosa, repleta de tias, tios, primos e primas, diferente nos hábitos e nas crenças do segmento paterno, cujos representantes também lhe exerceram significativa influência.

Além disso, a menina assistiu, conforme os registros do diário, a uma série de aulas particulares de economia doméstica e de etiqueta social, ministradas pela tia inglesa Madge, e lições malfadadas ensinadas por uma artesã local para a confecção de flores artificiais.

Registrou-se também a tentativa frustrada de seu pai em ministrar-lhe pontos improvisados de inglês, as aulas de catecismo de Padre Neves, que a menina Helena frequentou por quatro anos consecutivos e, principalmente, a vivência intensa da ferramenta de prática educativa representada pelo exercício diário da escrita em seus apontamentos presentes em cadernos escolares e em folhas avulsas, prática esta que possibilitou o perceptível amadurecimento na constituição de sua identidade ao longo do período anotado por ela nos cadernos escolares.

O principal eixo investigativo neste estudo foi o da relação entre a religião e a tradicional família católica e mineira, em recorte de análise quanto à estrutura da família diamantinense em sua imbricação com a educação feminina, pois tanto a igreja quanto a família funcionaram como aparelhos de regulamentação e de cerceamento moral da diarista, influenciando diretamente na construção e na reafirmação da identidade pessoal, moldando-lhe o caráter e o temperamento, proporcionando-lhe a comparação com o outro, em exercício de alteridade, além da persistente reflexão sobre si mesma.

A escola seria a conjunção destes dois eixos norteadores, religião e família, ao reproduzir, em seu microcosmo, a sociedade oitocentista arraigada às normas religiosas e aos denominados bons costumes perpetuados pela sociedade constituída, por sua vez, em torno de regras de conduta, de punição e de premiação caso se permanecesse em consonância com o comportamento normatizado pelo patriarcado.

Quanto às motivações pessoais, a proposta desta pesquisa de Doutorado, na área de História e Historiografia da Educação, fundamentou-se na trajetória percorrida na graduação, nas pesquisas realizadas na Pós-Graduação, bem como nas experiências profissionais que contemplaram a reflexão a respeito de questões sociais, sobretudo as de gênero, articuladas à teoria e à crítica literária a partir dos estudos realizados inicialmente no curso de Licenciatura em Letras.

Na continuidade dos dois mestrados concluídos nas áreas de Ciência da Literatura (subárea Poética), cursado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e de Literatura Portuguesa, Programa de Pós-Graduação fornecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cujo *corpus* abordado abarcou a produção cultural produzida e resguardada pelo *Coral das Lavadeiras de Almenara* em seu diálogo com as cantigas de amigo galego-portuguesa e com aspectos concernentes à contemporaneidade, deu-se prosseguimento aos estudos de *stricto sensu*.

Pensou-se na manutenção deste viés percorrido, interseccionando gênero, raça e classe, tomando como objeto de estudo a obra *Minha vida de menina*, obra revisitada em leituras realizadas em tempos diferentes de vida e, a cada releitura, ampliando-se em significados, interpretações e universos simbólicos, em sua latente interface com a História da Educação.

Ressalta-se, ainda, que as vivências profissionais na carreira de magistério no ensino básico, tecnológico e superior, em que pautas de identidade feminina, além de aspectos educacionais constantemente abordados no desenvolvimento de disciplinas semestral ou anualmente ofertadas, contribuíram de forma efetiva para que fosse contemplado como objeto de estudo no doutorado em História da Educação, o diário íntimo de autoria feminina de Helena Morley, pelo oferecimento de múltiplas possibilidades de abordagem dialógica e, conseqüentemente, de análise.

Este documento, pertencente ao quadro de produção cultural brasileira, apresentou o seguinte cenário de pesquisa: o fornecimento de uma imagem

delineada não só da diarista ou das mulheres que a circundavam, mas também, sobretudo por meio delas, em seu espelhamento, a compreensão do retrato cotidiano de uma sociedade que vivenciou significativas transformações.

Assim, História, Literatura e Memória, Literatura e Sociedade, História da Educação em suas políticas e práticas escolares, bem como a escola de primeiras letras e a Escola Normal Oficial de Diamantina, o diário como medida educativa e normativa (controle social), a narrativa confessional, íntima ou escrita de si, a educação feminina no Brasil no final do século XIX, os estudos de gênero, a feminização do magistério, o acesso feminino à educação, a sociedade de Diamantina no final do século XIX, a abolição da escravatura, a transição do regime monárquico para o republicano, a sociedade de classes em transformação e mobilidade, a influência da igreja católica e do protestantismo na educação feminina no final do século XIX corresponderam à delimitação do tema.

Os problemas da pesquisa realizada se desencadearam a partir dos seguintes questionamentos: Como se caracterizava a educação feminina ofertada pela Escola Normal de Diamantina e de que forma ocorreu sua imbricação com a tradicional família diamantinense, com a Igreja Católica e com a Protestante, tomando como embasamento os registros diários de Helena Morley entre 1893 e 1895?

Como desdobramentos desta problematização, têm-se:

1. De que forma a escola, a família e a sociedade, como instituições regulamentadoras do final do século XIX, contribuíram para a instrução e para a formação de Helena Morley?
2. Como estas influências podem ser comprovadas nos registros do diário atestando o olhar crítico da diarista em uma época de transição, não só da infância para a adolescência, como também na representação da sociedade brasileira em formação política, social e econômica?

A partir destas problematizações norteadoras, coube, para o prosseguimento da pesquisa, a formulação das seguintes hipóteses:

1. O cotidiano vivido por Morley na Escola Normal de Diamantina e narrado por ela, uma menina pré-adolescente, no último quartel do século XIX, permitiria encontrar evidências de uma singular experiência formativa e escolar.
2. A escola, a família, a igreja e a sociedade contribuíram para a instrução e para a formação de Helena Morley, influências que podem ser comprovadas nos registros

do diário que também atestam o olhar abrangente e crítico da menina em uma época de transição.

3. O registro de uma escrita de si, mantida pela normalista por pelo menos três anos consecutivos, observando a si mesma e os outros, constituiu-se em uma prática educativa de reflexão persistente e de amadurecimento pessoal.

A partir da formulação das hipóteses, partiu-se para a pesquisa que serviu de escopo teórico para os temas investigados. O *estado da arte* a respeito do texto base, a obra de Helena Morley, também foi levantado para que o tema pudesse ser mais bem compreendido e suas lacunas dimensionadas, bem como a catalogação das referências de artigos, livros, teses e dissertações a respeito do *corpus* abordado.

Por meio destes textos, que constam nas referências bibliográficas do estudo, dados e categorias teóricas foram discutidos, ampliados e problematizados e, articulando os conhecimentos coletados a respeito do tema, estabeleceu-se o diálogo com as fontes bibliográficas, que se correspondeu à justificativa dos fenômenos identificados, em conformidade aos campos de estudo investigados, na obra de *Minha vida de menina*.

Partiu-se do princípio de que para se estudar as configurações sociais anteriores, bem como a evolução de instituições como a escola, a igreja e a sociedade, representada pela formação tradicional da família, o resgate da historiografia quanto ao impacto destas instituições na sociedade da época representada seria necessário, no intuito de se compreender o contexto em que a diarista se encontrava.

Ao se investigar a educação formal da jovem Helena empreendida na escola de primeiras letras e na Escola Normal de Diamantina, a partir de uma problematização histórica, social e política; e a informal, recebida pela igreja, pela família e pela convivência com a sociedade diamantinense, ter-se-ia o esclarecimento de sua compreensão, permitindo a comparação de pródigos e diversificados quadros apresentados na obra, fornecendo rico material para análise e subsequentes reflexões teóricas na tentativa de se compreender as correspondências existentes entre os fatos relatados e sua correlação com a realidade.

Pode-se entender que o objetivo principal desta tese apresentada à Universidade de Sorocaba (UNISO), foi o de, por meio da leitura da obra *Minha vida*

de menina, articulada com a História e a História da Educação, investigar a educação feminina vivenciada pela personagem Helena Morley, referente ao final do século XIX, ofertada pela Escola Normal de Diamantina, em tempo sincrônico com a narrativa empreendida em seu diário íntimo e pela escola de primeiras letras, rememorada na obra, em sua imbricação com a educação fornecida pela tradicional família mineira diamantinense e por esta sociedade oitocentista, articulada às lições morais da Igreja Católica e da Protestante, tomando como embasamento os registros da diarista entre 1893 e 1895.

Quanto aos objetivos específicos do estudo empreendido, tomando como objeto de análise a obra *Minha vida de menina*, de Helena Morley, foram eles:

1. Analisar as representações da educação feminina na Escola Normal de Diamantina nos anos finais do século XIX, contextualizando esta educação nos campos político, social e cultural, bem como seus impactos nos registros de memória realizados por Alice Dayrell, sob o pseudônimo de Helena Morley.
2. Estudar as representações da educação feminina informal, ofertada por outras instituições como a família e a religião, além da sociedade provinciana em transição e seu impacto na formação da menina diamantinense.
3. Verificar as representações femininas referentes à construção da protagonista, sob uma perspectiva convergente com a história da educação, averiguando a trajetória da normalista em suas implicações pessoais e sociais.

Em relação à metodologia utilizada neste estudo, valeu-se de fundamentos fornecidos pela Análise de Discurso, sobretudo de obras teóricas cujos autores são referenciados na bibliografia deste trabalho, como Eni P. Orlandi (2020) e Sírío Possenti (2009), bem como de recursos disponibilizados pela Análise de Conteúdo, utilizando para este fim a teoria desenvolvida por Lawrence Bardin (2016).

Pensou-se na junção destes dois campos teóricos, dentro das possibilidades de convergência apresentadas, devido à sua adequação quanto à abordagem do tema escolhido para a elaboração da tese. Haja vista que o *corpus* analisado trata-se de uma obra que pertence ao plano narrativo, em sua mescla de ficção e de documentação, reafirma-se a linguagem como prática social e histórica, em sua articulação entre o simbólico e o político.

Ou seja, tomando como princípio a não neutralidade do discurso, nem ao menos no seu uso mais prosaico e corriqueiro, como no caso da linguagem e da natureza dos episódios relatados no diário de Helena Morley, a linguagem, tomada

como ferramenta de mediação entre o homem e a sociedade, é caracterizada pelo seu revestimento de subjetividades, de “opacidades”, de polissemias.

Sendo assim, cabe ao leitor e, no caso em específico, ao pesquisador acadêmico, interpretar os possíveis sentidos do discurso presente em *Minha vida de menina* sem, contudo, ter a pretensão de esgotar os vieses que se apresentarem, pois, segundo Orlandi: “Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (ORLANDI, 2020, p.8).

Considera-se que a diarista Helena Morley e, conseqüentemente, sua produção discursiva, de múltiplos possíveis sentidos, insere-se tanto como sujeito, individualmente destacado, quanto elemento pertencente a uma determinada sociedade, pois a obra representa uma narrativa individual em que também se contempla o coletivo.

Pensando, ainda, nas condições de produção de sentido presentes no discurso elaborado tendo como autoria Helena Morley, é relevante estabelecer a faixa etária da diarista na época de produção dos escritos, adolescente entre os 12 e 15 anos de idade; seu gênero, feminino; suas condições materiais, uma família cujo núcleo embora socialmente influente e situado nas franjas de outro agrupamento, mais abastado, estava em declínio econômico. São igualmente relevantes os papéis sociais desempenhados pela diarista como estudante, irmã, filha, sobrinha, neta, colega e a influência, conforme já assinalada, da religião, família, sociedade e escola na sua vida cotidiana.

Tomando como contexto a produção da obra no final do século XIX no Brasil, em uma província de economia decadente em Minas Gerais, na transição do trabalho escravo para o assalariado, na libertação dos escravizados após trezentos anos de exploração de mão de obra, na mudança do sistema monárquico para o republicano e na inserção feminina no ofício de magistério voltado para o ensino de primeiras letras, pensou-se nas condições de produção da linguagem da protagonista, da relação que a mesma, então estudante da Escola Normal de Diamantina, vivenciou com os demais sujeitos apresentados nas crônicas cotidianas narradas, bem como nas situações experienciadas sobre as quais, posteriormente, foi produzida a matéria de escrita que, por sua vez, expôs em uma leitura pessoal e

repleta de peculiaridades estes episódios de experiência permeados de reflexões e aprendizados.

Dessa forma, linguagem, história e sociedade se imbricaram no discurso presente em *Minha vida de menina* (2016) que, ao ser considerado como objeto sócio histórico, pode ser traduzido como a maneira em que a ideologia se manifesta na língua, compondo o tripé língua-discurso-ideologia.

A Análise do Discurso, ao considerar a opacidade da linguagem, difere-se da Análise de Conteúdo, empenhando-se em elucidar a questão de como o texto em questão representa no entendimento de que o sujeito discursivo é, por sua vez, imbuído tanto pelo inconsciente quanto pela ideologia.

Sintetizando este raciocínio, vale-se mais uma vez de Orlandi, no sentido de enfatizar que os discursos não se tratam de mensagens a serem decodificadas. São, ao contrário, produzidos em condições determinadas, a partir de certos lugares intercambiáveis, a determinarem suas posições e, conseqüentemente, deixando vestígios para sua análise. Além do que é dito, é necessário considerar o não dito, o silenciado, o que poderia ter sido enunciado e não foi:

Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Esta compreensão, por sua vez, implica em explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido (ORLANDI, 2020, p.25).

O dispositivo de análise, que se apresentará nos capítulos subsequentes, refere-se no procedimento da atenção quanto à opacidade da linguagem, da disposição de se estabelecer a interpretação a partir da relação do dito e do não dito, do que é afirmado em um lugar e negado em outro, ou ainda, elaborado de uma forma diferente em um contexto díspar, atentando-se para a materialidade linguística e histórica do discurso, ou seja, como se diz, quem diz, em quais circunstâncias se diz, no processo de compreensão dos sentidos e de afirmação dos sujeitos em seus lugares de fala.

O texto, em suma, não seria o pressuposto nem seu termo, pois se constitui em unidade do processo discursivo, um elemento para a “compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições.” (ORLANDI, 2020, p.70).

Finalmente, quanto à enunciação, de acordo com Possenti (2009, p.18), não existe sentido literal de um discurso, pois pode ser passível de pelo menos duas

leituras desencadeadas pelas formas como se interpreta “enunciação”: se tomada como ato individual irrepetível, seria original, desprovida do sentido literal ou, ainda, a considerar, por outro viés, que uma enunciação é, por sua vez, retomada de outras enunciações.

Esclarece o linguista Sírío Possenti que

[...] o árbitro definitivo da leitura é o texto, desde que o texto seja concebido discursivamente, ou seja, seja tomado a todas as restrições históricas que normalmente o afetam, seu autor e seu(s) leitor(es), submetendo-os tanto às regras de circulação quanto de interpretação (IPOSSENTI, 2009, p.19).

Isto é, esta teoria destaca o condicionamento histórico em que o discurso precisa ser avaliado, pois o sujeito é tanto um efeito da história como da linguagem sendo, pois, passível de múltiplas leituras.

Quanto à Análise de Conteúdo, diferentemente da Análise de Discurso, que trabalha com as subjetividades e opacidades da linguagem, tem por objetivos a validação e a generalização de uma interpretação particular por meio dos conteúdos observáveis, passíveis de comprovação, encontrados nas mensagens e com vistas ao acréscimo da leitura, à expansão de significados e à ampliação de sua pertinência.

Ou seja, valendo-se de Bardin, a proposta seria a de fundir a “função heurística”, que enriquece a interpretação à “administração da prova”, impetrando direcionamentos da análise de conteúdo que sirvam de comprovação para o que é argumentado. Assim:

A análise de conteúdo [...] é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis (BARDIN, 2016, p.36).

Desta maneira, tomando como objeto de análise o código linguístico escrito que compõe a obra *Minha vida de menina*, um diário íntimo, caracterizado geralmente pelo monólogo, considerando a totalidade do texto (as entradas que, por sua vez, formam episódios), propõe-se a análise dos significados, de acordo com os temas apresentados, dentro de uma influência econômica e sociocultural, sendo destacados no corpo desta tese, levando-se em consideração a utilização pela narradora dos discursos a respeito, como já salientado, do dito, do não dito e, ainda, do interdito.

Prossegue Bardin: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de

recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2016, p.44).

Para tanto, no nível dos significados, a presença de determinados signos será considerada; no nível linguístico, os significantes, a sucessão e a extensão das sentenças e, finalmente, no nível paralinguístico, a cadência da pontuação, as pausas, os silenciamentos. Isto é, o que está por trás das palavras, o que as mensagens podem significar ou trazer além de sua superfície de sentido.

Para a execução do que se propôs no presente trabalho, em cada capítulo de desenvolvimento foi explicitado o que se pretendeu como discussão dos temas que ilustram os eixos família, sociedade, religião e escola, selecionando passagens mais emblemáticas que representam temas e categorias de análise explicitadas no campo teórico.

No caso da obra *Minha vida de menina*, principalmente por se tratar de uma narrativa mais próxima do espontâneo, tanto pelo conteúdo dos relatos como pela forma em que se narrou, há imbricações de temas nos episódios abarcados. Entretanto, para a execução da análise visando-se à organização e à preocupação o mais didática possível, as seleções das citações obedeceram à divisão por assuntos que, por sua vez, estão contidos dentro da delimitação temática e semântica de cada capítulo da tese em seus desdobramentos presumíveis.

Ainda quanto ao ponto de vista metodológico, tem-se também uma pesquisa de caráter analítico-reflexiva, no objetivo de interpretação do texto literário. Buscou-se analisar a obra *Minha vida de menina* tendo como embasamento diversas referências teóricas interligando-as com as entradas que compõem o diário.

Em relação ao levantamento do *estado da arte* sobre o *corpus* investigado, dentre uma diversidade de fontes acadêmicas, alguns trabalhos foram eleitos como embasamentos para as referências teóricas, pois, embora haja uma gama publicada de trabalhos acadêmicos a respeito da obra *Minha vida de menina*, poucas produções dialogavam estreitamente com o interesse investigativo da tese.

Dentre os textos coletados, em que há certa convergência com o que se propôs neste estudo, selecionou-se o ensaio do crítico literário Roberto Schwarz sobre a obra de Morley, “Outra Capitu”, contido na obra *Duas meninas* (1997), o livro de memórias, reproduções de cartas e de textos da crítica literária, escrito por Vera Brant, *Alice e Helena Morley* (2013).

Finalmente, a respeito do referencial teórico, uma vez concluído o levantamento prévio dos documentos salutares à futura pesquisa, realizou-se a leitura, o fichamento e, posteriormente, a redação de resenhas do material levantado, efetuando a primeira seleção dos textos mais relevantes.

Para a discussão de questões sobre feminismo e gênero, abordamos as obras de Mary Wollstonecraft (2016), Simone de Beauvoir (2016), Virginia Woolf (2014), entre outros autores, referenciados ao longo do corpo da tese.

No que tange à questão feminina e à sua contribuição na educação formal, bem como a história das próprias instituições escolares, utilizou-se das obras *História da escola em São Paulo e no Brasil* (2014), de Maria Luiza Marcílio, *Nova história das mulheres no Brasil* (2016), organizada por Carla B. Pinsky e Joana M. Pedro e *História das mulheres no Brasil* (2017), organizada por Mary Del Priore, *Vigiar e punir* (2014), de Michel Foucault, dentre demais estudos que se somaram às discussões empreendidas, sendo apresentados em momentos mais oportunos.

Quanto às questões de divisão sexual do trabalho, tomou-se como principal embasamento teórico a obra *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente* (2002), de Maria Christina Siqueira de Souza Campos e Vera Lucia Gaspar da Silva.

Desta forma, constituem-se como contribuições desta pesquisa empreendida, isto é, sua relevância social, além da divulgação de uma obra escrita por uma jovem mulher do século XIX, permitindo a abordagem e o questionamento acerca das intenções feministas, a possibilidade de se verificar de que forma uma representante do gênero feminino era dotada de características não condizentes com o comportamento padronizado da época, pois Helena Morley se mostrava munida de opiniões e vontades próprias, um documento entre criação literária e validação histórica que permite importantes investigações a respeito da educação feminina oitocentista.

Isto é, como Helena Morley conservava certa autonomia dentro das possibilidades limitadas de sua sociedade, percebendo a si mesma dentro da estrutura em que se encontrava, observando o papel destinado às mulheres que a circundavam, experimentando os cerceamentos religiosos que lhe eram impostos e, não menos importante, vivenciando a educação formal e informal que lhe era destinada sendo oriunda destas instituições supracitadas, além da Escola Normal de

Diamantina e nas reminiscências da escola de primeiras letras, de Mestra Joaquininha.

Na defesa de que o diário foi realmente escrito por Alice Dayrell Caldeira Brant, sob o pseudônimo de Helena Morley, procurou-se nesta obra, elogiada por críticos e literatos, tendo alcançado diversas edições desde a sua publicação, e estudos aprofundados, entre ensaios, artigos, dissertações e teses, elucidar ao longo do corpo do texto, temas que contemplassem a província de Diamantina, tendo como narradora uma menina em fase de adolescência, que poderia, devido às condições da época, ter permanecido à margem da tradicional sociedade patriarcal que vivia.

Todavia, a menina diarista acreditou na sua capacidade de contar histórias, aprimorando seu autoconhecimento por meio do exercício da escrita intimista do diário, apostando em sua confidencialidade muitas vezes “de gaveta”, expondo seu ponto de vista que diferia das demais mulheres de sua família, das amigas e da sociedade diamantinense no encerramento do século XIX.

Percebeu-se que ao relatar suas vivências, que hoje se transformaram em memórias, as histórias estão inseridas e enraizadas nas instituições sociais em que Helena Morley se encontrava em pertencimento, interligadas ao contexto histórico e político do qual participou, foi educada e teve sua identidade construída.

O diário *Minha vida de menina* mostrou-se uma importante fonte para o conhecimento sobre uma sociedade antiga, as ideologias que a compunham e os comportamentos que a permeavam, bem como seu conjunto de códigos e de signos.

Além disso, as superstições e crenças religiosas que pertenciam ao imaginário desta sociedade, suas próprias angústias adolescentes, a memória pessoal, familiar, e a do grupo social que compunha Diamantina, eternizaram e viabilizaram o estudo dando ênfase a práticas e costumes que, se não fossem retratados e rememorados por Morley, poderiam ser esquecidos no fluxo do tempo.

O íntimo e o resguardado deixaram o registro em cadernos contidos em baús, abdicando do meramente pessoal a fim de alcançar uma amplitude maior conquistando estudiosos, críticos, leitores até mesmo em outros idiomas e fronteiras, alterando a dimensão da historicidade, pois a jovem diamantinense ao se transformar em porta-voz da vida privada, semioficial, também remontou a vida pública.

Contribuindo para a produção e também para a disseminação dos estudos sobre a produção literária feminina oitocentista, sobrepujada pelo patriarcado em sua representatividade, revisou-se também com este trabalho a questão do cânone nas nossas letras.

Ampliou-se, por conseguinte, segundo o proposto, os conhecimentos acerca da educação feminina oitocentista, a inserção incipiente no mercado de trabalho, no ofício de professora de primeiras letras, o cotidiano na Escola Normal de Diamantina, as avaliações e conteúdos escolares de uma representante de um grupo ainda à margem na sociedade de outrora.

2 IMBRICAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E LITERATURA: O VALOR DOS TEXTOS LITERÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO

Ao se considerar a arte como parte da superestrutura de uma sociedade, ou seja, como constituinte da ideologia que a compõe, tende-se a concordar com Eagleton a respeito de que “A mentalidade social de uma época é condicionada pelas relações sociais dessa época.” (2011, p.19), não havendo lugar, segundo este teórico, em que essa relação seja mais evidente do que na História da Arte e da Literatura.

Em *Minha vida de menina* (2016), tem-se uma obra literária oriunda de relatos prosaicos vivenciados pela diarista Helena Morley no seu dia a dia, em atividades distribuídas entre o convívio doméstico e familiar, na educação escolar e, por outras vias, no que se pode caracterizar como educação informal, na experiência religiosa e na convivência com a sociedade diamantinense.

A primeira edição da obra, em 1942, foi publicada com o acréscimo do subtítulo “Cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX” e, posteriormente, nas edições subsequentes, abolido.

Entretanto, este subtítulo carrega em si uma série de importantes informações que inauguram a leitura, pois situam o leitor quanto à menção do sujeito da enunciação responsável pelo plano enunciativo, uma menina provinciana, bem como a identidade de gênero e a idade de quem se expressa e, ainda, a referência aos dados contextuais que relacionam a característica provinciana ao período sócio histórico correspondente – o fechamento do século XIX.

Desta forma, o diário de Morley, *Minha vida de menina*, trata-se de uma construção de e por um sujeito elaborado segundo características de sua psicologia e da sua vivência em uma dada sociedade, a diamantinense do final dos oitocentos.

Nesta escrita autobiográfica, a narradora constrói uma ação que gira em torno de si própria, responsabilizando-se pelo discurso, assumindo a voz em primeira pessoa e atribuindo à obra, e a seus conteúdos, o caráter autorreferencial de uma subjetividade centrada nela mesma, sujeito da enunciação.

Ao leitor, por sua vez, é permitido desconfiar da voz dessa narradora-protagonista, questionando a visão e a versão unilateral dos fatos adotada por ela

que, claramente, denota certa parcialidade nos assuntos narrados e nas posições assumidas.

Os episódios da obra, inédita no cenário literário da época em que foi publicada, funcionando como uma espécie de matriz, na mescla entre documento e ficção, encontram-se intrinsecamente ligados ao contexto do período de produção, fornecendo, desta forma, a compreensão da situação histórica brasileira e da percepção da condição humana, em recortes geográficos e temáticos específicos, o da província de Diamantina, Minas Gerais, no final do século XIX, tendo como cenários narrativos espaços socialmente demarcados, mas que, entretanto, imbricam-se, como o doméstico, o religioso e o escolar.

Em *Literatura e sociedade* (2010), Antonio Candido analisa a contribuição das ciências sociais nos estudos literários, sem deixar de atribuir importância à crítica literária pura. Aponta, também, o complemento entre as divergentes áreas do conhecimento, analisando o vínculo entre a obra e o ambiente, considerando igualmente a estética do relato literário.

É relevante uma abordagem que considere a obra literária como uma série de fatores sociais que agem sobre a formação da mesma tanto na sua constituição quanto no que há de essencial na obra de arte na percepção da literatura como um todo indissociável, resultado de um tecido formado por características sociais distintas, embora complementares. Apontar as dimensões sociais de um livro é tarefa de rotina, logo não bastando para definir um caráter sociológico de estudo.

Para tanto, é salutar partir de uma análise das relações sociais, para então compreendê-las e estudá-las em um nível sociológico mais profundo, levando-se em conta a estrutura formada na obra para que o ângulo sociológico adquira uma real validade científica e uma pesquisa mais concreta.

O autor enumera seis modalidades de estudos do tipo sociológico no campo literário, oscilando entre a sociologia, a história e a crítica de seu conteúdo. A que mais corresponde à intencionalidade desta tese seria a análise da posição e da função social do escritor, procurando relações entre sua acomodação e a natureza da produção literária e, ambas, com a organização da sociedade.

O social, que passa por um processo de interiorização em que o autor o reconstrói, é elaborado de uma maneira estética diferenciada. Desta forma, a hipótese do autor é de que há a invocação do fator social como um meio de explicação e estruturação da obra e de seu teor de ideias, fornecendo-lhe elementos

para determinar a sua validade e o seu efeito sobre as massas leitoras que os absorvem.

Contudo, isto não se simplifica à mera dicotomia entre fatores internos e externos. A obra pura e simples não significa um todo que se explica a si mesma, como um universo fechado.

Candido relativiza a contribuição das ciências sociais ao estudo literário. O poeta e o escritor transformam tudo que passa por eles, combinando a realidade que absorvem com a própria percepção, devolvendo assim ao mundo uma interpretação própria e subjetiva, longe de ser um mero espelho refletor.

Assim, deve-se pensar a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte, bem como a influência que a própria obra exerce sobre o meio. A arte, pode então, ser uma expressão da sociedade, não deixando de se considerar o teor de seu aspecto social, ou seja, o quanto ela está interessada nos problemas sociais, pois, a partir do século XVIII, a literatura passou a ser também um produto social, haja vista ser expressão das condições de cada civilização em que se forma.

Partindo da premissa de que os homens não escolhem suas relações sociais, mas se restringem e se adaptam a elas em decorrência de suas necessidades materiais, pressupôs-se que a obra estudada fosse permeada por conteúdos ideológicos, podendo, pois, relacionar-se diretamente à luta de classes e à economia vigente à época oitocentista.

Por meio do olhar da autora, que captura e recria suas percepções da realidade, tem-se o fornecimento de detalhes concretos do cotidiano vivenciado e de sua peculiar visão adolescente de mundo que, por sua vez, refletiu as experiências e as crenças do grupo a que a diarista pertencia.

Considerando que toda criação artística é produto de um tempo e de um lugar específicos, e corresponde a uma determinada atuação do homem em interação com o seu universo, História e Literatura, embora pertençam a categorias de análise distintas, não se constituem em realidades paralelas e dissociadas.

Ao contrário, a obra literária pode também ser assimilada em decorrência do contexto histórico em que foi produzida, criando um sistema simbólico de representação da realidade por meio de instrumentos expressivos tais como o uso criativo da linguagem e a transcrição dos fatos ocorridos.

A respeito da importância de se contar uma história, de fugir aos estereótipos de uma história única e incompleta, pois se contempla apenas um lado, uma versão, que se torna onipresente, onipotente, esclarece Adichie:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 20019, p.32)

É intrínseca a relação que pode ser estabelecida entre estas áreas do conhecimento e, neste diálogo interdisciplinar, é de longa data a demonstração do interesse dos historiadores pelos textos de natureza literária visando ao enriquecimento de seus estudos, e respectivos campos de análise, haja vista o repertório de dimensão cultural que a criação literária proporciona.

A Literatura, por sua vez, também recorre à História com o objetivo de obter instrumento de apoio em relação ao contexto em que a produção literária está ancorada ou, ainda, quanto ao tempo histórico evocado pela obra.

Dessa forma, o papel de quem escreve, ainda que feito de forma inconsciente, quanto à compreensão e à transformação da realidade, encontra-se vinculado ao da História, à relação com o conjunto de fatores e evidências fornecidas pela sociedade de seu tempo, em uma correlação intrínseca da criação literária com os problemas sociais inerentes à época retratada e à percepção da história.

Nesta interface, o conhecimento do presente seria decisivo para a compreensão do passado, considerando-o como parte importante do processo histórico. A obra literária representaria a correspondência deste conhecimento, pois uma produção artística necessariamente está ligada a um contexto histórico para que haja, em um processo diacrônico, a análise do fenômeno literário.

O estudo da obra de Helena Morley, *Minha vida de menina*, pode se constituir como a construção de um saber histórico mais profundo e intenso quando analisado e comparado a outras fontes documentais, sendo possível configurar histórica e artisticamente a sociedade brasileira dos anos finais do século XIX, estabelecendo-se a relação sociocultural do termo do período monárquico e o início dos ideários republicanos no Brasil, além de outros eventos históricos concomitantes a este período.

É possível, também, detectar e analisar o papel feminino no contexto apresentado, a prática e a vivência escolar, o fim da escravidão, o início do regime

capitalista, as novas configurações da sociedade, bem como o papel da igreja e da família como eixos norteadores desta sociedade em transformação.

Posto isto, coube, ao se eleger como objeto de pesquisa uma obra literária, alçando-a a categoria de fonte histórica, considerando-se, ainda, seu caráter de arte, de criação literária, a atenção na pesquisa realizada quanto a aspectos que visassem ao diálogo com este tipo de documento.

Na imbricação entre História e Literatura, relação necessária para o estudo em questão, considerou-se como elemento comum às fontes de pesquisa a narrativa. Pertencente às duas áreas, a narrativa se configura como ferramenta relevante tanto para a investigação histórico-historiográfica quanto para a literária.

Ressalta-se que esta relação seja relevante no sentido de que os registros narrativos são providos de indícios de processo social que os caracteriza, tomando como *corpus* a escrita de diários íntimos. Quanto à análise desta documentação, adverte Fávero que:

O trabalho com as fontes deve constituir para o pesquisador um diálogo, permeado de questões, dúvidas cujo resultado pretendido nem sempre resulta de análises bem arrematadas. Embora tenha como preocupação tentar responder a necessidades e conhecer os fatos para apreender uma realidade histórica, esse conhecimento não pode se entendido como um dado definitivo e acabado (FÁVERO, 2000, p.101).

Ao se promover a análise de como a narrativa literária ao ser contextualizada ultrapassa os limites da escrita, situando-se “a meio caminho entre documento e ficção”, verifica-se o que o crítico Alexandre Eulálio assinala no texto “Livro que nasceu clássico”, encontrado no prefácio da obra de Morley e transcrito no apêndice deste estudo:

A meio caminho entre documento e ficção, caderno de anotações escrito à margem da literatura, num calmo dia a dia que a adolescência e a província iluminam de modo peculiar, essa história natural de uma menina do interior impôs-se pelas claras qualidades. A sensação de frescor que nos comunica cada página do livro, a franqueza imperturbável dos catorze anos da autora, cujo inconformismo sem rótulo resulta do mais autêntico humorismo – displicente, impiedoso, sem cerimônia -, colocam estas memórias nos antípodas do tom acadêmico e do beletrismo e vêm-nas antes aparentar com a literatura picaresca (EULÁLIO, Alexandre. In: MORLEY, Helena, p.7).

Sendo assim, tendo como principal objetivo conferir ao estudo o caráter de investigação histórica e científica averiguou-se quando, como e por que foi produzida a escrita do material que compreende *Minha vida de menina*, bem como

em que ambiente social e político Helena Morley, sob o pseudônimo formulado por Alice Dayrell, situava-se quando escreveu os textos confessionais.

Tornou-se também salutar pensar a respeito de que leitor se destinou a obra no momento em que se decidiu reunir os escritos para que o diário, até então conservado na esfera íntima, pudesse ser publicado.

Em busca de se compreender que a Literatura abarca uma diversidade de valores socioculturais passíveis de diversas interpretações, compete ao pesquisador de História, especificamente ao da História da Educação, área a que corresponde este estudo, a capacidade de articulação da pesquisa histórica à Literatura, considerando-se as especificidades que envolvem a área dos Estudos Literários e a de História.

Ao se comparar a Literatura aos estudos de História e de Historiografia da Educação, tem-se a contribuição de novas possibilidades descritivas do saber histórico, ampliando-se, dessa forma, o olhar do historiador em relação ao que se denomina imaginário.

Ao serem publicados em formato de livro, classificado como diário pessoal, os escritos de meninice de Morley fornecem mais detalhes da época narrada, e descrições significativamente abrangentes da sociedade representada, do que aquelas contempladas pelos documentos oficiais.

Embora se considere esta contribuição do texto literário, é imprescindível se atentar ao fato de que, ao se fazer uso da Literatura como fonte de pesquisa histórica, problematize-se o pensamento corrente, e desprovido de cientificidade, de que à Literatura pertence tudo aquilo que não possui veracidade, o que é fruto da criação e da imaginação, ainda que tenha como fonte de dados a realidade.

Entende-se, neste sentido, que a História seja uma ciência que também é subsidiada pela ficção, haja vista que o historiador processa o conhecimento, seleciona os fatos e os dados históricos e recria as ideias de um mundo ao qual não vivenciou, uma vez que lhe é pretérito.

A narração como História que se encontrava, tradicionalmente, presente nas notícias dos jornais, nas biografias e autobiografias e na Literatura, mais vastamente constante nos gêneros textuais como fábulas, contos, novelas, romances e crônicas, sendo, por conseguinte, categorizada em dois polos distintos como “reais” ou “imaginários”, hoje é pertencente tanto aos objetos de estudos literários quanto aos historiográficos.

É oportuno, como caráter elucidativo, discutir o conceito de narração. Dentre algumas acepções possíveis, estão as de que narração seria um discurso oral ou escrito; ou a acepção mais recorrente, o relato de um fato ou um conjunto de acontecimentos reais ou fictícios, objetos do discurso e, ainda, podendo ser entendida como o próprio ato de narrar, quando se conta, por exemplo, um fato a alguém.

Assim, pode-se averiguar a presença, em quaisquer destas acepções, que um narrador teria como papel servir como intermediário ao relatar o que pode ter visto, ouvido, ou ainda, obtido conhecimento por terceiros, estabelecendo uma relação de inteligibilidade em sua proposta de apresentar, ou de representar, a um público, ouvinte ou leitor, os fatos ocorridos.

Estes fatos podem ser referentes à realidade ou à ficção, cabendo ao público ouvinte ou leitor, ou seja, à recepção da narrativa, a decodificação deste discurso, recriando, por meio de sua imaginação, a ambiência e a coerência, de forma a validar sua significação.

Nessa perspectiva, elucida Eagleton:

Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante que o seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram (EAGLETON, 2003, p.12).

Por mais que as áreas dialoguem e sejam convergentes, diferentemente do ficcionista, do literato, o historiador não pode recriar livremente a realidade tendo como passaporte a licença poética, pois a ele são exigidas referências às fontes, comparação com outros textos, comprovação empírica e verificação de todas as afirmações formuladas por ele para que a pesquisa tenha veracidade e legitimidade.

Assim, para Freitas:

Literatura e História não são, portanto, independentes uma da outra, mas tampouco estão ligadas entre si por relações mecânicas de causa e efeito; a História é imanente às obras, e não uma fatalidade exterior a elas; ela é parte integrante de sua dinâmica interna e ao mesmo tempo, se elabora através delas. Presença da História nas obras: é o que deverá guiar a análise que se é produtiva entre Literatura e História (FREITAS, [s.d.], p.176).

A História seria, conseqüentemente, uma representação dentre representações exequíveis. Seria um saber cujo acesso único ao passado,

impossibilitado de se repetir, somente seria viável por meio das fontes, o que caracterizaria este processo como subjetivo.

No que concerne à Literatura, mesmo quando esta recorre à intertextualidade, ou seja, à interpenetração de discursos, de fontes, de referências variadas, não é de praxe estabelecer diálogo explícito com outros textos e autores, em construções metalinguísticas, tampouco se costuma fazer comentários quanto aos resultados do próprio trabalho ou de autores conforme ocorre com a História.

Outras características especificadoras da História podem ser levantadas como a preocupação didática, a organização cronológica e a interligação dos fatos, o que permite ao texto promover conclusões, sendo que o mesmo não se verifica, necessariamente, na Literatura.

Pesavento e Leenhardt, quanto a esta proposição, esclarecem que:

O que distingue o discurso histórico do literário é a modalidade de leitura que ele tenta provocar. O texto mais radicalmente ficcional é denominado pela categoria da empatia, da identificação a qual está também presente na obra histórica. Já o texto histórico inclui alguma distância entre o leitor e o discurso do historiador (PESAVENTO; LEENHARDT, 1998, p.13).

Convergentemente se estabelece que tanto a escrita ficcional, literária, quanto a não ficcional, histórica, visa à realidade, pois ambas são influenciadas pelos contextos históricos, sociais e políticos de uma determinada sociedade, sendo estes mesmos fatores a principal justificativa para que obras literárias sejam utilizadas como fontes históricas em pesquisas acadêmicas.

Assim, os historiadores, bem como os historiadores da educação, demonstram, em produções acadêmicas, o crescente interesse pelos textos de natureza ficcional, ampliando seus campos de pesquisa com o repertório de dimensão cultural que a literatura proporciona e que, geralmente, não é contemplado pelos documentos oficiais legitimados pelo campo da História e da Historiografia.

Em contrapartida, a Literatura apoia-se na narrativa histórica, em sua documentação de caráter científico, com o objetivo de se instrumentalizar e de ser travestida de verossimilhança em relação ao contexto histórico em que a produção literária está ancorada ou, ainda, em ser fidedigna a ela dentro de certos contornos plausíveis, pois ainda se trata de criação, assim como em relação ao tempo histórico evocado pela obra, no caso de, por exemplo, tratar-se da tessitura de um romance histórico. Neste sentido, segundo Freitas:

[...] no cruzamento da Literatura com a História: as obras literárias que melhor traduzem os movimentos sociais e históricos não são as que

retratam de forma escrupulosamente exata os acontecimentos exteriores; são as que exprimem aquilo que falta a um grupo social, e não aquilo que ele possui plenamente (FREITAS, [s.d.], p.175).

Comumente ao discurso histórico, não ficcional, o literário também é fruto de reflexão e de mediação social porque, conforme já apontado, ambos provém, cada um a seu modo, da realidade.

Quanto aos aspectos divergentes entre as duas áreas do conhecimento, a Literatura e a História, a ficção tem como premissa a liberdade de criação que pode se opor à veracidade dos fatos, à ausência do compromisso com a verossimilhança, pois enquanto cabe ao historiador a aferição dos acontecimentos para que estes sejam passíveis de discussões dotadas de revestimento de caráter científico, ao literato é permitido o livre trânsito entre a imaginação e a realidade, subvertendo-a, recriando-a a seu bel-prazer, ao ponto de o narrador poder até mesmo tornar-se cúmplice do fato-ficção narrado.

Outro aspecto a se atentar quando a Literatura é utilizada como fonte histórica, é em relação aos aspectos sentimentais que envolvem o processo da escrita ficcional. Compreender as ideologias – ideias, valores e sentimentos por meio dos quais os homens vivem e concebem a sociedade em determinada época -, constituem-se em matéria pertencente à Literatura como se evidenciam nos escritos de Morley segundo o crítico Alexandre Eulálio:

Embora alcance o largo sentido universal que lhe conquista cada vez maior público e já fez lembrar, a seu respeito, Chaucer e Tchecov, Anne Frank e Madame Ségur [...] *Minha vida de menina* tem por cenário um meio definido e culturalmente muito determinado. A cidadezinha do Brasil em que viveu a Helena do livro, com a mesma vida pacata de qualquer pequena cidade do mundo, possuía, no entanto, características deveras marcadas. Em terra de mineração, entre urbana e rural, a Diamantina do fim do século começava a atravessar um período de decadência econômica bastante grave. Se isso não lhe impossibilitava participar da euforia da *belle époque*, da mesma forma que havia contribuído, com algumas figuras de segunda grandeza, para a poesia, a prosa e a política do Romantismo, longe estava de fazê-la reviver o fausto absurdo daquele Arraial do Tijuco que tanto enriquecera a Metrópole no século XVIII.

A mais de mil metros de altura, nas serras da Capitania das Minas, léguas para o interior, Helena Morley aprendia no colégio que o Distrito Diamantino constituía um caso sem precedentes dentro da América Portuguesa. O diamante, encontrado em quantidades fabulosas por todo o Serro do Frio, a despeito da severa fiscalização da Coroa, pudera facultar, naquele surto incrível de riquezas, as fantasias setecentistas dos Contratadores das pedras preciosas. [...] Para a “inglesinha”, a ouvir tudo aquilo com olhos muito abertos, esse lado maravilhoso da tradição devia interessar bem mais do que as modestas histórias do mestre de capela mulato do Carmo, aquele Américo Lobo de Mesquita de que já então se perdera a memória do nome e a lembrança de missas e te-déuns, mas representava a melhor afirmativa de que não fora de todo efêmera a doida riqueza do Tijuco nos 1700 (EULÁLIO, Alexandre. In: MORLEY, Helena, 2016, p.8-9).

Deparar-se com a escrita do passado é, de certa forma, revivê-la e reatualizá-la, imprimindo-lhe ficcionalidade. À Literatura, constituída de História, cabe articular sua ciência à história política, social, econômica e cultural, além de se pensar o vínculo do texto com o assunto sobre o qual se versa e o contato com o público para o qual ele se destina.

Conclui-se que História e Literatura se constituem formas de conhecimento do mundo, em sua temporalidade, o que permite tanto a reflexão sobre as questões puramente estéticas da última quanto as da cientificidade do discurso histórico.

O objeto de estudo desta tese representou, por meio da ótica de uma menina do final do século XIX, dentre muitas possibilidades de percepção, uma maneira específica de leitura da sociedade a que se insere, a notação da ideologia de uma época, pois a diarista, bem como a materialidade de sua escrita, constitui-se em um produto das relações sociais concretas nas quais os homens participam em um tempo e espaços específicos.

A província de Diamantina retratada por Morley em seus idos de 1890 era uma região geograficamente isolada do centro do país, cuja capital na época era o Rio de Janeiro, caracterizada por seu declínio econômico, materialmente carente do progresso representado pelas ausências da estrada de ferro, da eletricidade, dos sistemas de tratamento de água e de esgoto e até mesmo de uma simples padaria, conforme se assinala na “Nota à primeira edição” da obra.

Soma-se a esses fatores a descoberta de reservas de diamante na África do Sul que, aliada à secular exploração desta pedra preciosa de forma primária, contínua e extrativista, afetava seriamente a economia desta localidade mineira em que Helena Morley residia e podia observar as mudanças operadas em Diamantina, uma vez que também era afetada por estas transformações. Segundo Eulálio:

Nesse grupo, que atravessava um momento difícil de transição política, econômica e social, transcorrem os verdes anos da autora, agudamente sensível ao quadro humano circunstante. A sua próxima ascendência inglesa torná-la-ia mais vibrátil ainda ao meio que apreciava e (se assim se pode dizer) conhecia em profundidade pelo costado materno, de cepa portuguesa e antiga na região. Voltada para o encanto da vida livre do pequeno núcleo aberto para o campo, a jovem Helena, familiar a todas as classes sociais daquele âmbito, estava colocada num invejável ponto de observação. Assim o seu depoimento transcende o plano apenas biográfico ou geográfico para valorizar-se de um ponto de vista tanto psicológico quanto social (EULÁLIO, Alexandre. In: MORLEY, Helena, 2016, p.10).

Retomando a questão em que se fundamentou a tese, a educação feminina no final dos oitocentos no Brasil, embora houvesse por parte de poder público brasileiro, no término do século XIX, o prenúncio de atenção e de investimentos governamentais para a melhoria da qualidade de ensino, estendendo a oportunidade de escolarização ao público feminino, processo que se consolidou apenas na década de vinte do século subsequente - o século XX -, havia o intenso controle e o cerceamento social persistente desta parcela significativa da população brasileira.

Esta situação era ditada principalmente pela Igreja Católica em consonância com a família tradicional em sua tentativa de conservação do papel das mulheres na estrutura social, vivenciando o lugar de subalternidade em relação à figura masculina, tutora e protetora, representando a função de marido ou de irmão desta mulher, preservando-se, assim, o *status* de uma pirâmide social estreita em que poucos detinham voz de mando e de expressividade.

Ressalta-se que o Brasil do século XIX ainda vivenciava a consolidação do processo construtivo de nacionalização e de identidade da literatura brasileira, projeto iniciado no período Romântico, a partir de 1836, com a publicação do livro de poemas *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães.

O cenário de escritores que se delineava na época retratada pela diarista, o final dos oitocentos, era majoritariamente masculino e às mulheres, em sua invisibilidade intelectual, cabia-lhes a escrita íntima, guardada a sete chaves, a elaboração de poemas líricos geralmente produzidos para sua própria apreciação, depositados em gavetas e, provavelmente, esquecidos nelas quando não brevemente recitados em saraus familiares para, também, caírem em seguida no esquecimento, sem jamais transcenderem à esfera pública.

Mantidas como senhoras do lar e submissas ao sistema patriarcal, assim como eram moralmente e materialmente dependentes em relação ao marido, pai ou irmão, esta sujeição era estendida em seu desempenho como escritoras e leitoras, uma vez que se a poucas mulheres era facultado o acesso aos bancos escolares, bem como a livros e outros meios de instrução formal, muito menos lhes era concedida a oportunidade de demonstrar publicamente suas criações literárias.

Às mulheres, apenas a Bíblia e os livros de oração eram de livre acesso. Os demais materiais de leitura eram-lhes concedidos ou interditados pela figura masculina, que decidia por elas o que lhes seria conveniente, útil, apropriado e moralmente edificante.

Até então, escrevia-se sob o ponto de vista masculino, pois geralmente um homem era quem imprimia sua voz. Ou seja, a figura feminina, mesmo quando representada em primeira pessoa, era construída artificialmente a partir da ótica masculina e patriarcal dominante.

Desta maneira, os homens escreviam a respeito do que acreditavam e idealizavam quanto à mulher e sua suposta feminilidade, ignorando suas complexidades e desdobramentos de representações, reduzindo e limitando o processo de escrita, uma vez que não poderiam representá-las fidedignamente por não partilharem de seu lugar de fala, de sua vivência pessoal, genuína e intransferível.

Considera-se, ainda, que a faculdade de escrever para si e sobre si, embora fosse permitida a algumas mulheres, ainda consistia em atividade incipiente no recorte temporal em estudo, os anos finais dos oitocentos no Brasil.

Raras eram as mulheres que mantinham esse hábito, seja pela escassez de conhecimento, pois muitas delas eram analfabetas ou insuficientemente letradas, seja pela impossibilidade de privacidade e certeza de sigilo para que registrassem o que havia de relevante a ser narrado, correndo o risco de terem seus diários descobertos e, conseqüentemente, lidos, violados, podendo sofrer punição em diversos modos e intensidades devido ao teor e à intimidade revelada no conteúdo redigido.

De acordo com Gilberto Freyre (2003), em pensamento equivocado, como se constata quando em confrontação com a obra de Morley, não deveria haver um só exemplar de diário feminino no Brasil devido não só à baixa taxa de mulheres alfabetizadas como também à influência católica dos confessionários, que substituíam o papel como depositário de segredos e de inquietações:

[...] aqui o confessionário absorveu os segredos pessoais e de família, estancando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso de história íntima de tantos diários, confidências, cartas, memórias, autobiografias, romances autobiográficos. Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação; e a sua tagarelice dissolvia-se quase toda nas conversas com as pretas boceteiras, nas tardes de chuva ou nos meios-dias quentes, morosos. Debalde se procuraria entre nós um diário de dona de casa cheio de *gossip* no gênero dos ingleses e dos norte-americanos dos tempos coloniais (FREYRE, 2003, p.45).

Na esteira deste pensamento, encontram-se, em Gonçalves (2006) as seguintes informações a respeito dos diários que, juntamente com as autobiografias e as cartas compõem um subgênero denominado “literatura do íntimo”:

Os diários pessoais [...] tornaram-se moda febril em vários países do mundo ocidental no século XIX. [...] os diários têm uma diferença marcante em relação às cartas: pelo menos em princípio e, sobretudo conquanto registro da vida íntima, e não como anotações de reflexões literárias, filosóficas, etc., não foram escritos para serem lidos até mesmo pelo círculo mais íntimo que gravitava em torno de seus autores. Afinal, e a redundância é proposital, os diários eram o produto de uma cultura que não media esforços para manter assuntos privados em âmbito privado (GONÇALVES, 2006, p.104).

O hábito de registrar o cotidiano em diários, segundo Gonçalves “teria contagiado principalmente as mulheres. As folhas em branco poderiam receber anotações que, mesmo nos países católicos, não seriam motivo de conversa no confessionário.” (GONÇALVES, 2006, p.105). Ainda de acordo com esta pesquisadora:

Constatando que esse tipo de registro foi produzido de forma mais abundante nos Estados Unidos e nos países europeus, nestes últimos, principalmente naqueles onde, à semelhança do que ocorria na América do Norte, se professava a religião protestante, autores como Evaldo Cabral de Melo se ocuparam em buscar as razões para que tal ocorresse. O historiador pernambucano sugeriu como explicação para o fenômeno exatamente fatores de ordem religiosa, já sugeridos por Gilberto Freyre. Desse modo, “ao passo que no catolicismo o exame da consciência está tutelado na confissão pela autoridade sacerdotal, no protestantismo ele não está submetido à interposta pessoa”, do que resultava que “o católico podia recorrer ao confessionário”, enquanto ao protestante “só restava o refúgio de papel.” (GONÇALVES, 2006, p.105).

Entretanto, não obstante a restrição expressiva, justamente a prática de composição dos diários foi o que incentivou as mulheres a tomarem a iniciativa para a ampliação da escrita com a intenção de fazerem arte, de escreverem literatura, manifestação artística praticamente restrita aos homens, conforme se abordou anteriormente.

Sendo assim, apenas em 1859 tem-se a primeira publicação do romance pioneiro da chamada literatura afro-brasileira, de cunho antiescravista, de uma autora brasileira e negra, logo duas vezes transgressora, a maranhense Maria Firmina dos Reis, com o romance *Úrsula* (2008).

Tal feito não acarretou, entretanto, qualquer mudança significativa quanto à supremacia da autoria masculina nas nossas letras, sendo que a referida obra não figura no problemático cânone nacional, tampouco na sistematização da literatura

brasileira, tendo pouca divulgação ainda nos dias atuais, embora tenha merecido recente edição no ano de 2018.

Contraditoriamente, foi por meio da escrita íntima nas páginas de seu diário que Alice Dayrell, usando pseudônimo decidido em reunião familiar, que unia um nome feminino do qual gostava, Helena, ao sobrenome da avó paterna, Morley, pôde revelar, em momento editorialmente mais propício ao mercado consumidor e aberto a este tipo de publicação confessional, o retrato singular da sociedade que se transformava significativamente, a de Diamantina no limiar do século XX.

Há notícias de poucos diários femininos escritos no Brasil no fim dos oitocentos. O de Alice Dayrell configura-se como um dos pioneiros dentre outros publicados como memórias, conforme esclarece Lílian de Lacerda (2003), como, por exemplo, a obra de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1892-1930), *Longos serões do campo*, publicado apenas em 1992, bem como Maria da Glória Quartim de Moraes (1850-1937), em *Reminiscências de uma velha*, publicado em 1881. Ainda se encontram os registros de Maria Eugênia Torres de Ribeiro de Castro (1863 -?), em *Reminiscências*, com primeira edição em 1893, sendo publicada novamente em 1975.

Considerando a década de 1940, quando a obra de Morley foi lançada pelo mercado editorial, encontra-se, em 1943, a publicação do livro *Diário de uma garota* (1985), de Maria Julieta Drummond de Andrade, filha do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Aos 13 anos de idade, aluna de um colégio católico interno, situado no Rio de Janeiro, Maria Julieta redige o diário de suas férias escolares de final de ano. Ainda que não seja o objetivo deste presente estudo, é possível se estabelecer comparativamente a qualidade da escrita entre as duas obras quanto ao uso dos refinados recursos linguísticos, estilísticos e literários supostamente utilizados por Morley, bem como pela maturidade demonstrada na menina de Diamantina ao discutir temas estruturais e complexos da sociedade em que estava imersa.

Outros diários supostamente redigidos por adolescentes foram lidos para esta pesquisa. Dentre eles, o de Anne Frank (2017) que, assim como Morley, encontra problemas similares quanto à validação dos originais, uma vez que foi revisado pela própria diarista ao almejar o aprimoramento da escrita de seus registros pessoais visando à sua publicação no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial).

Ao tomar conhecimento da proposta, ouvindo de uma estação de rádio, quando clandestina em um esconderijo na Holanda, que seriam publicados os melhores diários escritos durante a guerra, Frank teria se encorajado a reformular os originais conferindo-lhes uma narrativa supostamente mais agradável ao público leitor e, conseqüentemente, censurando, ela mesma, alguns relatos considerados infantis ou inapropriados.

Além disso, é de conhecimento constante em prefácios de várias edições desta importante obra da literatura universal, que o pai de Anne, Otto Frank, único sobrevivente da família ao holocausto, por seu turno também censurou e editou o diário da filha para a posterior publicação, em 1947.

Mais uma vez não é possível que se compare na íntegra o texto publicado com os originais, pois ainda que, ao contrário do caso de Morley, algumas páginas dos registros de Anne Frank, pelo próprio punho, tenham sido publicadas, não se tem ao certo a medida do quanto os papéis de primeira escrita possam ter sofrido significativas modificações, acréscimos e supressões.

Finalizando a referência a outros diários cuja autoria é atribuída ao feminino em fase de adolescência, encontra-se *O diário de Zlata* (1994), escrito por Zlata Filipovic, aos 11 anos de idade, em Sarajevo, durante a guerra na ex-Iugoslávia.

Evidencia-se nesta obra o amadurecimento precoce da pré-adolescente que deixou de registrar o seu cotidiano despreocupado e escolar para narrar os horrores e as privações a que foi submetida na Guerra da Bósnia.

Nesta publicação construída a partir de 1893, tem-se uma narrativa que, ainda mais uma vez se ressalte, não tem como propósito, no presente trabalho, um texto mais detalhado e investigativo, revela-se infantil, despretensiosa e sem objetivos de arte. Zlata representa os costumes e as mudanças pessoais e sociais vivenciadas, mas não dispõe dos mesmos recursos linguísticos e argumentativos do texto de Helena, destoando, dessa forma, da profundidade e da reflexão a respeito do tecido social em transformação apresentado por Morley no século XIX.

Nos registros da menina mineira, conservados por tantos anos a partir de sua escrita, tem-se a perspectiva da memória como elemento central para a construção da narrativa.

Nelas se apresenta uma diarista questionadora, investigativa, dotada de uma prosa arguta e transgressora, vivenciando a transição da infância para a

adolescência em uma sociedade que também experimentava profundas mudanças em sua estrutura.

Sendo a obra dividida em três blocos textuais, que se correspondem aos anos de 1893 a 1895, o ponto de vista narrado por Helena Morley ocorre com o uso discursivo predominante da primeira pessoa do singular, ainda que também se observem e se registrem reflexões a respeito do comportamento de outrem. Assim, de acordo com Schwarz:

A beleza do livro, bem superior à impositação colegial dos assuntos, por engraçada que esta seja, deve-se à eficácia irrefletida e disciplinadora, coesiva a seu modo de uma sociedade em funcionamento. Como as aptidões de Helena, que brilham nas letras, mas não são criação destas, a consistência de suas memórias, manifestada em matérias e maneiras as mais imprevistas, as quais em obra de imaginação seriam altas invenções artísticas, transpõe ordenamentos práticos *externos*, também eles impensados, que infundem ao conjunto uma forma *interna*. Ao experimentar-lhe o teor, bem como a produtividade e os impasses, e sobretudo ao refletir sobre seus resultados e prolongamentos, entramos em contato com o movimento e com a lógica de uma formação social, o que em fim de contas é o desiderato moderno da literatura realista, aqui alcançado – como em poucos romances da literatura brasileira – por uma obra que não é de ficção (SCHWARZ, 1997, p.50).

Os blocos textuais, por sua vez, são compostos por entradas, com data e dia da semana, apresentando frequência variável de escrita, mas geralmente contemplada por pelo menos um registro semanal, sendo que a primeira anotação data de 05 de janeiro de 1893. Com noventa e seis entradas, neste primeiro conjunto, a menina tinha apenas 12 anos de idade e estava na iminência de seu ingresso na Escola Normal de Diamantina, o que lhe despertava insegurança intelectual e expectativas quanto a essa nova fase escolar.

O segundo bloco, totalizando oitenta e cinco entradas, compreende os registros referentes ao ano de 1894, quando já se observa a evolução na maturidade de Helena em relação ao ano anterior, tanto quanto à estrutura da escrita, quanto à temática e às reflexões despertadas diante do material relatado.

Finalmente, o último ano publicado, o de 1895, compreende noventa e cinco entradas, quando a diarista completa quinze anos de idade e traz à tona reflexões mais aprofundadas sobre a vida e tudo o mais que a circunda, como o dinheiro, a doença, a morte, as relações familiares, as preocupações e os interesses em relação ao matrimônio, além de refletir e de se manifestar mais contundentemente a respeito do futuro que lhe espreita.

Vale registrar que, segundo Silvestre (2011), o título original da obra *Minha vida de menina*: cadernos de uma provinciana nos fins do século XIX sofreu alterações pela editora José Olympio na segunda edição do livro, em 1944, sendo reduzido para apenas *Minha vida de menina*.

Nesta segunda edição, apresenta-se a colaboração de Gilberto Freyre que se encontra na orelha da obra cujos trechos são destacados a seguir:

É uma biografia disfarçada, esta, de Helena Morley, mas ao mesmo tempo é uma espécie de história natural da vida de família brasileira no último período do patriarcalismo escravocrata e numa região menos conhecida que o Nordeste da cana de açúcar. [...] Sob esse aspecto que o diário de Helena Morley me interessa mais vivamente.

[...] Uma série de fatos, aparentemente sem importância, é recordada num português tão simples [...] que lembra o inglês dos bons e autênticos diários britânicos e norte-americanos de moças e mulheres. E através dessa série de fatos miúdos e quotidianos, mas significativos, o leitor se familiariza com a menina-moça [...] e com o mundo quase completo de sua experiência, de sua vida de família, de seu desenvolvimento de colegial em normalista. Um desenvolvimento a que não faltam situações moderadamente dramáticas: a morte da avó querida por exemplo (FREYRE, apud SILVESTRE, 2011, p.115).

Mesmo considerando que o registro de memórias a respeito de acontecimentos singulares, ou até mesmo do prosaico, seja uma prática comum e necessária ao ser humano, hábito constante desde as mais antigas civilizações e povos, é interessante verificar que os cadernos de Morley sobreviveram às mudanças geográficas, de Diamantina para o Rio de Janeiro, às temporais, de 1895, quando a escrita foi concluída, até 1942, quando a obra foi publicada pela primeira vez, às mudanças de regime, Escravista e Monárquico para o Republicano, passando pela Ditadura e, finalmente, aos deslocamentos referentes a fases da vida da diarista, da infância para a maturidade e, sequencialmente, para a velhice.

Observa-se que os originais supostamente redigidos por Alice Dayrell em sua juventude jamais foram mostrados a público, nem mesmo foi permitido o acesso dos escritos às tradutoras do livro como à Elizabeth Bishop, que transpôs a obra para o inglês e à Marlyse Meyer, responsável pela execução do trabalho de tradução para a língua francesa.

Outras hipóteses em relação à ausência dos originais foram aventadas pelo crítico Roberto Schwarz, que apontou a possibilidade destes papéis terem sido queimados ou até mesmo de que nunca tenham existido no formato de diário, uma vez que a obra pode ter se originado como um anedotário familiar, o jornal “A casca” em que toda a família materna da diarista colaborava para sua execução, tendo como objetivo “descascar”, desmoralizar outros familiares. Os textos deste

anedotário podem ter sido guardados em um baú até serem rearranjados, posteriormente, como o diário de uma única autora:

No prefácio notável que escreveu para *Minha vida de menina*, Alexandre Eulálio a certa altura observa que nada impede o leitor de imaginar que a escrita tão espontânea da guria seja obra da autora já adulta, e que se trate então de uma impostura literária. Mas conta ainda que Guimarães Rosa em conversa dizia que neste caso o diário seria até mais extraordinário, “pois, que soubesse, não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância. Noutro ensaio posterior, que retoma e amplia o prefácio, Alexandre acredita que a hipótese do “pasticho de gênio” deva ser afastada, e conclui, agora como que sabendo mais, e criando novo mistério, que “não resta senão louvar a mão experiente que preparou para o prelo os velhos cadernos da mocinha [publicados pela primeira vez em 1942], sem deturpar em um nada o caráter genuíno deles”. Aqui a autora seria mesmo a menina, mas teria havido o toque final de um literato hábil e discreto, empenhado em preservar a peculiaridade dos escritos. Perguntando meio ao acaso entre admiradores do livro, ouvi como ajudas possíveis os nomes de Augusto Meyer, Cyro dos Anjos e do próprio marido de Helena, Mario Brant, a quem Drummond, louvando por seu turno o livro numa crônica, se refere como ‘esse excelente e hoje desconhecido escritor’. Ainda a respeito, voltando outro dia de Diamantina, da festa para os cem anos das anotações, a que estiveram presentes professores, pesquisadores e numerosos membros da família de Helena Morley (no civil Alice Dayrell Caldeira Brant), Marlyse Meyer me contou que as versões que corriam eram as mais desencontradas. Os originais haviam sido queimados, e aliás nunca existiram – pois a obra na verdade seria o rearranjo do anedotário familiar -, além de estarem a salvo, guardados num baú. Elizabeth Bishop, que soube sentir a graça do livro e o traduziu para o inglês nos anos 50, quando Helena estava viva, conta na sua correspondência que não conseguiu botar os olhos nos papéis, escondidos pela família, a que a caligrafia e a ortografia precárias da menina causariam vergonha. Seja como for, as cartas da poetisa deixam ver a autoridade minuciosa com que o marido acompanhou o trabalho da tradução, e a própria Bishop imagina que as palavras iniciais da avó às netas, explicando o porquê da publicação tantos anos depois, sejam obra dele. No prefácio à tradução americana, enfim, Elizabeth Bishop lembra que o Dr. Brant claramente se orgulhava da mulher e da iniciativa de tornar pública a papelada dela (SCHWARZ, 1997, p.45-6).

Schwarz, assim como o crítico literário Alexandre Eulálio, que atribui em texto crítico o epíteto “livro que nasceu clássico” à obra e a quem lhe dedicou importantes trabalhos teóricos e investigativos, por sua vez questiona a autoria deste material, que pode ter sido revisado por mãos mais experientes, com o auxílio de escritores, o que não descartaria, também, a possibilidade da união da memória a elementos da ficção, tornando, assim, o diário uma narrativa literária mais interessante ao público leitor.

Todavia, não obstante esta suspeita de “impostura literária”, segundo Schwarz, a obra atribuída a Morley pertenceria a uma categoria de superioridade em nossas letras produzidas ao final do século XIX, estando quase que na mesma paridade do conjunto da obra de Machado de Assis em sua segunda fase.

O crítico também lança a hipótese de que, principalmente devido à linguagem empregada, próxima ao coloquial e na valorização da oralidade da fala espontânea, a obra possa ter sido escrita ou reescrita na década de 1930, em plena estética e ideologias modernistas em que recursos que imprimiam à linguagem maior verossimilhança eram valorizados, destoando do registro mais formal e obediente às normas gramaticais da língua que, devido ao fato de a menina ser estudante normalista, provavelmente seria a linguagem reproduzida nos cadernos de escrita íntima:

Sem favor, *Minha vida de menina* é um dos livros bons da literatura brasileira, e não há quase nada à sua altura em nosso século XIX, se deixarmos de lado Machado de Assis em sua segunda fase (SCHWARCZ 1997, p.47).

Dito isso, a dúvida sobre a autoria envolve outras questões, que interessam à crítica e que um exame dos originais possivelmente suscite. Com efeito, dependendo da natureza das correções – se é que existiram – o livro e sobretudo a sua escrita *serão* grosso modo de 1890 ou 1930, podendo haver colaboração entre os decênios. Considere-se por exemplo a justeza da fala brasileira de Helena, que ignora a literatice e não presta contas ao português de Portugal; ou ainda a sua inteligência muito independente e sem-cerimônias. [...] Mas o percurso inverso também é pensável, caso em que os cadernos da moça é que teriam sido revistos e melhorados segundo o ideal de prosa dos modernistas mineiros, ao qual deveriam o que na outra versão lhe teriam dado, a saber, a estratégica fusão de brasileiro, decoro modesto e inteligência atualizada. Nada impede que o caminho tenha sido de mão dupla (SCHWARZ, 1997, p. 47-8).

Entretanto, na tese de Barcellos (2009, p.255) há a apresentação do conteúdo do e-mail trocado entre o pesquisador e Vera Brant em defesa quanto à autoria dos escritos oitocentistas. A parente de Alice assegura que “quem conheceu Alice e Augusto Mário, conviveu com eles, sabe que o livro só poderia ter sido escrito por ela. Eram criaturas absolutamente diferentes”.

Vera Brant, por seu turno, não deixa de considerar que tanto Augusto Mário, marido da autora, quanto Abgar Renault, genro de Alice e, dentre outras credenciais, autor modernista de Minas Gerais e membro da Academia Brasileira de Letras, possam ter realizado algumas correções, embora ressalte “mas eram tão sérios e éticos, intelectualmente, que não acredito que tenham mudado uma só frase inteira.” (BRANT, apud BARCELLOS, 2009, p.255).

Perseguindo o questionamento quanto à autoria do diário, se a obra em questão foi escrita a quatro mãos, não se trata de uma autobiografia. Mesmo que sejam memórias apócrifas, pois sua autenticidade não foi comprovada, não significa

que a obra *Minha vida de menina* seja destituída do mérito como documento histórico e literário, pois:

Os relatos autobiográficos, obviamente, não são escritos apenas para “transmitir a memória”. [...] Eles constituem o espaço em que se elabora, se reproduz e se transforma em uma identidade coletiva, as formas de vida próprias às classes dominantes. Essa identidade se impõe a todos os que pertencem ou se integram a essas classes e relega as outras a uma espécie de insignificância (LEJEUNE, 2014, p.253).

Quanto ao perfil social da diarista de Diamantina, Helena Morley também se enquadra na situação apresentada por Lejeune de que a prática do diário é mais frequente entre as pessoas instruídas, ou que moram em cidades. É este o caso em questão. Helena encontra-se, apesar de suas vicissitudes, em um privilegiado ponto de vista econômico, político e social. Ao assumir o próprio relato de vida, registrando-o por meio da escrita, dá-se, pela sua perspectiva, a integração à cultura dominante, ao pertencimento social.

Embora a preocupação com a intimidade tenha alcançado o auge no século XIX, desde a Antiguidade, no Ocidente, de acordo com Lejeune, ocorreu uma progressiva individualização do controle da vida e da gestão do tempo. “É o que já se chamava antigamente de ‘foro íntimo’, expressão que designa a passagem de uma jurisdição externa e social (fórum) a um tribunal puramente interior e individual, o da consciência.” (LEJEUNE, 2014, p.299).

O diário é, em suma, conforme o autor, escrita cotidiana com o objetivo de se transmitir a verdade de quem o escreve, conferindo ao leitor prazer justamente por este aspecto destarte seus defeitos, repetições, má escrita, ortografia falha, caligrafia sofrível e pequenas desonestidades: é uma série de vestígios cuja base é a *data*, que costuma ser o primeiro gesto de quem o escreve, anotando-a acima do que vai redigir em seguida:

Chamamos “entrada” ou “registro” o que está escrito sob uma mesma data. Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta. A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento (LEJEUNE, 2014, p.300).

O diário de Helena Morley provavelmente sofreu modificações com inserção de datas e mudanças de nomes. Dele não se conhece a escrita, o manuscrito da própria Helena/Alice, a representação do que a grafia possui de individualizante,

podendo oferecer pistas para o leitor e informações relevantes para interpretações e estudos. De acordo com Lejeune, o diário seria irreprodutível:

É um vestígio com suporte próprio: cadernos recebidos de presente ou escolhidos, folhas soltas furtadas ao uso escolar. Às vezes, o vestígio escrito vem acompanhado de outros vestígios, flores, objetos, sinais diversos arrancados à vida quotidiana e transformados em relíquias, ou desenhos e grafismos. Quando se lê “o mesmo texto” impresso em um livro, será de fato o *mesmo*? Assim como as obras de arte, o diário só existe em um único exemplar (LEJEUNE, 2014, p.301).

Ao reportar o seu cotidiano simples, e ao mesmo tempo pitoresco, de uma pequena província, com seus habitantes e casos, tecendo memórias a respeito de sua família, percebe-se, na leitura de *Minha vida de menina* que variados aspectos da vida humana, mesmo os mais prosaicos podem fornecer subsídios para a manutenção de um diário.

A forma que este gênero apresenta é livre: narrativa, lirismo, reflexões, admitindo várias possibilidades de registro, assim como diversos níveis de linguagem e de estilo: “Os únicos traços formais invariáveis resultam da definição aqui proposta: a fragmentação e a repetição. O diário é, em primeiro lugar, uma *lista de dias*, uma espécie de trilho que permite discorrer sobre o tempo.” (LEJEUNE, 2014, p.302).

Assim, para Helena Morley/Alice Dayrell, a escrita de um diário tornou-se uma maneira possível de viver, ou de acompanhar um momento de transição da infância para a adolescência, que teria como destinatária a si mesma no futuro e, ao revisitar seus escritos, cinquenta anos depois, reencontrou elementos de seu passado, associando-os a sua memória de tal forma que ninguém poderia fazer a mesma leitura, ter a mesma experiência de leitor como ela, a autora, que viveu e registrou com subjetividade os acontecimentos. A anotação quotidiana apresenta esta função, mesmo que nunca relida, a construção da memória:

[...] escrever uma entrada pressupõe fazer uma triagem do vivido e organizá-lo segundo eixos, ou seja, dar-lhe uma “identidade narrativa” que tornará minha vida memorável. É a versão moderna das “artes da memória”, cultivadas na Antiguidade (LEJEUNE, 2014, p.302).

Ao fazer uso de cadernos escolares, Helena Morley também transcendeu suas vivências e subjetividades, pois se tornou testemunha ocular do tempo vivenciado e registrou, simultaneamente, a história de Diamantina e os episódios do cotidiano de sua família e dos moradores desta província mineira, expondo minúcias comportamentais do cotidiano ignoradas nos tratados de história oficial.

Como os manuscritos até o presente momento não foram disponibilizados, todas as conjecturas quanto à escrita e obediência à originalidade dos relatos não passam de hipóteses vagas e incapazes de estabelecer definitivamente a quem afinal pertenceria a autoria das memórias atribuídas a Dayrell utilizando o pseudônimo de Helena Morley.

Conserva-se, não obstante estas hipóteses, a evidência de que esta criação de pseudônimo constitui-se em alter ego de Alice Dayrell, uma vez que a protagonista se encontrava em um contexto histórico semelhante ao da suposta autora da obra, além de apresentar equivalências quanto à sua constituição social e familiar.

Outro fato é de que a crítica da obra, realizada por autores consagrados da literatura brasileira como Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Rubem Braga e Paulo Mendes Campos, dentre outros, e transcritas no anexo deste trabalho, é bastante elogiosa quanto à espontaneidade e originalidade da prosa, fato que também pode se configurar como indício de autoria.

Na obra de Vera Brant, *Alice e Helena Morley* (2013), tem-se a transcrição de artigos, menções de autores, trechos de entrevista, além de apreciações críticas feitas pela imprensa e a informação de que a obra despertou grande interesse do público leitor esgotando-se a cada edição realizada. Uma amostra dos textos mais significativos coletados por Brant consta nos anexos desta tese.

A favor da autoria de Morley, tem-se, também, na simplicidade da linguagem e dos costumes retratados, a evocação do mundo infantil, apresentando forma e conteúdo indissociáveis, conforme se percebe em uma das críticas reproduzidas na obra de Brant, o texto de Bráulio Pedroso publicado no “Suplemento feminino” do jornal *O Estado de São Paulo*:

Na verdade o que há nesta obra, além de qualquer comparação de época e costumes, é uma deliciosa evocação do mundo infantil. Nas impressões da menina provinciana de Diamantina ressurgem por vezes as relações de uma sociedade menos complexa, de um Brasil atrasado, sem as formas organizadas de produção, onde permanecia – principalmente na região evocada – um simpático aventureiro a jogar com as dádivas da terra. [...] E isto consegue a autora não apenas pelas riquezas dos fatos e acontecimentos lembrados mas também pela linguagem que atua com forte poder de evocação. Na obra de alguns memorialistas, captamos momentos de infância, revivemos em nossa memória um mundo esquecido. Mas no geral, essa memorização expressa-se pela linguagem do homem adulto, pela forma literária apurada, rebuscada. É o caso de “Infância” de Graciliano Ramos, onde a sua natural procura de simplicidade não esconde os artifícios do escritor. [...] No caso de Helena Morley, [...] o estilo não se

dissocia, não traz a interferência do mundo adulto (PEDROSO, Bráulio. In: BRANT, 2017, p.79-80).

Outra possível defesa quanto ao fato de a obra *Minha vida de menina* não se tratar de uma falsificação literária, ou seja, a autoria pertencer, de fato, a Alice Dayrell, menina, dos 12 aos 15 anos de idade, mesmo que a obra tenha sido publicada sob um pseudônimo, encontra ressonância em Virginia Woolf (2017), no texto “Profissões para mulheres”, produção escrita lida pela autora inglesa para a Sociedade Nacional de Auxílio das Mulheres, em 21 de janeiro de 1931, e publicada posteriormente.

Neste texto, a autora defendeu que a escrita se constituía como uma das poucas atividades que poderiam ser desempenhadas por uma mulher:

Escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar. Não se retirava nada do orçamento familiar. [...] Claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo em outras profissões (WOOLF, 2017, p.10).

Entretanto, Woolf reconhece ter enfrentado inúmeras dificuldades para não reproduzir em seus textos o comportamento feminino esperado em plena época vitoriana. A este comportamento normativo, afável, meigo e lisonjeiro, que esconderia as próprias opiniões e temperamento, a escritora atribui uma personificação: a de “Anjo do Lar”, ligado à pureza e às artimanhas do sexo feminino. A certa altura do texto, entretanto, Woolf reconhece ser muito difícil se livrar das expectativas: “É muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade.” (WOOLF, 2017, p.13).

Transgressora, Helena Morley não se comporta conforme as meninas da sua época, tampouco como as figuras femininas de seu núcleo familiar, a mãe e a irmã, sempre reclusas ao ambiente doméstico, discretas, resignadas e silenciosas. A diarista destoa do perfil feminino oitocentista, o que lhe rende repreensões e lições de moral feitas pela mãe que lhe declama os versos como forma de admoestação:

A mulher e a galinha
Nunca devem passear;
A galinha bicho come,
A mulher dá que falar (MORLEY, 2016, p.229).

Em outra passagem, a mãe, Carolina, também intervém de forma mais incisiva para alertar a filha das quão perniciosas eram suas atitudes pouco convencionais diante dos apelos do prazer e da diversão em detrimento dos deveres exigidos pelo estudo e pelas normas sociais:

Cheguei da chácara depois de ter passado o dia brincando e dançando com os primos, desde depois da missa da madrugada até agora de noite. Mamãe esteve lá só pouco tempo e acha que tudo é demais, entrou no meu quarto e disse:

- Minha filha, quem sabe você acha que o mundo vai acabar? É o que eu penso quando vejo você nessa ânsia de se divertir. Você está começando a vida, minha filha. Não vá com tanta sede ao pote. Vocês hoje começaram a folia às seis horas da manhã. Eu estava lá dentro tomando café e vocês já na sala dançando. Isto está me amofinando muito; não é natural. Tudo que sai do natural escandaliza, minha filha. É preciso pôr um ponto final nessa vida e pensar também nos estudos (MORLEY, 2016, p. 308-9).

Outro obstáculo encontrado pela ensaísta Woolf, ao que se pode estabelecer uma relação paralelística de tratamento temático com os escritos de Morley, diz respeito à ausência de relatos sobre experiências do corpo.

Apesar de estar em plena transformação física, pois vivenciava o início da adolescência, não se percebe nenhum registro explícito de Morley quanto ao despertar da sexualidade ou mesmo qualquer reflexão a respeito de conflitos e vivências deste teor.

Ainda que afirme em diversos registros que confiava inteiramente no papel utilizado como diário, a ponto de substituir por ele qualquer confidente, a menina se cala diante de assuntos de foro mais íntimo, abrindo margem para interpretações quanto ao silenciamento, que pode ser assaz significativo no estudo de sua obra.

Uma possível hipótese a ser aventada seria a de que estas menções, provavelmente registradas, dado o temperamento curioso da diarista e atento às mais sutis mudanças e novidades, tenham sido censuradas quando se deu a revisão dos escritos para a publicação, embora seja possível que, dado o contexto moralista e religioso da época em que supostamente se produziu as entradas, Morley, ainda que transgressora e oprimida pelo sistema patriarcal não tenha se encorajado a expor sua intimidade mais recôndita.

Não obstante seu livre pensamento e educação familiar fora dos padrões convencionais o que, por sua vez lhe permitiu a morte do “Anjo do Lar”, devido à prosa autêntica e supostamente livre, embora com restrições, de amarras sociais, com crítica aos costumes e à observação peculiar da sociedade, ainda assim, “feminista *avant la lettre*”, conforme a denomina Schwarz, a época conservadora em que vivia não lhe permitiu tamanha audácia e rompimento, podendo ser censurada por seus pares ou sofrer represálias por quem lesse suas memórias.

Nesse sentido, vale-se, novamente, da observação de Woolf quanto às suas próprias experiências de escritora:

Então, essas foram duas experiências muito genuínas que tive. A primeira – matar o Anjo do Lar – creio que resolvi. Ele morreu. Mas a segunda, falar a verdade sobre minhas experiências do corpo, creio que não resolvi. Duvido que alguma mulher já tenha resolvido. Os obstáculos ainda são imensamente grandes – e muito difíceis de definir. De fora, existe coisa mais simples do que escrever livros? De fora, quais os obstáculos para uma mulher, e não para um homem? Por dentro, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas para as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez? (WOOLF, 2017, p.17).

Assim, não é tão absurdo se imaginar que, mesmo sob o aval do pai e do professor de Português para que pudesse exercer livremente a escrita, a autora do diário não se sentisse tão liberta de estigmas sociais e de comportamentos esperados para uma menina em uma sociedade arraigada a costumes opressivos que preconizavam a reclusão feminina, a tirania masculina e cerceamentos diversos ligados à religião em consonância com a família, com a escola e com a sociedade.

Conforme mencionado na “Nota à primeira edição”, a própria autora do diário afirma que seus cadernos encontravam-se relegados ao esquecimento quando decidiu lhes dar atenção, o que pode ser justificado pelo julgamento da diarista quanto ao valor do material disposto.

Essa possível desvalorização e resistência pessoal em publicar seus escritos pode encontrar ressonância com o preconceito da sociedade e da academia literária em relação à autoria feminina, mesmo na década de 40 do século XX, geralmente relegada em segundo plano, considerada como uma produção menor ou, ainda, no próprio reconhecimento e aceitação pela autora quanto à falta de valor histórico e literário quanto à escrita de memórias biográficas, ou autobiográficas, constituindo-se como material indigno de publicação, um desvalorizado subgênero literário.

Nos relatos do diário, percebe-se que a sociedade a que pertencia Helena Morley passava por muitas transformações estruturais que reverberavam na menina em plena adolescência que, por sua vez, também sofria alterações significativas, tanto de amadurecimento físico quanto de comportamento composto por caráter crítico, desobediente e investigativo. Destes registros coletados entre 1893 a 1895 podem-se apreender os eixos temáticos da obra e seus principais desdobramentos.

Logo, ao se considerar o extenso intervalo entre a produção do diário e sua publicação, tornou-se imprescindível que se considerasse o texto de Morley dentro do contexto histórico que o permeou, pois a obra apresenta, na formulação e

desvendamento da protagonista Helena Morley, a visão de uma representante social duplamente renegada em sua representatividade: adolescente e mulher.

Tal singularidade na autoria dos escritos seria uma rara amostragem do pensamento de uma faixa etária entre o final da infância e o início da adolescência, e um gênero, o feminino, em seu contexto oitocentista brasileiro.

O segundo sexo, publicado em 1949, elevou Simone de Beauvoir à categoria de cânone da filosofia mundial, pois se trata de um estudo atemporal devido a seu teor na abordagem de fatos e mitos da condição da mulher na sociedade ocidental.

Utilizando argumentos retirados de várias áreas do conhecimento humano como da biologia, da antropologia, da sociologia, da psicanálise e da história, a filósofa revela o quanto há de desequilíbrios de poder entre os sexos, bem como explana a respeito da posição do Outro que as mulheres ocupam no mundo.

O volume I da obra é intitulado *Fatos e mitos* e investiga desde as remotas sociedades até o embasamento teórico em nomes como Aristóteles, Santo Agostinho, Hegel, Montaigne, dentre outros, quanto às questões que determinam que seres humanos do sexo feminino tornem-se necessariamente mulheres.

A autora propõe demonstrar a tese de que a mulher foi definida como o Outro, bem como quais foram as consequências para as mulheres quanto ao mundo que lhes foi proposto “[...] e poderemos compreender contra que dificuldades se chocam no momento em que, procurando evadir-se da esfera que lhe foi assinalada até o presente, elas pretendem participar do *mitsein* humano” (BEAUVOIR, 2016, p.27).

Nos capítulos que compõem este primeiro volume de *O segundo sexo*, encontra-se uma investigação biológica quanto à reprodução das espécies e a conclusão de que o campo da biologia é insuficiente para que se afirme a primazia de um dos sexos “quanto ao papel que desempenha na perpetuação da espécie” (BEAUVOIR, 2016, p.64).

A autora propõe a indagação dos motivos que levam a mulher a ser o Outro:

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016, p.65).

O terceiro capítulo trata do ponto de vista do materialismo histórico e se vale de Engels quanto à história da mulher na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019).

De acordo com a perspectiva traçada pelo autor, desde a Idade da Pedra, havia, embora primitivamente, uma divisão do trabalho, pois enquanto os homens caçavam e pescavam, as mulheres permaneciam no lar trabalhando produtivamente na fabricação de vasilhames, na tecelagem, no cultivo de jardins desempenhando um papel importante na vida econômica.

Com o aparecimento da propriedade privada, o homem se tornou proprietário da terra, dos escravos e da mulher o que representaria, citando Engels, “a grande derrota histórica do sexo feminino” (BEAUVOIR, 2016, p.84).

A autora, no entanto, critica Friedrich Engels por não explicitar o caráter da opressão feminina, limitando-se, segundo Beauvoir, a declarar que a comunidade socialista faria a abolição da família, mas esse argumento é refutado pela filósofa, que passa a investigar a mulher na História.

A sociedade, para a estudiosa, sempre foi masculina, pois o poder político sempre esteve nas mãos dos homens. Para comprovar esta tese, Beauvoir recorre a autores e a fatos representativos de diversas etapas da sociedade, passando pela Idade Média até chegar à contemporaneidade.

No segundo volume, *A experiência vivida*, a autora analisa a condição da mulher nas dimensões sexual, psicológica, social e política desde a sua formação na infância, passando pelas fases da adolescência, da maturidade e culminando na velhice. A premissa é a de que em todas estas etapas tudo conflui para o aumento da distância que separa a mulher do homem, transformando as diferenças em desigualdade e, posteriormente, em inferioridade desta no casamento, na maternidade, na vida social, na prostituição.

É neste segundo volume que estão as maiores possibilidades de articulação entre o *corpus* e as investigações a respeito: a construção da relação entre mãe e filha, da figura do pai, os ideais de beleza feminina almejados pelas mulheres e esperados pela sociedade que as circundam, a atribuição de trabalhos domésticos, as experiências escolares e defesa da educação mista, estabelecendo, dessa forma, paralelos diretos com a obra *Minha vida de menina* em que estas questões permeiam o universo da jovem diarista.

Ressalta-se, enfim, que a interpretação de uma obra literária depende do diálogo estabelecido entre o passado e o presente que, por sua vez, é compreendido em função do pretérito, pois por meio dele é estabelecida a relação de continuidade.

Entretanto, o passado é sempre apreendido sob o ponto de vista do leitor, ponto de vista parcial, atribuindo à obra significados diferentes daqueles realizados pelo autor e pelos leitores contemporâneos a ele, o que resulta em novas hipóteses e possibilidades de investigação e de pesquisas.

O diário *Minha vida de menina*, apesar de sua fortuna crítica incipiente, mesmo que diversa, pode estabelecer relações com distintas áreas do conhecimento em diversas possibilidades de abordagem.

Considerando que a configuração da sociedade patriarcal ancorada nos anos finais dos oitocentos em seus desdobramentos histórico-sociais é elucidativa para o prosseguimento deste estudo, o próximo capítulo será dedicado a sua contextualização.

3 A OBRA *MINHA VIDA DE MENINA* E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Alice Dayrell Caldeira Brant, no mês de setembro do ano de 1942, publicou sob o pseudônimo de Helena Morley, a “Nota à primeira edição” do livro *Minha vida de menina*.

Tem-se neste texto, ainda que de forma subjacente, a indicação de que espécie de leitor o livro em questão primeiramente se destinaria, as “meninas de hoje”, delineando-se, nesta nota preliminar, as principais ideias presentes na obra, o olhar crítico da menina diarista e do testemunho legítimo dos processos históricos vividos enquanto se processava a escrita. Também se evidencia a relação da autora perante este processo de registro, conforme se pode verificar na seguinte transcrição presente no texto de introdução da obra:

Em pequena meu pai me fez tomar o hábito de escrever o que sucedia comigo. Na Escola Normal o Professor de Português exigia das alunas uma composição quase diária, que chamávamos “redação” e que podia ser, à nossa escolha, uma descrição, ou carta ou narração do que se dava com cada uma. Eu achava mais fácil escrever o que se passava em torno de mim e entre a nossa família, muito numerosa. Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas, andaram anos e anos guardados, esquecidos. Ultimamente pus-me a revê-los e ordená-los para os meus, principalmente para minhas netas. Nasceu daí a ideia, com que me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época (MORLEY, 2016, p.13).

Já na primeira linha deste texto introdutório, tem-se o esclarecimento pela autora a respeito da gênese da obra, que nasceu do hábito da escrita incentivada pelo pai, sendo reforçada, posteriormente, pelo professor de Português da Escola Normal de Diamantina.

Incentivada a redigir pelo genitor e pelo educador e chancelada a publicar esta produção pelo marido, ainda que dotada de ideias embrionárias de igualdade entre os gêneros, foi sempre sob a anuência masculina, ainda que separada por quase meio século entre a elaboração dos textos e sua publicação, que Morley/Dayrell produziu sua memória escrita.

Nesse sentido, a sociedade patriarcal oitocentista e os laivos do patriarcado encontrados no século XX, quando da publicação da obra, apresentam-se como uma evidência de que até mesmo a escrita íntima sofria vigilância e cerceamento, sobretudo pelo gênero masculino, visando ao decoro da vulnerável figura feminina.

Voltando ao texto anteriormente transcrito, tem-se o fornecimento, de antemão, de pistas a respeito do ensino de Língua Portuguesa ministrado no Curso Normal, em Diamantina, no final do século XIX.

Nesta formação que visava à preparação de futuros professores de primeiras letras, sabe-se, por Helena, da frequência com que as produções textuais eram realizadas. Conhecem-se também as modalidades de texto exigidas pelo mestre que eram carta, descrição ou narração, bem como se notam as predileções do gênero textual pela diarista que, devido ao fato de a família numerosa fornecer, com o convívio íntimo, abundante material para a escrita, era mais fácil, segundo a autora, a produção de narrativas contemplando experiências pessoais e familiares.

Vale ressaltar neste momento que este viés da obra ligado à educação formal vivenciada por Morley, com diversos e importantes registros para explanação, será tratado no próximo capítulo.

Percebe-se que este texto introdutório elaborado pela autora faz menção à obediência quanto à sugestão paterna, o representante nuclear da família, para que Helena registrasse por escrito suas vivências e pensamentos, substituindo uma amiga e até mesmo a confissão reservada a um padre e, neste processo, Alexandre, o pai minerador, manteria a diarista por mais tempo imersa em si mesma e resguardada dos ambientes alheios ao doméstico.

Neste cerceamento, denota-se o patriarcalismo e a tradicional familiar mineira em interface com a escola, a igreja e a sociedade, eixos caracterizadores do século dos oitocentista, permeando toda a obra e, assim, validando-a como documento da época retratada.

Conhece-se também, pela nota da autora, o local destinado pela jovem ao depósito e ao registro destes textos, isto é, cadernos escolares e folhas avulsas, acrescentando-se a informação destes textos terem sido guardados e “esquecidos” por tantos anos. Esclarece-se ao leitor como e, principalmente, em que circunstâncias estas anotações vieram a lume em forma de livro.

Ainda tem-se a informação de que este material escrito foi ordenado. Não se abordou quais foram os critérios adotados para esta catalogação, tampouco o que foi suprimido ou, porventura, acrescentado ao texto. Apenas é fornecida a informação quanto à alteração de alguns nomes, “poucos”, das personagens da obra para que se preservasse a identidade das mesmas, ao que a autora informa: “Nesses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e

substituições de alguns nomes, poucos, por motivos fáceis de compreender” (MORLEY, 2016, p.13).

Todavia, o recurso do uso de pseudônimo não só protegeu Alice Dayrell como também aqueles de seu convívio íntimo, sejam familiares ou amigos, preservando o anonimato ao mesmo tempo em que há indícios de que os registros se mantenham próximos à realidade vivida, de que não se tratam completamente de ficção, ou seja, de construção meramente literária.

Dessa forma, ainda que se classifique o diário como uma invenção, uma obra pertencente ao campo da Literatura, entram em cena as relações sociais que imprimem aos relatos a lógica do mundo vista por uma menina adolescente do final do século XIX, pois à Alice Dayrell, pessoa física, é sobreposta uma máscara, *persona*, uma personagem que escreve, representando a realidade apreendida, que se resguarda, em proteção autoral, de possíveis inconvenientes causados por quaisquer indiscrições.

O primeiro parágrafo da “Nota à primeira edição”, assinada por Morley, encerra-se com a informação de que a ordenação dos escritos teve como primeiros destinatários os seus familiares e netas, nascendo dessa recepção a ideia de publicá-los, com a qual a autora se “conformou”.

Em uma tentativa de se aprofundar o sentido desta afirmação, é interessante pensar que Helena se tornou para as netas o que a avó Teodora foi para ela, um modelo a ser seguido, um manancial de sabedoria de vida, com lições morais, aconselhamentos, admoestações e de resignação quanto à realidade presente e às memórias do passado evocadas.

A escolha do verbo *conformar* empregado por Morley/Dayrell também é elucidativa. Conformar pode indicar que a autora não desejasse que estes escritos viessem a público. Sugere, ainda, que a memorialista possa ter sofrido pressão de terceiros, provavelmente de familiares, para que cedesse suas confidências ao mercado editorial.

Quando os registros pessoais são publicados, de certa forma a diamantinense desrespeita, já em idade avançada, os aconselhamentos do pai quanto ao uso do diário íntimo, de caráter secreto e de confissão, substituindo as amigas ouvintes da menina diamantinense ao se tornar seu principal interlocutor. Com a publicação e com a receptividade do leitor, consumidor e apreciador da obra,

o íntimo torna-se público, sofrendo traduções para idiomas como o inglês, o francês, o italiano e o japonês, além de alcançar várias edições brasileiras.

Outra hipótese seria a própria autora não ter uma precisão mais realista do valor, literário e histórico, dos relatos de sua meninice, desprezando-os, conforme já observado, por considerarem-nos menores diante da vasta preparação cultural de sua família e de seu marido, Augusto Mário.

Conforme observou Vera Brant, parente de Dayrell e autora de sua biografia, toda a família de Alice Dayrell Caldeira Brant, com quem convivia íntima e frequentemente, era muito inteligente e culta, o que poderia ser um empecilho para que a memorialista, caso se comparasse aos demais, usufrísse os louros do alcance mundial de sua obra, fruto de seus diários escolares e pessoais:

[...] Augusto Mário, que era uma pessoa cultíssima – fora jornalista, economista, político, escritor, é autor do livro ‘Viagem à Argentina’ – e exigente, ficou impressionado.

[...] Se eu não frequentasse uma família tão inteligente e irreverente, aquele namoro talvez até desse certo. Mas era demais. Nunca vi gente tão impaciente com a burrice alheia. O Eduardo, filho da Sarita, e o Flávio, irmão dela, ambos inteligentíssimos, faziam perguntas ao meu namorado só para desmoralizá-lo. As respostas eram trágicas. (BRANT, 2013, p.9)

Finalmente, ainda na introdução da obra, tem-se a revelação de sua intencionalidade, que seria a de mostrar “às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época” (MORLEY, 2016, p.13).

O objetivo maior da publicação seria, de acordo com a autora, o caráter construtivo e de aconselhamentos de *Minha vida de menina*. Esta finalidade se assemelha à forma como são encerradas as entradas do diário, sempre com fundo moral ou de reflexão prática do cotidiano presente nos episódios narrados:

Eu tinha muita inveja de ver meus irmãos montarem no cavalo em pelo, mas agora estou curada e não montarei nunca mais na minha vida, pois vi que cair é horrível e machuca muito a gente. Como vou acabar mal o ano! Só desejo agora sarar e cair no campo. Como vou ser feliz quando estiver na beira do rio com a minha peneira, pescando! (MORLEY, 2016, p.114).

Dizem vovó e minhas tias que ela foi sempre assim, e que pau que nasce torto nunca se endireita.
Só a mim é que ninguém desengana de endireitar (MORLEY, 2016, p.153).

Vovó merecia mesmo que Deus a livrasse do capeta que tia Clarinha trouxe, e foi por isso que ela fez aquela coisa tão sem razão. Foi Deus que a mandou fazer (MORLEY, 2016, p.155).

Ressalta-se, mais uma vez que, quando publicada pela primeira vez, em 1942, a obra recebeu o subtítulo pela autora de “cadernos de uma menina

provinciana nos fins do século XIX”, que embora qualifique de forma prática o caráter do livro, ou seja, a reunião de seus papéis antigos e íntimos, por outro lado apequena a obra, reduzindo-a a um dos livros pertencentes à literatura moralista, tão comum à educação infanto-juvenil, como as obras escritas no século XIX, de alcance mundial, tornando-se obras clássicas deste universo, tendo como exemplo, dentre uma variedade de títulos, *Pollyanna e Pollyanna moça* (2016), *Heidi: a menina dos Alpes Suíços* (2017), *Anne de Green Gables* (2019), *O jardim secreto* (2017), *Mulherzinhas* (2003).

De acordo com a “Nota à primeira edição” de *Minha vida de menina*, pode-se interpretar que o texto da autora apresenta noções e valores de boa conduta moral, preceitos e intenções utilitárias para uma vida modesta. Todavia, os registros revelam o olhar questionador que ultrapassa meros fatos rotineiros e a prescrição de bons costumes, uma vez que as entradas extrapolam a memória do prosaico, descrevendo um quadro multifacetado e complexo da sociedade brasileira.

Desta forma, para Schwarz:

É como se a publicação se estivesse desculpando da eventual vaidade por meio do propósito louvável de documentar o passado do país. A classificação, um tantinho condescendente para com as escritoras juvenis, os lugares atrasados e os tempos idos, fica aquém da vitalidade crespas das anedotas. Aliás, não faltava à menina a noção da sua idade, nem da posição de Diamantina, ou do pitoresco do Brasil velho, que para ela entretanto eram questões do presente, sem tintura saudosista (SCHWARZ, 1997, p.123-4).

Conforme se abordou no capítulo anterior, o diário é uma escrita considerada confessional cuja parcela de ficcionalidade é relativizada pela área da Literatura, pois este gênero textual geralmente contém elementos da realidade mesclados à subjetividade que carrega.

Ainda que se estabeleça como ponto convergente entre o diário e a ficção a capacidade de se contar uma história, é necessário que se atente para o fato de que no gênero intimista os relatos biográficos, e autobiográficos, tendem ao verídico e não ao imaginado.

Mas, a escrita pessoal, sendo delimitada pela visão subjetiva, como no caso de Helena Morley, pois ao registrar os acontecimentos, a diamantinense os reinterpreta repensando sobre eles, enquanto os escreve, em seu diário íntimo, está sujeita a várias interpretações e inferências por parte do leitor.

Ao se propor a análise da obra de Morley, novamente se rememora a respeito das distinções comumente apontadas entre a ficção e a História. À História caberia a

abordagem dos fatos e, à ficção, a invenção dos eventos narrados. A História teria como compromisso a procura da verdade enquanto a Literatura seria fruto da pura imaginação.

Minha vida de menina, “a meio caminho do documento e da ficção”, conforme oportunamente elucida o crítico Alexandre Eulálio, em prefácio da obra, problematiza esta delimitação entre a História e a Literatura, pois a diarista, ao escrever sobre os fatos, seleciona o material para o registro e, nesse processo parcial, segundo seu ponto de vista, previamente determina e valoriza os temas abordados em relatos assumidos como verídicos.

Dessa forma, Morley aproxima o leitor ao texto de memórias conferindo aos registros certa humanidade por meio de recursos como a prosa fluida, a atribuição da voz aos personagens, em diálogos verossímeis, a reprodução da oralidade, a subversão dos empregos pronominais, aproximando a linguagem escrita ao uso coloquial da língua, apropriando-se de diálogos ao transcrevê-los supostamente como ocorreram, além de estabelecer a convergência temática com o contexto da época em que o diário foi escrito.

O diário pessoal de Helena extrapola as características comuns de um caderno íntimo, funcionando como retrospecto à meninice da diarista, bem como o discernimento entre o vivido e seu registro pela escrita, apresentando um painel rico da realidade social da época, expondo fatos cotidianos presentes, bem como passados. No registro de suas páginas, em meio a temas diversos, o feminino, “*avant la-lettre*” é evocado em suas dores e restrições como a limitação social e a submissão ao homem desta sociedade.

Neste hábito aconselhado pelo pai e solicitado pelo professor de Português da Escola Normal de Diamantina, o caráter confessional e o espaço receptor de segredos e de desejos inconfessados funcionam como catarse, como desabafo de uma menina em crescimento.

O caráter da obra “sem intenção de arte” pode, entretanto, ser contestado devido aos vários recursos metalinguísticos encontrados no texto, o que pode evidenciar que a possível despretensão da obra em se classificar como fruto de engenhosidade, de arte, e os simples relatos de uma menina adolescente sejam um jogo narrativo, se não com o leitor, com ela mesma, narradora e protagonista de sua história.

Assim, as justificativas quanto à escrita, os interditos e não ditos destoam da condição primária do diário, que é a do registro cotidiano, para se transfigurar em ficção introspectiva.

A obra de Dayrell, sob o pseudônimo de Helena Morley é, pois, uma escrita híbrida unindo à memória, a ficção e a História. Também alia à produção pessoal, subjetiva, a escrita que apresenta características de confissão, autobiografia e biografia, pois além de registrar o cotidiano vivido, resgata seu passado, sua infância pregressa e a trajetória de outras figuras como a avó materna, as tias e demais personagens que a circundavam.

Incentivada, conforme já visto, por duas influências masculinas, estes escritos publicados na forma de registro pessoal estão, ressalta-se, ligados a condicionamentos históricos, uma vez que manter um diário representava para as meninas adolescentes contemporâneas a Helena Morley uma espécie de cultura, um rito de iniciação para a maturidade.

No século XIX, era muito comum que as meninas, cerceadas de sua liberdade de participação nas esferas públicas da sociedade, mas encorajadas por seus tutores, mantivessem um diário íntimo para si e para a leitura de seus pais e professores preservando, em sua restrição de alcance, a introspecção favorável à condição feminina do século XIX, conforme atesta Lejeune.

Sendo o diário uma escrita cotidiana, não obedecendo à obrigatoriedade de registro absolutamente diário, mas apresentando, em suas anotações, a construção da autoria de um tempo presente para que no futuro esta pudesse se tornar seu próprio destinatário, tem-se a progressão do tempo em contextualização com os fatos históricos, com a representação da realidade ancorada em uma situação específica, política e socialmente fundamentada a ser rememorada no futuro caso o texto, em algum momento, seja relido.

Utilizando a memória como resgate e construção de uma narrativa, este gênero textual está situado em um tempo histórico determinado, sofrendo a ação do momento da enunciação, o que pode ser comprovado quando Helena Morley, em intermitência considerável de praticamente cinco décadas, em nota escrita na primeira publicação do diário, explicita a necessidade de comparar o tempo presente, o ano de 1942, com o narrado, os anos de 1893 a 1895.

Ao perceber a continuidade inevitável da passagem do tempo, reflete, apresentando o passado às novas gerações, a respeito da fugacidade temporal, da

chegada do progresso e da transformação, sofrida pela população, de modas, hábitos e costumes:

Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior; no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. E como a vida era boa naquele tempo! Quanto desabafo, quantas queixas, quantos casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas, coisas de que não poderia mais me lembrar, depois de tantos anos, encontrei agora nos meus cadernos antigos! (MORLEY, 2016, p.13).

Entretanto, o que deveria permanecer íntimo veio a ser publicado e, dessa forma, alcançou leitores em prolíficas edições destes registros datados, demarcando um tempo fixado na memória a ser restaurado em um tempo ulterior, conforme se verifica neste registro: “Venho aqui contar a história do tempo antigo, para o futuro, como diz meu pai. Quem sabe lá se no tal futuro não haverá mais novidades do que hoje?” (MORLEY, 2016, p.92-3).

Estes escritos, compostos de entradas reunidas, como já se informou, em poucas ocorrências com menos de dois dias de intervalo entre si, fragmentados e ao mesmo tempo mantidos em continuidade, pois apresentam datas e supostamente foram reordenados com o objetivo de reconstruir a memória da autora de uma forma mais linear, contêm o cotidiano vivenciado pela protagonista e pelo seu núcleo familiar.

Sob a estratégia de pseudônimo pessoal e também àqueles atribuídos aos seus pais, irmãos, avó, dentre outros que elencam a obra, a autora se protege e resguarda os seus.

Helena Morley demonstra estar consciente do papel representado pelo diário, o fiel depositário de memórias, selecionadas e organizadas, vivenciadas tanto individualmente quanto dentro do grupo a que pertence, em confluência da memória do passado aliada ao do presente, formando um conjunto de documentos representados por histórias entrelaçadas:

Cada dia acho mais razão no conselho de meu pai de escrever no meu caderno o que penso ou vejo acontecer. Ele me disse: “Escreva o que se passar com você, sem precisar contar às suas amigas e guarde neste caderno para o futuro as suas recordações”. Se eu não tivesse este caderno poderia guardar na memória o caso tão engraçado que vi ontem? (MORLEY, 2016, p.66-7).

É importante que se saliente a intenção desta pesquisa em analisar *Minha vida de menina* em termos das condições históricas próprias de sua produção.

Dessa forma, considera-se que a obra abranja a representação da sociedade de Diamantina no final do século XIX, bem como retrate, ainda que se mescle a realidade à ficção, as transformações estruturais pelas quais esta sociedade passava devido à indefinição do momento histórico e de suas perspectivas futuras: as marcas ainda muito presentes da escravidão, o decoro católico, as aspirações ao progresso, o individualismo em formação, as relações de trabalho que oscilam entre coleta, economia de subsistência e herança patriarcal-escravagista, as forças produtivas na relação entre os ex-senhores e os ex-escravizados, que se constituíam como base econômica da sociedade, a civilidade e as condições de higiene urbanas, a transição para o capitalismo e para o trabalho assalariado, o novo horizonte pós-abolição da escravatura, a sociedade provinciana em grande parte analfabeta, a cultura oral e de poucas letras, a inserção da mulher no mercado de trabalho especializado e o advento da Escola Normal de Diamantina, apresentando-se como alternativa ao destino feminino traçado por séculos, o do casamento por convenções sociais, os cuidados domésticos e a maternidade compulsória.

Pelo olhar da menina Helena, almejou-se o entendimento das ideologias da época retratada - os valores e os sentimentos pelos quais os homens viviam e concebiam a sociedade e as relações estabelecidas, levando-se em conta a estreita relação de como os sujeitos produziam sua vida material.

Neste sentido, acredita-se que algumas dessas ideias, valores e sentimentos, carecendo de registros oficiais, só se tornam disponíveis, ou pelo menos mais evidenciados, por meio da Literatura. *Minha vida de menina* representa, de forma ilustrada, um valioso registro documental desta sociedade.

Deste modo, de acordo com Schwarz:

[...] as visões simpáticas do país, mesmo em autores de grande calibre, dependeram da exclusão de aspectos evidentes da realidade. Na prosa da menina isto não ocorre, não por artifício artístico superior, e sim porque o momento histórico se havia encarregado da filtragem: a Abolição acabava de suspender o trabalho escravo, e a involução relativa da economia regional barrava o progresso burguês desimpedido, abrindo a brecha para um progresso de outra sorte, da ordem da reacomodação interna, de cuja humanidade a beleza do livro fala e dá prova. Por um momento a regulação recíproca de paternalismo e propriedade privada pareceu capaz de superar a fratura na formação social brasileira. Há um testemunho nesta harmonia precária, pronta a se desmanchar do primeiro arranco do progresso econômico, quando a incongruência social costumeira reclamará os seus direitos (SCHWARZ, 2007, p.144).

Consideram-se, assim, por meio dos relatos do diário, as formas jurídicas e políticas que legitimam o poder da classe social mais favorecida detentora dos

meios de produção econômica, juntamente às formas definidas de consciência social (representadas pela política, religião, família, sociedade e escola) que, por seu turno, legitimam o poder da classe dominante, pois as ideias proeminentes de uma sociedade são as percepções pertencentes à classe que se sobressai quanto ao poder econômico e de influência.

Dentre as ideologias que compõem a sociedade, encontra-se a arte sendo a Literatura uma de suas expressões, capaz de abarcar o entendimento do processo social em que se insere, podendo ser condicionada, ou pelo menos fortemente influenciada, pelas relações sociais da época que representa.

Assim, ao considerar a obra *Minha vida de menina* como uma forma de percepção da sociedade retratada, notam-se as especificidades de atuação da sociedade diamantinense do final dos oitocentos, a mentalidade social de uma época, o produto das relações concretas nas quais os homens participam em um tempo e espaços específicos e, conseqüentemente, percebe-se que: “[...] os homens não são livres para escolher suas relações sociais; eles são restringidos a elas pela necessidade material – pela natureza e pelo estágio de desenvolvimento do seu modo de produção econômica.” (EAGLETON, 2011, p.20).

No esteio de Eagleton, compreender uma obra significa entender as relações complexas e indiretas entre esta e os mundos ideológicos que ela habita, pois sua compreensão só se faz quando se alcança o papel que desempenha na sociedade como um todo, como estrutura de percepção definida e historicamente relativa que sustenta o poder de uma classe específica.

Perpetuando esta ideia, o escritor pode ocupar uma posição individualizada na sociedade, reagindo a uma História Geral a partir do seu próprio ponto de vista, ao particularizá-la.

Em *Minha vida de menina* as dimensões sociais são evidentes nas representações de lugares, manifestações de grupo ou de classe expressando um conceito de vida patriarcal, de exploração e rural em transição para a burguesia assalariada e urbanizada.

Uma vez que o próprio assunto da obra repousa em condicionamentos sociais que necessitam de uma investigação mais arguta a fim de se penetrar em seus significados mais recônditos, é salutar que se atente para o estudo de padrões de comportamento e de temas vigentes à época retratada como, por exemplo, a transição da sociedade escravocrata para a assalariada, tópica que permeia toda a

trama, sobretudo na mediação das relações entre as diferentes personagens. Será o primeiro tema da obra, em questão, a ser trabalhado.

3.1 Os laivos da escravidão e a reconfiguração social na obra *Minha vida de menina*

A literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir, do entrelaçamento de vários fatores sociais e históricos inerentes a ela.

Considerando que a *mimese* é sempre uma forma de *poiese*, o trabalho artístico possui implicação arbitrária e deformante do que se denomina veracidade, devido à licença criativa e à subjetividade que o permeia, mesmo quando este pretende observar e transcrever rigorosamente o que se entende por realidade, em consonância com a História e os elementos que a constituem, como a História e a Historiografia da Educação presentes na obra contemplada nesta tese.

Fatores que permeiam a produção *Minha vida de menina*, como a transição da sociedade diamantinense no final do século XIX, que migra do regime escravocrata e patriarcal para o sistema capitalista e industrial e, conseqüentemente, para o trabalho assalariado, são também imbricados pela incipiente escolarização feminina.

Ressalta-se que este acesso à educação formal, incluindo a feminina, é, geralmente, permitido à classe economicamente privilegiada da sociedade e que a transição para o capitalismo industrial, ainda que embrionária nesta localidade mineira, exerceu o papel de formador da estrutura da obra sendo decisivo para a sua interpretação.

Nesta linha de pensamento, é válido situar a classe social em que se enquadrava Helena e a família Morley no contexto do final de século, em uma cidade provinciana, vivenciando intenso declínio econômico.

A menina diamantinense e seus irmãos, desprovidos de uma condição econômica favorável, apesar de sua origem abastada e influente, eram tratados como “negrinhos” por seus parentes ricos, pois, educados pelo pai de origem inglesa, protestante, liberal e com percepções políticas, religiosas e econômicas bem diversas das apresentadas pelos brasileiros que o circundavam, encarregavam-se espontaneamente do transporte de pacotes e de pertences alheios.

As crianças Morley também desempenhavam tarefas domésticas consideradas degradantes para uma sociedade recém-saída do regime escravocrata e que menosprezava os trabalhos manuais considerados subalternos.

Conforme elucida Schwarcz; Starling: “Numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.95).

Ainda a respeito da separação entre o trabalho considerado nobre e os humilhantes nesta sociedade diversa e desigual, hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos, estabelecendo a pigmentação da pele como defeito, como marca do escravismo:

O que definia a nobreza no Brasil era o que ela *não* fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou cativos. Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade “inferior” e menosprezada. Já os nobres deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.68).

[...] carregar qualquer coisa era atividade escrava; na cultura senhorial urbana, quem era livre só levava nas mãos objetos de estrito uso pessoal, como um lenço ou uma bengala. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.158).

A passagem da obra *Minha vida de menina*, retirada do dia 27 de setembro de 1893, traduz significativamente a sociedade retratada por Morley. Nela, o pai de Nhonhô (Joãozinho), Alexandre, por sua origem inglesa de formação protestante, mostra-se mais esclarecido que os demais e localizado à dianteira desta sociedade colonial e católica, pois admite e naturaliza, sem qualquer afetação, o trabalho como indício de humana dignidade.

Já a mãe da criança, Carolina, devido à herança patriarcal, tendo sido servida pelos escravizados e se beneficiado do sistema de exploração escravocrata por muitos anos, ressentia-se com os parentes ao ver o filho, ao carregar o feixe de lenha, ser depreciado e, por isso, reage veementemente à situação, atribuindo uma falsa simetria social e econômica ao ocorrido, quando Nhonhô é comparado a um “negrinho de senzala”:

Bibiana gritou: “Que é isso, Zezé? Você de feixe na cabeça como negrinho de senzala? Larga isso aí já! Dá ao Joãozinho para carregar”. Nhonhô pegou no feixe e pôs na cabeça.

Se fosse meu pai que estivesse perto, ele não se importaria. Mas mamãe também foi criada com muito escravo. Vovô era rico e tinha grande escravatura. Quando ouviu falar em negrinhos de senzala, mamãe diz que

ela arapuou² e gritou para Nhonhô: “Larga isso aí já! Se eles não querem ser negrinhos de senzala, você é que há de ser?” (MORLEY, 2016, p.88-9).

A respeito desta sociedade em transição, em que todos conviviam, pelo menos aparentemente de forma pacífica e harmônica, neste interregno entre o fim da escravidão e o início do sistema capitalista, Schwarz esclarece que:

Noutras palavras, há passagem constante entre os diferentes polos sociais, as várias formas de trabalho, as modalidades de bens, os tipos de religiosidade etc., que aos poucos formam repertórios. O trânsito deve-se à inteligência inquieta de Helena, e também à rotina de seu mundo, sempre pitoresca pela acomodação familiar e instável entre esferas que em boa ordem não se misturariam. Como a menina, os irmãozinhos ora fazem trabalho de negro, ora são primos pobres, explorados para o serviço doméstico dos parentes abastados, ora são membros de uma família importante. A alternância de papéis mais ou menos incompatíveis, situados em pontos distantes do espectro, é vivida na pele, de sorte que o sistema das diferenças sociais se transforma numa realidade interior de surpreendente objetividade e teor de ironia (SCHWARZ, 1997, p.70).

Obsequiados por vizinhos que dependiam de amparo social e, por sua vez, protegidos por Teodora, a matriarca, os Morley também se valiam dos ex-escravizados que, herdados como bens móveis, permaneciam prestando-lhes serviços mais pesados e estigmatizados conforme pode ser observado na primeira entrada do diário datada em 05 de janeiro de 1893.

Nesta passagem, a família Morley se dirige a um córrego próximo ao Beco do Moinho, em Diamantina, para passar a quinta-feira, o bom dia da semana, o dia de folga da escola, a fim de pescar, lavar roupas, coletar alimentos e fazer a higiene pessoal.

Embora todos trabalhem nas tarefas destinadas por Carolina, cabem a Emídio, o agregado da chácara de Teodora, avó materna de Helena, as tarefas mais pesadas, aquelas que exigem esforço físico, enquanto para as outras crianças é também facultado o direito à diversão, reafirmando o status social de classe quanto ao desfrute dos momentos de lazer: “Mamãe chama Emídio, da chácara, e põe na cabeça dele a bacia de roupa e um pão de sabão. [...] Emídio, o crioulo, vai procurar lenha. Renato vai pescar lambaris; nunca vi tanto como ali” (MORLEY, 2016, p.18-19).

A respeito da exploração da mão de obra infantil, que persiste mesmo após a abolição da escravatura, de acordo com as informações abaixo:

Após a abolição, em 1888, antigos senhores tentaram avidamente manter o controle sobre os “ingênuos”, enganando-os, com a ajuda das autoridades judiciais, em contratos de trabalho e vínculos de tutela que tinham sempre a

² Arapuar: o mesmo que zangar-se.

mesma falsa justificativa: zelar pelas pobres crianças e seu futuro, ensinando-lhes ofícios e acolhendo-as em lares adequados, protegendo-as das nocivas influências que receberiam de suas mães, pais ou semelhantes. Era necessário instruir meninos e meninas na disciplina do trabalho e fomentar entre eles o respeito às hierarquias sociais que substituíam a escravidão, para conservar, tanto quanto possível, as velhas desigualdades. Rotinas de trabalho extenuantes, violências variadas e fracionamentos familiares continuaram a fazer parte da vida dessas crianças por anos a fio no período pós-abolição (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.174-5).

Embora o período de escravidão no Brasil tenha se encerrado legalmente em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, a relação de dependência do negro escravizado se perpetuou por séculos, assim como o preconceito arraigado na sociedade que ainda apresentava fortes laivos escravistas. Nesse sentido, de acordo com Lilia Schwarcz:

A Lei Áurea não só foi curta em seu texto, como não compensou os ex-escravizados por seu passado de privações. Por isso, num contexto que prometia muita liberdade e inclusão, o que se viu foram novas exclusões sociais, cujas consequências estão ainda presentes no racismo estrutural existente no país. (SCHWARCZ, 2018, [s.p.])

Pode-se perceber, nesse sentido, que a dicotomia entre trabalho braçal e intelectual é assaz presente nas entradas da obra em questão. Os negros já libertos quando, por algum motivo, permaneciam atrelados aos antigos senhores, podiam ser alugados, repassando o que recebiam aos ex-proprietários, vendedores ambulantes de quitutes e outros alimentos ou, ainda, continuavam a desempenhar, como criados domésticos, da lavra e da lavoura, as antigas funções. Conforme Fernandes:

Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar (FERNANDES, 2013, p.45).

A exclusão do negro nesta sociedade, que permanecia, mesmo depois da abolição, às margens dos ex-senhores, pode ser explicada pelo darwinismo racial, teoria segundo a qual as raças humanas eram providas de diferenças profundas e definitivas, justificando, por meio da ciência, ainda que equivocadamente, o racismo.

As teorias deterministas, que ganharam força no Brasil em meados de 1870, ao mesmo tempo em que anunciavam o fim gradual da escravidão, preconizavam que as raças seriam realidades essenciais e da sua mistura resultaria a

degeneração, marginalizando, conseqüentemente, os ex-escravizados. Nesse sentido, é interessante citar Schwarcz:

O mesmo momento que anunciou novos modelos de liberdade foi justamente aquele que engendrou o surgimento de uma série de teorias deterministas e raciais. O contexto em que frutificaram as teorias do liberalismo foi o que reinventou, em terras tropicais, as teorias das diferenças biológicas e hereditárias. Segundo elas, negros e, sobretudo populações mestiçadas eram mais propensos à manifestação de doenças marcadas pela hereditariedade, como a criminalidade, a loucura, a tuberculose, a epilepsia. Estes seriam estigmas externos a atestar a existência de uma degeneração formativa e racial que incidia sobre esses grupos.

Pautadas em conceitos deterministas biológicos – que vinculavam raças a determinadas características “naturais” –, essas novas vogas partiam do princípio de que pouco valia o indivíduo, já que ele não passava da soma dos atributos de seu grupo; a bem dizer, de sua raça. Conhecidas como “teorias do coletivo”, elas em tudo se opunham aos modelos do liberalismo político, que se apresentou como um discurso igualitário e que apostava nas virtudes e no livre-arbítrio do indivíduo. Segundo autores como Haeckel, Gobineau, Taine, Lapouge, existiria entre indivíduos de raças diferentes a mesma distância encontrada entre animais variados, como realidades essenciais e ontologicamente distintas. Um indivíduo não escapava, pois, das determinações de seu grupo, sendo os estigmas equivalentes a sinais externos de degeneração (SCHWARCZ, 2017, p.51-2).

A Teoria Determinista atuou na contramão da liberdade recém-conquistada fazendo com que os recém-libertos permanecessem às margens desta sociedade ainda patriarcal e arraigada a seus valores excludentes:

No Brasil, enquanto no corpo da lei se preparava a sociedade para o exercício da liberdade e da igualdade, a ciência parecia mostrar o oposto: os indivíduos não nasciam iguais, e não se poderia prever a igualdade entre, por exemplo, negros e brancos. Mais que isso, os modelos deterministas estabeleciam agora, e de maneira rígida, diferenças definitivas entre os grupos humanos, dividindo-os em superiores e inferiores. Brancos – euro-americanos – compunham o ápice da humanidade, enquanto os africanos figuravam na base social. Cor e raça convertem-se, dessa maneira, numa espécie de régua perversa, a medir a capacidade das pessoas (SCHWARCZ, 2017, p.51-2).

Um outro tipo de determinismo, um *determinismo* de cunho *racial*, toma força nesse contexto. Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados de imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (SCHWARCZ, 2017, p.76).

No panorama contemplado pela Primeira República brasileira, contata-se que a igualdade prometida não passou de um discurso falacioso, pois endossou a exclusão de grande parte da população, deflagrando revoltas e manifestações a

favor de direitos sociais e civis no último país do Ocidente a abolir a escravidão mercantil conforme se esclarece:

Os africanos e africanas livres trabalhavam em arranjos que eram muito próximos daqueles das pessoas escravizadas; isto é, dedicavam-se ao serviço doméstico sem receber remuneração alguma; “ao ganho”, pagando um jornal semanal para os concessionários; ou ainda alugados a terceiros, como amas de leite, por exemplo (SCHWACZ; GOMES, 2018, p.74).

Ainda a respeito da questão racial, observa-se que embora haja simpatia pelos “negrinhos de colo”, com as “negras boas” da cozinha da avó, as que não se alcoolizavam, e com João de Angola, o último negro africano da antiga senzala da avó Teodora, não se pode esquecer, contudo, que Helena, sendo fruto desta sociedade que ainda vivia significativamente os laivos de um longo período de exploração escravista, também era, por seu turno, preconceituosa, refletindo o que sua família e a sociedade diamantinense pensavam a respeito de hierarquia racial, de miscigenação e de distinção entre brancos e negros:

Eu e Luisinha gostamos tanto de criança que a única distração que temos aqui na Cavallhada é pajear os meninos dos vizinhos. Quando não encontramos menino branquinho carregamos mesmo os negrinhos da chácara (MORLEY, 2016, p.74).

Em 18 de agosto de 1894, Helena esclarece que a avó Teodora e sua filha Dindinha sempre mantinham junto a si uma criança negra, na casa, em convívio estreito com elas. Tal costume despertava críticas de Alexandre e Carolina, pais de Helena. É curioso observar que, em diversas passagens do livro, a diarista afirmava que os pais não comentavam a respeito da vida alheia, mas assim como em outras entradas, eles não conseguiram reprimir o preconceito estrutural de raça e classe.

A avó, mesmo criando os meninos negros, também endossava o preconceito desejando o afastamento de Nestor do seio do lar, embora reconhecesse que ele, ao ser “adotado” pela filha, havia salvado a filha Dindinha da depressão, após o falecimento do marido e a da filhinha ainda bebê:

Nós gostamos porque Chiquinha, que vivia no quarto chorando, saiu para criar o Nestor e hoje ele está em lugar de filho. Mas de uma hora para outra ele sai de casa e nos deixa em paz. “Eu já estou ouvindo falar que ele quer assentar praça de soldado de polícia e estou aconselhando Chiquinha pra deixar” (MORLEY, 2016, p.172-3).

A respeito das crianças negras criadas pelos senhores, tem-se abaixo a informação que justifica a última passagem relatada:

[...] meninas e meninos pequenos eram agraciados com mimos e regalias de seus senhores e, sobretudo, senhoras. Andando livremente nos espaços domésticos, escravinhos que ainda mal se punham de pé distraíam proprietários de suas rotinas maçantes. Já ficou claro, contudo, que sob a

aparência de afeição escondiam-se relações desiguais e violentas (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.173).

A estas crianças negras, endossa-se a discriminação e as violências infligidas, de caráter físico e psicológico. O direito à educação formal, por exemplo, era negado, cabendo-lhes o aprendizado de “ofícios especializados: pequenos sapateiros, ferreiros e marceneiros eram treinados à custa de muito trabalho e castigos nos saberes de uma profissão futura” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.170).

Educação não constituía item que lhes atendesse – ao menos não a educação escolar, mesmo que precária, nos cálculos e primeiras letras. O tema da instrução das crianças jamais incluiu os pequenos escravos, para quem educação era sinônimo de disciplinamento violento, aprendizado do trabalho e lições de como sobreviver à escravidão recebidas de pais, parentes, e nos círculos de solidariedade entre cativos nos quais se criavam (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.173).

Refletindo a sociedade vigente, a convivência de Helena Morley com os escravizados se mostrava pacífica desde que não houvesse ameaça à hierarquia racial e social estabelecida há séculos no Brasil, desde que os negros se conservassem em sua posição subalterna e reconhecessem o lugar que lhes cabia nesta sociedade ainda rural, que se mantivessem às margens dos privilégios brancos violentamente estabelecidos e reafirmados por centenas de anos de exploração e de subserviência à dominação senhorial.

Os negros, além de continuarem sendo explorados pelos brancos ao executarem tarefas desprezadas pela elite, eram também ridicularizados, conforme se observa neste próximo registro em que se destaca a execução de um teatrinho familiar encenado pelos primos da diarista.

Apesar da brutalidade moral da cena, em nenhum momento há a percepção por Helena, de natureza tão arguta, tão crítica aos costumes provincianos e ultrapassados, quanto à humilhação a que seu irmão de leite foi submetido: “No fim ele chamou Emídio e perguntou se queríamos ver um negro virar branco, e virou farinha de trigo na cara de Emídio. Depois ele ainda fez uma coisa que aprendeu com o palhaço, quebrou um ovo na cabeça de Emídio.” (MORLEY, 2016, p.60).

Em outro registro, Emídio apanhou por não tratar um branco como doutor, usando como vocativo o nome próprio do interlocutor, uma marca de familiaridade que, entretanto, não havia reciprocidade entre as personagens envolvidas neste colóquio. Helena fica contente ao saber que o menino apanhou pelo não reconhecimento do lugar que lhe cabia nesta sociedade injusta e preconceituosa. Ao

final do relato, explicitando sua discriminação, enumerou as idiossincrasias de Emídio como se o rapaz pertencesse a outra espécie alheia à humana:

Emídio é um crioulo preguiçoso e esquisito. Ele mete o dedo no azeite da lamparina e lambe como se fosse melado. Outro dia ele estava com muita dor de dente, pegou num espeto e pôs no fogo até ficar vermelho, depois pôs no dente que eu vi o chiar da carne e fiquei horrorizada. Não se queixou mais de dor de dente depois disso (MORLEY, 2016, p.101-2).

Em 21 de dezembro de 1895, Helena mais uma vez se espantou com as particularidades de uma família de negros nos cuidados com a limpeza da casa e registrou o que julgava ser excêntrico: a capacidade de recuperação da mulher após o parto, sem a necessidade de resguardo.

Também destacou o fato de que Renato, em nova reconfiguração social, invertendo a supremacia até então senhorial e branca, ministra aulas particulares a meninos negros em um novo arranjo, pois os ex-escravizados prosperavam economicamente e adquiriram o poder econômico necessário para contratá-lo como professor de seus filhos:

Há poucos dias Renato veio dizer a mamãe que Salomão, um negro que mora em Bom Sucesso e tem oito filhos, o tinha contratado para dar escola aos meninos dele, nestas férias, a dez mil-réis por mês. Ele aceitou porque já tem muita bengala de três-folhas e muita vassoura sem vender e diz que é melhor do que ficar amontoando tanta coisa sem achar quem compre.

[...] Não é tudo tão diferente com essa gente? Se fosse mulher branca, tinha de ficar deitada na cama oito dias tomando caldo de galinha. Margarida trabalha desde o dia que tem o menino e diz que até é melhor porque se sente mais leve (MORLEY, 2016, p.320-1).

O signo da violência física e simbólica permanece após a libertação, marcando as relações desiguais entre brancos e negros. Nesse sentido, tem-se em 23 de julho de 1895 a entrada no diário de Morley deflagrando o quanto o negro era socialmente subjugado, como a força física de nada valia diante da autoridade secular dos ex-senhores donos de escravizados.

O tio de Helena, Conrado, morador da rua principal da cidade, embora insatisfeito com a alugada, preocupava-se com a repercussão que poderia ter na sociedade diamantinense se a empregada, ao ser despejada por sua patroa, Aurélia, fizesse um escândalo e chamasse a atenção de outros. Evidencia-se, neste episódio, uma sociedade de aparências em que o valor humano é secundário e as normas de conduta, ainda que sob o manto da hipocrisia, são validadas.

Helena, cúmplice dos “sofrimentos morais” impingidos à tia também não se abstém de emitir ofensas pesadas à alugada, o que curiosamente não ocorreu em

outras passagens em que a protagonista sentiu raiva de alguém. É pertinente que se questione se a menina seria tão desaforada, mesmo na intimidade das páginas de seu diário, caso o alvo das queixas se tratasse de pessoa branca, pertencente à classe social de prestígio e se, sobretudo, fosse representante do gênero masculino.

Em *Dialética da colonização* (1999), Alfredo Bosi desnuda o processo de ocupação do Brasil quanto à miscigenação de etnias e da consagração sociopolítica e religiosa.

Segundo este estudioso, a história brasileira foi construída de forma violenta e opressora. Bosi desmistifica paradigmas de cordialidade e de consagração étnica, política e religiosa em dez capítulos, detalhando as artimanhas políticas, os preconceitos e as visões etnocêntricas que forjaram a construção de uma pátria republicana, unitária e democrata-capitalista.

No capítulo “Colônia, culto e cultura”, três palavras que apresentam a mesma raiz verbal, o autor demonstra como a partir do verbo latino *colo*, colonizar, os portugueses ocuparam terras e dominaram os povos naturais que nela viviam. Culto remeteria à memória dos deuses e dos antepassados que vencedores e vencidos celebram. Cultura seria a herança de valores e o projeto de um convívio mais humano.

Neste estudo, elabora o discurso de como o capitalismo (dos novos liberais e da política do latifúndio) foi o principal motivo da Proclamação da República e como os cafeeiros e outros produtores engabelaram os abolicionistas que desejavam a manutenção da monarquia e da partilha de terras para os negros libertos.

O estudioso deflagra a articulação do processo de industrialização e o poder político ordenado ora por conservadores ora por liberais, seja na monarquia ou na República, no propósito de celebração da conquista dos dominadores como, enganosamente, triunfo também dos vencidos.

Retomando o último episódio mencionado, Helena demonstrou a que lado da história pertencia, reproduz a sociedade preconceituosa e segregadora, simpatizou-se com a tia e apoiou a estratégia agressiva empregada por Aurélia para se livrar da ajudante, estigmatizando como vilã uma mulher negra e explorada que deveria ser defendida em sua representação após tantos séculos de desmandos e de opressão: “Eu experimentei-a primeiro com um tapinha leve. Como eu vi que ela não reagiu, dei o segundo. Ela ficou quieta. Aí eu me aproveitei, peguei na vassoura e lavei-a

deveras'. Todos rimos e achamos graça na ideia de minha tia" (MORLEY, 2016, p. 261).

Há que se enfatizar, também, os silêncios de Morley permeando toda a obra, seus não-ditos, os interditos, que podem ser tão ou mais significativos do que sua prosa loquaz. Há dois episódios, especialmente, em que ex-cativas de cor branca são as protagonistas, o que sugere miscigenação racial ainda que esse tabu seja resguardado.

A elas, Florisbela e Maria Pequena, é reconhecido o padrão de beleza associado à cor branca, o que leva a diarista a refletir que as moças não seriam admoestadas caso fossem negras e desprovidas de traços europeus. Helena mais uma vez, nestes episódios, reproduziu o racismo estrutural e condicionou a cor de pele negra à ausência de beleza física.

A avó Teodora demonstrava apreço pelas duas moças, tratando a primeira como filha e indicando consideração e preocupação com a segunda, o que pode significar que elas fossem descendentes de seu falecido marido ou de alguém muito próximo a ela.

Apresentam-se outras facetas do preconceito social quanto aos filhos ilegítimos que, de alguma forma, eram absorvidos pelo sistema patriarcal sem, no entanto, gozar dos direitos da prole reconhecida pelo matrimônio, batismo e registro.

Embora nascidos de uma situação clandestina e condenada tanto pela igreja católica quanto pela sociedade da época, estes descendentes não eram totalmente desprotegidos ou entregues a sua própria sorte, demonstrando que havia certa tolerância nesta sociedade de aparências e de conveniências sociais.

Além disso, Helena lamentou o fato de uma moça bonita como Florisbela se casar com um negro, mesmo que este apresentasse habilidade em sua profissão, fosse educado e o mais estimado na chácara, segundo as próprias palavras da diarista.

A mestiçagem de Bela, situação tolerada na sociedade patriarcal escravocrata provavelmente decorrente de estupro, era ignorada ou, ainda, segundo Freyre, idealizada como um encontro amoroso, ou quase, ocorrido sob os auspícios de uma escravidão íntima e adocicada.

Vistas como portadoras de uma sensualidade exagerada ou como mulheres passivas – interpretação adotada pelo abolicionismo inglês e assumida como realidade por autores como o de *Casa grande & senzala* (2003), quase sempre a

culpa do abuso era atribuída às vítimas que arcavam com as consequências dos atos de violência sofridos.

[...] Escravas domésticas eram assaltadas dentro da casa, engravidavam e tinham que criar os filhos; não apenas compartilhando espaço com o homem que delas abusava, como sofrendo – com as crianças – as consequências disso. Mães e filhos conviviam com esposas e meios-irmãos, compondo situações de alta tensão, ciúme e castigos que podiam terminar na venda em separado de mães e filhos (FREYRE, 2018, p.338).

Em 28 de julho de 1894, a diarista contou a respeito da ex- escravizada da avó, Maria Pequena, que ao retornar à chácara despertou comoção em todos, inclusive nas tias de Helena, filhas de Teodora.

A moça é também mestiça e despertou ciúmes na esposa de tio Geraldo, o que deu início a sua saga e sequência de crueldades. Esta violência gratuita se constitui em uma evidência de que a moça despertou o interesse sexual do seu senhor branco.

Tendo sido herdada na ocasião do falecimento do patriarca da família, um bem semovente que poderia ser vendido, comprado e alugado, Maria Pequena foi negociada por Geraldo, devido aos ciúmes da esposa, para um senhor “ruim” que lhe maltratou e infligiu castigos a sua filhinha.

O episódio é uma amostra de que a aparente cordialidade entre negros e brancos assinalada muitas vezes por Helena não era a realidade desta sociedade tão arraigada aos horrores escravidão e à supremacia branca: “Ela é mulata e diz mamãe que era bonita. Não sei o que houve, a mulher de tio Geraldo, que morava na fazenda, tomou birra da escrava e mandou vendê-la para a Mata do Rio”. (MORLEY, 2016, p.170)

Sobre os mestiços, o imaginário coletivo percebia aqueles dotados de beleza física, determinada junto à clareza da pele, como seres degenerados e detentores de estigmas biológicos hereditários:

[...] foram apresentados como personagens perigosos, a despeito de serem considerados “passíveis de salvação”. A imagem ficaria ainda mais forte e seria reiterada após a abolição da malandragem e da gatunagem, enquanto para as mulheres guardaria uma conotação de incitação ao sexo. Estereótipo herdado da sociedade escravocrata, a imagem da “mulata” se agarraria indelevelmente à noção de desejo e de facilitação sexual. Como se a culpa fosse da vítima, não do seu algoz (SCHWARCZ, 2017, p.257).

A menina Helena Morley, transitando por diversos ambientes e convivendo com várias camadas sociais, dona de uma natureza ativa, gostava de permanecer na cozinha junto às negras, ambiente simbolicamente escravocrata, apesar da

contrariedade causada à avó, e de executar trabalhos manuais diversos, mesmo os mais pesados como a fabricação de velas de sebo.

Envolvida nestas tarefas, explicitamente preferindo-as aos estudos, demonstrava, entretanto, em ausência de alteridade, não ter pena dos negros ao afirmar de forma assertiva que eles não trabalhavam.

Na passagem abaixo, Helena analisou o cotidiano da chácara da avó materna, Teodora, e lançou julgamentos preconceituosos em relação às mulheres negras que, segundo a menina, disfarçavam a ociosidade com a almofada de rendas para, sem serviço efetivo, poderem perambular pela chácara.

Com olhar senhorial e carregado de preconceitos, Helena demonstrou se relacionar bem com os negros e não os distinguir de fato, desde que não abusassem e permanecem no lugar subalterno e silenciado que lhes cabia na escala social diamantinense:

Em casa estou no estudo ou no trabalho. Na chácara nem as negras trabalham. Todas têm uma almofada de rendas para desculpa, e só sabem andar da cozinha para o portão ou para a horta, atrás de frutas. Tenho também tanta antipatia de ver um negrão como Nestor, agora vestido com farda de soldado, mexer no armário de Dindinha e tirar o que ele quer. Meu pai sempre diz que esta caduquice de Dindinha com Nestor não é bondade, é fraqueza e bobagem (MORLEY, 2016, p.239).

Em 09 de dezembro de 1894, é resgatada a história de Joaquim Angola, um dos negros africanos da chácara da matriarca. O relato menciona uma forma importante de resistência dos negros, os quilombos, além de brevemente retomar um pouco da dinâmica da senzala na época do cativeiro e indicar o sincretismo religioso na descrição da festa de Nossa Senhora da Conceição, realizada pelo ex-escravizado, a partir da ótica branca e segregadora da diarista.

Observa-se que, embora comemorassem a mesma data religiosa, havia a separação da festa realizada pelos negros daquela feita pelos brancos. Helena registrou pelo olhar, carregado de preconceitos estruturais, o exótico avaliado a partir de seus valores e de suas perspectivas.

Nesta mesma passagem, relembrou o Treze de maio, data da libertação da escravidão, e a festa que os negros fizeram nesta ocasião antes de serem severamente repreendidos por Teodora.

A avó de Helena foi retratada como benfeitora e caridosa e não como uma ex-senhora que enriqueceu graças à exploração dos serviços dos escravizados a quem era devedora histórica, material e socialmente. Ironicamente, era aos ex-cativos que

Helena atribuía a boa vida e cabia ao negro escravizado silenciar a alegria de sua libertação e ainda pedir perdão à antiga senhora pelos breves momentos efusivos:

Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com a bengala dizendo: “Pisem já de minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi pra vocês, não, foi pra mim! Saíam já!”. Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar.

Vovó deixou, e os que não morreram ou casaram estão até hoje na Chácara. Também com a vida que eles levam... (MORLEY, 2016, p.203-4).

A respeito dos Quilombos, uma das formas de resistência dos negros escravizados, e mencionados apenas em uma entrada do diário, tem-se a informação:

Muitos se aquilombavam para não serem vendidos ou transferidos; para o ritmo de trabalho não aumentar; para poderem continuar cultivando suas roças próprias; para não receberem castigos rigorosos; ou, então, para serem considerados livres e possuidores da terra. Pretendiam, em comum, lutar por transformações em suas vidas e também nas relações escravistas (SCWARCZ; GOMES, 2018, p.372).

Em 10 de novembro de 1895, faleceu João Angola a quem Helena dedicou quase toda a referente entrada do diário. As reflexões traçadas novamente continham ambiguidades: João Angola era dedicado a Teodora, mas recebeu de herança menos da metade do valor que as negras obtiveram. A menina prontamente justificou o fato explicando que esta desigualdade não se deveu à falta de gratidão da avó, mas a pouca necessidade do angolano. Questiona-se, entretanto, neste momento, o lugar social privilegiado da jovem que se julgava capaz de conhecer as necessidades materiais do outro.

Como se fosse uma extensão de Teodora, Helena também merecia as atenções do negro, além de sua subserviência e humildade, recebendo dele as melhores frutas da horta, que eram amoitadas até o momento em que a garota visitava a chácara e então era presenteada por ele:

Hoje morreu o último negro africano de vovó. Serviu a ela até o fim com toda dedicação. [...] Ele me tinha uma amizade que, depois que notei, não pude deixar de retribuir. Nunca outra pessoa da família comeu um cacho de uvas, figos, pêssegos ou outras frutas que saíssem maiores e mais bonitas. Ele as apanhava e escondia debaixo de uma moita [...] “Óia ali, Sinhazinha, o que seu negro guardou” (MORLEY, 2016, p.300).

Nesta sociedade Pré-Capitalista tinha-se a economia de coleta juntamente com a de subsistência, a relação desigual de interesses e de adulações, a cultura dos obséquios em troca de proteção, bem como as relações entre os ex-senhores e

ex-escravizados que continuaram a ser de obediência dos segundos em relação aos primeiros.

No Brasil de Helena, em 1893, não se vivia mais o tempo do cativeiro e a família Morley, economicamente desprovida devido ao declínio da extração do ouro e do diamante, não podia despender dinheiro com o salário destinado aos empregados.

A penúria financeira, motivo de rebaixamento e de discriminação social até mesmo pela própria parentela, podia ser disfarçada com outros subterfúgios criados pela diarista, como os da valorização do trabalho e do esforço pessoal, acarretando na dispensa de criadas para o serviço doméstico, conforme assinalou a diarista.

Nota-se, na passagem a seguir, a idealização e a empolgação da menina de como seria desfrutada a quinta-feira livre diante da necessidade de conciliar os trabalhos do lar aos deveres escolares.

O fragmento também mostra o quão ambivalente era a relação afetiva entre Helena e Cesarina. Não se pode afirmar ao certo que a jovem diarista se alegrou mais pelo restabelecimento da saúde da “negrinha Cesarina” ou se pelos serviços prestados pela filha de mãe Tina, ama de leite dos Morley, ao retornar ao lar desta família após ter sido curada da tuberculose:

Como amanhã é nosso dia bom de passeio ao campo, eu não quero deixar nada por fazer. Já estou escrevendo a carta e se tiver tempo ainda copiarei o exercício hoje.

Passei roupa até agora e não acabei tudo. Amanhã vou me levantar cedinho, arear meu quarto, terminar a roupa e deixar tudo prontinho. Como vamos sempre às oito horas, terei tempo. Levo os livros e estudo as lições no campo. Mamãe não gosta de ter criada porque diz que nós precisamos de trabalhar.

A nossa negrinha Cesarina tem nos feito muita falta. [...] Ela é tão nossa amiga e tão boazinha para nós (MORLEY, 2016, p.68).

Cesarina, agregada dos Morley, continuava a desempenhar as mesmas funções domésticas realizadas por sua mãe, Tina, embora fosse liberta. Nesse sentido, encontra-se o seguinte registro a respeito das funções desempenhadas pelas crianças negras:

Nas cidades, as crianças estavam no interior das casas de famílias abastadas, das meramente remediadas, e por vezes nos lares pobres, nos quais eram mão de obra mais acessível, por ser mais barata que a dos escravos adultos. No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força ainda modesta pudessem suportar – e, não raro, mais do que isso. [...] Nas ruas carregavam embrulhos, trouxas de roupa, levavam e traziam

recados, vendiam frutas e doces de tabuleiro, às vezes ajudando suas mães ou escravas mais velhas (SCHWARZ; GOMES, 2018, p.170).

Temia-se, entretanto, que Cesarina tivesse o mesmo fim da mãe, vitimada pela tuberculose. A doença, junto à loucura, denotava um forte estigma, denunciando as fraquezas da mestiçagem, sinais hereditários de degeneração. Os indivíduos infectados pelos germes ou acometidos pela loucura eram isolados, pois eram considerados agentes corruptores do meio social ou transmissores de doenças:

A história da doença no Brasil datava do período colonial, e sua disseminação foi de tal monta, sobretudo entre as classes menos favorecidas, que ficou conhecida, popularmente, como a “praga dos pobres”. Com o crescimento das cidades no Novecentos, passou a matar ainda mais, com as estatísticas mencionando cerca de setecentos óbitos para cada 100 mil habitantes no país por ano. Acumulou, então, outra alcunha: a “peste branca”. E diante da sua proliferação descontrolada, que alcançava níveis epidêmicos, a moléstia deixou de ser associada ao romantismo das décadas anteriores. Isto é, se até meados do XIX a tuberculose era vinculada à criação cultural – e artistas como Casimiro de Abreu chegavam a desejar morrer de tísica -, agora ela em nada lembrava o “belo sofrimento”; ao contrário, suscitava muita preocupação (SCHWARZ, 2017, p.56).

Neste Brasil ainda arraigado aos preconceitos escravocratas, as conquistas do movimento abolicionista imbricaram-se no cotidiano dos brasileiros, embora a mão de obra compulsória se assemelhasse a uma espécie de destino nacional.

Sem a garantia do acesso aos privilégios sociais até então assegurados por quem detinha o poder no sistema patriarcal, ou seja, donos de escravos, de lavras e de gado, Morley frequentava a Escola Normal de Diamantina para que, em um futuro próximo, pudesse, no caso de permanecer solteira, ter a oportunidade de se emancipar social e economicamente, inserindo-se no mercado de trabalho no ofício de professora primária.

Casos como o de Helena Morley podem confirmar a importância da educação para o acesso à liberdade não só jurídica como social. Saber ler e escrever não só a diferenciava das gerações anteriores como lhe habilitava a conviver em uma nova configuração.

O final do século XIX sinalizava outros tempos a exigir novas atitudes da sociedade que até então apresentava pouca mobilidade. Com o declínio da mineração e o surgimento de novas relações de trabalho, a recente profissionalização feminina se constituía em um novo imperativo, diferente das

necessidades experimentadas pelas gerações antecedentes de Helena, como a da avó, semianalfabeta, bem como a da mãe e das tias maternas.

As tias, irmãs de Carolina, não frequentaram a escola e, em sua maioria, casaram-se com pretendentes determinados pelo patriarca, pois apenas duas delas puderam escolher seus companheiros. Para estas mulheres, o casamento era o destino feminino vaticinado pela sociedade, sem poder pessoal de escolha, sem laços afetivos, apenas por conveniências econômicas e sociais.

Carolina, a mãe de Helena, descendente que era de uma influente e abastada família tradicional mineira, após a abolição, não possuindo criada para a execução dos serviços usuais da casa, coordenava os trabalhos dos seus, distribuindo as atividades domésticas de acordo com o gênero dos filhos.

Aos meninos, Renato e Nhonhô, cabiam atividades ao ar livre, como o corte de lenha, a pesca de lambaris, a captura de passarinhos e a fabricação de utensílios domésticos ou pessoais como vassouras, bengalas e gaiolas. Livres, montavam a cavalo e Renato, o primogênito, podia transitar do campo para a cidade, despertando a inveja de Helena que, em várias passagens da obra, manifestou explicitamente seu desejo de ser homem para usufruir das mesmas condições e liberdades do gênero masculino.

Na entrada de 20 de agosto de 1893, este desejo de Helena foi relativizado em face ao conforto momentâneo, e particularmente raro, que pôde experimentar em sua condição feminina:

Meu pai chegou ontem da Boa Vista às dez horas da noite. Eu sempre desejei ter nascido homem e só certas horas gosto mais de ser mulher. Ontem, por exemplo, fazia um frio! Pois meu pai teve de chamar meus irmãos para levarem a besta para o pasto de Pedro Falci, que é muito longe! Os dois foram tiritando de frio e eu fiquei na minha cama quente, contente de ser mulher (MORLEY, 2016, p.73).

Às mulheres da família Morley cabiam tarefas domésticas que envolviam cuidados e organização, como a limpeza do lar e a lavagem de roupas e de louças. As meninas, Helena e Luisinha, sempre cerceadas de sua liberdade de trânsito, eram confinadas à casa dos pais e de parentes próximos e executavam atividades do lar sendo divididas com as da escola, despendendo-lhes tempo e energia retirada dos estudos, situação que acarretou frequentes queixas de Helena.

Nota-se, ainda, que a lavagem de roupas às vezes era feita pela própria mãe, por Cesarina ou por terceiros, provavelmente conforme o poder aquisitivo oscilante da família Morley:

Hoje, fui chegando, jogando os livros na mesa e começando a fazer as obrigações da semana: passar a roupa da casa a ferro. Mamãe manda lavar fora e vai guardando para nós passarmos na quinta-feira. Eu tenho obrigação de passar a minha, de mamãe e de meu pai. Luisinha a dela e de meus irmãos (MORLEY, 2016, p.68).

A menina, mais adiante, em outro registro, comemora o retorno de Cesarina, a filha órfã da ama de leite de Helena e de seus irmãos, a mãe Tina. A “negrinha” auxiliava a família nas tarefas mais pesadas.

Sob o risco de contágio da tuberculose, doença que vitimou a mãe, Cesarina havia se ausentado do lar dos Morley e ido para a Boa Vista, uma localidade próxima a Diamantina, para se curar da doença.

Vale observar que a menina, mesmo ocupando a posição de agregada da família Morley, foi afastada de seu convívio diante da possibilidade de contágio. Este apartamento provavelmente não aconteceria se Helena, seus irmãos ou, mesmo, os genitores fossem diagnosticados com a mesma doença:

Cesarina entrou hoje pela porta adentro já sã da fraqueza do peito e nós corremos para recebê-la com a maior alegria.
[...] Hoje ela voltou bem mais gordinha e alegre. Quando ela está em casa é só fazendo a gente rir, mas ajuda no trabalho que é uma coisa boa para mamãe e para nós. Agora já vou ter mais tempo para estudar e escrever, pois ela arruma tudo direitinho e cuida de minha roupa (MORLEY, 2016, p.78-9).

A decadência econômica dos Morley não os privava de se valerem dos serviços de uma criada não remunerada em suas funções. Sendo o patriarca um minerador, por sua vez representava o reflexo da província de Diamantina em declínio, sofrendo a estagnação econômica depois de séculos de exploração primitiva e extrativista. Paulatinamente, seu trabalho foi substituído pelas novas tecnologias trazidas por empresas estrangeiras. A esse respeito, Helena, em registro de 11 de dezembro de 1894, escreve:

Meu pai voltou ontem do Paraúna. As provas não foram boas. Meu pai diz que sabia que as lavras de lá não são iguais à Boa Vista e à Sopa. Ele diz que o francês já encomendou maquinismos e que tirar diamante agora vai ser diferente do sistema de bateia. Os maquinismos vão mexer tudo e os diamantes já saem separados. Meu pai acha que para lavras boas e sem água o processo vai ser bom, porque eles vão puxar a água de longe em canudos de ferro. Eu sei que vou ter saudades dos lavradores virando as bateias e a gente vendo o diamante estrelar no esmeril. Só quem nasceu na mineração como a nossa família é que conhece esse prazer (MORLEY, 2016, p.110).

Em relação à atividade de mineração realizada em Minas Gerais em seu declínio no século XIX, encontra-se em Prado Júnior a seguinte informação:

No alvorecer do séc. XIX, a indústria mineradora do Brasil, que se iniciara sob tão brilhantes auspícios e absorvera durante cem anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final. Os prenúncios desta já se faziam aliás sentir para os observadores menos cegos pela cobiça, desde longa data. De meados do séc. XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar; o seu apogeu deve ser fixado naquele momento, quando se chega ao máximo da produtividade das minas e interrompem-se as descobertas sucessivas que iam mantendo uma chama que bruxuleava nalguns lugares, e se apagava já em outros; quando finalmente a atividade dos mineradores se estende sobre sua maior área de expansão.

As causas da decadência que se segue não são difíceis de precisar. Aliam-se aí fatores naturais, que são as características peculiares das jazidas auríferas do território brasileiro, com outros mais profundos, econômicos e sociais.

[...] Nada mais era possível fazer, só com recursos locais, para reerguer a indústria da mineração no Brasil; serão estrangeiros, em particular ingleses, aos quais se permite o estabelecimento nas minas em 1824, que vão recolher o triste espólio da aventura passada, e infundir um novo embora leve alento na indústria brasileira de mineração (PRADO JR., 1987, p.171).

Na entrada de 05 de agosto de 1893, Helena, demonstrando maturidade precoce, conseguiu entender, de forma lúcida e objetiva, que o declínio da exploração de ouro e de pedras preciosas era uma realidade e que todo o esforço empreendido por Alexandre não seria recompensado, pois as reservas naturais se esgotaram.

Também teceu crítica social quanto ao fato da avó materna Teodora, apesar de dona de terras e de bens, não poder gerir seu próprio dinheiro e auxiliar o núcleo familiar dos Morley, que se encontrava em sérios apuros financeiros.

A avó, viúva de um marido opressor e temperamental, sofria a vigilância do filho, Geraldo, em substituição tutorial ao pai. Era implacável quanto à ajuda material aos menos favorecidos da família, mesmo que estes fossem irmã, sobrinhos, afilhado e o melhor amigo.

A diarista também refletiu a respeito do poder simbólico representado pelo dinheiro, “um pedaço de papel sujo”, causando tanto dissabor em sua escassez e disseminando o egoísmo por não permitir que pessoas se solidarizassem nem por laços familiares nem por amizade:

Estou convencida de que, se vovó dirigisse o dinheiro dela, nós não passaríamos necessidade e mamãe e meu pai não ficariam tão amofinados como ficam às vezes, por falta de um pedaço de papel sujo, a que a gente tem de dar maior valor do que a muita coisa boa na vida. Meu pai vive

sempre esperando dar num cascalho rico: mas é só esperança, esperança, toda a vida. Quando ele dá no lavrado, como desta vez, lá se vai todo o dinheiro e ainda fica devendo (MORLEY, 2016, p.69).

Como já apontado neste estudo, devido à carência financeira, Helena conciliava a Escola Normal de Diamantina com o trabalho em casa e com as tarefas da chácara. Esta condição suspendeu, ainda que temporariamente, a distinção social, as hierarquias, nivelando a sociedade e exercendo a função de educação informal ao fornecer as ferramentas de inclusão na forma de atividades domésticas e manuais não mais a serem divididas apenas devido à cor da pele, mas às situações econômicas e sociais das mulheres.

Todavia, esta falsa simetria desenhada em relação às tarefas braçais e ao serviço doméstico sugere que a falta de empatia para a condição de trabalho compulsório, e suas violências físicas e morais, além das simbólicas, devia-se à intersecção das condições de raça, classe e gênero.

Por ser branca, filha de minerador e neta de avó rica, mesmo sendo afetada pelas privações financeiras e se comparasse em auto depreciação com as colegas da escola e com as primas mais abastadas, Morley era detentora de privilégios e de condições sociais favorecidas, pois não pertencia ao lugar de desabono perene, tampouco era alvo de preconceitos e de segregação como a sofrida pelos negros ex-escravizados.

Observa-se, também, de acordo com a ótica de Helena, por sua vez, subjetiva e podendo ser amplificada, ao colocar-se muitas vezes no lugar de vítima das circunstâncias, sempre prejudicada por sua condição econômica, que a avó Teodora, embora analfabeta, era a única pessoa da família que realmente valorizava os estudos da menina.

Uma possível análise é a de que Teodora, devido à longa experiência de vida, tivesse o alcance e a compreensão das urgências de uma nova sociedade que se delineava, a exigir escolaridade e diploma, demonstrando preocupação com a energia dispensada pela neta na execução do trabalho rude em detrimento dos estudos formais.

Estas questões podem ser observadas no texto referente à entrada do dia 26 de abril de 1894:

Eu, de pequena, tinha inveja muitas vezes, mas hoje não tenho. Agradeço muito isto a vovó. Foi ela quem me corrigiu.

Eu sou a mais pobre da minha roda. Vejo a diferença da minha vida e das outras e não as invejo. Se elas soubessem os meus serviços em casa e na chácara teriam pena de mim; no entanto eu gosto muito de todos eles. [...] Não sei por que até hoje todo o mundo diz que tinha pena dos escravos. Eu não penso assim. Acho que se fosse obrigada a trabalhar o dia inteiro não seria infeliz. Ser obrigada a ficar à toa é que seria castigo para mim (MORLEY, 2016, p.143-4).

Outra transição, que também impactou diretamente nas relações sociais, econômicas e políticas, retratadas na obra *Minha vida de menina*, conforme já salientada anteriormente, foi caracterizada pelo início da República no Brasil e pelo fim do regime monárquico.

Helena sofria com esta transformação, sobretudo devido ao pai ser monarquista, posição política conhecida pela sociedade diamantinense. Em determinada passagem, em festividade comemorativa ao dia da Proclamação da República, a menina invejou suas primas que se vestiram de forma a simbolizar dois dos Estados brasileiros, enquanto a diarista não foi convidada para compor o evento, causando-lhe ressentimento e inveja.

A jovem diarista foi consolada pela avó Teodora, sua grande defensora. Evidenciou-se, ainda, nesta entrada, a preferência declarada da avó pela neta inglesa em detrimento de todos os outros netos:

“Não sei como uma menina, inteligente como você, não compreende as coisas. Você não vê que isso é festa desses tontos e que uma menina como você, bonita, inteligente e de raça inglesa não podia tomar parte? Festejar república é bobagem. República é coisa para essa gentinha. Gente direita não entra nisso. Eles sabem que seu pai é monarquista, que não é desses vira-casacas, e não deixaria a filha dele sair para a rua fazendo papel de tola numa festa de malucos. Isso é para as outras. Não tenha inveja que você é superior a todas elas.” (MORLEY, 2016, p.280).

Há, também, o registro da eleição para Presidente da República, em 1º de março de 1894. A entrada se estendeu na deflagração da prática do voto de cabresto dos ex-escravizados, sempre em submissão e fidelidade aos antigos senhores. Tal fato não gerou qualquer reflexão pela diarista, possivelmente por esta ser uma prática naturalizada na sociedade oitocentista.

Mais uma vez a narrativa trouxe indicativos do quanto a sociedade de Morley era racista, conservando o estigma de que os negros não soubessem votar, ou melhor, de que não sendo merecedores de exercerem sua liberdade de pensamento e de escolha política eram vigiados de perto pelo antigo senhor, no caso Joãozinho, tio de Helena.

Assim, a obediência ao patriarcado opressor permanecia, pois o poder de mando se conservava nas mãos dos antigos senhores. Este poder era ainda mais intensificado pelo fato de os libertos continuarem “protegidos” sob o seu teto, vivendo “de favor” na senzala, prestando serviços subalternos e sendo alugados como se fossem bens móveis. Trocando em miúdos, a situação social do negro pouco havia mudado com a abolição da escravatura.

Destaca-se também a marca distintiva da opulência senhorial assinalada pela distribuição de roupas e de botinas aos negros para que não envergonhassem os brancos, indicando uma clara demonstração social de ostentação do poder econômico em público. Aos negros libertos que andavam esfarrapados, trajar roupas dignas em uma esporádica ocasião social era motivo de orgulho.

A reflexão crítica de Helena ocorreu apenas no âmbito da descrença de que Diamantina pudesse ser impactada pela mudança política. Mudavam-se os atores, mas a estrutura permaneceria a mesma. A adolescente também reprovou a animação e a passionalidade dos eleitores que ocorriam apenas no dia da eleição, sendo despolitizada no restante do tempo:

Os negros da Chácara, que sabem ler, que são Marciano, Roldão e Nestor, já desde cedo estavam de roupa limpa para a eleição. Vovó lhes recomendou: “Vocês não escutem conversa de ninguém nem aceitem papel nenhum que queiram dar. Fiquem perto de Joãozinho e na hora de votar façam o que ele mandar”. Eles saíam muito anchos.
[...] Eu gosto de ver a animação da cidade mas não acredito que isso possa adiantar nada para nós (MORLEY, 2026, p.129).

Na entrada datada em 15 de março do ano de 1894, Morley, apesar de não poder votar porque, além de adolescente, não era facultado a mulheres esse direito de exercício de cidadania, demonstrou se interessar por política, tomando partido, o que lhe causou dissabores. A menina ainda, em autoexame, atitude presente em todo o diário, refletiu a respeito do seu temperamento passional e intempestivo:

Desde que começou esta briga de Custódio mais Floriano, só Deus sabe as raivas que eu tenho tido sem precisão. Meu pai e meus tios são custodistas e contam tanta maldade desse Floriano que eu, para dormir, às vezes tenho de rezar pedindo a Deus que me tire da cabeça o desejo de que matem esse demônio. Foi ele que prendeu o Dr. Mata e fez muitas outras maldades. Meu pai diz que acha graça da raiva que eu tenho, porque ele toma partido mas não se incomoda (MORLEY, 2016, p.132).

Em 15 de novembro de 1894, a jovem registra um novo fato político. A postura da menina, apesar da mudança política, é de plena desconfiança e incredulidade quanto aos benefícios que a política pudesse trazer ao progresso da cidade:

Todos agora esperam que tudo vai melhorar com o Prudente de Moraes. Meu pai diz que só poderia acreditar nisso se o presidente mandasse canalizar a nossa água e consertar o nosso calçamento. Ele disse que essas coisas não são feitas pelo presidente do Rio de Janeiro, só se ele fosse um filho da terra como o Dr. Mata que nesse caso ele poderia até mandar fazer uma estrada de ferro daqui para Ouro Preto (MORLEY, 2016, p.195).

Quanto às condições materiais de Diamantina e de suas localidades próximas, frutas frescas eram quase artigos de luxo em uma economia voltada para a extração de ouro e de diamantes. Árvores frutíferas eram cultivadas em pomares e hortas para consumo da própria família ou como agrados em sinal de amizade, não sendo comercializadas nos estabelecimentos incipientes da província. Vizinhos obsequiavam os Morley com frutas e a avó Teodora as vigiava de perto para que não as furtassem. Aliás, a avó inspecionava tudo o que acontecia na chácara, sobretudo o serviço dos ex-escravizados:

Chego na chácara, procuro vovó e vou encontrá-la sentada no jardim, assistindo às negras fazerem velas de sebo.
 - À benção, vovó!
 - Deus te abençoe, minha filha. Estava aqui olhando aquele galho de arazás tão maduros e pensando como você os deixou ali até ficarem assim.
 - É porque anteontem eu só vim de noite e ontem eu não pude vir (MORLEY, 2016, p.31).

No consumo excessivo de frutas sazonais, episódios de cólicas eram frequentes. Furtos e situações embaraçosas também eram registrados pela diarista:

Hoje fomos chegando para o almoço e mamãe nos disse: “Vejam lá no quintal a última arte do Chico”. Corremos e achamos o chão estrelado de bananas madurinhas.
 [...] Antes que mamãe as mandasse para a mestra, nós comemos bastante e escondemos o resto (MORLEY, 2016, p.91-2).

Nessa escassez de alimentos, houve o caso da “negrinha Jovina”, que passou mal com bagaços de milho, resíduos da pamonha e do curau preparados para o jantar. O que poderia justificar o expediente da moça em cozê-los com sal e rapadura seria a privação de refeições. Se até para a população abastada não havia fartura, para os recém-libertos essa carência deveria ser ainda mais premente:

Minha tia mandou ralar uma porção de milho verde para fazer pamonhas e corá³ para o jantar. [...] A negrinha Jovina pegou no bagaço, pôs na panela com rapadura e sal, deu uma fervura e comeu tudo.
 [...] Trouxemos uma pena de galinha, ela meteu na goela e lançou mais de um quilo de bagaço de milho mal cozido (MORLEY, 2016, p.52).

No registro de 17 de setembro de 1893, é Helena quem passou mal ao comer jabuticabas depois de beber leite. A menina demonstrou, neste episódio, ser

³ Corá: o mesmo que curau

interesseira e ter senso de oportunidade mesmo com fortes cólicas devido à indisposição digestiva e negociou um corte de tecido com a avó em troca do remédio para lhe curar das dores:

Escolhido o vestido eu disse: “Então mande também buscar um purgante mais fácil de tomar”. Vovó concordou: “Boa ideia! Sal catártico aí tem. Vá depressa, Chiquinha; misture com água e traga”. Dindinha trouxe o sal catártico e eu disse a vovó: “Agora eu vou esperar o vestido primeiro”. Ela respondeu: “Está no caminho, menina; beba”. Zé Pedro entrou com o vestido, eu peguei na tigela e virei de uma vezada. Iaiá e Dindinha viraram as costas dizendo: “Esta é água!” (MORLEY, 2016, p.85-6).

Na entrada de 18 de janeiro de 1893, a família Morley visitou a chácara de Seu Juca, na Boa Vista. A família aceitou os favores tendo noção de que a liberdade de apanhar as frutas no pé devia-se à similaridade da aparência de Luisinha com a sobrinha dos donos do local. A sobrinha estava viajando e a família Morley ainda não a conhecia.

O obséquio se encerrou quando as meninas não conseguiram segurar o riso ao finalmente conhecerem a tal sobrinha, Quitinha, julgando-a feia, “sardenta”, nada parecida com a caçula dos Morley.

Estamos na Boa Vista e fomos hoje à casa de alguns amigos que eram tão bons para nós, todas as vezes que aqui vínhamos. Obsequiavam sempre a mamãe com frutas, ovos, frangos e verduras. Esta amizade ficou forte com a parença de Luisinha, minha irmã, com a sobrinha deles que estava fora. [...] Nós íamos aproveitando a parença e comendo as frutas.” (MORLEY, 2016, p.20).

Em seguida, na mesma entrada, Helena refletiu a respeito da carência de agricultura da região. Além disso, atribui a culpa do ocorrido a Cesarina, que puxou o “frouxo de riso” e estragou a chance de continuarem recebendo os favores dos vizinhos:

O único lugar de toda redondeza que tem frutas é a chácara de Seu Juca. Frutas e verduras. Nem sei como eles plantam assim. Aqui na Boa Vista só querem minerar. É só diamante e ouro; não cuidam de outra coisa. Para plantar, eles todos dizem que a terra não presta. Mas agora nem sombra de fruta a gente verá mais, nestas férias, por culpa de Cesarina. A demônia da negrinha entortou o caldo todo (MORLEY, 2016, p.20).

Ainda a respeito da escassez de produtos alimentícios, há relevante informação a respeito das cidades mineiras, como Diamantina, erigidas sem muito planejamento de modo a absorver o crescente aumento da população que se deslocava de Portugal e das capitânicas brasileiras, principalmente as de São Paulo,

Bahia e Rio de Janeiro, em busca de ouro abundante e fácil. Assim, de acordo com Schwarcz:

Deslumbrados ante a abundância do metal precioso que faiscava por todo lado e na sofreguidão de sempre buscar novos filões, os mineiros esqueceram-se do principal: ouro não se come.

Foi um desastre. [...] sem plantar roçados de mandioca, feijão, abóbora e milho suficientes para o número de pessoas que continuava afluindo às Minas, os moradores das Minas morriam de fome com as mãos cheias de ouro [...]. Para escapar da fome, os mineiros aprenderam ligeiro a engolir qualquer coisa: cães, gatos, ratos, raízes de paus, insetos, cobras e lagartos. Devoravam, inclusive, o perigoso bicho-de-taquara – larva branca, roliça e comprida que se encontra no interior dos bambus (SCHWARCZ, 2018, p.115).

Funcionando como documento histórico, na entrada do diário de 21 de junho de 1893 a menina rememorou o Ano da Fome que, apesar de não apresentar precisão temporal, na falta de indicação exata da data em que ocorreu a seca, deixou, contudo, marcas indelévels da privação sofrida por ela e familiares em sua memória de primeira infância:

No ano da fome eu era muito menina mas me lembro ainda de algumas coisas daquele tempo. Se eu estivesse maior e mais esperta como hoje, acho que não passaríamos em casa o que passamos naquela ocasião.

Nunca me impressionou tanto como a fome daquele ano. Lembro-me até hoje das velas que mamãe acendia no oratório, pedindo a Deus que mandasse chuva. Não havia nada na cidade para se comprar. Os negociantes punham gente nas estradas para cercar os tropeiros para comprar o pouco que eles traziam para vender pelo dobro ou triplo. Quem tinha pouco dinheiro passava fome. Cada dia tudo subia mais. Chegavam todo dia notícias de gente morta na redondeza (MORLEY, 2016, p.61).

Ainda quanto à alimentação, Helena sempre registrava as iguarias que degustava e se queixava de sentir fome perene, de estar sempre “arada”. A procura por alimentos, a ampla referência às iguarias mineiras, a degustação de bolos, assados e doces, embora relatada pela diarista em comemorações como festividades religiosas, aniversários da família e, sobretudo, na casa de tia Aurélia, que vendia quitanda, era pouco frequente na rotina alimentar.

Percebe-se que a alimentação do cotidiano de uma população isolada geograficamente dos grandes centros comerciais normalmente era composta por feijão e farinha, podendo ser de milho ou de mandioca. A carne comumente usada no dia-a-dia era o toucinho e a carne-seca. Perus, leitões e frangos eram reservados para ocasiões especiais, em comemorações e como auxílio para cura das enfermidades. Produtos da horta e do pomar, apenas na temporada de colheita.

Observam-se nas entradas abaixo transcritas os hábitos alimentares presentes na obra:

Mamãe, que nunca adoece, apareceu anteontem com febre, dor no corpo e muita tosse. Siá Ritinha, que mandou aqui trazer uns chuchus para mamãe, soube que ela estava doente e veio logo vê-la. Meu pai está na Boa Vista e eu ia faltar à Escola para tratar de mamãe, mas Siá Ritinha não deixou, dizendo que ela mesma tratava. Deu a mamãe um suador. Depois mandou pegar uma galinha e levou para a casa dela para cozinhar e ir trazendo aos poucos para mamãe (MORLEY, 2016, p.236).

- Seus pintos vingaram, Siá Ritinha?
- Estão que faz gosto. Para um doente eu já podia matar algum, se quisesse. Vamos deixá-los ficarem mais crescidos. E a sua horta, Dona Carolina, está bonita?
- Vai indo. Com este tempo, não se pode plantar verduras. Eu tenho agora é pepino, abóbora e chuchu (MORLEY, 2016, p.163).

Sentamo-nos na praia com nossos pratos feitos como para trabalhador, feijão de tropeiro com farinha, torresmos, ovos fritos e arroz; sobremesa, banana e queijo. Delicioso! (MORLEY, 2016, p.318).

O almoço foi tão grande que deu também para o jantar. Tia Aurélia levou a comida de angu. Mandou o negro da casa, Osório, levar o tabuleiro com frangos de molho pardo, lombo de porco, arroz, feijão, ervas e tudo. Mamãe e as outras tias já tinham levado os cestos com as coisas frias (MORLEY, 2016, p.161).

No registro de 14 de março de 1895, Helena ficou em apuros com a incumbência em providenciar um jantar para um amigo da família. A mãe havia ido se encontrar com o pai na mineração e na despensa de casa constavam apenas os mantimentos essenciais para este período, sem excedentes ou supérfluos.

É interessante verificar quais alimentos eram considerados dignos de uma ceia bem como o arranjo pouco convencional para obtê-los, além de mais uma vez se constatar que não havia fartura na despensa dos Morley, o que caracterizaria, mais uma vez na obra, a situação remediada da família:

Chegando à sala ela trouxe uma sopa de arroz com repolho. Depois pôs na mesa um frango ensopado com macarrão, lombo de porco com batatas fritas, arroz e feijão. Na sobremesa, goiabada de minhas tias, que é o melhor doce de Diamantina, chamado “goiabada das inglesas”, com queijo. Tinha além disso uma garrafa de vinho de Seu Sebastião Rabelo. [...] A alegria minha era tanta que me parecia estar num grande banquete (MORLEY, 2016, p.267).

Em 03 de março de 1895, Helena registrou o caso de um rapaz, conhecido da tia Henriqueta, que se hospedou na chácara para se curar da febre amarela. A tia, viúva de médico, ministrou pílulas de sulfato ao rapaz e o alimentou com caldo e leite. Quando o percebeu um pouco mais restabelecido, enviou-lhe frango.

Mais uma vez se percebe a marca do preconceito social que se evidencia, neste caso, ao levemente supor que uma pessoa de origem rural não conhecesse as regras mínimas de educação e de etiqueta social e jogasse os restos dos alimentos no chão, em mais uma significativa amostra da hierarquia social que a sociedade da época narrada se dividia: “Rita foi buscar o prato e o trouxe limpinho, sem um osso. Iaíá lhe disse: Volta, vai apanhar os ossos que o rapaz é roceiro e com certeza os jogou no chão.” (MORLEY, 2016, p.222).

Ainda que servidos aos doentes, nas festividades e para as visitas, no trecho transcrito abaixo, tem-se a dimensão do quão pobre era a população de Diamantina e seus arredores nas narrativas de Helena Morley. A necessidade de agradar e fazer boa impressão aos outros era premente nesta sociedade de aparências, conforme se pôde notar na entrada de 17 de maio de 1894:

Segunda-feira no almoço a mesma coisa, em maior quantidade: arroz, feijão e galinha. No jantar achamos as pernas das galinhas grandes demais. Tia Agostinha disse: “Amanhã, se os galos não cantarem esta noite, teremos de sair cedo, antes do almoço”.

No terceiro dia, não tínhamos ainda nos levantado, minha tia foi ao quarto nos dizer: “É o que eu pensei ontem, minhas filhas. Foram-se os galos”.

Voltamos cedo para Diamantina e eles não insistiram muito para ficarmos. Coitados! Deixamos a casa deles limpa (MORLEY, 2016, p.150-1).

Além dos frangos e das iguarias tão caras aos olhos de Helena e dos seus, ainda havia aqueles alimentos, como ovos, leite, legumes e verduras, que dependiam de esforços e de cuidados para o cultivo em uma economia de subsistência e de coleta. Ou seja, estes mantimentos eram destinados ao consumo das famílias que os cultivavam, funcionando como verdadeiros presentes quando cedidos ao circuito de amigos e de pessoas estimadas.

Outro fato a ser salientado é que competia a Renato matar os frangos para a viagem, para a “matalotagem”, o único a ter “coragem” entre os pertencentes ao núcleo familiar dos Morley. Neste momento, a irmã era grata pela coragem do irmão e não o qualificava de malvado como em outros relatos.

Mamãe já mandou Renato matar os frangos para a matalotagem. Toda família tem necessidade de uma pessoa mais corajosa para fazer certas maldades como matar um frango. Se mamãe não tivesse Renato, que seria de nós? Eu, ela e Luisinha não seríamos capazes em nenhuma hipótese (MORLEY, 2016, p.316).

No relato do dia 26 de março de 1893, assinalado como “domingo de Ramos”, denotando a importância desta data religiosa para a sociedade em que Helena vivia, tem-se o caso do leite que Carolina compra da irmã, Carlota.

Além da reprodução da oralidade e do humor, que conferem verossimilhança à cena, tem-se o registro de uma prática comum à época: nesta sociedade em transição, os habitantes de Diamantina costumavam roubar, de alguma forma, no que podiam, e queriam estabelecer vantagens para si.

No relato abaixo, a irmã de Carolina não respeitou os laços familiares e a enganou acrescentando água ao leite para que este rendesse mais.

Hoje mamãe disse à pretinha: “Maria, você diga a Carlota que o leite está vindo muito aguado; que ela precisa dar mais fubá ou feijão branco à vaca, para engrossar o leite”. A pretinha respondeu: “Aguado? O leite de lá é tão forte que Siá Carlota precisa pô água nele, todo o dia, pra destemperá” (MORLEY, 2016, p.8).

Diamantina de fim de século XIX era uma sociedade pré-capitalista, de economia de subsistência e os frangos eram criados nos quintais. Helena e irmãos possuíam galinhas que diariamente lhes rendiam ovos.

O irmão Renato rapidamente os consumia; Helena, por sua vez, juntava-os e os vendia, seguindo a lição de economia doméstica ministrada por tia Madge, aprendendo a trocá-los por itens pessoais dos quais necessitava como escova de dente e um par de meias, conforme informa na entrada do dia 12 de abril de 1893.

Neste episódio, notando a ausência de sua galinha carijó, tomou satisfação a respeito do seu sumiço com a vizinha, Siá Ritinha, famosa por furtar galinhas:

Na Cavallhada todos dizem que Siá Ritinha é que furta a galinhas para fazer jantar para o comandante do Quartel que é pensionista dela. Saí cega de raiva, desejando ter coragem de lhe dizer tudo na cara.
[...] Eu respondi: “Falei para o ladrão de minha galinha. Mas se a carapuça lhe serve, pode pôr na cabeça”. Saí dali e vim para a casa. Mamãe disse: “Pode esperar que não teremos mais uma galinha de hoje em diante” (MORLEY, 2016, p.45).

Em 12 de abril de 1894, Helena apresentou Chico, o macaco de Siá Ritinha e Inhá, aproveitando a entrada no diário para explicar que, assim como o macaco, a dona furtava.

Ao escrever a respeito do animal de estimação, recorreu indiretamente à teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, pois aprendeu em conversa com um dos primos que o homem descendia do macaco. Entretanto, ao relatar a teoria científica a Padre Neves, este refutou o argumento de Helena apoiando-se na História Sagrada.

A diarista, mesmo acreditando no que seu primo lhe ensinou, ou seja, na Ciência, contraditoriamente deu mostras do quanto se fiava nas superstições ao colocar seu terço na chuva para que Santa Clara pudesse abrir o tempo:

Padre Neves me disse outro dia, quando eu lhe contei que um primo havia me dito que o homem vem do macaco, que é um grande pecado ouvir essas coisas. Eu não tinha visto, na História Sagrada, a história de Adão e Eva? Eu calei. Mas se Padre Neves conhecesse o macaco que tem aqui na vizinhança, até ele era capaz de acreditar. Esse macaco é mais inteligente do que muitos meninos que eu conheço.

[...] O pior furto do macaco foi de meu terço tão bonito, que eu ganhei no dia da minha primeira comunhão e já havia tanto tempo! Quando chovia e eu não podia sair de casa, eu punha o terço na chuva, pois me ensinaram que é melhor que rezar para Santa Clara (MORLEY, 2016, p.139-140).

Devido ao fato de Siá Ritinha ter cuidado de Carolina com esmero, quando esta adoeceu, Helena mudou de ideia a respeito da gravidade do ato de furtar, relativizando-o de acordo com suas necessidades pessoais, pois sua mãe recebeu favores da vizinha: “Hoje eu tive pena de Siá Ritinha. Afinal que me importa ela furte galinhas dos vizinhos, se não furta as nossas? Depois, ela gosta muito de mamãe e meu pai e não perde ocasião de vir aqui em casa” (MORLEY, 2016, p.247).

As práticas adotadas pela sociedade diamantinense parecem justificar o provérbio “a ocasião faz o ladrão” ou ainda “quem rouba pouco é ladrão e quem rouba muito é barão.” (SCHWARCZ; STARLING, 2018. p.14). No registro do dia 17 de abril de 1894, Helena relatou uma situação constrangedora com uma de suas colegas de escola:

Hoje deu-se comigo uma coisa tão horrível que eu fiquei triste o resto do dia. [...] Eu me levantei, pus-me a ajuntar os livros e dei por falta de minha geografia novinha. [...] Foi correndo os livros e o meu estava metido no meio dos de V... Maria Pena tirou-o, entregou-me e ninguém falou mais nada. Estou boba até agora (MORLEY, 2016, p.141).

Para finalizar os relatos que têm o furto como tema, em 16 de julho a surpresa de Helena foi condensada na sentença “Nunca pensei que homem vestido direito furtasse.” Eis o registro:

Eu sempre fico sapeando de longe o jogo dos outros; não chego perto porque ninguém gosta. Hoje é que eu vi por que é. [...] Nunca pensei que um homem vestido direito furtasse. Calei a boca e fui curtir minha tristeza na porta da rua, olhando o luar. Fiquei pensando e disse a Lusinha: “Quem sabe se ele fez isso porque na casa dele passam fome” (MORLEY, 2016, p.65-6).

Esta capacidade da jovem diarista em ser racional, mesmo diante de emoções e de situações constrangedoras, conforme se observa nos relatos compostos por crônicas da sociedade diamantinense, pode ser considerada uma forma de educação, de aprendizado. A convivência com o pai, de origem protestante, o livre exame das questões, o pensamento individualista e crítico

destoavam dos preceitos da fé e das práticas católicas, bem como das superstições que lhe circundavam. É o que se discutirá a seguir.

3.2 A dicotomia entre a religião católica e protestante e seu impacto na educação de Helena Morley

Nestes três anos de registros abarcados entre 1893 e 1895, Morley pôde transitar entre as famílias de origem protestante do pai e a profundamente católica e supersticiosa da mãe.

Nos relatos que formam as entradas da obra, embora as práticas e as festividades católicas tenham sido majoritariamente relatadas, constam algumas vagas menções a práticas de religiões de matrizes africanas bem como a referência às festas dos negros ex-cativos e às mandingas supostamente realizadas por eles, a que a menina eufemisticamente utilizou o verbo “aprontar”.

Nos negros de sua convivência íntima também se encontravam as diversas superstições que povoavam o imaginário da jovem, o que indica que a cultura africana trazida pelos negros, de fato, mesclou-se à influência católica portuguesa que regia a vida e os costumes da sociedade diamantinense. Este influxo resultou em crendices e superstições apreendidas pela diarista como mais uma das ferramentas educacionais proporcionadas por esta sociedade tão diversa em sua composição.

Apesar de receber estas influências ao ouvir as histórias das negras moradoras da antiga senzala da chácara da avó e de mãe Tina, sua ama de leite, e, ao partilhar das crendices perpetuadas, sobretudo oralmente, foi no trânsito entre as duas religiões cristãs, constituintes da base familiar da menina diarista, que Helena formou seu caráter peculiar e investigativo.

Teorizando a respeito dos acontecimentos e relativizando sobre o que percebia, o que via, o que vivenciava nas inúmeras e intransigentes práticas religiosas a que foi submetida em uma cidade permeada por diversas igrejas católicas, que ditavam o calendário litúrgico incorporado ao calendário civil, com

suas inúmeras datas e festividades religiosas celebrando os mistérios de Cristo e a vida, bem como os milagres dos santos, encontrava-se Helena Morley dividida entre vida e os milagres dos santos. Entre a fé e a razão, se por um lado considerava os dogmas religiosos, por outro, questionava e relativizava os aprendizados obtidos nas aulas de catecismo e nas práticas religiosas familiares.

A Igreja Católica, soberana nesta sociedade oitocentista, influenciava diretamente a vida dos habitantes, moldando, por meio da fé e do temor a Deus, a educação e os costumes da população, influência que era ainda mais significativa em uma cidade provinciana como Diamantina, com poucas opções de lazer e com o progresso capitalista e urbanizado, marcado por controles políticos e sociais, ainda embrionário.

Os padres e os bispos, representantes da Igreja Católica, em seu papel de mediação religiosa com a população diamantinense, eram dotados de autoridade e, devido a esta condição, transitavam livremente entre os lares dos fiéis.

Esta condição de privilégio social lhes permitia a interferência direta nas questões domésticas e na educação das crianças, que se estendia e se excedia às aulas de catecismo a prepará-las para eventos importantes na fé católica como a primeira comunhão e a crisma.

Aos 12 anos de idade, privilegiada pelo livre-exame e pelo individualismo, características provavelmente estimuladas pela herança da educação protestante do pai, a menina Helena questionava os comportamentos que observava nas autoridades católicas e os enxergava com humanidade subvertendo, assim, a ideia imaculada de que aqueles que faziam a mediação com Deus eram impassíveis aos apelos humanos e desprovidos de quaisquer defeitos de caráter.

A respeito da religião católica, a efetivamente praticada por Helena e seus familiares, Perrot informa que:

O catolicismo é, em princípio, clerical e macho, à imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Eles detêm o poder, o saber e o sagrado. Entretanto, deixam escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria [...] (PERROT, 2007, p.84).

Assimilando do pai os princípios calvinistas, tem-se ao longo dos episódios a firmeza da jovem presente nos fundamentos protestantes como a resistência às adversidades, a desclassificação dos adversários, o livre exame das questões, das instituições e das tradições consagradas, a superioridade e a distância em relação

ao meio, além da abertura para entender a sociedade do seu tempo, a individuação reflexiva e o recorrente esforço, que lhe requeria exercícios de racionalização.

Ainda segundo Perrot, no protestantismo “as relações entre os sexos eram diferentes” e a Reforma Protestante, ocorrida no século XVI, representou para as mulheres um avanço significativo na instrução e escolarização, pois “o livre acesso à Bíblia supunha que também as meninas soubessem ler.” (PERROT, 2007, p.86).

O hábito protestante do livre-exame, assim como o da confecção do diário íntimo foi herdado por Helena sob a tutoria de Alexandre. O diário pessoal, usando de suas palavras, “o hábito de contar o que acontece” com ela a seus cadernos, apresentou no decorrer da obra diversas funções: desabafar, guardar segredos e castelos, contar casos e confessar intimidades e particularidades que não ousava a uma amiga.

Em uma sociedade praticamente analfabeta, a manutenção com regularidade de um diário é digno de menção, pois provavelmente sua confecção apenas tenha sido possível devido à influência da religião protestante, ao monitoramento do pai e, não se pode deixar de mencionar, pelas tarefas textuais exigidas pelo professor de português da Escola Normal, Sebastião.

Observa-se, ao longo das entradas, o livre exame das questões apresentadas tanto pelas instituições religiosas, escolares quanto das tradições sociais rigorosamente consolidadas.

Nota-se também a superioridade da menina em sua capacidade investigativa, interpretativa e de relativização dos fatos vivenciados. O distanciamento em relação ao meio, ao mesmo tempo em que apresenta a abertura de espírito necessária para se compreendê-lo na individuação reflexiva, a valorização do esforço por meio do trabalho e o autoexame racionalizado são marcas distintivas da diarista Morley.

Em diversas passagens pode-se perceber a hesitação entre aproveitar a vida e o desprendimento cristão (a vida é feita de sofrimentos) representando a própria dualidade pessoal de Helena que ora compreende um Deus justo e amoroso, ora o percebe como vingativo e implacável.

A fase adolescente vivida pela jovem encontrou correspondência à nova civilização utilitária e burguesa quanto à indefinição do momento histórico e de suas perspectivas em um ambiente de exercício religioso exacerbado, com forte discriminação aos negros e, conseqüentemente, nas lentas formas de renovação dos costumes.

Deste modo, de acordo com Schwarz: “[...] quando Helena usa da inteligência para lidar com a estupidez, assistimos encantados a vitória das Luzes.” (SCHWARZ, 2007, p.101).

A escrita de Morley funcionou como catarse, como purificação e absolvição e, sob a influência da família paterna, o protestantismo fomentou a reflexão diária sobre a conduta prosaica, sendo revisitada e reavaliada. Para os protestantes, cada fiel é responsável por sua salvação. Sendo assim, a condenação ou a absolvição só dependem de ações próprias.

Entretanto, na prática católica, em sua forte manifestação em Diamantina, sobretudo no que se verifica pelas atitudes das representantes da família materna de Helena, o exercício de leitura dos textos bíblicos foi frequentemente substituído, conforme se observa no diário, pela realização de rituais, de procissões e de novenas, além de festividades religiosas presentes no calendário litúrgico que, por sua vez, envolviam a sociedade em sua organização.

Os santos eram cultuados como intermediários divinos, mais próximos da vida cotidiana de seres falíveis e terrenos. Ressaltando-se a observação de Helena, em suas páginas, que dificilmente se apela a Deus e mesmo a Nossa Senhora como intercessores nos momentos de aflição e de dificuldades.

Apesar de ser crítica de toda a adulação aos santos, e a Deus, verificada no comportamento da avó Teodora, a diarista, por seu turno, também não deixou de se apegar aos santos para solucionar problemas pessoais cotidianos que lhe pareciam cruciais e intransponíveis como o bom desempenho nos exames escolares, o restabelecimento da saúde, a preservação da vida da avó e até mesmo como adquirir um uniforme novo.

Aproximando-se do sagrado e da coletividade em comunhão com os mesmos valores religiosos, os praticantes do catolicismo, o grupo se unia na mesma linguagem na realização de novenas e de rezas, muitas vezes retratadas na obra, assim como nas ocasiões de festa religiosa ou na intenção de preservação da vida da matriarca.

Há também reiteração de valores por meio das histórias dos santos conforme Morley assinalou em registros em que relatou suas experiências e da tia Carlota em confissões aos padres e às experiências vivenciadas em aulas de catecismo de Padre Neves.

Na escrita centrada no eu, escreveu, interpretou e concluiu, em um individualismo acentuado, a respeito da necessidade de autoconhecimento e de reconhecimento no futuro, que pôde ser contrastado ao presente narrado: ao comparar a alegria da pobreza na infância com a abundância de sua velhice.

Nesse sentido, a autora pôde ser recompensada, e acreditar neste mérito, por seus momentos de resignação sobre os desígnios da Providência Divina, nas ocasiões em que acatava as sugestões da avó e da mãe em oferecer o infligido sofrimento a Deus para posteriormente ser recompensada.

Lembra-se de que a linhagem do pai de Helena, o minerador Alexandre, era de ascendência estrangeira, precisamente, inglesa. Filho do médico e boticário protestante John Dayrell, benfeitor de Diamantina, e fundador da Santa Casa de Misericórdia, Alexandre Dayrell, exceto por demonstrar crer no céu destinado aos ingleses protestantes, evidenciou-se ao longo dos relatos como quase integralmente incrédulo ou mesmo agnóstico.

Apesar de seu ceticismo, procurava não causar dissabores à mulher católica e intransigente quanto ao questionamento dos dogmas e dos assuntos religiosos, acompanhando-a nas missas e nas peculiares procissões de Diamantina, ainda que avesso em relação aos excessos religiosos da família da mulher beata, casta, supersticiosa, temente às autoridades religiosas.

Comprometida com promessas, rezas e novenas, em causas próprias e com as de outrem, Carolina vivia, pois, na função de evitar os pecados como a maledicência e o inconformismo diante das vicissitudes da vida.

Já o marido Alexandre mostrava-se lógico, racional, metódico, iconoclasta, resistente às confissões e modelo para a filha Helena, incutindo-lhe, no lugar da censura, o hábito da escrita e da auto investigação.

O minerador não deixava, entretanto, de registrar suas impressões e críticas racionais a respeito da religião católica, pois ao se recusar a se confessar com um “mediador de Deus”, um padre, e a comungar nas missas, demarcava perante a família e à sociedade, as convicções e limites pessoais quanto às práticas religiosas.

E, embora Helena julgasse que o pai tivesse boa saúde e não carecesse de oração, pois sua vida não aparentava correr riscos, raciocinava neste caminho de elucubrações que Alexandre, sem pecado algum, quando comparado a outros homens que a diarista conhecia em Diamantina, não poderia conquistar um lugar após a morte física senão o céu.

A filha mais velha, em sua idealização paterna, ignorou o comentário carregado de preconceitos de classe e de racismo do minerador inglês, quando distinguiu o céu destinado aos ingleses do céu destinado aos demais, por provavelmente não se sentir tocado pelas fortes questões e situações diárias de preconceito racial encontradas na sociedade de então.

O doutor Inglês, John Dayrell, pai de Alexandre, apesar de toda a sua obra em prol da cidade mineira, não pôde ser sepultado na igreja porque, na condição de protestante, não era batizado na religião católica e, devotado a seus princípios religiosos, recusou-se a conversão ao catolicismo mesmo nos instantes finais da existência.

Demonstrando firmeza de caráter, o médico argumentou ser toda a terra sagrada e não apenas o local destinado ao enterro dos restos mortais. Este acontecimento do sepultamento gerou muitos dissabores para Helena, como se observa na seguinte passagem do dia 09 de novembro de 1893:

Meu avô não foi enterrado na igreja porque era protestante; foi na porta da Casa de Caridade e até hoje se fala isso em Diamantina. [...] Eu sofria muito quando as meninas diziam que ele estava no céu dos ingleses, falava a meu pai e ele dizia: “Responda a elas, minha filha, que é para lá que você também vai, que é o céu dos brancos e não dos africanos”. Eu sempre respondia: “Meu pai, se eu ouço o senhor falar uma coisa, e as meninas, mamãe e todos, outra, eu fico é doida” (MORLEY, 2016, p.100-1).

Em 13 de março de 1893, tem-se a descrição de Helena sobre uma procissão realizada na Quarta-feira de Cinzas. Neste evento, vida pública se mesclava à religiosa em uma província que realmente tinha seu cotidiano intensamente marcado e alterado pelo calendário católico.

É interessante notar que, em linguagem hábil e concisa, a menina Helena conseguiu captar seu estado de espírito, bem como de seus genitores, durante a procissão. A diarista apresentou-se mais madura e cética em relação a algumas crenças populares como a do fim do mundo, caso o globo carregado pela imagem do menino Jesus caísse de suas mãos.

Helena apreciou o que viu, o pai achou um verdadeiro carnaval os santos saírem trocados em seus corpos e cabeças e a mãe julgou ser um grande pecado o marido ter esta opinião a respeito da procissão religiosa.

Ao participar do evento, a jovem mineira analisou cada sujeito que fez parte dela, mais uma vez como se fosse uma cientista social, com olhar arguto, e, desse modo, o diário se tornou interlocutor das contradições e das contestações de certas

práticas religiosas acumuladas em sua breve experiência de vida, embora a diarista nem sempre verbalizasse suas impressões com os familiares, pois sabia de antemão que a mãe não admitiria discussões e questionamentos e a querida avó poderia se escandalizar com seus pensamentos hereges.

Este ano saiu à rua a procissão de Cinzas que há muitos anos não havia. Não sei como eles não faziam mais uma procissão tão importante, com tantos santos.

[...] A serpente ia enrolada no corpo de Eva que tinha uma maçã na mão. S. Roque saiu com uma barba grande. Todas disseram que nunca viram S. Roque barbado. Seu Broa disse que na barafunda de arranjar a procissão eles trocaram algumas cabeças na sacristia da Luz (MORLEY, 2016, p.35-6).

Cético, crítico e reflexivo, ao garantir a manutenção dos filhos na escola e ao incentivar a escrita da diarista, perpetuando os ideais da educação britânica, protestante e liberal, embora inserido em uma sociedade tradicional e católica, Alexandre demonstrava, pela ótica da filha, também possuir certo grau de instrução formal, assim como duas das irmãs, tias de Helena, professoras de escolas de primeiras letras.

Quanto à família paterna, os preceitos herdados do protestantismo e a capacidade de raciocinar livre de crenças e dogmas que poderiam limitar-lhe, foram determinantes para que o diário de Helena transcendesse a função de registro do cotidiano pessoal e de anedotas de uma menina para se tornar documento, retrato da sociedade brasileira que passava por importantes transformações.

Nesse sentido, a Reforma Protestante, e suas primeiras traduções da Bíblia, propiciando a reavaliação dos textos sagrados e as diferentes leituras do modo de servir a Deus no percurso do caminho religioso, também representou um ganho para a instrução feminina com o livre acesso à leitura individual dos Textos Sagrados, ou seja, desdobrando-se em incentivo à alfabetização e à criação de escolas.

Obra considerada revolucionária para a época em que foi escrita, no final do século XVIII, *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016) é um dos estudos fundadores do feminismo e um dos referenciais teóricos mais respeitados nos estudos feministas e nos de gênero.

O texto de Mary Wollstonecraft retrata a condição de opressão da mulher na sociedade inglesa, em um período histórico marcado pelos ideais iluministas e pelas profundas transformações que o capitalismo industrial inseriu no mundo.

No fim do século XVIII, logo após a França ter sido palco da maior revolução burguesa da história, com o lema de “Liberdade, igualdade e fraternidade”, passou-se a questionar a extensão destes direitos a toda a humanidade e não apenas a um segmento dela, ou seja, os homens brancos europeus.

Em 1792, deu-se início ao protesto feminista de Mary Wollstonecraft, na forma de publicação da obra que reivindicou justiça para as mulheres, excluídas do papel de cidadãs pela Constituição Francesa promulgada em 1791, exigindo veementemente a igualdade entre os gêneros, contestando, assim, o discurso dominante que apoiava a subordinação da mulher ao homem, normatizando-a como um dado natural.

Enfrentando homens renomados como Jean-Jacques Rousseau e Alexander Pope que, ainda sob o que justificavam se tratar do argumento da razão, restringiam às mulheres um lugar pouco privilegiado na sociedade, Wollstonecraft argumentava que a dependência econômica das mulheres, bem como sua impossibilidade de acesso à educação racional, transformava-as em seres infantis e resignados.

De acordo com prefácio da obra, escrito por Maria Lygia Quartim de Moraes:

[...] o livro denuncia os prejuízos trazidos pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens submetidos a pais, maridos ou irmãos (2016 apud WOLLSTONECRAFT, p.7).

Outro destaque da obra consiste no fato de ter sido escrita por uma mulher intelectual libertária, ativista das causas dos oprimidos em uma época em que a vida pública era circunscrita aos homens. A militância antiescravagista da autora é reconhecida oficialmente com sua introdução formal no panteão dos abolicionistas ingleses.

Mary Wollstonecraft defende a importância da educação e da universalidade de direitos para as mulheres em uma época que estas eram excluídas da educação formal, das universidades e das possibilidades de uma carreira de nível superior, além da censura nas demais atividades da vida pública.

Além disso, o casamento compulsório relegava à mulher o papel de dependente legal do marido, incapacitada de gerir os próprios bens e de trabalhar sem o consentimento de seu tutor, deflagrando uma menoridade como destino eterno.

Vale destacar, ainda no prefácio da obra, o seguinte trecho de Moraes:

A força do argumento de Mary está no fato de que ela não nega a inferioridade intelectual das mulheres de seu tempo, mas atribui a exclusiva responsabilidade disso aos preconceitos e limites sociais enfrentados por suas contemporâneas. As mulheres de seu meio eram educadas para o casamento e para serem sustentadas pelo marido. Segundo o modelo dominante, a beleza era o principal atributo, e a grande virtude da mulher estava em ser a guardiã do lar. No entanto, uma vez casadas, perdiam toda e qualquer autonomia, ficando à mercê da autoridade masculina (2016, apud MORLEY, p.16).

Escrito em um momento anterior ao das grandes lutas proletárias, quando a burguesia ainda carregava uma missão revolucionária, este texto de relevância histórica permanece atual na crítica ao capitalismo e na luta pela igualdade de gêneros, além do mérito de Mary Wollstonecraft ser a primeira teórica a demonstrar que “ninguém nasce mulher” lançando, assim, os fundamentos ontológicos da teoria dos gêneros 150 anos antes da publicação de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir.

Destacam-se os capítulos mais relevantes para o estudo em questão: “*Discussão sobre os direitos e os consequentes deveres da humanidade*” em que questiona:

[...] se as mulheres não são um enxame de seres frívolos e efêmeros, por que deveriam ser mantidas na ignorância, sob o enganoso nome de inocência? E argumenta que desde a infância diz-se às mulheres, e elas aprendem pelo exemplo das mães, que um pouco de conhecimento da fraqueza humana, uma espécie de astúcia, um temperamento suave, uma obediência *exterior* e uma atenção escrupulosa a um conceito pueril de decoro farão com que elas obtenham a proteção do homem; e, se forem belas, todo o resto é desnecessário por, pelo menos, vinte anos de sua vida (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.39).

A teórica afirma que a educação só surtirá efeito transformador quando a sociedade estiver constituída de modo diferente, quando as mulheres puderem exercer sua própria razão.

O capítulo “*Sobre a educação nacional*” é o mais relevante como subsídio teórico de apoio para o *corpus* da pesquisa empreendida para a confecção da tese. Nele, a autora critica tanto a escola quanto a educação particular, contrapõe o ensino oferecido pelo Protestantismo ao Catolicismo, reprovando os métodos educacionais e defende a educação mista.

Por se tratar de um estudo de viés feminista escrito no final do século XVIII em que a educação das mulheres ainda não era um direito, esta obra é fundamental para entender a sociedade em que Helena Morley estava inserida no Brasil do século XIX, pois as conquistas entre os gêneros ainda estavam em seu prenúncio, a

Escola Normal estava vivendo seus primórdios e a divisão do trabalho por gênero era flagrante na sociedade diamantinense, o que correspondeu, salvaguardando seus respectivos contextos políticos e históricos, às reivindicações formuladas por Mary Wollstonecraft.

Embora a visão patriarcal ainda determinasse o tom da sociedade oitocentista, na qual a instrução se apresentava contrária tanto ao papel das mulheres quanto à sua natureza, pois feminilidade e saber se excluía, as mulheres protestantes eram nitidamente mais emancipadas do que as católicas e mais presentes no espaço público, conforme atesta Perrot:

A instrução protestante das meninas teria consequências de longa duração sobre a condição das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão, as relações entre os sexos e até sobre as formas do feminismo contemporâneo. O feminismo anglo-saxão é um feminismo do saber [...] (PERROT, 2007, p.91).

Todavia, embora as mulheres fossem encorajadas a se instruir, principalmente na leitura da Bíblia, esta ferramenta poderia abrir “portas perigosas do imaginário”, cabendo ao pai, marido ou tutor da mulher, permitir o que poderia ser absorvido por meio da leitura:

Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário. Uma mulher culta não é uma mulher.
[...] É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2007, p.93).

O trabalho, valorizado como uma espécie de salvação cuja responsabilidade seria individual e, teria como oposto o ócio, considerado pernicioso, pensamento que Helena Morley partilhou no elogio às atividades manuais, na reflexão de que para ela castigo seria ter de ficar parada, sem trabalhar.

Neste movimento ideológico, desqualificava as atividades escolares que, por sua vez, para a jovem normalista, não se constituíam em labor. Pode ser que, inserida em uma sociedade cuja industrialização ainda se iniciava, apenas o que denotava esforço físico e, principalmente, manual, fosse, de fato, considerado digno de ser classificado como trabalho.

No livre exame da consciência, as experiências e as dificuldades vivenciadas pela diarista representariam maneiras de autoconhecimento ao repensar e avaliar as

considerações advindas dos adultos. Mesmo mais nova e mais inexperiente em relação àqueles que lhe precediam em sua hierarquia, Helena julgava o que lhe era transmitido como passível de questionamentos e de relativizações.

Dessa forma, a menina pôde construir sua própria visão de mundo, tornando-se emancipada e livre de certas impregnações marcadas pelas ideias maniqueístas de céu e inferno, pecado e prazer, Deus justo e Deus vingativo, que dominavam a mentalidade da época e a localidade em que residia.

Destoando da maioria dos que a circundavam e de seus próprios familiares, que não possuíam o hábito de questionar o que lhes era fornecido, Helena vivenciou conflitos religiosos como, por exemplo, a respeito do macaco Chico, pertencente à filha de Siá Ritinha.

Este confronto entre a religião e a ciência, entre o senso comum e a experiência perturbou a menina Helena, que buscava intimamente uma explicação viável para entender e conciliar as diferentes concepções sobre os fatos da vida.

Assim, sua escrita do diário pode ter como motivação, além do condicionamento histórico, e do estímulo sistemático dos educadores, o autoexame para a compreensão de questões que a importunavam.

Conforme Perrot:

A escrita do diário era um exercício recomendado, principalmente pela Igreja, que o considerava um instrumento de direção de consciência e de controle pessoal. [...] O diário ocupa um momento limitado, mas intenso, na vida de uma mulher, interrompido pelo casamento e pela perda do espaço íntimo. Está ligado ao quarto das meninas. Por um breve tempo permite a expressão pessoal (PERROT, 2007, p.28-9).

No diário de Helena, diversas datas religiosas são registradas. O evento, digno de menção, em relação à Entrada do Santíssimo na chácara de Teodora, ocorreu pela primeira vez e a avó, contente com o fato, enfeitou a rua com areia e folhas de café, reproduzindo as ocasiões de procissão religiosa em que os desenhos feitos nas ruas eram tradição nesta sociedade.

Sabe-se também que, por Teodora ser uma mulher influente na cidade, pôde ter o privilégio de receber a comunhão de sua própria casa, vizinha da Igreja do Rosário, em uma amostragem do quanto família e igreja se imbricavam nesta sociedade católica: “O padre sempre traz comunhão para vovó na chácara sem ela estar doente” (MORLEY, 2016, p.30).

Na comemoração do Dia de Santa Cruz, mais uma vez, pôde se perceber o privilégio destinado a Teodora pelos religiosos. Helena também descreveu com

satisfação os preparativos da festa, a decoração com lamparinas, os donativos arrecadados e a comida servida.

Como é bom vovó morar na Chácara! A casa é tão perto da Igreja do Rosário que Senhor Bispo, vendo como ela é gorda e pesada, lhe deu licença de ouvir a missa da janela do quarto, e quando é para comungar o padre leva a comunhão para ela.

[...] No Dia da Santa Cruz não descansamos um instante. Cada um quer trabalhar e ajudar mais do que o outro. Meus irmãos ajudam a cortar e a fincar os bambus. Eu e Luisinha carregamos as folhas de papagaio e de café.

[...] Para nós este é um dia alegre. Todos os meus tios e primos se reúnem na Chácara de vovó. As negras fazem para nós um judeu⁴ de frangos de molho pardo, lombo de porco, arroz e angu. (MORLEY, 2016, p.49-50).

A Festa do Divino foi descrita como um das melhores, longas e a das mais animadas comemorações, exigindo muitos preparativos. Os fiéis fizeram promessas e houve a entrega de ex-votos.

Helena se alegrou também pela possibilidade de ganhar um vestido novo, levar a cera debaixo da bandeira do Divino e assim fazer inveja às primas. Desejava, ainda, que seu pai fosse Imperador na próxima festividade e elogiou os fogos de artifício da festa.

É interessante a menção aos ex-votos, prática ainda em voga nos dias atuais e o registro do que motivou a promessa da mãe, o coice que o marido levou de um burro quando estava a serviço, na Boa Vista, representando o retrato de costumes de uma época em que o meio usual de locomoção era feito no transporte animal: “Este ano, além da cera da vovó, eu tive de levar um milagre de meu pai, uma perna com manchas vermelhas de feridas. Esta perna foi promessa de mamãe quando meu pai esteve com uma ferida do coice de um burro na canela, na Boa Vista”. (MORLEY, 2016, p.54).

A Festa do Rosário, também conhecida como “Festa dos Pretos” foi classificada como uma das preferidas de Helena porque ocorreu na Igreja do Rosário, vizinha à casa da avó, o que dava a impressão de se tratar de uma festa particular.

A diarista relatou o fato de Júlia, uma ex-escravizada da avó, ter sido sorteada para ser a rainha da festa, o que lhe acarretou gastos para arcar com este sorteio na providência do vestido, da coroa e dos alimentos para o jantar comemorativo. Júlia se comprometeu financeiramente e empregou nos preparativos da festa o dinheiro que estava guardando para comprar um rancho.

⁴ Judeu: ceia.

A respeito da festa de Nossa Senhora do Rosário quando os negros eram autorizados a vestirem os trajes dos brancos, de acordo com Freyre:

A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca uma intransponível ou dura barreira. Os próprios padres proclamavam a vantagem de concederem-se aos negros seus folguedos africanos. Um deles, jesuíta, escrevendo no século XVIII, aconselha os senhores não só a permitirem, como a “acudirem com sua liberalidade” às festas dos pretos. “Portanto não lhe estranhem o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do anno, e o alegrarem-se honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito [...]” (FREYRE, 2003, p.439).

De acordo com Cascudo, no *Dicionário do folclore brasileiro*, a respeito da Festa de Nossa Senhora do Rosário:

Padroeira dos escravos, juntamente com São Benedito, sua festa se realiza no final do mês de novembro [...] Os festejos seguem as normas cerimoniais da Festa do Divino, com a presença do rei e da rainha, vestidos a caráter, e preservada em suas partes principais. O início dos festejos é marcado pela missa solene na igreja toda enfeitada nas cores branco e azul. O mastro, erguido ao lado da igreja, ostenta as efígies de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que também aparecem nas bandeiras brancas conduzidas em procissão. Estão presentes as associações religiosas, as crianças com vestes de anjo e de São Benedito, e o povo devoto, acompanhados pela banda de música. À noite, quermesse com leilão de prendas encerra os festejos (CASCUDO, 2000, p.230-1).

Ainda a respeito da Festa do Rosário, promovida por irmandades, em que os negros eram responsáveis pela arrecadação de donativos, encontra-se a informação a seguir:

As irmandades negras costumavam ser mistas; assim, era comum a participação das irmãs em cargos específicos, como rainhas e juízas. Embora elas não tivessem direito ao voto nas mesas diretoras, os cargos ocupados pelas mulheres não eram simbólicos. Entre outras obrigações, rainhas e juízas eram responsáveis pela arrecadação de donativos e pela organização das festas do padroeiro, tendo, portanto, responsabilidade direta no sucesso ou fracasso do evento festivo. A festa do padroeiro constituía um momento singular de mobilização e visibilidade pública da agremiação, quando as irmandades negras poderiam galgar um lugar de distinção na sociedade colonial. Suas festas, além dos atos litúrgicos, permitiam manifestações menos solenes: ocorridas do lado de fora da igreja, com música, dança e comilanças, regadas a muita bebida alcoólica. Representavam circunstâncias especiais de demonstrações culturais, como os reinados do Rosário e as coroações de reis e rainhas do Congo, e por isso, também, chances privilegiadas para o reconhecimento de diferenças no interior das comunidades de africanos e crioulos. (SCWARCZ; GOMES, 2018, p.273)

Outra festividade católica é a Festa de São João. Helena comentou a festa realizada na chácara do tio Conrado. Elogiou as comidas feitas por tia Aurélia, criticou o cuidado do tio, excessivo de acordo com seu ponto de vista, com as filhas

devido aos fogos de artifício e as proibições de ficar perto da fogueira, de pulá-la e de nela assar batata-doce. A respeito desta festividade, segundo Freyre:

Uma das primeiras festas meio populares, meio de igreja, de que nos falam as crônicas coloniais do Brasil é a de São João já com as fogueiras e as danças.

[...] As sortes que se fazem na noite ou na madrugada de São João, festejado a foguetes, busca-pés e vivas, visam no Brasil, como em Portugal, a união dos sexos, o casamento, o amor que se deseja e não se encontrou ainda (FREYRE, 2003, p.326).

A passagem abaixo se refere ao mês do Rosário e a menina diarista anotou ser outubro o único mês em que estaria dispensada de rezar o terço no oratório da avó. Demonstrando o livre exame que lhe era peculiar, questionou o acréscimo de orações às já realizadas para os que os que estão mortos e ela nem os chegou a conhecer.

Helena reconhecia o quanto é importante para a avó rezar, mas admitia, em contrapartida, não achar as rezas a melhor coisa do mundo e se sentir obrigada a apenas ir à missa aos domingos e a rezar o terço simples, pois só gostava de fazer orações quando estava triste ou trovejava. Contudo, sentia-se culpada quando não conseguia ir à missa tendo acordado no meio da noite para rezar o terço, pois se esqueceu de fazê-lo antes de dormir.

Outro fato que se destacou no relato é que, assim como ninguém sabe explicar ao certo o porquê de o menino Jesus segurar o globo terrestre também não encontrou explicação entre os familiares praticantes do catolicismo a respeito do motivo de, no mês do rosário, ela e os parentes rezarem o terço na igreja em vez da chácara:

Eu confesso que gosto mais de rezar o terço na igreja do que na chácara com vovó. Na chácara, quando não inventam rezar mais padre-nosso por todos que já morreram e que a gente nem sabe quem eram, é laiá tirando o terço com uma moleza que faz aflição na gente. A igreja é bem mais alegre e não tem invenção nenhuma; é sempre a mesma coisa (MORLEY, 2016, p.96).

A respeito das rezas, segundo Freyre, trazidas pelos colonizadores no século XVI e presentes no cotidiano da população brasileira, especialmente nas mulheres, nas crianças e nos escravos, tem-se que:

Dentro de casa rezava-se de manhã, à hora das refeições, ao meio-dia; e de noite, no quarto dos santos – os escravos acompanhavam os brancos no terço e na salve-rainha.

[...] Quando trovejava forte, brancos e escravos reuniam-se na capela ou no quarto do santuário para cantar o bendito, rezar o Magnificat, a oração de

São Brás, de São Jerônimo, de Santa Bárbara. Acendiam-se velas; queimavam-se ramos bentos, recitava-se o credo-em-cruz (FREYRE, 2003, p.520).

No diário *Minha vida de menina*, encontra-se com detalhes um momento importante aos praticantes da religião católica, a confissão. Helena iniciou o episódio relatado abaixo contextualizando a data religiosa, a Semana Santa, a mais significativa para os católicos, mais especificamente a Quarta-feira de Trevas.

A lembrança da paixão, da morte e da ressurreição de Cristo alterava a rotina de toda a população. Oração, confissão, comunhão, penitência em ato de contrição e arrependimento foram racionalizados pela diarista que refletiu a respeito das atitudes e da conduta do ser humano, enfatizando os aspectos morais, pois o comportamento do homem, ou seja, suas ações, e não suas intenções, é que seria a identificação da verdadeira fé.

O relato se encerrou com tom cômico ao reportar a confissão da tia Carlota:

Na Semana Santa, como não há escola para nós, a família toda aproveita para ficarmos reunidos na chácara.

Ontem, Quarta-feira de Trevas, láia Henriqueta leu em voz alta a Paixão de Cristo para nós todos ouvirmos. Como era dia de bacalhau, vovó mandou abrir três garrafas de vinho do Porto para o jantar. Todos comeram e beberam a fartar; tia Carlota bebeu mais do que as outras e ficou com o nariz vermelho como lacre e os olhos pequeninos. Depois do jantar fomos todas para o Palácio confessar.

Nós, meninas, fomos proibidas de confessar com Senhor Bispo, porque ele pergunta muita coisa que a gente não entende e meu pai disse que é um absurdo mamãe nos deixar confessar com um velho já caduco. Ele está muito velhinho. Como no Palácio há muitos padres, mamãe escolheu para nós o Padre Florêncio. Ele é muito bom e dá penitência pequena, mas a gente sai cansada do confessionário de tanta história de santo que ele aproveita para contar e aconselhar a gente a imitar. Como se isso dependesse da gente. Eu regulo por mim; tenho inveja das pessoas boas e santas mas não posso deixar de ser o que sou.

Tia Carlota foi confessar com Senhor Bispo. Ele não deixa ninguém dizer os pecados, ele mesmo é que quer perguntar. Tia Carlota diz que estava muito tonta e por isso gostou do Senhor Bispo perguntar para ir só respondendo.

Ele começou:

- Você fala mal da vida alheia?

Ela respondeu:

- Muito, Senhor Bispo.

- Perde missa nos domingos?

- Muito, Senhor Bispo.

- Deseja mal aos outros?

- Muito.

- Você furta?

- Muito.

Então ele disse:

- Você está é muito bêbada. Vá curar essa mona e volte. Nós todos rimos a não mais poder quando tia Carlota contou a confissão dela (MORLEY, 2016, p.39-40).

A respeito da Semana Santa, encontra-se o esclarecimento de Cascudo sobre a data religiosa:

É o período que vai do Domingo de Ramos ao Domingo de Páscoa. Celebrando a entrada de Jesus em Jerusalém, o Domingo de Ramos é marcado pela distribuição de palmas aos fiéis. Durante a semana é comum encontrar nas portas das igrejas vendedores com folhas de palmeiras trançadas e outras folhagens. [...] É tradição também guardar a Quarta-feira de Trevas, a Quinta e a Sexta-feira Santa e o Sábado de Aleluia (CASCUDO, 2000, p.627-8).

Na entrada transcrita a seguir, tem-se a crítica à prima Chininha, que desfruta as férias do Colégio de Freiras na chácara de Teodora. A raiva e a antipatia que Helena sente pela menina são tantas que avalia a necessidade de levar o fato ao confessorário ainda que no seu íntimo, no livre exame, encontre motivos para ter esses sentimentos.

Nesta crítica dirigida à prima, mas que pode ser estendida à sociedade diamantinense, Morley acredita que toda a demonstração de devoção de Chininha não passa de encenação, de pantomima aprendida no Colégio de Freiras para fazer agrado à avó. Porém reconheceu, sinceramente, que a vivência da menina com as religiosas modificou radicalmente seu comportamento, transformando-a de mal-educada em “santa”.

Helena, que admitia não gostar de sacrifícios, indagou a avó a respeito da necessidade de tirar as almas do Purgatório, pois estas já deveriam estar acostumadas a ficar lá depois de tanto tempo. Também não ganhou as indulgências, pois quebrou o jejum da Sexta-feira Santa, atribuindo a culpa ao demônio, ao comer escondida, e sendo vista pela prima Chininha, as espigas de milho-verde preparadas para o jantar.

É interessante ressaltar o detalhamento da mudança da rotina registrado por Morley no que se referia às refeições mais simples, servidas na chácara, pois eram adequadas ao sacrifício à data religiosa. Destaca-se também a paciência demonstrada pela avó Teodora com a neta, ao desculpá-la de comer as espigas antes do autorizado, atribuindo à violação da regra religiosa as necessidades de seu apetite.

Nunca passei um dia na minha vida tão enjoado como Sexta-feira da Paixão. Chininha inventou que estava triste pela morte de Jesus Cristo e foi ler alto a Paixão para vovó, como se faz no Colégio, e nós todas tivemos de ficar escutando. Todos sabem que não sou nenhuma santa, mas quando estou no meio das outras que são como eu, ninguém nota. Vem agora esse inferno de fingimento para as tias notarem; mas vovó, graças a Deus, não deixa ninguém falar muito de mim (MORLEY, 2016, p.40).

Sábado de Aleluia é o dia de “enforçar o Judas” e a diarista propõe-se a descrever a empolgação dos negros que viviam na chácara em deixarem a horta, situação que raramente ocorria, para enforcarem o Judas, trajando roupa limpa e, ao passarem pela matriarca Teodora, fazerem-lhe a saudação.

Encontra-se a marca do preconceito na expressão escolhida por Helena, “negrada”, além da reprodução da oralidade dos ex-escravizados, em um mimetismo que buscou a verossimilhança quanto ao registro de fala empregado.

Helena Morley, estudante normalista, reproduziu no registro da fala dos negros ex-escravizados e apartados da educação formal, o que absorveu do sistema educacional da época, uma vez que:

Se o Brasil é uma nação em formação, nada mais natural que tentar uma unificação lingüística para a construção/ manutenção de uma identidade que também se constituía. Nesse sentido, o conjunto de provas apresentado, demonstra uma preocupação básica com a questão da norma, revelando, tanto a ação de forças externas à escola, já que era uma aspiração social o estabelecimento de uma nação unificada, quanto a colaboração de forças internas à escola, que determinavam os conteúdos de estudos também em função de uma normatização da língua, já que esse poderia ser um dos caminhos para a construção da identidade nacional. Assim, a partir da distância social observada entre as “classes” sociais existentes no Brasil, caracterizada por uma elite patriarcal, ao lado de um grande número de escravos e analfabetos, observa-se a necessidade de controle. Nesse sentido, a normatização da língua pode ser vista como a contribuição para a existência de mais uma forma de controle social (GOMES, 2006, p.198).

Além do mais, “ser professor” no período em estudo significava ser detentor, por excelência, de um conjunto de conhecimentos que emprestavam dignidade e prestígio social. Assim, o professor deveria deter, em relação à Língua Portuguesa, um conjunto de conhecimentos que lhe garantisse e efetivasse tal respeitabilidade, o que conferia à essa figura traços distintivos, desde a sua estruturação textual oral e escrita até à pronúncia correta de palavras. Tal distinção deve ser entendida em relação à linguagem nos aspectos: (i) a sociedade brasileira da época constituía-se por uma maioria de analfabetos, portanto o acesso à leitura já se constituía como traço distintivo; (ii) se a leitura era fator de distinção, a escrita se constituía como conhecimento de grupos ainda menores, (iii) se a sociedade brasileira era constituída por um grande número de analfabetos, a detenção de conhecimentos gramaticais, incorporados à modalidade falada marcava ainda mais a distinção de um grupo que “passou” pela escola, uma vez que era essa também a perspectiva que marcava o ensino no país. Se as escolas tinham como público alvo um determinado grupo, isto é, se as escolas brasileiras, no período em estudo, pretendiam formar as elites do país, o trabalho que se desenvolvia em seu interior tratava de aprofundar as distinções entre aqueles que a frequentavam ou não; logo a língua usada (mesmo que oralmente) por seus frequentadores constituía-se como elemento marcante, que reforçava a idéia de pertencimento (GOMES, 2006, p.208-9).

Embora o registro do coloquial tenha sido uma interessante estratégia empregada pela diarista conferindo maior verossimilhança aos fatos narrados, vale, neste momento, o questionamento de se apenas os negros e uma insignificante parcela das muitas personagens que aparecem na obra, inseridas em uma população praticamente analfabeta, ou tendo pouco frequentado os bancos escolares, expressavam-se de forma coloquial, em um registro regional ou se tratou, efetivamente, da observação do preconceito linguístico de Morley: “Hoje foi Sábado de Aleluia. Tínhamos acabado de almoçar na casa de tio Geraldo quando foi passando a negrada toda, de roupa limpa, dizendo: ‘Louvado seja Cristo, Sinhá Veia.’” (MORLEY, 2016, p.134).

Já na segunda-feira, o dia seguinte das festividades da Semana Santa, Helena lamenta o término da Semana, e já tendo admitido em uma entrada anterior que não gostava de sacrifícios, comentou que o chamado Domingo da Ressurreição seria o melhor dia do ano porque podia parar de jejuar. Esta confissão é emblemática para se relativizar o quanto Helena respeitava ou temia desobedecer aos códigos morais e preceitos religiosos desta data.

A menina diarista desforrou o período de escassez comendo muita carne de galinha, demonstrando, mais uma vez, que galinhas eram iguarias destinadas para dias especiais. Foi o dia mais feliz para ela porque os sinos das igrejas da cidade voltaram a badalar festivamente e as sacadas das casas foram enfeitadas com colchas de damasco.

Ainda a respeito da Semana Santa, a menina discordou da mãe de que a data requeria seriedade, pois a demonstração da alegria era proibida neste período religioso. Helena argumentou que, depois de tanto tempo, Cristo não sofria mais e por isso ela aproveitou toda a semana, não perdendo nada enquanto a mãe também usufruiu a sua maneira, trazendo para casa as velas, o pão e a palma benta. A diarista ainda relatou o costume de deixar níqueis nos pés da imagem de Cristo em troca de vinténs.

Helena afirmou sua crença no poder do pão, da vela e da palma, inclusive confessou, em uma mescla entre fé, medicalização alternativa e superstições, acender a vela quando trovejava, comer do pão quando se encontrava adoentada e, antes das provas na escola, obrigar a mãe a ficar diante do oratório rezando com o auxílio de uma vela acesa.

A superstição se confunde com a fé quando a jovem mineira relatou os expedientes a que recorreu para ter bom desempenho escolar, pois além de acender a vela benta, queimou a palma na intenção de que o ponto desejado na prova fosse o sorteado. Contudo, a mesma superstição e crença são relativizadas quando Helena raciocinou que os níqueis trocados nunca fizeram com que a família Morley saísse da penúria financeira:

Mamãe eu acho que aproveita mais do que eu. Ela traz para casa velas, pão e palma benta. E quando o Senhor Morto fica exposto, temos todos obrigação de ir adorá-lo. Toda a família leva níqueis para trocar por vinténs, na salva dos pés do Senhor. Acreditei sempre na palma, na vela e no pão; mas no vintém que se diz que, a gente tendo em casa, não passa sem dinheiro, nunca pude acreditar. Sempre persegui mamãe com perguntas sem ela poder responder: “Mamãe, como é que a senhora troca todo ano um vintém do Senhor Morto, e nós somos tão pobres?” (MORLEY, 2016, p.235).

A menina passou outra data religiosa, a Festa do Cruzeiro, na Palha, nos arredores de Diamantina, com a amiga Jeninha e se admirou que a comemoração da data fosse diferente de seus parentes, que comemoram a festividade rezando.

Esta experiência consistiu, também, em um instrumento educativo, uma vez que uma observação levou a outra, à expansão de seus horizontes limitados às vivências da família e ao aprimoramento de suas reflexões a respeito da vida após a morte: de que ir para o céu era ideal quase inalcançável, pois a avó chegou a adular os santos com tantas roupas rendadas e bordadas pelas negras da chácara, além do exagerado fardo de cera que Helena leva para o Divino.

A diarista ainda se espantou quanto aos cuidados dispensados a Nossa Senhora do Rosário, a santa dos pretos, em um reconhecimento, ainda que não explícito, ao racismo inerente à avó ou quiçá a esta sociedade tradicionalmente racista. Além disso, calculou que se o dinheiro empregado para a infinidade de missas encomendadas pela avó fosse destinado a ela, Helena, estaria rica.

Desconfiando ser pecado o que pensava, resolveu confessar seus pensamentos ao padre e terminou esta entrada em um raro registro de indício de interesse do sexo oposto:

Este ano o mastro e a Santa Cruz estiveram de outro mundo. Como fizemos tudo bem-feito na Santa Cruz! O Cruzeiro da Palha é assentado no alto da serra e os enfeites de bambus e bananeiras, a iluminação das lamparinas e as flores fizeram muita vista. Eu ajudei bastante e diverti-me com tudo. Levantamos o mastro com música e fogos, pulamos a fogueira, tiramos muita sorte. À noite eu não quis dançar. Isto serviu para que as moças da fábrica dissessem que eu estava com desprezo de dançar no meio delas. Eu não

tenho desprezo de dançar com elas. O que eu quis foi evitar que me tirassem para dançar alguns homens (MORLEY, 2016, p.146).

Na entrada de 24 de dezembro de 1893, a diarista esclareceu a birra que ela desenvolveu por Santo Antônio devido a um logro que impediu o pai, Alexandre, de fazer fortuna em uma lavra. O negócio deixou de ser feito por um fato interpretado pela mãe como um sinal divino depois que ela finalizou uma novena a Santo Antônio em homenagem à lavra, que tinha o mesmo nome.

É curioso perceber como nesta sociedade assuntos de negócios e de religião se imbricam e Alexandre, apesar de toda lucidez e ceticismo que demonstrou possuir ao longo dos registros, obedeceu à mulher e desistiu do empreendimento prestes a ser iniciado. Entretanto, os tios de Helena, esses sim, criados na religião católica, persistiram na lavra porque contraditória e ironicamente não acreditaram em Santo Antônio e, na sequência dos fatos, enriqueceram com as jazidas encontradas.

Mamãe conta o sofrimento dela e de meu pai, quando o serviço foi aberto e os diamantes começaram a estrelar em cima do cascalho.
[...] Eu não sei como mamãe ainda pode acreditar em Santo Antônio. Ela diz, para se consolar, que Santo Antônio sabe o que faz e que talvez o dinheiro lhe viesse trazer desdicha (MORLEY, 2016, p.113).

Santo Antônio, segundo Cascudo é, no Brasil, um dos santos de devoção mais popular e seu prestígio deve-se por arranjar casamentos e encontrar coisas perdidas:

Trouxeram os portugueses o culto antonino, que se divulgou e fixou através dos tempos. Incontáveis as orações que lhe são dedicadas, especialmente citadas as *Trezenas* e a recitação do *responso*, infalível na obtenção de graças. As trezenas são treze dias oferecidos ao santo, com orações e exemplos de sua vida (CASCUDO, 2000, p.17-8).

Helena, sempre questionadora, refletiu sobre o porquê de a mãe sempre apelar, nos momentos de apuros, para os santos e não para Deus. Este pequeno preâmbulo serviu para a exposição de um fato: Luisinha sofria com cólicas fortes e a mãe decidiu fazer o apelo a Cacilda Pimenta, uma menina que morreu tísica no Colégio das Irmãs.

A diarista, cética e tendendo sempre para a razão, desconfiou dos milagres da menina, pois a conheceu em vida. A mãe, entretanto, argumentou que Cacilda estava fazendo milagres e muitas pessoas viram uma nuvem levar a alma dela ao céu, que se abriu para recebê-la.

Contrariando seu raciocínio, Helena viu a irmã melhorar depois que Carolina se ajoelhou e rezou pedindo a intercessão da menina morta.

A cólica foi nessa ocasião. Mamãe ajoelhou-se e rezou uma oração a Cacilda, pedindo-lhe que melhorasse Luisinha. Lembro-me que eu, por tê-la conhecido, não tive a mesma fé de mamãe e disse: “Mamãe, peça a outro santo mais milagroso”. Ela respondeu: “Não. Vamos ver. Quem está fazendo milagre agora é Cacilda”.

Daí a pouco Luisinha melhorou e eu acabei tendo confiança nos milagres de Cacilda (MORLEY, 2016, p.284).

Em uma província cuja maioria da população era católica, a sociedade não frequentava igrejas apenas para assistir às missas e sim como um ponto de encontro para o convívio social. Helena, perspicaz e observadora, e como boa cronista que se mostrou ao longo das entradas do diário, utilizando qualquer assunto como matéria de investigação e de registro textual, relatou um fato ocorrido enquanto o padre não chegava para a Bênção do Santíssimo.

Duas mulheres, dentro da igreja, faziam um mexerico a respeito do pai de Catarina, Seu Juca Neves. A filha defendeu o pai argumentando, de forma perspicaz, a necessidade do dinheiro para manter o que havia na chácara paterna.

A outra dizia: “Se você não encontrar lá, pode desistir que não encontrará em canto nenhum. Quando você quiser ir, passe lá por casa para irmos juntas. Mas vá prevenida, que Seu Neves é muito miserável. Ninguém arranca daquela chácara uma folha seca sem dinheiro”. Eu olhei para Catarina e ri. Ela virou para trás e disse: “Os trabalhadores, os mantimentos, tudo que entra lá também é com dinheiro. Nunca entrou lá nada de graça; tudo é a poder de dinheiro”.

As duas ficaram tão desapontadas que mudaram de lugar (MORLEY, 2016, p.259).

Em 13 de novembro de 1893, a diarista relatou como o irmão Renato justificou suas más ações atribuindo a culpa ao demônio. A menina discordou do irmão porque acreditava no autocontrole que permitiria o livramento das tentações e, então, entristeceu-se pela fraqueza do irmão em seus malfeitos que, por sua vez, aborreceram os pais. Estes defeitos abarcaram o roubo de frutas do quintal dos outros e a gula. Ou seja, o menino cometeu o pecado da cobiça.

Quando chegamos em casa meu pai lhe disse: “Você hoje me envergonhou, meu filho. Para que você tirou o pastel que seu tio estava comendo? Você não viu que ele não tinha acabado?”. Renato respondeu: “Eu sei, meu pai, que fiz uma coisa malfeita. Pensei muito antes de fazer aquilo; mas estava com tanta vontade que não pude resistir”.

Eu fiquei triste com a fraqueza dele (MORLEY, 2016, p.102-3).

A passagem a seguir parece ter encontrado inspiração nos versos do poeta mineiro no poema “Infância”:

*Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
 Minha mãe ficava sentada cosendo.
 Meu irmão pequeno dormia.
 Eu sozinho menino entre mangueiras
 Lia a história de Robinson Crusóé,
 Comprida história que não acaba mais (DRUMMOND, 1971, p.3).*

Hoje nos assentamos na frente do rancho, a família toda. Mamãe catava arroz, Renato fazia alcapão, Nhonhô armava uma arapuca, eu cerzia minhas meias e Luisinha nos olhava trabalhar. Certa hora eu perguntei: “Vocês não pensam para que a gente vive? Não era melhor Deus não ter criado o mundo? A vida é só de trabalho. A gente trabalha, come, trabalha de novo, dorme e no fim não sabe se ainda vai parar no inferno. Eu não sei mesmo para que se vive”. Mamãe disse: “Que horror, minha filha! Para que você passou tanto tempo no catecismo, para agora vir me dizer que não sabe para que a gente vive? Não estudou lá todos os dias que a gente vive para amar e servir a Deus na terra e gozar dele no céu?”. Eu respondi: “Estudei, mamãe, mas já vi que só a família de vovó e poucos outros podem viver só para amar a Deus na terra e esperar gozar da presença dele no céu. Se a senhora soubesse como eu tenho sofrido com essa história de amar a Deus, até tinha pena de mim. Não há uma vez que me confesse que não diga ao padre que eu penso que não amo a Deus, porque só lembro Deus na hora do aperto. Padre Neves diz que não acredita e que sabe que eu amo a Deus porque não faço pecado mortal. Eu respondo que é porque nada é pecado para ele. Todos os pecados que eu conto horrorizada, às vezes ele até me desculpa. Os furtos que eu e Luisinha fazíamos das frutas de que vovó fazia tanto gosto, que eu até esperava ir para o inferno, quando eu contava a Padre Neves ele dizia: ‘Tirar de sua avó não é pecado’. Eu pensava que era pecado e furtava e depois tinha medo do inferno; de ofender a Deus não me passava pela cabeça”. Mamãe respondeu: “É porque você vive sempre de cabeça em pé e não procura pensar. Quem pensa tem que ter amor a Deus. Eu o amo acima de tudo”. Renato parou com o alcapão e disse: “Sabem o que eu já estive pensando? Não há esse negócio de céu nem de inferno nada; isso tudo é conversa de padre. Eu penso que a vida é como um punhado de fubá que se põe na palma da mão; quando se assopra vai embora e não fica nada. Nós também depois de mortos a terra come; não tem nenhuma alma”. Mamãe ficou horrorizada e perguntou: “A quem você saiu com estas ideias? Estou pasma do que você disse! Como um menino de sua idade pode ter essas ideias tão hereges! Valha-me Deus, que castigo! Que fiz eu a Deus para ter um filho assim? Virgem Santa! Agora vou viver só por sua conta, meu filho”. Mamãe contou a história de uma mulher que tinha um filho assim e fez penitência de rasgar o corpo com um prego para Deus perdoar-lhe. Deus perdoou e ele se ordenou e foi um padre muito santo. Renato fazendo o alcapão, sem levantar a cabeça, disse: “Mas a senhora não precisa rasgar seu corpo com prego que eu não vou ser padre. Pau que nasce torto não se conserta” (MORLEY, 2016, p.116-8).

Esta passagem é muito significativa, pois nela se explicitou a dúvida genuína de Helena se realmente ama a Deus ou se negocia com Ele nas ocasiões de aflição. Renato refletiu a respeito do significado da existência e concluiu que a vida é um sopro, quando acaba, nada sobra, nem a alma. A mãe, então, ficou horrorizada com os dois filhos e concluiu que as aulas de catecismo nada lhes valeram, decidindo cuidar de perto da religiosidade do filho, mas Renato se mostrou refratário à ideia da mãe e da sugestão dele se tornar padre.

Ao final do diário, com Helena já amadurecida, ou talvez mesmo por arranjo editorial, desencadeou-se uma série de recordações de tempos passados. Se na entrada analisada anteriormente, a menina se recordou da procissão das Mercês, quando se vestiu de Virgem pela primeira vez, nesta, motivada pela chuva que não se encerrava na Boa Vista, a garota se lembrou da primeira comunhão. Depois de um ano de catecismo, o padre preparava as meninas para a data.

Helena rememorou os preparativos da roupa e dos apetrechos, da confissão na véspera, que incluiu a confusão do pecado da luxúria com o do luxo, refrisando-a ao assinalá-la entre parênteses. Entretanto, sua consciência pesou quando se lembrou das histórias contadas pelas negras da chácara, carregadas de superstições e de medos. Dentre os pecados mais graves apontados pelas escravizadas da avó, estava o de achar padre feio.

Racional, a menina revisa suas reflexões íntimas e chega a concluir que este não é um sacrilégio, pois apesar de achar padre Neves feio, não tendo contado essa impressão a ninguém, isto não seria mais heresia. Entretanto, tudo muda quando entra em cena um padre italiano “gorducho e vermelho” que gritava e com isso sabia impressionar as meninas.

Este acontecimento representou mais um episódio repleto de ensinamentos para a menina, aos sete anos de idade, ficando registrado por Helena, adolescente.

Levou-me para um canto da sacristia e, acarinhando-me, ia me obrigando a confessar. Ainda soluçando e horrorizada do que ia dizer curvei a cabeça e disse baixinho: “Eu me acuso de achar um padre muito feio”. Padre Neves respondeu: “Isso não é pecado, minha filha. Que mal há em achar um padre feio?”. Aí tomei coragem e disse: “Mas o padre é o senhor mesmo!”. Padre Neves largou-me as mãos e levantou-se exclamando: “Sou feio mesmo, e que tem isso? Não posso com meninas tão tolas! Levo o ano inteiro pelejando em prepará-las para a comunhão e no fim vêm ao confessionário dizer-me que sou feio. É demais!” (MORLEY, 2016, p.324).

Helena Morley, sob a influência da educação protestante ministrada pelo pai, racional e arguta, acreditava desacreditando nas histórias contadas pelas negras, nas superstições que moldavam a sociedade diamantinense, nas crenças religiosas seguidas à risca por sua família materna.

Neste jogo de crença e descrença, mesmo que se valesse de tudo o que estava a seu dispor quando se encontrava em apuros, principalmente quando era submetida aos exames escolares, negociando com Deus, fazendo promessas, aproximava-se do pai quanto ao ceticismo que lhe dominava ao duvidar de

acontecimentos que os outros, principalmente seus familiares, tomavam como verdade absoluta.

Esta família inserida em uma sociedade arraigada a crenças e costumes distantes da ciência e do uso da razão também funcionaram como instrumentos educativos para a jovem diarista.

3.3 Família e sociedade diamantinense como instrumentos educativos

Na província de Diamantina do final do século XIX, família e sociedade sobrepunham-se a tal ponto que praticamente não existia vida privada. Nas pequenas crônicas formuladas por Helena Morley, frutos de seu olhar observador da sociedade diamantinense, percebeu-se que família e sociedade se moldavam e funcionavam como instrumentos educativos que a menina, sagaz e inteligente, conseguiu apreender, relativizar e questionar o que lhe era ensinado.

Nota-se que a grande família patriarcal em seus arranjos não era igualitária, pois os proprietários ricos e influentes, donos de gado, de terras e de lavras, como a avó Teodora e o tio Geraldo, figuravam ao centro enquanto parentes, agregados, afilhados, ex-escravizados e desvalidos permaneciam à sua volta.

Na elucidação quanto à sociedade em que Morley se encontrava, de acordo com Scott:

Por muito tempo, ao longo da história do Brasil, os valores patriarcais, que remontam ao período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater familias*. Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade de seu chefe, o patriarca, era soberana (2016 apud PINSKY; PEDRO, p.16).

É nessa sociedade que se encontra a protagonista da obra em estudo, Helena Morley, que em prosa clara, fluida, objetiva e raciocinada relata a respeito de fatos que permitem a melhor compreensão das estruturas familiares, as classes sociais destituídas de propriedade e o cotidiano da província mineira que transitava entre o rural e o urbano.

A formação identitária da jovem diarista, que se observa nos anos de registro do diário íntimo, revela que:

De certa maneira, *Minha vida de menina* dá notícias sobre a formação de Helena e, mais que isso, a formação social e econômica da sociedade mineira. De modo despretensioso, descrevendo situações corriqueiras, explana-se o processo social, onde a modernização permeada pelo favor e os resquícios da escravidão estavam ainda latentes. A narrativa memorialística, embora às vezes pareça pueril, apresenta um potencial crítico, que é capaz de esboçar as ambiguidades do processo de modernização brasileira (ARAÚJO, 2016, p.5).

Nesta sociedade que transitava para o trabalho livre, havia além de tipos peculiares, uma infinidade de lendas urbanas como a encontrada no início do diário, merecendo mais de uma entrada, quando Helena tinha apenas 12 anos, a história do ladrão que virava cupim.

O relato fornece pistas quanto à estrutura e à organização da província, quem a defendia, os soldados, os estabelecimentos comerciais da localidade, as denominadas Vendas, o vislumbre da geografia local na menção aos rios Grande e ao Glória.

Percebe-se o quanto a sociedade da época, acostumada à vida pacata, sem grandes novidades, era ingênua ao acreditar e reproduzir uma história que remetia aos contos da carochinha e que a menina diarista, apesar de pouca idade, embora se apavore com a lenda urbana, tenha encontrado uma saída para prender o ladrão misterioso.

Este pensamento engenhoso lhe despertou dúvidas quanto à sabedoria inerente aos adultos:

Não estou acreditando nessa história do ladrão virar cupim, toco e outras coisas; mas que ele nos tem assustado muito, tem. Cada dia vem notícia dele ter entrado numa casa ou numa venda. Nós todos poderemos ter sossego quando se pegar esse ladrão misterioso (MORLEY, 2016, p.37).

O Carnaval se constitui no único feriado pagão memorizado em mais de um ano de registro. No primeiro ano relatado, 1893, a diarista sentiu alívio pela passagem da data, pois apanhou pela primeira vez da avó ao fazer pirraça ao ser impedida de ir ao Baile de Carnaval.

Frustrada com a situação em que a matriarca exerceu influência maior que os genitores de Helena e teve o poder de vetar a experiência da neta com o baile, a menina invejou a sorte das primas que eram governadas apenas pelos pais, enquanto ela, Helena Morley, tinha a avó e tia Madge como tutoras a lhe vigiarem os passos.

A diarista criou grande expectativa quanto à data e disse nutrir esse desejo desde os sete anos de idade, quando ouvia as histórias da tia paterna, Quequeta, que lhe contou sobre as máscaras e as saias-balão, moda da época.

Entretanto, apesar da indisposição com a avó, e das chineladas dadas por Teodora, procurando ver o lado positivo de uma situação constrangedora, acreditou ter saído no lucro, pois foi presenteada: “Graças a Deus o carnaval passou. Não posso dizer que passou bem porque apanhei de vovó, coisa que ela nunca fez. [...] Mas valeu, porque hoje ganhei um vestido e uma pratinha de dois mil-réis” (MORLEY, 2016, p.24).

No ano seguinte, em 1894, Helena animou-se com a chegada da data carnavalesca, pois pôde apreciar as fantasias e os enfeites vindos da capital, o Rio de Janeiro, o centro de referências culturais e comportamentais que influenciava o restante do país. A adolescente também refletiu a respeito das brincadeiras grosseiras das quais tomou parte como jogar pessoas vestidas no chafariz. Citou a brincadeira com o limão de entrudo, recheado com água de cheiro, e lamentou não poder conhecer o baile de máscaras no teatro porque a avó mais uma vez lhe proibiu de frequentá-lo.

Paulatinamente, nota-se que Diamantina vai se inserindo no quadro de progresso nacional e a novidade revolucionária do telégrafo chegou, enfim, à pequena província sendo demonstrada na casa dos tios Aurélia e Conrado. A tia, “doceira tão boa quanto Siá Generosa”, ofereceu um lanche para os convidados e nessa ocasião Helena, conhecendo o mecanismo pela primeira vez, registrou como o telégrafo funcionava, com os “risquinhos” feitos pela pena em uma tira de papel, cuja mensagem produzida foi passada da sala de visitas para a de jantar: “Dindinha, mamãe e as tias ficavam de boca aberta, de ver como eles passavam direito, como se fosse no telégrafo” (MORLEY, 2016, p.27).

Outra novidade, também fruto do progresso, é o sorvete, que Helena não conhecia e, por não saber de sua temperatura gelada, quando o provou, ficou assustada. A menina experimentou a sobremesa na casa de Seu Antônio Eulálio, um homem de posses em Diamantina.

Também conheceu a energia elétrica tomando choque, em uma peça pregada por outros dois moradores da província mineira. O desconhecimento destes progressos ressaltou as diferenças culturais entre as classes sociais. Os habitantes mais abastados de Diamantina, ao ter acesso às novidades civilizatórias, podem

ostentá-las e testar a receptividade das engenhosidades com a menina que ainda as desconhecia.

Veio na sobremesa um copo com um doce bonito dentro. Eu encho a colher e ponho na boca. Tomei um susto e todos caíram na gargalhada. É uma coisa que aconteceria a qualquer, pois nenhum de nós conhecia. Chama-se sorvete e é feito de gelo.

Depois disso veio ainda outra invenção de choque elétrico. Todos davam a mão e um segurava numa máquina. Laurindo e Seu Guerra seguraram minha mão de cada lado e não largaram, apesar de meus gritos, enquanto Inhá levantou de seu lugar e fez parar a máquina (MORLEY, 2016, p.33).

A agência dos Correios foi inaugurada com muitos fogos e contratação de empregados, mas a diarista não viu a necessidade de se gastar dinheiro com este empreendimento, pois Seu Cláudio, quem fazia o serviço da entrega das cartas e encomendas, mesmo com deficiência e dificuldade de locomoção, e sendo carregado por um “preto” para ser posto em cima do cavalo, ainda assim conseguia entregar as cartas e os jornais.

Na presunção adolescente, Helena afirmou que se dirigisse Diamantina, sua última providência seria criar uma agência dos Correios na cidade, por acreditar que esta iniciativa era inútil, não favorecendo em nada a melhoria das condições de vida de seus moradores.

O pai logo lhe esclareceu que este benefício para a cidade era uma questão política, pois proporcionaria empregos à população, o que nesta sociedade em transição econômica, ressaltava-se, seria imprescindível.

Entretanto, a menina Helena refletiu a respeito do que realmente faria diferença, como água encanada e a instalação de luz elétrica. Dessa forma, reconheceu os benefícios do progresso ainda que demonstrasse preferir a vida do campo, mais rústica, à da cidade, mesmo que a última pudesse lhe oferecer mais conforto material.

Mas eu por mim confesso que preferia mil vezes morar em qualquer dos lugares que eu conheço, como Boa Vista, Bom Sucesso, Curralinho, Biribiri ou Sopa. Eu gostaria muito mais de viver em qualquer deles do que na cidade. Eu nasci para o campo! (MORLEY, 2016, p.228).

Nesta sociedade incipiente, em novas configurações de trabalho, o relógio, objeto até então utilizado mais para ostentar riquezas e posses do que marcar horários rígidos, mais como uma distinção social, tornou-se fundamental para marcar os compromissos diários.

Na casa dos Morley, assim como todos da Cavallhada, segundo a diarista, apenas os homens possuíam relógio. Em uma análise abrangente e pragmática, a

menina afirmou que quem morava na cidade não precisava deste objeto, pois as igrejas possuíam relógio na torre.

Durante o dia, de acordo com seu ponto de vista, também não havia necessidade deste objeto porque retornavam a casa sempre na mesma hora tanto no almoço quanto no jantar. Depois, também poderiam contar com o canto do galo, mas, conforme justifica, este método era falho.

A menina então se lembrou de superstições ligadas ao canto dos galos, mas exercendo sua personalidade racional, duvidou delas bem como da pontualidade deste recurso. Justificou seu argumento citando o engano da mãe, que acordou a família à meia-noite, em vez das quatro da manhã, para assistirem à missa de domingo, sendo alertada por um soldado pelo equívoco da hora. Como a família Morley residia perto do quartel, também controlava a hora pelas cornetas e pelo toque de recolher.

Na Cavallhada só os homens têm relógio. Quem mora no meio da cidade não sente falta porque quase todas as igrejas têm relógio na torre. Mas quando meu pai não está em casa é até engraçado o engano de horas conosco. Durante o dia não precisamos de relógio porque chegamos em casa ao mesmo tempo para o almoço e o jantar. Além disso temos a corneta do quartel, que toca até nove horas. Depois dessa hora o relógio de mamãe é o galo, que não regula muito bem (MORLEY, 2016, p.99).

Na falta do que escrever no diário, sem qualquer lampejo de inspiração, em determinando momento, Helena, em uma metalinguagem, admitiu estar com a pena na mão em busca de assunto, o que demonstraria que a prosa não era tão livre quanto demonstra ser, facilidade muitas vezes endossada pela diarista. Ao contrário, necessitava de inspiração e de assuntos que lhe fossem interessantes.

Dirigindo-se até a janela e, ao ver a passagem de um enterro, ocorreu-lhe a ideia de escrever a respeito das superstições em Diamantina, que se traduziam em autêntico retrato de uma sociedade ainda arraigada às crenças populares mescladas à religião católica.

A menina, em livre exame, sempre bem humorada e com excelentes conclusões a respeito do que observava, indagou à avó a respeito das crendices e Teodora demonstrou acreditar em algumas destas superstições.

Helena então concluiu que, às vésperas de completar 14 anos, já raciocinava melhor que todos da sua família e se espantou com a falta de senso crítico de seus parentes que, ao ouvirem algo, acreditavam piamente, sem quaisquer questionamentos e assim eram felizes. Mas ela, Helena Morley, ao contrário deles,

afirmava ter a capacidade reflexiva desde os dez anos de idade tendo o costume de relativizar e questionar o que recebia como ensinamento dos adultos.

A superstição em Diamantina – Desde pequenina sofri com a superstição de todos os modos. Se estávamos à mesa treze pessoas, sempre eu é que tinha de sair. Pentear o cabelo de noite, em nenhuma hipótese, pois se manda a mãe para o inferno. Varrer a casa de noite faz a vida desandar. Quebrar espelho traz desdicha. Esfregar um pé no outro, andar de costas e outras coisas de que não me lembro agora, tudo faz mal. De algumas elas nos dão explicação do mal que fazem. De outras não. Assim, por exemplo, se a visita está demorando, vira-se a vassoura para cima, atrás da porta, ou joga-se sal no fogo e ela vai embora. Sal no fogo eu acredito que faz efeito se a visita escuta estralar, porque sabe o que significa.

Engraçado é que todos sabem que superstição é pecado, mas preferem levar o pecado ao confessorário a fazerem uma coisa que alguém diz que faz mal.

Uma vez eu perguntei a vovó: “A senhora não gosta de pecar, e como sabe que superstição é pecado e tem tanta superstição?”. Ela respondeu: “São coisas que a gente nasceu com elas, minha filha. Quem viu provas, como eu, de treze pessoas na mesa, e dentro do ano morrer uma; e também de um espelho que caiu e quebrou-se em casa de Henrique e lhe sucedeu tanta desgraça, sem querer vai tomando medo. Os padres todos dizem que é pecado, mas eu duvido que eles também não acreditem. É uma coisa que a gente já nasce sabendo que a voz do povo é voz de Deus”. Eu falei: “Eu sei de mim que não vou acreditar nessas coisas, vovó. Se é pecado é porque Deus vê que é absurdo”. E ela disse: “Sim, minha filha, não digo que você deva acreditar em muitas delas, que acho até uma bobagem. Mas algumas são certas e você não deve abusar. Com treze pessoas na mesa e espelho quebrado não pode facilitar”.

Vou fazer catorze anos e já raciocino mais de que todos da família. Comecei a tirar conclusões desde dez anos ou menos, eu penso. E juro que nunca vi uma pessoa da família de mamãe pensar nas coisas. Ouvem uma coisa e acreditam; e aquilo fica para o resto da vida. São todos felizes assim! (MORLEY, 2016, p.167-9).

Ainda no campo do sobrenatural, tem-se, nesta entrada, a menção à interpretação dos sonhos e Helena deseja que houvesse em sua contemporaneidade os adivinhadores, como no Egito antigo.

Na chácara de Teodora moravam os negros que permaneceram com a matriarca depois da Lei de 13 de Maio. As negras participavam da vida da família dos ex-senhores, oferecendo sua força de trabalho e compartilhando seu capital simbólico, reconhecido e valorizado por Helena, que o registrou na escrita na contação de histórias de reis e de princesas, além de ouvir e apreender um manancial de outras narrativas, que lhe inspiravam fantasias e sonhos.

Entre a razão e a superstição, pois acreditava em alguns auspícios, Helena então rememorou sonhos aflitivos, pesadelos, bem como outros devaneios agradáveis em que voava e visitava o palácio. Encerrou este relato dizendo que sonhou que havia virado uma macaca. Mas racionalmente concluiu, ao final do relato, que para esse sonho não seria necessária nenhuma explicação sobrenatural,

pois havia falado no macaco Chico durante o dia, demonstrando, mais uma vez, a capacidade de raciocínio em atribuir às causas dos fatos à ciência e à racionalidade.

A avó Teodora, matriarca influente na cidade por ter fortuna, no papel de benfeitora, concedia entrevistas todos os sábados, em sua sala, às mulheres pobres da cidade. Trocava uma nota de dinheiro por borrusquês, uma moeda válida em Diamantina, distribuindo esmolas à população carente.

Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil* (2017), busca explicações para o atraso do Brasil analisando a estrutura social e política do país.

A teorização ocorre a partir da caracterização do homem ibérico, fronteiro entre a África e a Europa, miscigenado desde o princípio da ocupação de seu território. Essa particularidade é o ponto principal na argumentação do autor que diferencia o homem de Portugal dos demais europeus.

Dessa forma, o autor procura mostrar a influência lusitana no processo da implantação europeia no processo de construção da sociedade brasileira, destacando as principais características dos nossos colonizadores: a fidalguia e a repulsa pelo trabalho regular, pelas atividades utilitárias e pela falta de aptidão para a organização, uma vez que o português estaria muito mais apto para a aventura e para a descoberta.

Essa cultura ibérica seria, nas palavras do autor, legitimada em muitas feições, dentre as quais estariam a frouxidão da estrutura social, a falta de hierarquia organizada e as relações em busca constante pela satisfação pessoal e pelo prestígio.

A contribuição da obra é válida para o presente estudo, pois torna possível comparar Teodora ao “homem cordial”, que gera relações de simpatia. O “homem cordial” é um tipo ideal que pressupõe comportamentos de caráter afetivo, manifestados na religião, no tratamento dos santos, vistos como próximos e amigáveis, atitudes percebidas por Helena na avó, na tentativa de “adular os santos” e de ser uma grande benfeitora em Diamantina: dos ex-escravizados, dos loucos, das mulheres pobres, da Igreja Católica, das esmolas costumeiramente doadas aos menos afortunados.

Helena nomeou essas mulheres e o quanto recebiam de Teodora, que retirava as notas de uma caixa de papelão. Os demais pobres ficavam no corredor e na porta da rua à espera da caridade que Helena parece desconfiar de sua legitimidade, pois se valendo do ditado “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, a

menina calcula que a avó deve possuir no céu uma grande soma guardada. Neste raciocínio, demonstrou, mais uma vez, ser crítica diante do que observava e vivenciava.

Vovó, todos os sábados, manda um de meus irmãos ao Palácio, que é perto da Chácara, trocar uma nota em borrusquês⁵ do Bispo. Põe tudo numa caixa de papelão e fica sentada na sala de jantar, à espera das pobres dela. A cada uma dá um borrusquê novo de duzentos réis. São elas Chichi Bombom, Frutuosa Pau de Sebo, Teresa Doida, Aninha Tico-Tico, Carlota Pistola, Carlota Bostadanta, Teresa Busca-Pé, Eufrásia Boaventura, Maria Pipoca e Siá Fortunata (MORLEY, 2016, p.28).

A diarista também relatou algumas brincadeiras de sua infância e, dentre elas, encontrava-se o teatrinho de bonecos (fantoques) representado por ela e os primos, que intencionavam ganhar dinheiro nas apresentações, mas não eram felizes nesta ideia porque exigiria que pessoas estranhas à família entrassem na casa da avó e ficassem no quintal para assisti-lo, o que evidenciava que esta sociedade, ainda que pouco privada, ainda possuía senso de preservação da vida íntima da família no interior do lar, da separação entre a esfera pública e a doméstica.

Nico disse que se ele saísse para a rua anunciando, poderiam aparecer os meninos da cidade, mas que ele sabe que vovó e as tias não consentiriam em amontoar gente no quintal, passando por dentro de casa. Vamos então representando só para os de casa (MORLEY, 2016, p.30-1).

Na passagem abaixo, Padre Augusto acabou com o brinquedo favorito de Helena, irmãos e primos, o de escorregar de uma ribanceira tendo sob eles um pedaço de couro que, por sua vez, fazia as vezes de trenó, ao denunciar a brincadeira a Teodora.

Com esta delação, Helena classificou o padre de mexeriqueiro no lugar de caridoso e preocupado com a integridade física das crianças envolvidas na brincadeira, demonstrando não sentir pela autoridade religiosa o mesmo respeito que a avó lhe nutria.

A avó, sendo católica praticante e vizinha do Palácio dos Bispos foi notificada dos perigos da brincadeira pelo padre por que este se sentia autorizado para interferir na educação das crianças, mostrando o quanto íntimos e influentes estas autoridades eram, com livre passagem nas casas dos fiéis que lhes beijavam as mãos e se sentiam honrados com sua visita.

⁵ Borrusquês: vales que os comerciantes, industriais e instituições de beneficência emitiam para suprir, diziam, a falta de trocos, e circulavam como dinheiro. Os borrusquês do Bispo pela Caixa Pia da Diocese e assinados por ele. O nome desses vales vem do negociante francês Barrusque, que foi o seu introdutor em Diamantina.

Tenho visto muita coisa na vida, mas padre mexeriqueiro foi hoje a primeira vez.

[...] Vovó ralhou muito e disse que ficou com pena de ver Padre Augusto, tão bom, tão caridoso, largar suas obrigações para vir avisá-la que, se ela não tomasse uma providência, um de nós era capaz de morrer afogado no córrego que passa no fundo da Chácara.

Nós explicamos como a coisa estava arranjada, mas não valeu de nada; elas não quiseram acreditar. Eu disse a vovó: “Padre Augusto não veio por caridade, não, vovó, veio foi mexericar. A língua dele coçou e ele veio; isso é que foi”.

E assim perdemos o melhor brinquedo que já descobrimos (MORLEY, 2016, p.43-4).

Por falar em mexericos, em uma cidade pequena, em que praticamente todos se conheciam, na falta de grandes acontecimentos, a vida alheia era assunto a ser comentado.

No episódio abaixo, Helena descreveu o comportamento de uma senhora de “capona”, que levava as fofocas de casa em casa, onde aproveitava para, ao sair da missa, comer e tomar café em todas elas. A senhora era caricata e a menina reproduziu seus ditos e tiques de uma forma bem humorada:

Ela só pensa em comer. Além disso ela tem uns modos de falar da casa dos outros, em que a gente tem de achar graça. Ela sai da missa e vai correndo às casas e tomando café em todas elas. Em cada casa ela chega e diz: “Se eu não tivesse saído da mesa da comunhão, eu dizia o que presenciei na casa de Seu Fulano. Boca! Cala a boca, boca!”. Diz isso batendo num lado e noutro da boca e depois conta tudo que viu (MORLEY, 2016, p.186).

Com sua grande parentela, numerosa em tios e primos, o que não faltava para a confecção dos textos intimistas de Helena era o material coletado por meio da observação e da convivência com os familiares.

Renato, o irmão mais velho que era retratado como corajoso e também como malvado e causador de problemas, valeu alguns registros nos cadernos de Morley. Em um dos relatos, provocou a queda do cavalo em Nhonhô, o irmão caçula, que se machucou. Tal fato deixou Helena muito ressentida: “Renato sempre faz dessas coisas. Já pedi a mamãe que não deixe Nhonhô acompanhá-lo. Eu carreguei Nhonhô de pequeno e por isto gosto muito mais dele.” (MORLEY, 2016, p.74).

A menina diamantinense, de forma elogiosa, também registrou os trabalhos manuais dos irmãos dedicados à fabricação de vassouras, bengalas, gaiolas e alçapões que eram vendidos na cidade sem preço fixo, mas de acordo com o freguês, indicando que esta sociedade pré-capitalista ainda se encontrava no aprendizado de precificar adequadamente os produtos fabricados destinados para a venda.

Entre coleta e fabricação, estavam os passarinhos capturados vendidos dentro das gaiolas feitas por Renato que, segundo a irmã, “faz tudo direitinho” enquanto confessava sentir inveja do menino devido a sua mobilidade, pois, ao contrário dela, podia transitar entre Boa Vista e Diamantina, além de ganhar dinheiro, chegando a arrecadar uma soma maior que seu pai ganhava na lavra de diamantes.

Helena concluiu que se o irmão tivesse o mesmo empenho para estudar como tinha para trabalhar, poderia “dar gente”. Ou seja, a menina valorizava os estudos em detrimento do artesanato, mostrando que, não obstante se considerar uma aluna displicente, realmente encontrava-se afinada com essa sociedade que passava por um importante período de transição em que o diploma adquiria um novo valor e garantiria sucesso financeiro e estabilidade maior do que a incerteza do artesanato.

Nesta nova configuração social em que o magistério dedicado pelas mulheres se manifestava como uma oportunidade, Helena esclareceu que duas de suas tias paternas, Quequeta e Madge, já mais velhas, puderam cursar a Escola Normal.

Madge também estudou depois dos quarenta anos e, após a profissionalização, emancipou-se, abrigando duas de suas irmãs, Ifigênia e Cecília, boas modistas e doceiras, cuja produção de goiabadas e marmeladas eram famosas até no Rio de Janeiro, segundo a sobrinha Helena.

Pertencente a um extrato social privilegiado, o magistério era uma das poucas alternativas dignas de autossuficiência financeira feminina. Entretanto, ressalta-se que não obstante o acesso ao curso da Escola Normal, o casamento e a maternidade compulsória bem como as atividades domésticas ainda representavam “destino de gênero” nesta sociedade de fim dos oitocentos.

O ensino era uma alternativa ao casamento ou a ocupações consideradas de menor prestígio, como o das costureiras, modistas, parteiras, governantas, profissões normalmente reservadas às mulheres de poucos recursos. Era uma atividade mais agradável e possibilitava a aquisição de cultura e uma certa liberdade pessoal (ALMEIDA, 1998, p.71).

A intolerância social para com a mulher solteira, e nome da moral cristã e para assegurar a descendência, levava as jovens ao casamento como anteparo da família. O magistério significou uma ruptura com esse estado de coisas ao permitir que as professoras vivessem com dignidade sem submeter-se às imposições sociais (ALMEIDA, 1998, p.72).

Helena, refletindo a respeito dos comportamentos observados na província de Diamantina, teceu uma verdadeira análise dos vícios encontrados naqueles que a

circundavam e os compara tomando a si mesma como parâmetro de conduta. Se ela não conseguia tomar a segunda taça de vinho, não compreendia como os outros podiam beber até ficarem tontos e o mesmo ocorria com a cerveja, que lhe parecia amarga, com a cachaça, que não suportava o cheiro, embora fizesse uso dela em tratamento medicinal.

Quanto ao jogo, declarou não poder executá-lo por muito tempo porque se cansava e, além disso, sentia pena de perder dinheiro com ele como também de quem desperdiçava níqueis com esta prática.

Entretanto, admitiu gostar de cheirar rapé e pensava em tomar este hábito quando se tornasse adulta.

Meu pai sempre diz que é feio ter vício de fumo e que meu avô não admitia nem cigarro. Por isso minhas tias inglesas não tomam rapé, mas ele mesmo toma sua pitada de vez em quando. Eu já disse a meu pai que vou tomar quando crescer e não acho que faça mal. O vício que eu acho horrível é mascar fumo como as negras da Chácara. Generosa está cozinhando e mascando fumo e cuspiendo para os lados. Não sei como vovó consente (MORLEY, 2016, p.185-6).

Acontecimentos prosaicos que, no entanto, representam uma quebra na rotina, rendem entradas no diário de Helena Morley, como a ocasião em que se encontra com as primas na casa de Leocádia e de Vicência. A primeira sofria do mal de São Guido, também conhecida por doença de São Vito (Coreia reumática de Sydenham) e não possuía controle dos movimentos corporais.

Helena admirava sua boa vontade, pois mesmo com esta limitação, Leocádia costurava para fora, mostrando que as mulheres poderiam ganhar dinheiro nesta atividade na época narrada. Mas o que mais lhe chama a atenção é que Juvência, feito eco, repete tudo o que a irmã fala. O episódio se encerra, depois de Helena reproduzir na escrita a oralidade das irmãs e a pronúncia indicativa, de pouca escolaridade, com o ensinamento de Leocádia a Juvência sobre a correção do gênero do vocábulo açúcar, “o açucra”, pois “açucra é homem”.

Embora as primas tenham se entreolhado ao perceberem o equívoco, não riram das duas senhoras, pois compreenderam sua bondade e reconheceram que elas não tiveram oportunidade de aprender, pois aquelas foram criadas na Itaipava, certamente uma localidade sem escola: “Naninha olhou para mim, mas não rimos. Elas são tão boas, coitadas. Também onde é que elas poderiam aprender, criadas, como foram, na Itaipava” (MORLEY, 2016, p.246).

Quanto à oralidade, marca social de uma população não escolarizada:

Se a sociedade da época valorizava os estudos de Retórica, de modo a distinguir a expressão das pessoas escolarizadas das não escolarizadas, o texto produzido pelo aluno nos mostra isso, no sentido de que é um texto cuja linguagem demonstra a capacidade de expressão e o domínio da língua escrita em uma modalidade padrão. A escola ao “re-produzir” conhecimentos deixa clara a sua postura em relação à linguagem, isto é, a escola prima por um ensino em que esta (a linguagem) é elemento distintivo das diferentes classes sociais, conservando o “status quo” daqueles que passam por ela, caracterizando e marcando a sua linguagem, a sua articulação textual (GOMES, 2006, p.172).

Com introdução idílica, em mais um relato, é possível encontrar indícios da situação de penúria de uma parcela da população. Estando a família a saborear a sombra de um pequizeiro, em meio à natureza, registrou-se a respeito daqueles que pediam esmolas. Nesta sociedade empobrecida, com poucas possibilidades de emprego e com dificuldades de mobilidade social, anotou-se um episódio ocorrido em Boa Vista em que uma mulher pobre, ao pedir auxílio à família de Helena, foi criticada por um membro da família, Lucas, seu primo.

A menina saiu em defesa desta mulher quando ela disse que não poderia trabalhar, pois era muito pobre, apresentando bons argumentos ao apontar o porquê desta não conseguir ocupação, pois ninguém alugaria cozinheira nem compraria lenha.

A pedinte apoiou a defesa de Helena e foi convidada pela jovem diarista, em uma caridade interessada, para ajudar nos serviços de casa em troca de um prato de comida. Ou seja, esta situação arranjada nada mais era do que uma extensão do regime escravo, cuja liberdade só se deu no papel, pois a relação do trabalho, do emprego em troca de mão de obra barata, de alimentação e nada mais foram mantidas.

Ainda refletindo a respeito das questões sobre as relações de trabalho, a menina, surpreendentemente desprovida de alteridade e de compreensão das desigualdades sociais, afirmou, em atitude senhorial e patriarcal, em sua mescla com o protestantismo, que exaltava o trabalho, não sentir pena da pobreza de ninguém e ter dó de quem não trabalhava, tomando, mais uma vez, a ela mesma como parâmetro, já que não conseguia ficar ociosa e considerava castigo ser impedida de trabalhar em serviços manuais domésticos.

Quanto à sua vadiação na escola, justificou que tal atitude se devia ao motivo de não considerar estudo como trabalho, pois a diarista gostava de “mexer com as mãos e deixar o espírito livre para pensar”.

Se alguém quiser me dar um castigo é me obrigar a ficar à toa. Penso que a minha vadiação na Escola é mais por não considerar estudo como trabalho. Eu gosto é de serviço de mexer com as mãos e me deixar o espírito livre para pensar no que eu quiser e fazer os meus castelos. Adoro fazer castelos e cada dia faço um mais lindo... (MORLEY, 2016, p.317).

A sociedade do fim dos oitocentos, em processo de letramento, registrava o estigma do analfabetismo e das falhas na educação de quem vivia em suas franjas. Helena, fruto do seu tempo, emitia julgamentos a respeito de alguns rapazes e, apesar de julgá-los “bons”, não faziam sucesso com as moças da Escola Normal. Demonstravam ter pouca inteligência deflagrada na dificuldade de entendimento e de expressão de acordo com o caráter normativo da Língua Portuguesa. O professor de Português, apesar dos esforços, não conseguia ensiná-los a contento.

Morley ilustrou estas percepções ao mostrar as dificuldades cognitivas dos rapazes em entenderem uma brincadeira simples e no emprego equivocado do pronome em “eu me danço”, o que mostrava o quão a escola encontrava-se distante da vida prática e do quanto as regras gramaticais, mesmo as mais básicas, destoavam do registro coloquial e da pragmática.

Vendo que eles não sabiam o brinquedo nem aprendiam, resolvemos dançar. [...] Estêvão chegou a mim para me tirar e disse: “Você quer me dar o prazer desta polca? Mas me desculpe se eu não acertar bem o passo, porque há bem uns seis meses que eu não *me* danço”. (MORLEY, 2016, p. 262)

Ainda a respeito do letramento da população, recortada no contexto de Diamantina, no final do século XIX, a imprensa exercia grande poder no Brasil. Jornais impressos representavam a maior fonte de informação e a família de Helena Morley, como um microcosmo da sociedade, também sentiu necessidade de escrever e de compartilhar informações no jornalzinho familiar e colaborativo, “A casca”, conforme já mencionado.

A diarista, inicialmente refratária à ideia, começou a escrever depois de ser provocada por Lucas e produziu um artigo, repleto de sarcasmos, resgatando a história do primo de quando ele retornou de Ouro Preto, abandonando os estudos depois de ter gastado o dinheiro da mãe viúva.

Ainda nesta entrada, a diarista diamantinense, em consonância à mentalidade do século que medicalizou a loucura, procurou inventariar os doidos de Diamantina com o auxílio da prima Glorinha e listou alguns nomes, esclarecendo que cada um era louco a sua maneira e que só contaram os loucos soltos, os que estão no Hospício não entraram no rol.

A menina citou o cabeleireiro Seu Domingos, que tinha mania de ficar rico com planos absurdos e por isso se sentiu motivado a assediar Nhanhá, baseado em um boato de que ela era a moça mais rica da província e que se a beijassem casariam, evidenciando que nem os loucos “rasgam dinheiro”, pois ele, almejando ascensão social, viu na moça a possibilidade de vantagem em um casamento interessado.

Mas também uma cidade sem doidos deve ser muito sem graça. Eu pelo menos não queria deixar de ter aqui Duraque, Teresa Doida, Chichi Bombom, Maria do Zé Lotério, João Santeiro, Antônio Doido, Domingos do Acenzo. Cada um é mais engraçado com a sua mania. Mas a melhor de todas é a de Domingos, que é cabeleireiro e tem a mania de ficar rico (MORLEY, 2016, p.264).

Diamantina, ainda atrasada em relação aos progressos encontrados na capital do Brasil, o Rio de Janeiro, não possuía água encanada nem outros recursos de saúde e de higiene. Embora existam muitas entradas no diário em que Morley tenha registrado os hábitos pouco higiênicos da população, bem como as doenças e a alta taxa mortalidade infantil, as mais significativas serão apontadas neste estudo.

Dores de dente eram muito recorrentes em seu meio e Helena sentia inveja da irmã, Luisinha, por esta usar um lenço amarrado no rosto a fim de conter a dor que sentia. Cita, também, a prima Naninha que, enlouquecida pelas fortes dores, bateu a cabeça na parede, gritando e rolando no assoalho e na horta.

Sem remédio para amenizar as dores, Helena relatou que arrancar o dente também não solucionaria o problema, pois uma moça havia morrido depois de extraí-lo, talvez por infecção.

Carolina forneceu à filha medidas paliativas como bochecho com água e sal e o uso de rapé. Siá Ritinha “curou” a dor de Luisinha ministrando-lhe laxante, mas a menina ainda não pôde dispensar o lenço amarrado ao rosto, para não “estuporar”, causando inveja à irmã Helena: “Meu pai achou graça de eu dizer que estava com inveja de Luisinha sair à rua, de lenço na cara. [...] Hoje eu tive vontade de sair com lenço na cara como vejo os outros fazerem, mas mamãe não deixou” (MORLEY, 2016, p. 34).

Helena também relatou a doença do irmão Renato e a febre decorrente da caxumba. A jovem gostou da situação porque sua casa ficou cheia de parentes que o visitaram. A avó não compareceu porque só visitava os filhos quando a doença era “demorada”.

Tio Geraldo, padrinho de Renato, também não o visitou, mas enviou dinheiro por meio de dois dos filhos. Por ser o primeiro presente dado pelo tio a Renato, a menina bate lata e profere ditos provocativos ao tio.

As tias que presenciaram o fato o relatam à mãe, Teodora, sobre o comportamento afrontoso de Helena e a matriarca a castigou duramente. Mas a idosa voltou atrás ao perceber que a neta ficou magoada com as reprimendas. Tudo se resolveu quando a avó adulou Helena, mas a menina confessou ao papel que nutria ainda mais raiva ao tio, o único capaz de fazer a avó brigar com ela e a diarista ainda o chamou de “munheca de samambaia”.

Conclui-se que Teodora, ao alertar a neta a respeito de hierarquias, cabendo aos mais velhos corrigirem os mais novos, ainda que tenha se redimido de suas zangas, dividia-se entre aqueles a quem mais amava: o filho mais velho Geraldo e a neta favorita, Helena. Por conta destas predileções da matriarca, a menina e o tio comportavam-se como rivais neste afeto, disputando quem era o mais querido pela matriarca, o que se evidenciou em outras passagens do diário.

Não foi preciso vovó dizer mais nada para eu ver que tinham sido os mexericos de Dindinha mais laiá. Não seriam elas que perderiam uma ocasião de fazer vovó ficar com raiva de mim. Fiquei logo engasgada, com um nó na garganta e as lágrimas começaram a cair no prato. [...] Eu ainda tomei mais birra do tio Geraldo, vovó briga com todo mundo por minha causa, e só aquele munheca de samambaia é que veio fazer vovó zangar comigo por causa dele (MORLEY, 2016, p.90).

Um arranjo, desprovido de ciência e de normas de higiene, foi empreendido por Dona Gabriela que extraiu o quisto do rosto de Helena, “do tamanho de uma laranja”, com brasa e um copo d’água.

A menina demonstrava gostar muito de Dona Gabriela e acreditar na reciprocidade do sentimento. Esclareceu ainda que o quisto era motivo de preocupação de Madge e da avó, demonstrando, assim, mais uma vez que estas duas mulheres cuidavam de seu bem-estar, na função de mães postiças.

Carolina, entretanto, quando soube da extração, chamou a filha de “idiota”, mas Helena se defendeu apontando à mãe a falta de empatia dela e do pai quanto ao problema enfrentado e que tudo o que os outros desejassem fazer para o seu bem, teria seu consentimento. Com esses argumentos justificou o porquê de não ser “idiota”.

Eu tinha no rosto um quisto que incomodava muito a vovó e tia Madge e também ao pessoal da casa de Dona Gabriela. Ontem Clélia resolveu tirá-lo de um modo que ela aprendeu. Ela pegava uma brasa e jogava num copo

de água; a brasa chiava, ela abria o carvão e punha, quente, no quisto. Fez isto umas três ou quatro vezes e o quisto ficou mole. Ela então espremeu e saiu sebo que dava para uma vela. Quando eu cheguei em casa mamãe me chamou de idiota, que deixou todo mundo fazer de mim o que quer. (MORLEY, 2016, p.133).

Ainda retratando os costumes caseiros em extrair doenças, a chamada medicina familiar, Helena relatou o que pôde observar no Professor Sebastião, quando foi visitar tia Agostinha.

Aprendeu, observando-o, a retirar os bernes do cão de forma diferente da aprendida com a mãe, com o uso de toucinho e de fumo. Como o professor os espremeu, Helena diz que irá proceder assim nas próximas vezes que tiver berne e assim se tornará mestra nesta arte, o que indicaria que este mal era recorrente com ela e com a sociedade da época devido às precárias condições de higiene da época narrada:

Espremia o berne e ele saltava longe, deixando o cachorro com um buraco no corpo e aliviado das ferroadas. Quando eu tiver algum berne não faço mais o processo de mamãe. [...] Se não doer, estou mestra de tirar berne, não só de cachorro como de gente (MORLEY, 2016, p.142).

A desinformação a respeito do próprio corpo e da saúde feminina também eram características desta sociedade oitocentista. Em forma de crônica, Helena relatou um caso ocorrido com uma prima, Raimundinha, que nunca teve filhos, mas se descobriu grávida em idade avançada.

Entretanto, como extrapolou o tempo de gestação da criança, todos começaram a se preocupar seriamente com o fato, pois a gravidez de Raimundinha era considerada de risco. Alexandre, dotado de alguns conhecimentos médicos aprendidos com o pai, ficou apreensivo com a situação e a família se alarma quando a grávida resolveu fazer seu testamento.

Entretanto, quando a parteira foi chamada, descobriu-se a falsa gravidez e as indisposições gastrointestinais que a confundiram.

Minhas tias perguntaram pelo menino e ela, com uma cara desconsolada, respondeu: “Era ar. A Engrácia disse que partejava há trinta anos e nunca tinha visto uma coisa assim. Me amassou a barriga como amassa pão e vocês nem imaginam o que aconteceu” (MORLEY, 2016, p.73).

À medida que a menina crescia, aumentava seu interesse por assuntos diferentes dos tratados no início do diário, como os de casamentos e de partos, o que pode se representar em um indício do despertar da sexualidade. Helena contou do irmãozinho de uma amiga, Finoca, e a dúvida de se tratar ou não de um natimorto, o que determinaria as condições de sepultamento da criança.

A diarista, mesmo julgando inadequado, achou graça do desespero da mãe ao se despedir do filho morto por conta de cumprir um protocolo social por ela considerado imprescindível, ainda que nesta sociedade as taxas de mortalidade infantil fossem bastante expressivas.

Ela, sempre gritando: “Eu sei! Mas eu choro assim porque acho muito feio a mãe não chorar a morte do seu filho!”. E continuou na gritaria. Embora morte seja uma coisa triste, não pudemos deixar de achar graça no papel que Madalena fez (MORLEY, 2016, p.257).

Helena também registrou o descaso e a negligência dos adultos nos cuidados médicos de criança cega, filho do relojoeiro da cidade. O menino, apesar de ter sido alertado por Alexandre, não recebeu os cuidados médicos para curar um problema nos olhos e perdeu irreversivelmente sua visão.

A solução encontrada pelos pais do bebê, para não custearem o valor de uma consulta médica, foi banhar os olhos com água de rosas. Entretanto, os olhos da criança se turvaram e Helena ficou inconsolável, atribuindo a culpa ao pai que, antevendo o grave problema, deveria ter levado a criança ao médico, mesmo à revelia dos pais dela.

Consolada pela sua mãe, Carolina, que atribuiu à deficiência um propósito religioso, o de que o menino poderia se tornar um santo, nota-se imbricação da religião com outros pilares, no caso, com a saúde, em uma maneira de se conformar com a deficiência adquirida por descaso atribuída e desculpada por uma causa superior, a da providência divina.

Helena, questionando este propósito, scandalizou-se ao ver que para os pais biológicos da criança não havia culpa e remorso, apenas aceitação.

Mamãe e meu pai vieram me consolar. Mamãe dizia: “Não sofra assim, minha filha, Deus sabe o que faz. Quem sabe se Deus não quer fazer deste menino um santo para Sua glória? Deus nunca erra, minha filha! Ele sempre sabe o que faz!”. Estas palavras aliviaram-me um pouco, apesar de eu não compreender para que Deus queria santo cego. Podia tanto deixá-lo com vista e fazê-lo santo enxergando (MORLEY, 2016, p.244).

Carolina, que nunca adoecia, segundo a filha Helena, ao ficar acamada foi tratada por Siá Ritinha, que se mostrou uma vizinha tão prestimosa que fez com que a menina Helena modificasse os sentimentos por ela tendo ganhado sua simpatia.

Acompanhou a doente enquanto as crianças estavam na escola. Helena relembrou os roubos das galinhas atribuídos à vizinha e as proezas do macaco

Chico e se deu conta de que, não obstante as acusações, os pais sempre trataram bem à mulher.

A menina se recordou do dito de seu pai de que “ninguém é bom ou ruim para todos”, o que toma como ensinamento de vida e acrescentou um novo aprendizado a sua vivência, o de que tudo na vida poderia se transformar, inclusive os sentimentos que atribuímos aos outros.

Agora já estou gostando tanto de ver como ela cuida de mamãe, que não estou achando mais nela os defeitos que achava. E quando a vejo vir para a nossa casa, eu já fico alegre em vez de ficar com antipatia como antigamente.

Tudo na vida pode acontecer. Estou mesma convencida disso (MORLEY, 2016, p.237).

Na falta de atrativos de lazer, doença demorada em Diamantina virava “festa” para Helena Morley que relatou os divertimentos de se fazer “quarto a doente”, mesmo sem “ceias nem comedorias”. Helena assumiu ter escandalizado os outros, que se encontravam acompanhando os doentes, devido a seus ataques de riso.

A diarista relatou os acontecimentos, os ataques de desmaio, as câimbras, o artifício de um bêbado para verificar se o doente estava vivo e a novidade da prima ao conquistar um admirador, que lhe deu um pão de presente como sinal de afeto. Tudo isso provocou nas meninas inconvenientes ataques de riso: “Eu vou lá escandalizar os outros pois estou sempre com a cara escondida debruçada na mesa, rebentando de rir. Também seria possível, com tanta coisa?” (MORLEY, 2016, p.260)

Quanto à alimentação, esta era uma das principais preocupações de Helena Morley, que se autodenominava eternamente “arada”, esfomeada. Neste episódio, remeteu às ceias de Dona Juliana, que servia a sobra do jantar com farinha remexida, em uma travessa. A menina informou a respeito dos horários das refeições nesta sociedade em que a ceia era comida entre as sete e oito da noite.

Quando se jogava víspora, o que ocorria até depois das dez horas da noite, Dona Juliana servia canjica ou leite com farinha de milho. Entretanto, ocorreu um incidente e encontraram um camundongo em uma terrina de leite, mas Laurinda e João César não se intimidaram e se serviram de três litros de leite como se nada houvesse acontecido, o que escandalizou Helena.

É interessante notar que às mulheres cabiam os maiores cuidados com a higiene doméstica e também com a saúde dos filhos além da adoção de medidas profiláticas em uma sociedade em constante progresso e urbanização.

Como ilustração, tem-se o relato a respeito das Pitangas, “as moças mais simpáticas, alegres e queridas da escola” que tinham “dois irmãos simpáticos e inteligentes que só tiram distinção nos exames”.

O pai delas fabricava manteiga e queijo para vender, morava fora de Diamantina e as envergonhava falando asneiras. Já a mãe, era deficiente física e a família não possuía criadas. Todo este preâmbulo serviu como preparação para o leitor a respeito do relaxamento quanto à limpeza e às normas de higiene da casa. O serviço doméstico cabia ao irmão caçula e as irmãs sempre faziam refeições na casa dos outros, nunca convidando as colegas para lanche ou jantar na própria residência.

Helena foi convidada a acompanhar os primos Lucas e Naninha à casa das Pitangas e percebeu que as galinhas andavam por toda a parte, inclusive sobre a mesa da sala de jantar, onde a sujaram. Uma das irmãs cobriu a sujeira com a farinha, fazendo dois montinhos.

A outra irmã, sem saber do ocorrido, recolheu os montinhos com a sujeira e depositou-os de volta na farinheira. Helena reprimiu o riso, o que acreditou lhe fazer mal, e pensou em coisas tristes para ser bem sucedida no disfarce da situação.

Naninha olhou para mim com cara de raiva, já com medo de meus frouxos de riso. Mas numa hora assim, para poder me conter, eu fico pensando numa coisa triste: Mamãe de perna quebrada, Luisinha estendida no caixão, e assim evito de rir.

Jurei não voltar mais ali porque penso que riso comprimido deve fazer mal. Também na saída eu me desforrei. Naninha disse que nem pôde conversar direito, porque ficou o tempo todo com medo de eu estourar (MORLEY, 2016, p.183).

É curioso que o próximo registro de comida “emporcalhada” não tenha causado indignação em Helena. A menina não se acanhou ao ver os pés de moleque pisados e ainda se divertiu ao observar, da sacada da casa de tia Aurélia, os clientes comprando os doces sem imaginarem como foram feitos. O primo se arrependeu de ter colocado os doces à venda, mas Helena juntamente com os outros o convenceu de que porcaria cozida não fazia mal.

A passagem também ilustrou o amadurecimento da menina que não gostava mais de brincar de fazer comidinha de boneca e lamentava que a casa da tia não tinha vista nem jardim para brincar.

Eu e Luisinha passamos um dia, esta semana, na casa de tia Aurélia com as nossas primas. Elas são muito boazinhas, mas vivem metidas numa casa da cidade que não tem vista nem jardim para brincar e não se pode ficar na rua. Temos de ficar brincando só de fazer comidinha de boneca o dia

inteiro. Antigamente eu ainda gostava, mas hoje, com treze anos, não gosto mais desses brinquedos.

[...] João Afonso ficava doido de remorso e andando na sala, pra lá pra cá, com a mão na cabeça dizendo: “Que pecado horroroso eu estou fazendo! Como eu sou ruim, meu Deus!”. E ficava chamando a quitandeira pra trazer os pés de moleque, mas nós não deixamos, convencendo-o de que a gente comer porcaria cozida não faz mal. Nenhum de nós se importou; até gostamos de ver os outros comendo pé de moleque pisado (MORLEY, 2016, p.62-3).

Piolhos também representavam um problema de saúde que era mais problemático quando não havia cerimônia para exterminá-los, catando-os em público.

Helena contou a respeito de uma família que se havia mudado recentemente para sua vizinhança. Uma das filhas era sua colega de escola, muito bonita e simpática.

A menina diarista estranhou o hábito da mãe da colega, que catava os piolhos dos filhos na porta de casa após o jantar. Quando recebeu de presente um pé de moleque, Helena não teve coragem de comer: “Fui lá ontem, ela me deu um pé de moleque e me mandou comer. Eu me desculpei que ia trazê-lo para a casa porque estava doente. Mas pensei foi nos piolhos e fiquei com nojo” (MORLEY, 2016, p.72).

Por meio do que foi narrado nas entradas do diário pode-se ter ideia de como era a educação familiar tomando como base alguns registros do diário de Helena Morley como este a seguir. Nele, apresenta-se Onofre, um dos filhos de Geraldo e neto de Teodora.

Diferente dos outros primos, o menino participava da conversa dos adultos e ficava sentado na sala em vez de brincar com os primos no quintal. Esse comportamento gerava a reprovação da família quanto à falta de educação e à antipatia de Onofre.

Ao chegar da escola, Helena encontrou a avó um pouco constrangida com o neto, que lhe trazia um recado do pai. Tendo ordenado a Helena que se sentasse junto com eles, a menina interpretou que seria para aguentar a visita do neto com quem não possuía intimidade. Na falta de assunto, a matriarca pergunta a respeito da alugada, o que causa riso em Helena ao ouvir sua resposta:

Ele disse: “Eu acho que é, porque ela cata o feijão”. Dobrei numa gargalhada com a resposta. Nunca pensei que houvesse alguma que não catasse. Vovó me ralhou: “Você está rindo porque vocês não têm alugada e fazem suas coisas bem feitas. Mas ele está dizendo muito bem. Uma cozinheira que cata feijão já é alguma coisa. Quase todas elas lavam sem catar” (MORLEY, 2016, p.80).

Em uma economia em transição, que passava por mudanças muito severas e as relações de trabalho se modificavam significativamente, apostar no comércio era uma das saídas possíveis.

Nesta entrada, comentada a seguir, há a narrativa de uma tentativa frustrada de Alexandre, pai de Helena, em montar uma venda com um dinheiro que ganhou na lavra. Incentivado por Carolina, ele topou o empreendimento embora tenha esclarecido de que não pretendia ser vendeiro.

A mulher o convenceu de arrumar uma pessoa séria que seria fiscalizada pelo marido quando voltasse da lavra. Encontrou, então, um senhor, um “velho pachorrento”, segundo Helena, que aceitou cuidar da loja.

É interessante notar o sortimento dos mantimentos à venda e o ofício de Seu Zeca antes de ser vendeiro, a fabricação de cigarros de palha, o que recebeu críticas de Joãozinho, tio de Helena, que aconselhou Alexandre a arranjar uma pessoa esperta, que soubesse negociar, mas Alexandre alegou que os espertos roubavam e ele não poderia estar presente no negócio.

Helena registrou os hábitos alimentares do empregado, suas particularidades de saúde, o que lhes causou acessos de riso.

Um destes dias estávamos na mesa e Seu Zeca virou para mamãe: “A senhora dá licença, Dona Carolina?”. “Pois não, Seu Zeca”, disse mamãe. Ele saiu para o corredor e começamos a ouvir umas coisas que não posso escrever. Eu e Luisinha apertamos a boca para não rir, mas foi impossível; destampamos no riso. Mamãe ficou furiosa, nos ralhando, e Seu Zeca disse: “Eu sou um homem doente, meninas; se eu não livrar os gases, eles sobem pra o peito e me afrontam”. Mamãe nos proibiu de almoçar na mesa e estamos comendo na cozinha. Mesmo assim, só de espiar Seu Zeca pela frincha da porta, não paramos de rir. (MORLEY, 2016, p.151-2).

Mais adiante, em outra entrada, Helena esclarece o que aconteceu com a breve incursão do pai no mundo do comércio de alimentos. Os produtos acabaram e o dinheiro ao final do mês não chegou.

Quando se descobriu que todas as vendas foram fiadas, Alexandre resolveu desfazer o negócio antes que tivesse mais prejuízos: “E lá se foi o dinheiro da venda. Meu pai e mamãe fizeram tenção de nunca mais pensar em negócios” (MORLEY, 2016, p.171).

Mesmo com a má fortuna do empreendimento da venda de mantimentos, Carolina resolveu criar maneiras de ganhar dinheiro, desdobrando-se em possibilidades de ganho: fez rosquinhas e pão doce, plantou horta, ofereceu bolo de arroz na porta da igreja e até limões de entrudo, tudo sem sucesso de venda.

Vendo o prejuízo dos negócios de Carolina, Alexandre a aconselhou a deixá-los de lado e ir passear na casa das irmãs e da mãe.

Percebe-se pela natureza e persistência dos relatos que a preocupação de Helena, em tão pouca idade, todavia com capacidade de análise a respeito do futuro dos meninos em uma cidade que oferecia poucas oportunidades de negócios e aqueles que se apresentavam eram copiados por outros, havia pequenas chances de se ganhar dinheiro de forma efetiva.

A jovem mineira contou que o irmão Renato, proativo e sempre em busca de algum dinheirinho, recolhia ouro nas enxurradas ou procurava o metal na terra, pescava lambaris, caçava passarinhos e os vendia. Mas em todas essas formas de coleta alguém o imitou.

O menino também fez cigarros de palha para vender e Helena o ajudou, durante as férias, no empreendimento. A mãe, Carolina, vendo o espírito empreendedor do filho, resolveu investir na montagem de uma pequena venda para que ele se ocupasse e aprendesse a negociar.

Entretanto, logo o menino quis encher a venda de garrafas para “fazer vista”, mas o conteúdo das garrafas fermentou e elas estouraram causando grande confusão entre os clientes e prejuízo na mercadoria, pondo fim precoce ao pequeno comércio.

Helena, sempre pragmática e fatalista, concluiu que os homens da família eram bem sucedidos apenas nos negócios de mineração, “para o comércio nenhum tem jeito” (MORLEY, 2016, p.203).

Mas, nem tudo era preocupação e como toda adolescente, a menina gostava de participar dos eventos e das festas, embora se considere “caipora” por sua falta de sorte. A tia paterna mais velha, Neném, que já era doente, faleceu justamente no dia do casamento da prima Leontina.

A mãe, vendo a consternação das filhas, autorizou-as a irem à festa como se ainda não soubessem do falecimento. Helena, em sua primeira festa, usou seu vestido cor-de-rosa, “o primeiro bonito” que já teve e as meninas dançaram a festa inteira.

Em uma cidade pequena as notícias corriam depressa e a diarista recebe os pêsames já na casa da noiva e, mesmo se fazendo de desavisada, foi muito criticada por sua atitude. Sem remorsos, dançou e acertou todos os passos terminando o relato a lamentar que a tia poderia ter morrido depois do casamento, embora acredite que todos se esqueçam do incidente em breve. Concluir o relato:

“Seria melhor que tia Neném tivesse morrido depois do casamento e que pudéssemos nos mostrar mais sentidas. Mas Deus não quis. Que fazer?” (MORLEY, 2016, p.166).

Há poucas descrições geográficas tanto urbanas quanto rurais no diário de Morley, mas estes permitem a percepção de que a menina demonstrava satisfação em contato com a natureza. No episódio transcrito a seguir, Helena e Luisinha passeavam em companhia da família de tio Conrado. A diarista admitiu aceitar o convite somente por causa da comida que a tia prepararia, pois o lazer seria prejudicado devido aos cuidados e proibições do tio. Helena o criticava na sua sistematicidade e desejava que a família do tio desfrutasse da companhia dos pais dela porque então saberiam o que é passear no campo.

A diarista confessou sentir pena das primas submetidas a tanto rigor e informou que as meninas se escandalizavam pelo fato de acharem que os tios não davam educação a Helena e Luisinha, embora sempre as convidassem, pois gostavam de suas companhias.

A jovem refletiu a respeito de Deus castigar gente educada, pois o tio nunca conseguiu pescar um peixe nem os primos capturaram um passarinho e ainda afirmou que se manter educada lhe cansava mais do que um dia de trabalho pesado.

Em uma cidade pacata e sem grandes possibilidades de diversão, a jogatina familiar era uma forma de se conviver e de passar o tempo. Helena mencionou o jogo de trinta e um que, quando jogado na chácara, era servida uma ceia, muito boa, feita pelas negras, às nove horas. A menina ainda via vantagem no horário por conseguir chegar a tempo em sua casa e poder fazer a lição.

Estando sempre “arada”, reclamava do que era servido nas casas dos tios, uma fatia de pão tão fina que parecia “espelho” e também “biscoito de goma com café”.

A introdução deste registro prepara o leitor para seu clímax, a descoberta da lata de manteiga da tia por Luisinha. As meninas pegam os biscoitos e os besuntam de manteiga, mas quando os experimentam descobrem o conteúdo da lata:

Quando já tínhamos dado um rombo na lata, eu disse a Luisinha: “Já estou ficando com remorsos. Iaiá vai pensar que é Eva”. Luisinha respondeu: “Não, boba; ela pensa que é Nico”.

Consolei-me. Fechamos a lata e pusemos no lugar. Quando fomos dando uma dentada nos biscoitos, todas duas soltamos um grito de nojo e saímos correndo para cuspir no terreiro.
Era banha sem sal com que laia unta o cabelo (MORLEY, 2016, p.59).

Apresentando grande contraste, as anedotas relatadas e as pequenas alegrias vivenciadas pela família de Helena são substituídas pelo sentimento de pesar pela morte da matriarca Teodora no último ano do diário, 1895, desestabilizando a família materna, pois à avó cabia centralizar o afeto dos familiares, a quem todos se voltavam com seus cuidados em visitas frequentes à chácara.

A casa da Rua Direita, para a qual a avó se mudou ao final da vida, continuava cumprindo o papel de ser o local de encontro dos irmãos até que se deu o início do inventário, quando se desnudou o caráter dos envolvidos, fazendo com que Helena pensasse que a avó poderia estar vendo o efeito da divisão dos bens na família ao mesmo tempo em que a figura da matriarca se desintegrava como referência de afeto e de respeito mútuo.

Segundo seu olhar, ao final dos relatos compreendidos no diário, todos modificam seu comportamento usual por conta da herança a ser partilhada e, diante desta situação, atribui razão à mãe reconhecendo-lhe sabedoria quando esta lhe dizia que dinheiro trazia infelicidade, “desdicha”.

Logo a menina ponderou que a mãe, por sua vez, também estaria brigando pelos bens e seus irmãos desejavam que ela abrisse mão no inventário do que ela já havia recebido de Teodora, como brilhantes e escravas. Carolina, no entanto, não concordava com este arranjo.

O pai de Helena, Alexandre, por sua vez, mostrou-se impassível às brigas e se comportou com serenidade, sendo criticado pela mulher. A filha, então, devido a seu temperamento que se imiscui das confusões familiares, comparou-o a São Francisco de Assis assistindo à briga entre a mulher e os irmãos.

Este episódio demonstra a evidência de que a mola-mestra desta sociedade em transição seria o dinheiro e não a família, pois esta, quando submetida à prova, dissolveu-se e o afeto, por maior que demonstrasse ser, não conseguiu se sobrepor aos desafios motivados pela divisão do dinheiro, gerando egoísmo, individualismo e ganância nos membros familiares envolvidos na questão.

Às vezes eu fico com medo que vovó, lá do outro mundo, veja o que está havendo na família por causa do dinheiro da herança. Só se fala em colação o dia inteiro; até parece exame.

laiá, que é a tia mais civilizada que até lê romances e conta à gente direitinho, virou uma demônia por causa do dinheiro da herança. Só agora estou acreditando na conversa de mamãe de que dinheiro traz infelicidade. (MORLEY, 2016, p.301).

Helena relatou brevemente algumas transformações significativas na família depois do falecimento da avó. Dentre elas, estava o retorno do Rio de Janeiro do primo João Antônio, impedido de estudar porque era a avó quem custeava a sua permanência fora de Diamantina.

A diarista ressaltou que o primo poderia ter continuado a estudar caso trabalhasse, mas o rapaz não quis, o que desvelou o quanto esta sociedade era resistente ao trabalho, mesmo quando este se constituía em uma estratégia para uma vida futura mais abastada.

Mais uma vez demonstrando preocupação com o destino dos primos João Antônio e Lucas, que não completaram os estudos, vaticinando seu futuro incerto aos jovens homens em Diamantina, pois a província em desenvolvimento moroso não apresentava campo de trabalho favorável a eles, nesse raciocínio, a menina Helena não deseja mais ser homem, pois compreende o papel social masculino no fim dos oitocentos, o de provedor do lar, o responsável por seu sustento, ainda que às mulheres fossem facultadas algumas oportunidades de trabalho.

Continuando neste raciocínio que ilustra as mudanças na família, antes abastada que, por seu turno, também reflete as modificações da sociedade diamantinense, Helena reforçou a ideia já tratada em outro momento do seu diário, de que o trabalho braçal representava desonra nesta sociedade em que somente os escravos trabalhavam, pois eram obrigados pelas circunstâncias e o pai era a única exceção que conhecia ao valorizar o empenho pessoal representado pelo labor, pois o enxergava com naturalidade.

Os tios não deixavam os filhos carregarem sequer um embrulho em público e não os educavam para a vida prática, pois almejavam formá-los doutores. Com esta formação, seriam eximidos das tarefas manuais diárias e teriam acesso ao status social.

Por meio da transcrição de entradas do diário de Helena Morley, pôde-se contemplar uma infinidade de personagens que figuraram a obra, em diversos graus de importância e enfoque, que representavam variados tipos sociais, com suas ocupações e hierarquias, na Diamantina do final dos oitocentos.

Dentre elas, destacou-se a matriarca Teodora, que impactou e centralizou de forma significativa a dinâmica de toda a extensa família mesmo após seu falecimento.

A seguir, as personagens femininas, as que mais mereceram destaque na obra, sendo trabalhadas de forma mais expressiva e que influenciaram de diversas formas a protagonista Helena Morley, convivendo intimamente com ela ou povoando seu imaginário cotidiano, serão contempladas neste estudo.

3.4 Perfis femininos oitocentistas da obra

Em *Minha vida de menina*, dentre as diversas personagens representadas, perpassaram uma multiplicidade daquelas pertencentes ao gênero feminino. Além da diarista, narradora-personagem, desfilaram em suas páginas outras tantas meninas e mulheres nos seus papéis de irmã, mãe, avó, tias, primas, colegas de escola, vizinhas, professoras e ex-escravizadas.

Feminista antes do tempo, com arguta observação do comportamento das mulheres que a rodeavam, principalmente o da mãe, com quem residiu e conviveu intimamente, da avó materna e da única irmã, Luisinha, que Helena Morley pôde observar as mulheres do seu tempo em suas diversidades e idiossincrasias.

A tese desenvolvida pelo autor, antropólogo e sociólogo Pierre Bourdieu, presente na obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica* (2014), em que analisa esta situação ainda presente na sociedade contemporânea, é a de que a dominação masculina não seria biológica, mas uma construção arbitrária do biológico que fundamenta as divisões sexuais que são aparentemente espontâneas.

Para fundamentar sua teoria, Bourdieu recorre à história das mulheres na demonstração dos mecanismos que podem contribuir para a exclusão feminina tais como a família, a escola, a igreja e o estado, organismos que se caracterizam como ratificadores da ordem social preponderante.

Destaca-se o terceiro capítulo, “Permanências e mudança”, em que o autor apresenta estas instituições e sua representação no papel de dominação masculina e argumenta que a pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos, nem mesmo a

relação entre os gêneros nas diferentes épocas; ela deve se empenhar em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições família, igreja, estado e escola que, com pesos e medidas diversos, em diferentes momentos, contribuíram para arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações da dominação masculina.

Ao final deste estudo, o autor promove o questionamento, sem resposta definitiva, quanto à possibilidade da neutralização de todos os mecanismos da dominação masculina, que costuma ser naturalizada em nossa sociedade.

Considerando que um dos objetivos principais da tese é o de investigar como a escola, a família, a igreja e a sociedade auxiliaram na instrução e a formação de Helena Morley, em um tempo de profundas mudanças, inclusive dos papéis esperados e destinados aos gêneros ao final do séc. XIX, a obra se torna imprescindível para que se reflita a respeito destas instituições e seus impactos na formação de mulheres.

As figuras femininas fortes encontradas na obra, e as que mais exerceram poder de mando e influência em Helena, foram representadas por Teodora e Madge. As demais, uma extensa galeria de mulheres castas, simples, orgulhosas, abnegadas, devotas, beatas, submissas, mexeriqueiras, ordeiras, bordadeiras, doceiras, quitandeiras, tecelãs, agregadas, mulheres sem voz, apáticas, ladras, loucas, pedintes, humilhadas, ex-escravas, colegas de escola, vizinhas, também perfilam as entradas do diário de Morley.

Há laivos feministas nas passagens que evidenciaram a luta das mulheres pela sobrevivência como as que complementavam o orçamento doméstico, situação exemplificada pelas figuras das tias Agostinha e Aurélia, pelas que eram pobres e precisavam trabalhar para sobreviverem, como as negras da chácara, Siá Ritinha, Inhá, Leocádia e as rendeiras, além daquelas que trabalhavam por opção de independência social e financeira, como as tias inglesas Madge, Quequeta e as modistas e doceiras, Ifigênia e Cecília, além de outros nomes citados ao longo da obra.

Em *História & gênero* (2006), de Andréa Lisly Gonçalves, um estudo de como as relações de gênero se estabeleceram na história, construindo socialmente as definições de feminino e masculino, investiga-se a respeito da dinâmica da escravidão em Minas Gerais.

Entendendo que a categoria “gênero” é fundamental para a compreensão dos processos históricos e mundiais, a autora sugere sua inserção e, conseqüentemente, a revisão de sua importância na história política, econômica, militar e religiosa, campos ainda bastante impermeáveis ao reconhecimento da mulher como sujeito histórico.

Tem-se, na distinção por gênero, o estudo da participação de ex-escravas nas atividades econômicas da região, o papel desempenhado pelas mulheres nos arranjos familiares na província de Minas Gerais, como também se verifica em *Minha vida de menina*, situações em que mulheres gerem suas vida sendo provedoras e chefes de família das classes sociais menos providas às mais abastadas.

Destacando que as questões femininas dinamizam-se a partir do séc. XIX, Gonçalves apresenta alguns dos modelos contra os quais as mulheres lutavam, alguns deles forjados no próprio oitocentos, outros existentes desde períodos imemoriais, mas consolidados em sistematizações que também podem ser encontradas nos dias atuais.

No primeiro capítulo, “Militância feminista”, a autora traça uma linha histórica e acontecimentos marcantes para o feminismo no Ocidente e estabelece a Primeira Convenção para o Direito das Mulheres, em Nova Iorque, em 1948, como marco inicial.

Destaca, ainda, que a presença feminina no espaço público e a participação no mercado de trabalho contribuíram de forma significativa para a militância feminina. Por meio da Literatura, conforme também assinala Virginia Woolf, em *Um teto todo seu* (2014) e em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas* (2017), algumas mulheres, na intimidade de seu quarto, puderam escrever um livro ou artigo de jornal que a introduziram no espaço público.

A escritura, por poder ser exercitada em domicílio éi, como observa Michelle Perrot (2007), uma das primeiras conquistas femininas, além de ser uma das que provocaram mais forte resistência.

Gonçalves trabalha a questão da privacidade, fruto do individualismo burguês, no séc. XIX, a afirmação da família tipicamente burguesa, a atuação da mulher no mercado de trabalho, sobretudo naqueles considerados subalternos, como nas indústrias têxteis, na época vitoriana.

No terceiro e último capítulo da obra, “História das mulheres: fontes, temas e abordagens”, tomam-se as fontes documentais como ponto de partida, tecendo-se

considerações acerca dos métodos, dos temas e das abordagens presentes na história de gênero e das mulheres. Nele são abordados subgêneros conhecidos como “Literatura do Íntimo”, como as cartas pessoais, os diários e os manuais de etiqueta.

Desta forma, acrescenta Gomes:

A atenção conferida às fontes documentais produzidas no espaço privado, com base nas mudanças introduzidas no fazer histórico [...] mostrou-se como uma das mais promissoras para o estudo da história das mulheres. Potencializadas pela crescente aceitação de que o exercício do poder político não se limitava apenas ao espaço público, ao âmbito do Estado, tais fontes foram essenciais para evidenciar os contrapoderes exercidos pelas mulheres nos “recônditos do lar”, junto à família, no exercício de atividades e ocupações que, grosso modo, surgiam como extensão daquelas realizadas no espaço doméstico, no interior das comunidades onde atuaram, com diferentes características, em se tratando de áreas urbanas ou rurais.

Um bom exemplo ressaltado pela historiografia é o da história da educação. À constatação de que o professorado era composto, em sua maioria, por mulheres e de que sobretudo essas, às quais se facultou o acesso à Escola Normal – exerciam um tipo de escrita típicas do espaço privado, como diários, cartas, memórias, biografias, enfim, o que se poderia chamar [...] de “escrita de si”, tornou esse um dos campos privilegiados para o estudo das mulheres. (GOMES, 2006, p.86-7)

Retomando o diário Helena Morley como documento de análise, percebe-se que a diarista, em diversos momentos, descreveu as pessoas com crueza e maledicência, o que se pode verificar no caso de Zinha, uma colega da Escola Normal a que todos consideravam maluca e Helena pensava que essa impressão devia-se à menina ser “mal arranjada”, desleixada com sua aparência, tendo os dentes e cabelos malcuidados.

É interessante notar que, provocada e ofendida em sua feminilidade, a colega, para se defender, evocou sua origem, sua paternidade, o que é perfeitamente plausível em uma sociedade fundamentada no sistema patriarcal ainda que a ofendida frequente a Escola Normal para provavelmente conquistar sua independência financeira e social, tendo uma profissão reconhecida, a de professora de primeiras letras.

Assustada com a reação da menina, Helena lamentou não existir uma maneira de os doidos não se tornarem professores, tendo pena dos futuros alunos de Zinha, e refletindo haver outros serviços que pudessem ser realizados que não envolvessem crianças em formação.

Contando depois o caso ao tio, este lhe falou que em Diamantina havia tantos doidos que não se poderia separá-los, mas uma medida possível seria a de cercar a

cidade, pois a província se assemelhava a um hospício: “Ouvi tudo e fiquei pensando nos pobres meninos que ela vai ensinar. Não haveria meio de impedir os doidos de serem professores? Há tanto serviço que os doidos podiam fazer” (MORLEY, 2016, p.220).

Outra mulher considerada insana era a companheira de Seu Facadinha que, ao conviver com estrangeiros, também acreditava ser forasteira e, em consequência desta opinião, construiu para si um idioma particular que não fazia sentido algum para seus interlocutores.

Helena contou a respeito da morte da filha e o pai da falecida, Seu Facadinha, fez questão de mostrar a todos que a menina não teria morrido de inanição, pois na casa havia leite em abundância. Pelo que se relatou, intuiu-se que a jovem morreu de tétano, pois padeceu de um corte na mão. Vendo a “loucura da mãe” e a “bobagem e velhice do pai”, Helena concluiu que Deus fez bem em levá-la.

A mulher de Seu Facadinha é doida. Quando se passa na porta dela, se a gente já não sabe, toma um grande susto, porque ela grita de dentro da rótula uma linguagem incompreensível. Uma vez que eu passei lá de noite, ela gritou de dentro: “Cherréco, teméco, fréco!” e eu corri pela rua afora até a casa de tia Agostinha. No Jogo da Bola me disseram que, desde que esses estrangeiros andam por aí comprando lavras, ela pensa que é estrangeira e que esta língua dela também é estrangeira (MORLEY, 2016, p.231).

Profundamente ligada ao pai e sendo correspondida em sua admiração, conforme evidenciado em algumas passagens, Helena informou que o progenitor preferia o temperamento da filha mais velha ao da mais nova, Luisinha. Helena seria franca e a outra, calada, enigmática, pois não deixava transparecer suas intenções e seus estados emocionais.

Helena deu razão ao pai ao presenciar uma cena ocorrida na escola, quando Luisinha furtou um dos cravos vermelhos que uma colega, Anita, havia levado. Anita prometeu cortar com canivete a mão de quem pegou a flor.

Ao saber que a autora do ocorrido era sua irmã Luisinha, Helena foi à secretaria da escola e contou a respeito da navalha. O diretor a tomou da menina e a história se encerrou sem maiores punições, pois Anita era filha de um professor, evidenciando uma situação de proteção e de desigualdade quanto ao regimento escolar devido às procedências da aluna em questão.

Entreguei o cravo a Anita, dei uma corrida à Secretaria e contei a história da navalha. O diretor subiu e tomou a navalha da idiota. Mas ficou por isso mesmo porque ela é filha de um professor.
Anita só faltou me bater, de ódio (MORLEY, 2016, p.241).

Este episódio ocorrido com Luisinha representou mais uma lição educativa a Helena: a invasão do espaço alheio e suas possíveis consequências, os limites tacitamente impostos, a liberdade vigiada na Escola Normal e a convivência com a diferença neste microcosmo da sociedade.

Dessa forma, percebe-se que, conforme Louro:

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (LOURO, 1997, p.61).

Silvia Federici, em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), analisa as circunstâncias históricas em que a perseguição às bruxas ocorreu e as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres.

A autora empreende um estudo de perseguição a estas mulheres no contexto das crises demográfica e econômica europeias nos séculos XVI e XVII e das políticas da terra e trabalho da época mercantilista.

A execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da era moderna e o surgimento do capitalismo, que coincide com essa guerra contra as mulheres são também investigados e Federici parte da hipótese de que esta perseguição visava à destruição do controle que as mulheres haviam exercido sobre sua própria função reprodutiva, preparando para o desenvolvimento, ainda mais significativo, de um regime patriarcal opressor.

Esse ponto de vista também defende que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo: a relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo, assim como o tráfico de escravos e os cerramentos das propriedades – constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto como no Novo

Mundo, estendendo por séculos afora, conforme se atesta enquanto as demais vivem sob a proteção patriarcal.

Siá Ritinha é uma das principais figuras da obra, com grande influência sobre a família Morley, por ser vizinha e cuidar das meninas de perto, intrometendo-se em sua criação e prestando favores a Carolina.

De condição social tacanha, e viúva, é uma das mulheres que trabalham para o sustento material de si mesma e de seu núcleo familiar. Fornecendo pensão aos comandantes e soldados do quartel de Diamantina, Siá Ritinha cozinhava, roubava galinhas, trocava alimentos com Carolina, servia-se da horta dos Morley.

A vizinha evoluiu juntamente com a passagem de tempo no diário, passando de uma mulher que mais se assemelhava, tanto na aparência quanto no comportamento apresentado, às bruxas dos contos de fadas, em sua descrição horrenda, a uma figura benfeitora, de quem se esqueceu dos mexericos e os furtos de galinhas e até sofrendo um processo de embelezamento imaginário, pois a vizinha mostrou outra faceta de solidariedade e diligência ao cuidar da mãe adoecida da diarista.

Carolina, contudo, tão omissa a ponto de delegar à vizinha os cuidados com as filhas, gostava do fato de contar com alguém para vigiá-las, pois alegava não ter tempo nem energia para trazer as meninas, Helena e Luisinha, mais de perto.

Responsável por Helena no entorno espacial onde residia, vigiava o comprimento de seus vestidos, a companhia das meninas negras, proibindo a brincadeira com elas, e até mesmo inspecionava o que a diarista se alimentava sugerindo a Carolina que o hábito de Helena de comer pepinos crus pela manhã não era saudável.

Siá Ritinha era uma figura reguladora e controladora da educação feminina que poderia se equivaler à figura vigilante do pai, que, entretanto, ausentava-se de casa a trabalho e raramente estava presente nas tarefas do cotidiano.

Na perda dos limites entre rua e casa, havia também a eliminação das fronteiras entre a vida privada e a pública, uma vez que o cotidiano dos vizinhos invadia a privacidade de outros lares: “Eu ficava com raiva do governo de Siá Ritinha, mas mamãe dizia: ‘eu gosto muito dela olhar você para mim, porque eu não posso ficar na janela tomando conta. Além disso ela é enérgica e eu não sou.’” (MORLEY, 2016, p.98).

Mais adiante, já um pouco mais velha e amadurecida, Helena desculpou a vizinha, admitindo sentir pena dela, pois perdeu o macaco de estimação, passou por problemas sérios com o filho de criação e aguentou desaforos dos soldados do quartel, que não reclamavam feijões bichados servidos na pensão que ela lhes fornecia.

Helena, em processo de transformação e de amadurecimento, espantou-se com a mudança de seus sentimentos em relação à vizinha e foi capaz de refletir a respeito de seus sentimentos.

Hoje eu tive pena de Siá Ritinha. Afinal, que me importa ela furte galinhas dos vizinhos, se não furta as nossas? Depois, ela gosta muito de mamãe e meu pai e não perde ocasião de vir aqui em casa.
[...] Quem havia de dizer que eu havia de acabar gostando de Siá Ritinha? (MORLEY, 2016, p.247-8).

Nesta triste passagem a seguir, Helena relatou sobre um casal formado por um viúvo, “bonito e simpático” e uma professora, “horrorosa de feia e fanhosa”, que só se casou porque tinha seu ordenado de professora e não daria “despesa” ao marido.

Além do casamento por interesse, percebeu-se a misoginia tanto da parte da diarista, que relatou o caso, como do marido e das demais presentes. Tia Agostinha ainda aconselhou as meninas, que presenciaram a cena, para que não se comportassem como idiotas para não serem desprezadas pelos homens: “Tia Agostinha nos disse: ‘Vocês vão vendo, desde meninas, que os homens não fazem caso de mulheres idiotas. Ele a tratava bem, mas hoje fez o que vocês viram.’” (MORLEY, 2016, p.162).

Demonstrando sua preferência por uma das tias maternas, Agostinha, disposta a servir e, por essa abnegação, segundo Helena, sempre tinha a casa cheia de parentes e de hóspedes: “Tia Agostinha é a criatura melhor que eu já vi. Ela, se pode estar fazendo bem aos outros, está contente. Por isso tem sempre a casa cheia de parentes e de hóspedes. Eu a estimo como a nenhuma outra tia” (MORLEY, 2016, p.150).

A história de Agostinha foi resgatada por Helena e este processo de recordação revelou a existência da memória coletiva na qual se amparava a individual, memorizada nas páginas íntimas da diarista. A tia, casada com um homem ignorante, com quem não conviveu antes do casamento arranjado pelo pai,

passou muita vergonha devido à forma com que o marido se expressava, denotando pouca escolaridade e ignorância de prosódia.

Apesar de admirar a beleza do noivo Justino, esta não era suficiente para sustentar o amor que não chegou a se constituir. Entretanto, o encanto pelo marido se desfez já na noite de núpcias. A tia procurou, debalde, ensinar a pronúncia “correta” das palavras, de acordo com a norma padrão, ao marido, que tomou as lições como ofensa e implicância da mulher.

Helena ainda esclareceu que apenas a tia Dindinha e a mãe, Carolina, puderam escapar dos maridos escolhidos pelo avô, a maioria composta por fazendeiros ricos e ignorantes. Batista escolhia os maridos para as filhas que os conheciam apenas no altar. O patriarca sempre noivava duas filhas e casava outras duas ao mesmo tempo, economizando nas comemorações, em uma festa de Natal.

Nesta sociedade patriarcal do final do século XIX:

O casamento ‘arranjado’ pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor – desejável, mas não indispensável. Os pais desconfiam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis (PERROT, 2007, p.46).

[...] No dia do nosso casamento ele veio todo bem-vestido e eu pensei que acabaria gostando dele. Mas quando entramos para o quarto e ele passou a mão na minha cintura e disse: “Agostinha, eu ‘tou’ muito satisfeito. ‘Oê tombem ‘tá’?” eu baixei a cabeça e vi naquela hora que nossa vida ia ser o que foi. Começou aí a minha vida de tristeza e vergonha constante. Ele trocava os *ll* pelos *rr* e falava tudo errado. Um dia ele chegou em casa e disse: “Sabe com quem eu ‘tive agora? Com Zoroástico”. Eu lhe expliquei: “Não é Zoroástico, Seu Justino, é Zoroastro que se fala”. Ele guardou aquilo. Noutro dia veio: “Bem, agora vou sair, vou no farmacêutro”. Eu disse: “Não é farmacêutro, é farmacêutico”. Ele respondeu: “Eu acabo não te dirigindo mais palavra. Você já fala para me amolar. Se eu digo *tru* é *ticu*, se eu falo *ticu* é *tru*. Me deixa falar como quiser” (MORLEY, 2016, p.319-320).

Nesta próxima entrada em questão, simulando uma história próxima aos contos de fadas, começada com “Era uma vez”, Helena resgatou a história de uma de suas tias, Aurélia, considerada a filha geniosa de Teodora e Batista, casada com o comerciante Conrado.

Favorecida pelas circunstâncias, Aurélia pôde escolher seu próprio marido e são bastante curiosos os detalhes de sua história fornecida por Helena, que documenta a situação da moça, infeliz com o casamento arranjado pelo pai, à mercê da sorte a ponto de recorrer a rezas acompanhadas pelas escravizadas para que a situação pudesse ser revertida.

“Era uma vez um homem que vivia minerando e um dia achou um caldeirão virgem, tirou muito diamante e ficou rico. Ele morava na fazenda e teve oito

filhas, sete muito obedientes e uma muito ruinzinha. Esta, desde pequenina, era muito cheia de vontades e ninguém a governava, nem mesmo a mãe e o pai. Se não queria ir à escola, sumia para o campo e era uma luta para pegá-la. Quando era trancada no quarto só faltava jogar a porta no chão para abrirem. Pancada? Quem lhe batia? Esta menina foi crescendo assim diferente de todas. Era também mais inteligente do que as outras. Quando chegou a idade de casar, o pai lhe falava nos noivos que apareciam e ela dizia: 'Não caso porque não quero'. A mãe dizia: 'Esta vai me dar trabalho; ninguém sabe o que ela quer'. Para as outras o pai escolhia o noivo e elas aceitavam; esta não. [...] Todos vinham me ouvindo com atenção e nesse ponto os filhos de tia Aurélia protestaram: "Essa não serve! Essa é a história de mamãe!" (MORLEY, 2016, p.158-9).

Quando a matriarca da família adoeceu, as filhas ficaram mais próximas à mãe. As viúvas e Carolina, porque o marido estava fora de Diamantina, na lavra, dormiam na chácara e tia Aurélia ficava entre a própria casa e a da mãe porque precisava servir as refeições ao marido.

Por meio deste episódio, podiam-se compreender alguns aspectos a respeito da sociedade oitocentista patriarcal: a condição de casada desautorizava a mulher a dormir fora de casa mesmo que esta casa fosse a materna e também se anotavam os horários de refeições de uma família burguesa no final do século XIX: às dez horas, almoço; às quatro, jantar e às nove horas, o chá era servido.

Todos da família reconheciam que o temperamento metódico do marido pôs ordem e senso de responsabilidade em Aurélia, considerada pirracenta e geniosa, o que representaria o quanto opressora era a situação da mulher do final do século XIX, educada para se casar, agradar e obedecer ao marido que, mesmo refratária, "pirracenta e geniosa", é moldada pelo marido tornando-se "cumpridora dos deveres e ordeira", tornando-se uma prendada e exemplar dona de casa.

Todos da família comentam como tio Conrado pôs tia Aurélia cumpridora dos deveres e ordeira assim, pois ela era a mais pirracenta e geniosa da família. Mamãe conta o gênio que ela tinha em pequena e o que ela fazia com vovó. Eu tenho raiva e desejava ter estado nessa ocasião na Lomba para amansá-la (MORLEY, 2016, p.276).

Histórias também consistem em uma excelente ferramenta educativa amplamente utilizada na sociedade a que Helena pertencia. Contadas pelos pais, pelos tios, pela mãe ao redor do fogo, pelas negras da chácara da avó, por mãe Tina, pelas tias maternas, dentre outros personagens, as narrativas resgatavam o passado, ensinavam, assustavam, tratavam de temas tabus, mostravam como era a vida das tias, da avó, do tempo na Lomba.

Na entrada, transcrita a seguir, Helena escreveu em seu diário a história do casamento de Iaiá Henriqueta, uma das filhas que moravam com Teodora.

Casando-se pelo arranjo do pai, no entanto aprendeu a amar o marido, que teve um triste fim.

Henriqueta gostava de ler e de contar sobre os livros lidos aos sobrinhos, o que poderia justificar o enredo narrado a respeito do reencontro que teve com o marido, muito parecido com um clichê romântico.

Dia de chuva nossas tias nos prendem contando histórias. De pequenas as negras nos contavam histórias da carochinha. Hoje gosto mais das histórias do tempo antigo, principalmente do casamento de minhas tias, que era tão diferente.

Hoje laiá esteve lendo *Gil Blas* e nos contou histórias dele. Depois eu lhe pedi para contar a história do casamento e como ela se arranjou para gostar do marido que não conhecia.

[...] “Do caminho” – diz laiá – “ele me escrevia umas cartas muito bonitas, me chamando de ‘minha beleza’, de ‘anjinho caído do céu’ e me mandava de todo lugar um presente. Eu fui gostando e até ficando com saudades dele.” (MORLEY, 2016, p.184-5).

Carlota, a mais velha das irmãs de Carolina, causava risos à menina diamantinense por ser diferente das outras tias. Morley destacou que o motivo graça não se devia ao espírito da tia, pois esta “não tem nenhum”.

Segundo Helena, tanto a mãe como as tias, oprimidas e subalternas, viviam apenas para servir aos outros: “Ninguém na família se preocupa consigo. Todas as minhas tias só se ocupam dos maridos e dos filhos.” (MORLEY, 2016, p.218), cabendo a elas o que sobrava da comida e mesmo abrindo mão de se alimentar se a comida não fosse o suficiente para todos:

A mãe era ainda a mais abnegada devido à sua dependência emocional com o marido. Carolina tinha até um ditado que cita para ilustrar sua atitude de abnegação:

Quando reclamo o pouco-caso que ela faz em si e a preocupação conosco e com meu pai, ela responde: “Você verá quando for mãe. Você não sabe o ditado: ‘Desde que filhos tive nunca mais barriga enchi’? É a pura verdade. Minha vida são vocês e seu pai. Se vocês comem, eu fico mais satisfeita do que se fosse eu.” (MORLEY, 2016, p.218)

Carlota era diferente, era “feia”, “gorda”, gostava de comer e era muito agradável na casa dos outros, mas na dela, não. A sobrinha Helena listou uma série de idiossincrasias carregadas de preconceitos a respeito da tia e terminou o relato contando uma pequena maldade.

Para fazer o café ela trouxe a rapadura, rapou na ponta da mesa, depois pegou numa colher, apanhou a rapadura misturada com o cisco, pôs na caneca e saiu para a cozinha. Nós deixamos tudo só de maldade. Quando veio o café nós disfarçamos, chegamos à janela e atiramos fora. Saímos sem pêssego, mas valeu a visita porque nos rimos muito (MORLEY, 2016, p.218-9).

Em mais uma crítica ao comportamento de tia Carlota, Helena rememorou as histórias contadas aos sobrinhos a respeito dos planos confabulados para quando tirasse a “sorte grande”: compraria uma chácara com pomar, alugaria uma cozinheira e, dentre outras realizações, teria um galinheiro cheio de galinhas e de frangos.

Entretanto, com a morte da avó, Helena descobriu que, na verdade, tirar a sorte grande era a metáfora utilizada pela tia para o recebimento da herança devido à morte da própria mãe, Teodora.

Quando vovó era viva, tia Carlota costumava contar a nós, sobrinhos, os castelos que ela fazia para quando tirasse a sorte grande.

[...] Hoje eu estive pensando nos castelos dela e disse a mamãe: “Tia Carlota não comprou nenhum bilhete e hoje tem tudo que ela desejava com o dinheiro que vovó deixou. Quem sabe se ela já desejava que vovó morresse e fazia estes castelos fiada na herança?” Mamãe disse: “Era isso mesmo. Nós todas ficávamos com raiva quando ela começava a falar com vocês nos castelos dela. Chiquinha um dia até disse: ‘Deus é grande que ela não há de realizar esses castelos tão cedo como ela espera. Pode até ser que ela vá primeiro que minha mãe, coitada’” (MORLEY, 2016, p.310-1).

Dindinha, a tia mais querida da família, mas não de Helena, teve sua história rememorada pela diarista que relatou a fama de beleza, o inusitado casamento com Clarindo, a morte do marido por colerina e da única filha ainda bebê pouco tempo depois.

Revelou também em que condições os casamentos eram tratados, como se confeccionavam os enxovais e a pouca mobilidade feminina em seu poder de decisão, recorrendo a ladainhas repetidas pelas negras como único recurso para este destino pré-determinado pelo genitor.

A tia, viúva aos vinte e dois anos, não se casou novamente, criando seu sobrinho e negrinhos como se fossem seus filhos e se resignou de sua vida permeada de sofrimentos.

Dindinha é a tia mais querida da família, não só das irmãs como dos sobrinhos todos, que a tratam de Dindinha.

[...] Meu avô aceitava para as filhas o marido que lhe agradasse e as casava sem consultá-las. Ele tinha dez filhas. Os pretendentes pediam às vezes uma das filhas e ele respondia: “Esta, não; está muito moça. Vá aquela que é mais velha”.

Todos pediam Dindinha e ele guardou-a para o fazendeiro mais rico da redondeza. Ela gostava de um primo, e quando soube que estava prometida em casamento a outro, chorava sem parar dia e noite, sempre fazendo novenas e se apegando com todos os santos. Diz que fez todo o enxoval rodeada de escravas no salão, como era costume, tirando ladainhas para as escravas responderem, pedindo a Deus que acontecesse ao homem qualquer coisa para ele não vir casar (MORLEY, 2016, p.285).

Apesar da profunda admiração ao pai, Helena, ao crescer, começou a enxergar sua mãe com olhos mais bondosos e viu nesta mulher uma série de qualidades: a disposição para o trabalho, o recolhimento e a preocupação em ocupar os filhos com tarefas domésticas e livrá-los da ociosidade.

Mulher anulada, Carolina vivia sempre atrás do marido, não frequentava a sociedade e ficava restrita às missas na igreja e às visitas à chácara da mãe, sendo substituída no processo educativo de Helena por Teodora, quanto ao afeto, e por Madge, na representação da disciplina escolar e doméstica.

Cabe aqui a observação de que enquanto Helena dispunha de três mulheres que lhe dispensavam cuidados maternos, Alexandre era o único representante masculino que desempenhava a função de pai. E, mesmo fisicamente ausente, a figura paterna não precisa de substitutos nem enfrenta concorrentes, pois é plena no preenchimento das carências da menina e em exercer autoridade sobre ela.

Assim, no pequeno universo da diarista, neste enclausuramento doméstico e também simbólico, entre quatro paredes metafóricas, observou-se a alienação da mãe, Carolina, quanto às necessidades materiais da filha adolescente, a presença-ausência do pai, que viajava a trabalho com frequência, mas acompanhava e controlava a filha mesmo de longe, a proteção castradora da tia Madge, que queria moldar a sobrinha de acordo com seus valores e concepções de vida.

Finalmente, tem-se o refúgio seguro da avó que amava a neta e a compreendia em seu temperamento singular. Morley, em meio a estas quatro figuras influenciadoras, dedicava-se à escrita como escapismo, como bovarismo, ferramenta potente que lhe permitia sonhar e transcender as limitações impostas a ela.

Neste exíguo espaço de expressão, ainda que se considerasse superior aos seus, raciocinando aos 14 anos melhor que todos da família, Helena ainda não dispunha da legitimação de sua voz nesta sociedade dos oitocentos, tampouco no seio familiar.

Assim, o diário cumpria o papel de denúncia dos espaços social e histórico destinados à mulher, sendo submetida às vistas masculinas, calada pela figura opressora do homem e pela sociedade patriarcal.

Sua inteligência e vivacidade mesmo que ostensivas na escrita, de forma autoral, revelando uma personalidade singular e um intelecto admirável, na escola

não era reconhecida pela maioria dos professores e das colegas, sendo taxada por eles de vadia.

Carolina, figura presente em muitos dos relatos, paulatinamente foi reconhecida em seu valor pela filha e na passagem mencionada a seguir, a menina elogiou a disposição para o trabalho de sua mãe, Carolina que, sempre ativa, executava as tarefas de casa e ocupava os filhos com atividades domésticas e outras que poderiam lhes render algum dinheiro: “Não admito que exista uma mulher tão disposta como mamãe para andar e trabalhar” (MORLEY, 2016, p.212-3).

Em outro registro do diário, que justificaria a qualificação de que Helena como feminista à frente de seu tempo, possuindo certa noção da sociedade patriarcal e machista da qual fazia parte, a jovem se indignou pelo fato de o pai ser sempre elogiado na família enquanto a mãe não era notada. De acordo com as configurações sociais, Carolina apenas cumpria com o papel que lhe cabia nesta sociedade em que a mulher era coadjuvante e obrigada a satisfazer as exigências do lar e atender à quota desigual na divisão sexual do trabalho doméstico.

A diligência de Carolina não passou despercebida aos olhos de Helena, que chegou a comparar a mãe ao ícone da bondade feminina para os praticantes da Igreja Católica, Nossa Senhora, sem, contudo, temer o pecado da heresia com esta associação.

A resignação quanto ao pouco dinheiro oferecido pelo marido, a rotina doméstica estafante que se iniciava às cinco da manhã para acender o fogão a lenha a fim de preparar o café da manhã e só poder descansar à noite, quando juntamente com os filhos permanecia em breve momento em volta do fogareiro a contar histórias do tempo passado para depois, às oito e meia, novamente acender o fogão a lenha e pelejar com a lenha verde, foi descrita pela filha diarista.

Nestes momentos íntimos, em que se contavam histórias, Helena ficou sabendo sobre as circunstâncias de sua data de nascimento, informou que seu “embigo” foi enterrado no cascalho da mineração, uma superstição para que a criança tivesse sorte e prosperidade.

Uma das características marcantes da obra no que diz respeito à personagem-protagonista Helena Morley é o sentimento de inveja presente nas mais diversas situações, mesmo nas desfavoráveis, como demonstrar este sentimento em relação à irmã Luisinha por ela usar lenço amarrado junto ao rosto sofrendo de dor de dente.

A menina, ao longo dos episódios, ambicionou as uvas do professor Sebastião, também invejou quem não tinha acessos de risos, os primos que estudavam a mando dos pais, as primas que não tinham uma mãe apegada ao marido enquanto ela e Luisinha ficavam aos cuidados da avó, cobiçava a beleza da prima Naná e, dentre outras situações, as colegas estudiosas.

Este sentimento não foi escondido por Morley e transpareceu no desgosto ou no pesar do desejo de possuir algo alheio. Sendo notada pela mãe e pela avó, estas mulheres buscaram amenizar esse sentimento da menina pautando-se no ensinamento religioso da conformação com o que se possui.

Na entrada analisada a seguir, a menina sentiu inveja da sorte da amiga, Arinda, mas iniciou o relato dizendo que este sentimento lhe fez receber advertências da mãe e da avó que atribuíram a sorte à vontade divina, à Providência.

Soube-se, por meio desta entrada, que as crianças tinham o hábito de procurar folhetas de ouro e pequenos diamantes depois que os trabalhadores da lavra eram dispensados. Estes achados no desbarranque eram comprados pelos mineradores.

Neste misto entre trabalho e brincadeira, Arinda encontrou um diamante bem grande que foi comprado por “cinco notas de cem mil-réis, novinhas”, passadas ao pai da menina.

Helena modificou seu sentimento inicial de inveja pelo de pena, por reconhecer a pobreza em que a menina vivia em um rancho, possuindo apenas um couro para todos dormirem. Este sentimento se intensificou quando ouviu de Alexandre onde o pai de Arinda enterraria o dinheiro, em um local que já havia sido lavrado, logo sem chances de sucesso.

O sentimento de comiseração que Helena demonstrou diante desta informação, foi transferido para a colega, a verdadeira prejudicada neste contexto, pois do dinheiro ganho não recebeu nem cem réis.

Quando tenho inveja da sorte dos outros, mamãe e vovó dizem: “Deus sabe a quem dá sorte”. Na Boa Vista agora é que eu acabei de crer. Já disse a vovó que ela quase nunca erra, quando fala as coisas.
[...] Estávamos, todos os meninos, andando de um lado para outro, cada um com os olhos arregalados nos corredos. Estava conosco Arinda. De repente ela abaixou com um grito e apanhou um diamante bem grande. [...] O pai, a mãe e todos ficaram doidos de alegria. O pai dela dobrava as notas, metia no bolso, tornava a tirar, olhava, tornava a guardar (MORLEY, 2016, p. 21).

Em uma sociedade recentemente liberta da escravização, ainda era comum que se estendesse os hábitos da casa-grande para as novas configurações familiares, sociais e econômicas e um destes costumes era o da presença de agregados nas casas, mesmo as da cidade.

Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano (2016), obra de caráter sociológico a respeito da fundação do Brasil, possui como temática a decadência do sistema patriarcal brasileiro. O título remete aos aristocratas que, com o declínio do regime escravocrata brasileiro, foram obrigados a se mudar casa-grande das fazendas para sobrados nas cidades e, conseqüentemente, ex-escravos também deixaram estes prédios e se acomodaram em casebres de palha em bairros pobres de áreas urbanas.

Partindo principalmente do conceito de cultura, na tentativa de reconstituir e de interpretar certos aspectos da história social da família brasileira, o autor procura estudar os processos de subordinação e os de acomodação entre etnias, classes, religiões e aspectos culturais que caracterizaram a formação do patriarcado rural do Brasil e seu declínio a partir do final do século XVIII.

A formação de uma população urbana, que aconteceu durante os séculos XVIII e XIX exigiu a adaptação das hierarquias, fez com que as elites patriarcais relativizassem a família, os parentes, os compadres e amigos, para privilegiar as corporações e irmandades religiosas e, em um segundo momento, partidos políticos e ideologias que formam a base da convivência moderna.

O primeiro capítulo de *Sobrados e Mucambos*, Freyre apresenta a paisagem social que se altera com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, modificando hábitos, comportamentos e papéis sociais que implicaram em renovações políticas, econômicas e culturais.

O início da modernidade, a urbanização, o surgimento de novos valores e instituições, além de uma nova classe social e o declínio do patriarcalismo, amparado pelas mudanças estruturais da época, caracterizavam o Brasil na primeira metade do século XIX. A crescente urbanização, a forte influência inglesa e a abertura dos portos, dando espaço ao capitalismo comercial, e provocando mudanças institucionais, também é abordada.

Surgiram, nesse Brasil em transição, novas profissões e tipos sociais: profissionais liberais (comerciantes, mascates, médicos) e, sem contudo, desprezar os demais capítulos da obra, embora se enfatizando o quinto capítulo intitulado “O

homem e a mulher”, Freyre aborda a diferença entre os gêneros, que se formam mais culturalmente do que biologicamente. Há uma bipartição de funções: o que é destinado socialmente ao homem e à mulher.

Para reforçar esta tese, o estudioso recorre a estudos antropológicos dos ameríndios e a valores universalistas: o amadurecimento masculino precoce do homem, destinado a desbravar o mundo. Em contrapartida, a mulher era destinada à vida doméstica e ao lar, com limitações até à indumentária utilizada por ela.

Na obra *Minha vida de menina* apresenta-se a personagem Fifina, uma agregada da avó Teodora, dependente economicamente da matriarca, embora fosse prendada nos trabalhos de agulha e não padecesse de nenhuma doença que a impedisse de trabalhar.

Memorizada por Helena em diversas entradas esclarecendo-se sua origem, sua evolução no tempo narrado e seu desfecho depois da morte de quem a protegia, Teodora, Carolina esclareceu à filha que Fifina possuía dinheiro e, em um casamento mal sucedido, com um rapaz mais novo que lhe roubou, ficou com uma soma que primeiro guardou com o Senhor Bispo e depois, ambicionando obter lucros, emprestou, com a promessa de juros dobrados, a Seu Leivas, professor da Escola Normal.

Entretanto, Fifina nunca recebeu os juros, o que evidencia do quanto a mulher oitocentista era subestimada, desrespeitada e infantilizada. Perdendo a esperança de reaver este dinheiro, a agregada vivia de pequenos serviços como o de cerzir meias e o de remendar roupas nas casas alheias morando, por sua vez, em um quartinho e uma cozinha que dividia com outra mulher.

Helena elogiou a avó por sua bondade ao abrigar a moça por consideração depois que ela passou a noite na chácara em um dia de tempestade e, gostando da cama e do quarto arranjado, com um aguçado senso de oportunidade não quis mais sair de lá.

Os hábitos mal educados da agregada eram observados pela diarista, bem como sua preguiça e autoridade de mando nas criadas, que lhe nutriam raiva e lamentavam não saberem fazer algum feitiço para jogarem nela.

Helena dá razão às negras quando tem a lata de biscoitos, presenteada pela avó, desfalcada por Fifina, que escondeu as iguarias na ponta do xale para depois comê-los. Mesmo com raiva e querendo tirar satisfação do ocorrido, a avó deteve o ímpeto da neta dizendo que o fato não era motivo para tanto rancor.

Vovó é a criatura melhor do mundo. Não sei se no caso dela eu aguentaria Fifina como ela aguenta.
 [...] Eu fiquei danada da vida e quis ir xingar Fifina; mas vovó me segurou dizendo: “Não tenha raiva, minha filha; isso não vale nada”.
 Mas eu ainda hei de pregar uma a Fifina, ainda que vovó se zangue (MORLEY, 2016, p.57-9).

Fifina é novamente o assunto na entrada em que Helena recorreu à metáfora do “boi do Divino” para ilustrar o sentimento quanto à presença da agregada na chácara da avó.

Depois de um arranjo na chácara, preparada para receber hóspedes, e com este fato se criar uma oportunidade para dispensar a agregada, e tendo ido passar um dia com tia Aurélia e pernoitado lá devido à chuva, Teodora criou expectativa de se livrar de Fifina, pois esta poderia ser útil à filha, contando histórias para as crianças e, além disso, quieta e asseada, duas características que se evidenciavam como valores femininos inestimáveis nesta sociedade de final de século, poderia se acomodar à nova família.

Fifina apreciou o quarto de hóspedes de Aurélia e ficou mais de um dia por lá e, enquanto todos da casa trabalhavam e se dedicavam aos estudos, ela permanecia na sala jogando paciência.

Tia Aurélia, segundo Helena sugere, motivada pelo marido, resolveu devolver Fifina após uma visita calculada à chácara. Como um traste, semelhante aos escravizados, que eram considerados bens semoventes, Fifina voltou para a chácara de Teodora, acabando com a fugaz alegria da matriarca e os demais parentes de se verem livres dela.

Vovó nunca comeu do boi do Divino⁶, e mesmo assim vive com a casa cheia, coitada.
 Fifina tinha ido para a casa de umas primas dela, porque chegou à Chácara um hóspede com a mulher. Ia lá mudou-se para um quarto pequeno e aproveitou para dizer a Fifina que não tinha mais cômodo para ela. Todos nós ficamos contentíssimos com a saída de Fifina.
 [...] Hoje tia Aurélia veio com Fifina para a Chácara depois do jantar e ficamos os meninos na grama e os grandes na sala. Às nove horas tia Aurélia se levantou, meio gaga e trêmula da traição que ia fazer. Despediu-se de todos: “Bênção, minha mãe. Boa noite, Chiquinha. Boa noite, Inhá. Boa noite, Fifina”. E foi saindo apressada arrastando os meninos.
 Fifina ficou de novo para vovó. Que desgraça! (MORLEY, 2016, p.94).

Na última entrada no diário a respeito de Fifina, esclareceu-se seu destino após o falecimento de Teodora. Perdendo sua protetora, não lhe restou outra saída a não ser alugar um local para morar.

⁶ Boi do Divino: boi que o festeiro, o imperador do Divino, mandava carnear na praça pública para distribuir à pobreza. “Comer do boi do Divino”: ser vítima de pedidos, de hospedagens demoradas etc.

Mas, mesmo assim, Fifina encontrou uma forma de tirar vantagem das pessoas, fazendo suas refeições, exceto o almoço, a cada dia em uma casa diferente enquanto executava seu trabalho de agulha e contava as fofocas de outras casas.

A volta ao trabalho indica que a personagem em questão não encontrou saída financeira, sendo o labor utilizado como último recurso de sobrevivência, pois preferia viver na condição humilhante de agregada a conseguir seu próprio sustento. A personagem certamente pensava que se manter por meio da prestação de serviços era degradante nesta sociedade em que o trabalho com as mãos era relegado a condição inferior e, até pouco tempo, em situação aviltante de escravização.

Depois da perda da proteção de Teodora, Fifina vendeu aos poucos as peças pertencentes a seu enxoval como lençóis bordados e talheres de prata e seus planos de arrumar outra morada de favor, conforme agiu com Teodora, foram frustrados, porque todos na cidade já lhe conheciam a fama oportunista.

Helena encerrou esta entrada com a sentença que resumiu bem o triste fim da agregada.

Quando vovó morreu, Fifina teve de procurar seu cômodo. Alugou uma casinha por dez mil-réis por mês e juntou-se com outra companheira que paga a metade.

Ela só almoça em casa e cada dia janta numa casa diferente.

[...] Coitada da Fifina, viver de déu em déu sem ter onde entrar. Como ela deve ter sentido a falta de vovó! (MORLEY, 2016, p.293-4).

Como visto anteriormente, Helena, na transição da infância para a adolescência, mostrava-se cada vez mais interessada pela história de sua família e resgatou o avô Batista que, ao contrário da esposa, de temperamento cordato, mostrava-se explosivo e temperamental.

O patriarca era enganado pela mulher em coisas banais “para evitar um mal menor”, como os pequis que serviam para fazer sabão e Teodora lhe dizia que seriam destinados para velas. Depois se fazia o sabão escondido dele, que acabava se esquecendo das velas.

Quando contrariado, por não se conseguir esconder dele os infortúnios, o avô se trancava no quarto e só saía dele ao ser adulado pela esposa.

Helena, refletindo a respeito destas informações, o atribuiu a resignação da família ao gênio do avô, que não tolerava ser desagradado. A avó justificou que

nenhuma neta era boa como suas mães e tias porque “hoje está tudo anarquizado e tudo está diferente”.

Ilustrando como a presença do patriarca era opressora, a diarista contou que tia Aurélia, a mais corajosa da família, decidiu pedir um vestido novo de Natal para o pai, mas como teve uma tremedeira no momento do pedido, penalizado, o pai autorizou os cortes da fazenda para todas as filhas.

Helena se sentiu aliviada pela mudança dos tempos e reconheceu poder conversar francamente com seu pai, comprovando assim a educação mais livre que recebia dos genitores.

Eu estive dizendo a vovó que eu converso com meu pai o que quero, conto tudo a ele e juro que se ele fizesse alguma coisa malfeita eu lhe falava francamente. Eu vi que vovó acha melhor assim porque ela só me disse: “É mesmo, minha filha. Os tempos estão mudados” (MORLEY, 2016, p.75).

Apesar de se beneficiar do favoritismo da avó em relação a ela, Helena entendeu que Teodora substituíra-lhe a mãe, dispensando-lhe agrados que Carolina nunca fez, sendo retribuída pela neta nestes cuidados, pois a diarista tomava a matriarca como confidente de tudo o que vivenciava, narrando as novidades e se queixando de suas pequenas decepções.

Teodora ainda mimava Helena com comidas e frutas reservadas especialmente para ela, exigindo a companhia da neta em passeios e nos muitos momentos de reza.

Ela me diferencia tanto das outras que, sem sentir, fica me parecendo que ela é a mãe e mamãe é avó. Se penso uma coisa falo a vovó, se tenho alegria digo a vovó, se tenho raiva me queixo a vovó. Ela, depois de mais velha, me faz de menino pequeno. Se come uma coisa me dá o resto; se vai passear na horta me chama; se quer apanhar fruta sou eu que tenho de ir; na hora da reza, de noite, eu é que tenho de tirar o terço (MORLEY, 2016, p.85).

Há uma sucessão de entradas no diário em que Teodora ganhou lugar de destaque. Era a familiar que mais amava a diarista e a entendia, compreendendo seu temperamento genioso, sua inteligência e a quem atribuía bondade.

Helena, por sua vez, pensava que a avó era muito inteligente, embora nunca houvesse estudado e tenha morado afastada da cidade boa parte da vida. Além disso, a matriarca interessava-se pelas novidades da neta e por sua vida escolar, em atitude totalmente diferente de Carolina.

Reciprocamente, Helena gostava de ouvir as histórias da avó ao contar como ela e o marido conseguiram enriquecer burlando a lei ao minerarem quando a

atividade era proibida e depois escondendo os diamantes na almofada de renda ao receber a visita de fisco dos dragões da Coroa Portuguesa.

Teodora e Batista, mesmo pobres e morando em um rancho de capim, tendo apenas dois casacos de baeta para poderem se agasalhar, ainda assim contavam com os serviços de dois escravos, o que ilustra bem o sentido de propriedade nesta sociedade patriarcal e escravocrata.

A menina ainda relatou a respeito de um caldeirão de diamantes encontrado pelo avô após uma novena que Teodora fez a Nossa Senhora, mais uma vez demonstrando que tudo o que ocorria nesta sociedade católica era justificado pela intercessão dos santos e pela fé nutrida em promessas e rezas.

Os filhos do casal foram educados no Rio de Janeiro, capital do Império, e as filhas receberam apenas instruções rudimentares de educação, como aprender a ler e a escrever, ministradas na Lomba, localidade onde moravam, sem nunca terem ido à cidade.

A elas, devido à fortuna do pai, nunca lhes faltaram pretendentes, na figura de doutores e de fazendeiros ricos, mas era o pai quem os aceitava ou recusava sem consultar as filhas, decidindo por elas o futuro.

Helena concluiu esta entrada refletindo que, embora os tempos estivessem mudados e mais nenhuma moça se casasse sem conhecer o noivo, acreditava que todas as tias estavam bem casadas, o que talvez não ocorresse se as mulheres tivessem sido criadas na cidade, provavelmente reproduzindo um pensamento já proferido por outrem e registrado por ela: “Hoje nenhuma moça casaria assim. Apesar disso não vejo ninguém mais bem casada que mamãe e minhas tias. Será por não terem sido criadas na cidade?” (MORLEY, 2016, p.119).

Teodora, fazendo jus à superstição de que quando gente idosa pensava em se mudar de casa estaria para morrer, resolveu sair da chácara para morar em uma residência mais próxima da casa do filho Geraldo.

Helena se impressionou com o fato e pensou que a avó, apesar de ter oitenta e quatro anos, ainda era forte e mais uma vez buscou entender o porquê de tio Geraldo ser o preferido da avó concluindo que se devia, provavelmente, ao fato de a avó ter oito filhas e apenas dois filhos vivos e, além disso, o tio além de não ter dado trabalho à mãe, diferente de Joãozinho que bebia e arrumava brigas na rua, adulava-a todos os anos prestando-lhe homenagem na ocasião de seu aniversário.

A importância e a imponente de Teodora na sociedade diamantinense foram evidenciadas por meio da descrição de Helena quanto ao desfile feito por Geraldo e família.

Helena reclamou da mania de grandeza das filhas de tio Geraldo, que se julgavam superiores e não saíam à rua sem estarem vestidas de seda e do primo em dizer abertamente que o pai era um “potentado, um ricaço” e que a irmã, Rafaela, era a mais importante de Diamantina.

Todo ano, para o aniversário de vovó, ele manda vir do Rio de Janeiro cortes de seda para as filhas, faz roupa nova para os filhos e no dia desce a família toda a Rua Direita até o largo do Rosário, e todo mundo olhando. Parece até reinado do Rosário (MORLEY, 2016, p.250).

Analisando sua relação dúbia com a avó que, apesar de favorecê-la, também lhe causava dissabores, pois quando a contrariava dizia sofrer muito mais que ela por saber o mal que causava a quem lhe queria tão bem. Demonstrando sentir remorso, Helena invejava os irmãos, que tinham a liberdade de almoçarem em casa enquanto ela era obrigada a diariamente fazer esta refeição com a avó.

Em dialética, Helena reconheceu que a avó sempre lhe reservava alguma coisa boa, mas, por outro lado, sentia saudade da companhia das colegas na ida e na volta do intervalo do almoço

Tenho de lhe ler todos os dias a minha redação e contar o que se passa comigo. Disso não me importo e até gosto, porque vejo que é uma das distrações de vovó a minha vida e o que escrevo.
As colegas às vezes passam lá para sairmos juntas e acham graça dela ficar na sacada até eu entrar na Escola.
Elas sempre dizem: “Sua avó parece mais um namorado seu” (MORLEY, 2016, p.254).

Helena, a neta preferida foi quem providencialmente socorreu a avó quando adoeceu, pois de forma inédita chegou cedo à escola e para passar o tempo dirigiu-se à casa da avó encontrando-a a sua espera. A menina foi atrás do médico e, na iminência de perdê-la, despertou-se para o quanto estimava a avó.

Mesmo com pneumonia, Teodora segundo a neta, era forte e tinha chances de cura, mas como garantia de sucesso fez promessas já antevendo o sofrimento no cumprimento delas quando a avó se recuperasse. Teodora, porém, demonstra cuidados para com a neta:

Vovó, mesmo doente, me manda para o quarto estudar, mas eu só posso escrever. Estudar é impossível. Tenho ido à Escola estes dias, pois vovó, da cama, não se esquece de mim e de meus estudos. Tenho de ir ao quarto dela antes de sair, beijar-lhe a mão, e depois quando volto. (MORLEY, 2016, p.275).

Diferente do seu último aniversário comemorado na chácara da avó, com merenda oferecida pela matriarca para Helena e suas amigas, a menina passou a data em que completava quinze anos com a Teodora acamada, mas, apesar das circunstâncias, ganhou um vestido e votos de felicidade. Helena chorou e se compadeceu da preocupação de Teodora com ela quanto aos estudos e à alimentação.

“Sei que você vai ser sempre feliz, minha filhinha, e que nunca se esquecerá de sua avozinha que lhe quer tanto”. As lágrimas lhe correram pelo rosto abaixo e eu larguei dos braços dela e vim desengasgar-me aqui no meu quarto, chorando escondida.

Como eu sofro de ver que mesmo na cama, pensando como está, vovó não se esquece de mim e de meus deveres e que eu não fui o que devia ter sido para ela. Mas juro por tudo aqui nesta hora, que vovó melhorando eu serei um anjo para ela e me dedicarei a esta avozinha tão boa que me quer tanto. (MORLEY, 2016, p.277).

Conforme supersticiosamente se acreditava, depois de sete dias tendo agonizado com a doença sem apresentar melhoras, Teodora faleceu e Helena registrou o momento de perda de uma forma sentimental e carregada de poesia em que relembrou a importância da avó em sua vida e o quanto sua presença foi significativa em momentos cruciais de sua infância, nas rezas contrariadas que fazia em sua companhia e pensava que, rezando assim, sem vontade, terminaria por levar as almas para o inferno.

A diarista relembrou o dia em que comparou a figura da avó a Nossa Senhora e lamentou não ter mais alguém a consolar-lhe nos desabafos, nas decepções do cotidiano, nem amá-la como Teodora a amou: “Vovó morreu! Ó querida vovó, para que Deus a levou e me deixou sozinha no mundo com tantas saudades!” (MORLEY, 2016, p.278).

[...] Lembro-me vovó, que naquele dia eu a comparei a Nossa Senhora e pensava comigo: “Ela é tão boa e tão santa que até adivinha o que a gente sofre, para consolar”. Quem me consolará mais de agora em diante? Tenho minha mãe, meu pai, meus irmãos, mas nenhum deles é capaz de ser para mim o que a senhora foi. Por quê? Porque a senhora era mais inteligente? Ou porque me queria mais bem do que mesmo meus pais?

Não sei se vou ter ainda estímulo para estudar; se vou encontrar uma pessoa com quem tenha a coragem de desabafar o que sofro. Mas sei que vou sentir muito sua falta, minha querida vovó! (MORLEY, 2016, p.280-1).

A jovem registrou as mudanças na família após a morte da matriarca: o fim dos grandes jantares que reuniam toda a família, as ceias feitas pelas negras, as grandes panelas e os tachos de comida.

A menina ainda ficou aliviada pelo inventário da avó não ter desunido a família, mas percebeu mudanças do tempo em que a avó estava viva para os de hoje e se recordou dos presentes que a jovem confeccionou para agradá-la, as brincadeiras de roda no gramado da chácara com os primos até a hora de retornarem a suas casas.

A neta rememorou as festas de aniversário da avó, as comidas tão fartas que as filhas levavam para casa, a decoração, a festa simultânea feita pelos negros na senzala antiga.

Helena encerrou esta entrada repleta de emoções, acreditando que a avó viveu feliz e deveria estar assim, gozando no céu todo o esforço e sacrifícios empregados neste propósito e, mais uma vez, encontrou para a falta física o consolo da religião.

Hoje, se vovó fosse viva, fazia oitenta e cinco anos.
 [...] Se ela não estiver no Céu quem poderá estar?
 Passei o dia muito triste, apesar de procurar me distrair. A vida da família mudou tanto!
 [...] Graças a Deus as brigas do inventário não chegaram para desunir a família. Ainda vivemos amigos. Mas que diferença do tempo da vovó para hoje! (MORLEY, 2016, p.312).

Ao se recordar da avó com muito carinho pensa que sua alma protege todos da família. Lembrou-se dos ditos da matriarca a respeito do futuro da família estar nas mãos dela, Helena, que a considerava inteligente e boazinha.

Com o dinheiro que a matriarca deixou de herança, a condição econômica dos Morley se tornou mais favorável.

Hoje estou me lembrando de vovó, porque a alma dela nos tem protegido desde que morreu.
 Quantas vezes ela não me dizia: “Você é que vai valer à sua família, minha filha. Você é tão inteligente e boazinha”. Lembro-me também dela sempre dizer a mamãe: “Carolina, minha filha, eu estou muito precisada de morrer para melhorar sua vida”. Falava assim por não lhe poder dar dinheiro em vida, porque tio Geraldo, que tomava conta da fortuna dela, não deixava.
 O dinheiro que vovó deixou para mamãe foi pouco e meu pai pagou todas as dívidas e continuou na mineração. Mas logo as coisas mudaram e nossa vida tem melhorado tanto, que eu só posso atribuir à proteção da alma de vovó. Meu pai entrou para a Companhia Boa Vista e tudo dos estrangeiros é só com ele, porque é o único que fala inglês e conhece bem as lavras. Agora não vamos sofrer mais faltas, graças a Deus.
 Não é mesmo proteção de vovó lá do Céu? (MORLEY, 2016, p.324).

A última figura feminina a ser tratada neste estudo, e a mais importante, segundo Alice Dayrell no texto em que apresenta a obra, “Nota à primeira edição”, será tia Madge.

Ao longo dos relatos do diário, a tia inglesa, juntamente a Teodora, e muito admirada por esta, cumpriu o papel de mãe no sentido de se preocupar com a educação da sobrinha tornando-a apta às novas exigências civilizatórias, sendo sua mentora quanto à indumentária, à saúde, às normas de etiqueta social, à instrução por meio da leitura de livros e aos conhecimentos de economia doméstica.

A avó Teodora e tia Madge representavam dois polos opostos nesta sociedade de final do século XIX, dois padrões diferentes da civilização. Enquanto a avó simbolizava o passado, o enriquecimento por meio da exploração de mão de obra escrava, a tia inglesa preparava Helena para a nova sociedade destituída de escravos, caracterizada pelo individualismo, em que a escolaridade, recentemente, passava a ser realmente valorizada destacando-se, com maior autonomia, a figura feminina e expressão de sua voz, mesmo que permanecesse submissa ao marido e tendo inúmeras conquistas a serem realizadas.

No século XIX, a Inglaterra era o grande império que determinava as normas de comportamento e civilizatórias para o restante das nações. Valores vitorianos como economia, correção e força de vontade eram muito valorizados na educação. Logo, a instituição escolar também obedecia aos modelos civilizatórios no sentido da formação do indivíduo e da contenção de impulsos por meio da racionalidade.

Segundo Marlyse Meyer (2015), Madge era o protótipo das misses inglesas educadoras que chegaram ao Brasil no século XIX e, nesse papel, almejava habituar a sobrinha aos padrões de rigor e de simplicidade que caracterizavam a educação britânica.

A tia se valeu das ideias inculcadas por Samuel Smiles (1812-1904), escritor e reformador britânico cuja produção bibliográfica exaltava a autoajuda e os feitos dos engenheiros heroicos, ou seja, redigia obras que representavam valores da sociedade vitoriana como a paz e a prosperidade para o povo, a expansão do império britânico, o auge e a consolidação da Revolução Industrial, o surgimento de novas invenções, o desenvolvimento de uma educada classe média e o início de uma nova era cultural.

Embora a sobrinha se mostrasse magoada com a tia em muitas entradas do diário, e acreditasse que, ainda que Madge lhe nutrisse afeto verdadeiro, intrometia-se em sua educação para infernizá-la.

Helena invejava a irmã Luisinha com quem a tia parecia não se importar, mas tia Madge foi alçada, segundo as palavras contidas na nota introdutória da obra

Minha vida de menina, à “mulher mais extraordinária que já conheci até hoje e que mais influência exerceu sobre mim, pelos seus conselhos e pelo seu exemplo”.

Este reconhecimento tardio provavelmente se justificou pelo fato de que Madge preparou a sobrinha para a vida adulta, para a emancipação e para viver fora de Diamantina, até mesmo na capital do país, o Rio de Janeiro, ensinando-lhe com seu exemplo o valor de uma vida economicamente independente, emancipada no exercício da profissão de magistério, uma das poucas reconhecidas e respeitadas em uma sociedade capitalista em formação.

Por meio de todas essas mulheres representadas na prosa de Helena Morley, nas entradas de seu diário, foi possível tecer considerações a respeito da personalidade da diarista, a forma como ela enxergava a sociedade que a circundava e a conduta em um período de significativas mudanças em que a mulher certamente começava a desempenhar outros papéis sociais.

Compreender a história desta sociedade é também entender a História do Brasil e construir a história das mulheres, cujas vozes foram abafadas por tanto tempo em sua ausência no cenário histórico. Logo, estudar esta representação feminina em *Minha vida de menina* é também adentrar na complexidade e na diversidade de experiências vivenciadas pela pré-adolescente Helena Morley, uma vez que pertencia ao “segundo sexo”.

3.5 A multiplicidade de Helena Morley

A gênese da construção da imagem feminina de Helena Morley ocorreu no final do século XIX, com a escrita de seu cotidiano em cadernos escolares, encerrando-se em 1942, com a publicação de *Minha vida de menina*.

Provavelmente escrita entre 1893 e 1895, dentro de um contexto histórico, social, político e ideológico da nação brasileira, a obra é situada em meio a grandes mudanças políticas em seu processo de modernização, como a libertação dos escravos em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

Neste quadro, encontrou-se a personagem Helena Morley, emancipada dentro de suas limitações sociais, uma vez que destoava de “costumes, ideias e

ações, distanciando-se da atitude submissa e conformada recorrente na maioria das mulheres da época” (SILVESTRE, 2011, p.9).

A personagem autodiegética é quem deu vida à narrativa literária, pois a sua volta ocorreram ações em determinado tempo ou espaço, ou, ainda, por meio dela foram resgatadas algumas narrativas de um tempo em que não havia na província de Diamantina como luz elétrica e saneamento básico, dentre outras condições indicativas de progresso material e de bem estar social.

As características da menina que transpareceram no diário foram a agudeza da observação, a superioridade narcisista em relação às amigas e às primas e a capacidade de suportar a dureza da vida materialmente empobrecida. Representando um papel anti-heroico, exceto na comparação da avó materna e da mãe a Nossa Senhora, praticamente não havia intenção de idealizar pessoas ou de lugares e, da mesma forma que registrava a alegria, enunciava também a hipocrisia social observada por ela em seu processo de amadurecimento, em uma tentativa legítima de compreender o mundo e as pessoas que lhe circundavam.

Quanto ao valor da obra, *Minha vida de menina* certamente transcendeu um diário de uma menina provinciana porque revisitou episódios não contemplados nos registros da História oficial, permitindo a revisão do passado nacional em uma narrativa que mesclou realidade à ficção sob a forma de crônicas da sociedade de Diamantina na perspectiva de Helena Morley.

A obra extrapolou o caráter utilitário doméstico e escolar de atendimento ao pai e ao professor de português e, posteriormente no momento de sua publicação, transcendeu os conselhos destinados às netas, na descrição de fatos rotineiros, nas experiências cotidianas e na prescrição de bons costumes, pois particularizando Diamantina dentro do cenário nacional, em sua evolução histórica e econômica do Brasil, Morley investigou, mostrou, relatou, sondou, explicou e criticou os eventos prosaicos observados, revelando aos leitores toda uma dinâmica social em que também atuou, pois dela fez parte.

Assim, o diário íntimo de Helena Morley funcionou como instrumento educativo tendo o exercício de sua escrita como autoconhecimento, como busca de si mesma representando os anseios e os embates que corresponderam tanto à adolescência e suas intensas transformações quanto à indefinição do momento histórico vivido e de suas perspectivas incertas, cambiantes.

Em linguagem refinada para sua idade, complexa em certa medida, com intenção de efeito linguístico e, talvez literário, que certamente cativaram os leitores, demonstrando ter habilidade com as palavras e com a capacidade instigante de narrar, de forma a prendê-los aos relatos e, fazendo a articulação entre passado e presente sem, contudo, deixar de também apresentar projeções do futuro, Morley revelou inúmeras personagens que apareceram na obra tanto com certo grau de complexidade como de forma superficial e secundária, ou mesmo sendo apenas mencionadas, sem maiores esclarecimentos quanto ao parentesco com a diarista ou qualquer ligação afim.

Manifestando traços psicológicos múltiplos, Helena Morley demonstrou ser questionadora não se convencendo com as padronizações da sociedade em que estava imersa. Esta inadequação foi retratada em exercícios diários de escrita e reelaboradas em suas circunstâncias observadas e questionadas, tecendo reflexões, confrontando opiniões alheias, ensinamentos, dogmas, crenças e superstições e, além de tudo, apresentando idiossincrasias que fugiam ao padrão feminino na época oitocentista.

Personagem dúbia, ora amada, ora odiada pelos seus, também se tornou, ocasionalmente, vítima das ideias alheias e dos poderes doutrinadores da religião e da educação patriarcal.

Com a recente abolição da escravatura e Proclamação da República, percebe-se que Helena, assim como o Brasil, passava por um significativo processo de mudança e de transformação. Assim, todo o contexto envolvido, ao apresentar resquícios de herança familiar patriarcal e escravocrata brasileira, narrando o que havia de pitoresco em seu convívio social no que tangia às imposições e às regras familiares, às da escola e às da igreja, às relações de trabalho, à exclusão econômica, além do apego e do amor pela avó e à educação singular por pais mais “liberais” e abertos ao diálogo e negociações, respeitando o temperamento mais expansivo da filha, elucidam importantes fatores que formaram a identidade feminina da menina diamantinense.

Apesar da flagrante necessidade material da família Morley, o núcleo menos abastado de uma família rica e socialmente destacada, a matriarca, que amava a neta, preferindo-lhe aos demais, não podia valer de seu poder econômico para livrar Helena e seus familiares de apuros financeiros, pois era tutorada pelo filho, que administrava seu dinheiro.

Na passagem abaixo, percebe-se a relação entre avó e neta, a negociação pouco honesta entre Helena e o comerciante de Diamantina, mas vantajosa para ambos, a dissimulação de Helena ao final do relato ao dizer que suas botinas já estavam livres dos pregos que lhe machucavam o pé, decidindo poupar as ricas botinas de pelica do desgaste diário na ida à escola.

Além disso, é um registro de seu olhar crítico, da leitura da mesquinha do tio rico e dos primos abastados, em situação financeira muito superior à sua, que não admitem o presente da avó à neta simbolizando o afeto dedicado à menina.

Helena, ao deflagrar o comportamento humano, ao ressaltar as falhas de caráter íntimas, bem como as dos outros, representou um caráter anti-heroico, uma vez que não idealizava as situações vivenciadas, não romantizava as pessoas com as quais convivia tendo registrado de forma igualmente esclarecida a bondade e a hipocrisia, em um processo reiterado, apesar de provavelmente não intencionado, de compreensão humana.

Fui à casa de meu tio mancando. Vovó ficou incomodada e só falando naquilo, tomou as botinas e mandou bater os pregos, mas não melhoraram. Eu tenho voltado todos os dias mesmo assim. Que poderia fazer? Vovó sempre incomodada e meus primos ricos sempre a falarem: “É só para a senhora ficar com pena e lhe dar outra, vovó!”
[...] Tenho certeza que amanhã é que eles vão falar de verdade, pois eu não seria tola de meter minhas botinas tão lindas na Escola. O que vale é que ontem eu disse a vovó que minhas botinas velhas não tinham mais pregos e que meu pé já estava são (MORLEY, 2016, p.103-4).

É importante destacar o simbolismo dos sapatos nesta sociedade de fim dos oitocentos. Estar calçado, principalmente nos espaços públicos, era marca de distinção social em uma sociedade ainda colonial, pois até muito recentemente os escravizados eram proibidos de proteger os pés com sapatos.

No relato a seguir, tem-se o constrangimento vivenciado na infância por causa de suas botinas surradas, as brincadeiras improvisadas de Helena mostrando-se mais criativa e proativa que a amiguinha. Indica também a linguagem familiar, com a marca da afetividade na utilização do adjetivo no diminutivo, “coitadinha”, além da entonação com a presença de interrogações e exclamações.

Entretanto, anos depois, ao saber que a menina que se compadeceu de suas botas havia crescido e estudava em um colégio no Rio de Janeiro, desejou revê-la. Esta versatilidade psicológica de Helena pode ser interpretada por ambas as vivências: a católica, a da pena e da comiseração; e a educação britânica e liberal, do livre exame e do raciocínio. Além disso, tem-se a apropriação de uma linguagem

informal e marcada pelo pitoresco, apresentando recepção universal, ainda que se detenha nos espaços de Diamantina: geográfico, político, social, religioso e de costumes.

Eu me recordo da ida com tia Madge à Chácara da Gupiara quando eu era pequena, para visitar essa Biela Neto. Ela mandou-me logo chamá-la de tia, dizendo que era mesmo que irmã de tia Madge. Depois chamou a filha, Nazinha, uma menina muito linda da minha idade, para me conhecer e irmos brincar. [...] Olhou-me a botina e disse: “Por que é que sua botina é furadinha assim?”. Eu respondi: “É por que o verniz caiu”. “Você acha bonito assim?” “Não.” “E por que não trocou por outra?”. Ela disse com um encanto que eu nunca tinha visto em menina daquela idade: “Coitadinha!”. Não gostei do “coitadinha”, mas ela era tão linda que eu não pude deixar de me sentir satisfeita de ter-lhe causado aquela pena (MORLEY, 2016, p.207).

Helena, talvez devido à falta de experiência própria de sua tenra idade ou de um vocabulário mais amplo, demonstrou, ao longo das entradas, sentir inveja de várias situações e pessoas. Mais madura, acreditava não cultivar mais esse sentimento embora demonstrasse o contrário conforme será observado mais adiante. A menina, sendo criada de perto pela avó católica, para quem este sentimento era pecado, foi influenciada por ela a não cultivar mais esse sentimento.

Entretanto, a diarista se queixava de ser a mais pobre de seu círculo de colegas e de executar serviços domésticos que elas sequer imaginavam.

Eu, de pequena, tinha inveja muitas vezes, mas hoje não tenho. Agradeço muito isto a vovó. Foi ela que me corrigiu. Eu sou a mais pobre da minha roda. Vejo a diferença da minha vida e das outras e não as invejo. Se elas soubessem os meus serviços em casa e na Chácara teriam pena de mim; no entanto eu gosto muito de todos eles (MORLEY, 2016, p.143).

Nós temos mania de rir. [...] Eu tenho inveja de quem não tem estes acessos de riso que eu tenho. Às vezes nas horas mais tristes, que não se deve nem mostrar cara alegre, nós temos rido (MORLEY, 2016, p.108).

O riso frouxo, espontâneo e irreprimível, na maioria das vezes em que se manifestava, era também compartilhado com Cesarina, com a mãe e também com a irmã, registrando outra característica marcante da diarista, o que lhe causava muitos dissabores, cancelando amizades e favores.

As crises de riso se manifestavam nas situações mais embaraçosas, como em uma visita de pêsames, o que levou as outras primas que a acompanhavam a rirem também, apesar do conselho dado por Carolina para se comportarem de acordo com a situação, que exigia seriedade.

O homem ficou de pé, no alto da escada, nos olhando espantado e sem saber o que era aquilo. Saímos pela rua afora rindo e Naninha me xingando.

Estou pensando agora é no meu encontro com as filhas dele, que são minhas amigas e não de querer que eu lhes explique a causa daquilo. Vou procurar inventar uma história qualquer para lhes contar (MORLEY, 2016, p.164).

Testemunha ocular das mudanças históricas e econômicas pelas quais a província de Diamantina experimentava, principalmente as referentes à mineração, a jovem diarista demonstrava saber que os tempos eram outros.

A atividade mineradora, primitiva e extrativista, que renderam, de fato, tempos áureos à localidade, aos moradores e aventureiros, teria uma nova fase, profissionalizada e com o auxílio da tecnologia, diferente do arcaísmo do “sistema de bateia”, modificando, de forma irreversível, as relações de trabalho.

A menina diamantinense sentia saudade antecipada deste trabalho ainda muito próximo ao manual:

Meu pai voltou ontem do Paraúna. [...] Ele diz que o francês já encomendou maquinismos e que tirar diamante agora vai ser diferente do sistema de bateia. Os maquinismos vão mexer tudo e os diamantes já saem separados. [...] Eu sei que vou ter saudades dos lavradores virando as bateias e a gente vendo o diamante estrelar no esmeril. Só quem nasceu na mineração como a nossa família é que conhece esse prazer (MORLEY, 2016, p.110).

Em um raro negócio bem sucedido empreendido por Alexandre, os filhos fizeram pedidos das necessidades mais prementes e essenciais: os meninos solicitaram roupas novas e calçados e as meninas, vestidos.

É interessante, nesta entrada, perceber o uso do léxico referente à mineração como “picuá” e “fazenda” e, embora Alexandre tivesse esperança do serviço empreendido, Helena se mostrava racional e bastante cética, deslocando, entretanto, seu pensamento pessimista para a mãe, “acostumada com a vida de mineiro”, incerta, imprevisível, ganhando em um ano e perdendo em outro.

Hoje foi dia de festa em casa.

Meu pai foi segunda-feira para Bom Sucesso onde ele está fazendo um serviço⁷. Era semana de lavra e ele estava com muita esperança na apuração. Meu pai anda tão caipora que ninguém mais espera sorte aqui em casa. Só ele é que diz sempre: “Esperem. Nem sempre o infeliz chora. O dia há de chegar”. Mas não chega nunca.

Hoje ele foi apeando na besta e mamãe lhe dizendo: “Estou achando você com cara boa. A apuração deu alguma coisa?”. Ele não respondeu. Abriu uma folha de papel na mesa e alisou, depois meteu a mão no bolso do colete com uma pachorra que me fazia aflição, tirou o picuá⁸ e derramou os diamantes no papel. Eram uns grandes e outros pequenos.

Eu corri e abracei-o. Todos fizeram uma algazarra e começam os pedidos. Renato e Nhonhô pediram roupa nova e botins; eu e Luisinha vestidos.

⁷ Serviço: mineração.

⁸ Picuá: pequeno tubo de bambu ou taquara para guardar diamantes.

Ele calculava os diamantes em dezesseis contos, mas Seu Antônio Eulálio só deu treze e quinhentos porque a fazenda⁹ não era boa. Meu pai diz que o serviço dá muita esperança e que a formação é muito boa, mas a água é que é pouca. Assim mesmo ele espera salvar o prejuízo do ano passado e ficar com bom lucro este ano. Mas mamãe diz que está muito acostumada com vida de mineiro; tira da terra num ano e torna a enterrar no ano seguinte. Que é melhor gastar mais com a família (MORLEY, 2016, p.131).

Quando o diário se iniciou, no ano de 1893, Helena tinha apenas doze anos de idade e sua escrita recebia tratamento infantil, condizente com sua pouca idade. A menina dizia não gostar de ouvir conversas de adultos e por isso abreviava a visita às tias inglesas, conforme se observa:

Ontem jantei com minhas tias inglesas. Vou lá sempre depois da Escola, tomo café e demoro um pouco, às vezes duas horas no máximo. Não me demoro mais porque lá não se tem com quem brincar, e eu não sou capaz de ficar muito tempo sentada na sala, só ouvindo conversa de gente grande (MORLEY, 2016, p.26).

Entretanto, este comportamento se modificou com o passar do tempo e a diarista demonstrou interesse cada vez mais crescente em ouvir a conversa dos outros, até mesmo de Siá Ritinha, seu desafeto, usando como subterfúgios as lições de casa, principalmente a produção de textos para as aulas de Português.

Siá Ritinha entrou e mamãe lhe disse: - Pode se assentar aqui mesmo, Siá Ritinha. Helena escreve mesmo com conversa; já está habituada.
- É mesmo, Siá Ritinha – disse eu. Pode ficar aí com mamãe e não se incomode de eu lhe dar as costas, que não me atrapalha com os meus exercícios.
Mas a conversa me atrapalhava, porque eu fiquei escutando e fingindo que estava escrevendo (MORLEY, 2016, p.173).

A diarista, em manifestação de impaciência adolescente, critica o teor da conversa de velhos, que pensa ser sempre a respeito dos mesmos assuntos: trabalho e histórias antigas.

Já notei que conversa de velhos é sempre a mesma coisa. Meu pai, quando não está falando no serviço que está fazendo, que dá sempre muita esperança, conta os casos de Seu Laje, de Seu Agostinho Machado, dois ingleses que vinham visitar meu avô. São sempre os mesmos toda a vida (MORLEY, 2016, p.37).

Embora demonstrasse afeto pelo pai, Helena não suportava ouvi-lo contando as mesmas histórias todos os sábados e domingos quando estava em casa, de folga da lavra. Indicou, ainda, ser um verdadeiro suplício ter de escutar por uma hora, sentada à mesa, os mesmo casos, sem rir, pois senão levaria “descompostura”.

⁹ Fazenda: o mesmo que qualidade.

Assim, a menina desejou ser surda para não ter que escutar as histórias que se repetem.

Eu podia gostar muito mais da vinda de meu pai a Diamantina do que gosto. Ele vem todo sábado e volta segunda-feira. Os dias que ele passa em casa são tristes para nós e alegres para mamãe. A segunda-feira é alegre para nós e triste para mamãe.

Haverá na vida suplício maior do que este que temos de aguentar todos os sábados e domingos? Temos de ficar sentadas à mesa uma hora inteira, ouvindo os casos de meu pai. Já ouvimos todos mais de vinte vezes (MORLEY, 2016, p.51).

Os brinquedos que mudaram de preferência e a transformação psicológica pela qual Helena passou são evidências de que a protagonista estava crescendo: a menina não achava mais graça, aos treze anos de idade, nas brincadeiras com as primas.

Eu e Luisinha passamos um dia, esta semana, na casa de tia Aurélia com as nossas primas. Elas são muito boazinhas, mas vivem metidas numa casa da cidade que não tem vista nem jardim para se brincar e não se pode ficar na rua. Temos de ficar brincando só de fazer comidinha de boneca o dia inteiro. Antigamente eu ainda gostava, mas hoje, com treze anos, não gosto mais desses brinquedos (MORLEY, 2016, p.62-3).

Nesta trajetória formativa, delineou-se aos poucos o desapontamento da vaidade de Helena, como neste episódio em que a diarista rememorou a visita do médico e a comparação de beleza entre ela, Helena, e a prima, Naná, Maria Orminda.

Segundo o médico, Maria Orminda, uma bonita garota, deveria se chamar Helena desapontando-se ao constatar que Helena era a outra prima e não fazia jus à beleza do nome. O médico, mesmo diante de Helena, não procurou disfarçar a gafe, aborrecendo a sensível menina preterida.

A diarista, também chamada de feia por Renato em diversos momentos no diário, foi provocada pela tia laiá, que não perdia oportunidades de elogiar a beleza das primas. A avó, deveras preocupada com a autoestima da neta, tece elogios a Helena quanto à sua beleza, inteligência e bondade alçando-a na categoria de primeira menina de Diamantina.

Em troca das palavras carinhosas da avó, a neta a tranquilizou dizendo não sentir inveja das primas, pois só teve este sentimento quando elas se vestiram de virgens e a diarista, não.

Naná é linda. Eu me lembro até hoje do desapontamento que tive um dia em que Naná adoeceu. Eu tinha sete anos e era mais tola do que eu sou hoje.

Naná adoeceu e Inhá mandou me chamar para ir lhe fazer companhia. Depois entrou Dr. Teles. Ele tinha chegado naqueles dias e não me conhecia. Olhou Naná corada de febre na cama e disse: “Que menina

bonita! Como se chama?”. Inhá respondeu: “Maria Orminda”. Dr. Teles disse: “Esta menina devia chamar-se Helena”. Inhá disse: “Olhe uma Helena aí perto”. Ele me olhou e virou a cara como quem diz: “Esta não merece o nome”. Eu confesso que desapontei.

[...] Eu vivo pelejando para lhe tirar isso da cabeça e você não perde ocasião de falar na boniteza das outras perto dela”. E virando para mim: “É tudo mentira, minha filha; você que é bonita. Nenhuma tem sua graça, sua inteligência, sua bondade. Você é a primeira menina de Diamantina. Fique certa disso”. Eu disse: “Vovó, não gosto de ouvir a senhora falar assim, porque sei que a senhora pensa que eu tenho inveja. Pode ter certeza, vovó, que eu só tive inveja das outras quando era pequena; assim mesmo só quando elas iam de virgem. Deixe laiá falar. Não se importe não, vovó”. Que tia enjoada, esta laiá! (MORLEY, 2016, p.144-5).

Ao longo do diário, percebe-se que realmente Helena gostava muito das crianças pequenas, o que a fazia ser convidada para se tornar madrinha de algumas delas. Nesta próxima entrada a ser analisada, a diarista recebeu visita da afilhada, uma “pretinha” que, embora tivesse cinco anos, aparentava ter três, pois era “mirradinha”, “acanhada” e não conseguia responder às perguntas, o que poderia significar a carência de alimentação adequada levando à desnutrição infantil, bem como as condições precárias de saúde comuns à época narrada.

Os pais de Helena, Alexandre e Carolina, admiraram-se com a habilidade demonstrada pela filha quando confeccionou o enxoval para a afilhada, o que fez com que o pai a comparasse com sua irmã, outra tia inglesa de Helena, “Alicinha”, que residia no Rio de Janeiro.

Não tendo dinheiro disponível para comprar tecidos e peças prontas, Helena confeccionou todo o enxoval da futura afilhada, uma vez que já havia sido convidada, utilizando roupas velhas da família, desmanchando-as e copiando os modelos de um menino da vizinhança e costurando as peças a mão, pois não tinha máquina de costura.

A avó Teodora também se orgulhou do capricho da neta e esta admiração se estendeu aos demais da família por algum tempo.

Então, a menina se lembrou do dia do batizado quando Renato, contente ao ouvir sobre a feiura da irmã, destacou, por sua vez, a falta de beleza de Helena.

Não posso também esquecer o gosto que Renato teve nesse dia. O homem que foi ser padrinho comigo tinha um filho também crescido, mais velho do que nós. Ele e Renato saíram passeando juntos, e daí a pouco entrou no rancho às gargalhadas, contentíssimo: “Sabe? Fulano (não me lembro o nome do menino) vinha me dizendo que está com pena do pai dele ir de braço para a igreja com uma menina tão feia”.

Não me importei nem um bocadinho, porque já estava acostumada a ver Renato falar da minha feiura. Foi ruindade dele ficar contente, mas hoje eu não posso tirar a razão do menino. Naquele tempo eu tinha mais sardas do que hoje e andava com o cabelo muito liso, untado de enxúrdia de galinha e

com uma trança muito comprida caindo nas costas (MORLEY, 2016, p. 224).

Em transição de criança para mulher, que certamente teria como obrigação o cuidado com as tarefas domésticas, apesar de já dividir com a mãe e com a irmã as atividades do lar, experimentou ser dona de casa por alguns dias quando Carolina foi ao encontro do marido na lavra.

E em apenas dois dias vivenciou o sentimento de onipotência ao acreditar ter sido autossuficiente, pois acreditava ter encontrado a fórmula mágica da dona de casa por meio dos arranjos encontrados por ela: abolindo o trabalho de acender o fogo para cozinhar, a não ser que os irmãos o fizessem, pois ela decidiu tomar o café da manhã em outras casas, e providenciando almoço e jantar sem comida de sal quando não quisesse comer fora, virando-se com pão com manteiga e banana com queijo.

Os irmãos se emendaram com esse arranjo: Renato rachou a lenha e Luisinha parou de se queixar das dores de estômago e colaborou com a arrumação da casa. A diligência foi tamanha que Helena, em sua soberba adolescente, reafirmou ter encontrado a receita do sucesso doméstico e planejou ensinar a mãe a agir como ela e assim ter descanso, pois a menina conseguiu cumprir as obrigações do lar em meia hora e no restante do tempo estudou e escreveu “como nunca”.

Estou há dois dias como dona de casa e só agora estou vendo a vida como é fácil, a gente sabendo levá-la.

[...] Quando mamãe chegar vou ensiná-la a fazer como eu, e ela vai ter descanso.

Uma coisa me veio agora à cabeça: é obrigar mamãe a fazer estas estripulias de vez em quando; em vez de meu pai vir, ela ir vê-lo. Tenho pena de vê-la trabalhar tanto! (MORLEY, 2016, p.224-5).

Além da vaidade que experimentou sendo dona de casa por um breve período de tempo, a menina invejou a moça, Quita, que desmaiou na igreja. Ao desmaiar, suas roupas brancas foram reveladas: “anágua, corpinho, colete, camisa, tudo muito bonito”.

Helena pensou não possuir nada bonito “para os outros verem” e seria uma lástima se ela tivesse desmaiado em vez da moça. O fato lhe fez se recordar de tio Joãozinho, que falava a respeito da necessidade de andar prevenido para o caso de um mal estar na rua.

Entretanto, Helena confessa ter sentido inveja de Quita quando ela desmaiou e a diarista “viu muita poesia em tudo”.

Eu disse a mamãe: “Antes de abrirem as roupas dela e aparecer tanta coisa bonita eu estava com inveja do ataque e achando muita poesia em tudo. No fim eu dei graças a Deus de não ter sido eu”. Luisinha teve logo ideia: “Quando você tiver muita roupa branca bonita, você pode também fingir um ataque como ela. Eu penso que deve ser fácil”. Eu respondi: “Fácil é, mas para quem não ri tanto como nós duas. Qual de nós seria capaz de fingir um ataque muito tempo? Deixa isso para as outras” (MORLEY, 2016, p.148).

Houve mudança significativa entre a passagem dos 14 para os 15 anos de idade da diarista Morley. Aos 14 anos, Helena queixou-se do casamento da prima em que foi obrigada a vestir um vestido infantil e teve o penteado desfeito por Madge. Também registrou a observação das colegas de correr o risco de se tornar “facão”, ou seja, solteirona, caso não fosse se arranjando desde já. Ao receber um poema de um admirador, irmão de uma das colegas e um dos primeiros registros em que configuram rapazes, Helena Morley demonstrou não ser mais tão criança.

Aos 15 anos de idade, os registros da menina se tornaram mais domésticos e intimistas, resgatando as histórias de casamento de algumas tias, demonstrando assumir as tarefas domésticas de sua própria casa.

Rememorando as passagens da infância como se pertencessem a um passado remoto e vivenciando o luto pela morte da avó bem como a partilha da herança da matriarca vislumbrando a pior faceta, até então ignorada por ela, dos parentes maternos, registra, nessa fase, a infância que lhe escapa, bem como a liberdade caracterizada no início de sua adolescência.

As experiências de, sobretudo, do primeiro ano de registros no diário que lhe fogem sendo substituídas pelas convenções adultas e pelas obrigações sociais inerentes a seu gênero.

Na passagem exemplificada abaixo, Helena, em momento explícito de vaidade física, conseguiu se arrumar com o auxílio de uma amiga, Ester. Renato riu da irmã, mas Luisinha elogiou sua transformação com um novo corte de cabelo e o uso de maquiagem.

A menina recordou-se dos ditos de mãe Tina visando, certamente, a consolá-la, em sua simplicidade e oralidade, pela sua falta de beleza: “o feio veve, o bonito veve, todos vevem”. Com estas pequenas transformações, a garota ficou feliz em constatar que não era feia e, assim, conseguiu reter as dicas de beleza da amiga.

Ela me disse que lavasse os cabelos, depois anelasse e fosse lá para me pentear. Que bom eu ter feito amizade com a família de Dona Gabriela! Elas são tão boas! Se não fossem elas eu nunca me lembraria de cortar o topete e pentear os cabelos na moda. Ester achou graça de eu lhe contar que mãe Tina dizia que “o bonito veve, o feio veve”. Ela disse: “É verdade, mas o

bonito veve melhor.” Como estou hoje feliz de ter ficado bonita! (MORLEY, 2016, p.76).

Em toda a obra há a preocupação da menina com a indumentária; sempre trajando vestidos velhos, e às vezes rasgados, e tendo as botinas rotas, julgando-se inferior às primas que vestiam seda e cuja situação financeira dos pais era muito mais favorável que a dos Morley.

Helena queixava-se da falta de atenção da mãe, para quem esta vaidade em usar vestidos novos era supérflua e não prestava os devidos cuidados às filhas, uma vez que não saía de casa e não reparava nas vestimentas das outras moças.

Os vestidos novos, os recebidos de presente pela avó e pela madrinha Quequeta eram registrados com muita satisfação no diário e, na passagem a seguir, Helena passava seu vestido de fustão branco orgulhando-se da aquisição, pois pela primeira vez foi ela quem escolheu o corte e o feitio, evidenciando que a menina já crescida poderia ter certa autonomia a respeito do que vestia.

O motivo de orgulho também ocorreu por conta do desgosto que deu aos pais, recusando-se a frequentar o Colégio de Freiras, mas se beneficiando do enxoval preparado para esta ocasião.

Em uma sociedade de aparências, como bem sabia a normalista, ter um vestido versátil era de grande valor para uma moça, pois lhe permitia frequentar os eventos, estando livre de mesquinhas e mexericos quanto a sua indumentária, da província onde morava.

O que tem sido para mim este vestido ninguém avalia. Ele já tem mais de seis meses e não dá mostras de tanto uso. Eu só tenho este e desde que o tive posso dizer que nunca mais perdi uma festa ou um fogo do ar que se solte em Diamantina. E não é só aqui; ele já esteve no Currálinho e na Boa Vista, e posso dizer com orgulho que ninguém este ano passou na minha frente. Se fosse de outra cor eu poderia tomar o nome do vestido, como a mulher do telegrafista que todo o mundo chama “A Moça da Blusa Verde”. Como é branco poderão pensar que são dois (MORLEY, 2016, p.266).

A diarista também rememorou os apelidos que já teve e mencionou os dos irmãos que, ao contrário dela, sempre tiveram os mesmos codinomes. Conforme Helena crescia, os apelidos se modificavam conforme sua aparência e temperamento: devido ao fato de a menina ter sardas, por conta de ser magra e alta ou, ainda, por seu comportamento valente, ao defeito do uniforme, ou na ocasião em que correu da chuva e, por último, por ter brigado com o professor na aula de Aritmética.

Ainda que os irmãos tivessem apelidos, Helena reconhecia que não se verificava o mesmo no restante da família e na casa do tio Conrado, ambiente que frequentava com assiduidade, o fato renderia até castigos.

Aqui em casa todos têm o mesmo apelido toda a vida; menos eu. Os meus mudam, penso que de mês em mês, tanto em casa como na Escola. De pequena, aqui em casa, eu era “Ovo de Tico-Tico” por causa das sardas. Fui crescendo, ficando alta e magra e virei “Frutuosa Pau de Sebo”, uma mulher comprida e amarela que tem esse nome. Aprendi a brigar com Renato e a não admitir que ele me governe como quer, e o apelido mudou para “Aninha de Bronze”, uma mulher brigona da cidade.

Na Escola, do mesmo modo. Meu primeiro uniforme tinha uma saia curta na frente e comprida atrás; tomei o apelido de “Galinha de Postura Caída”. Um dia dei uma carreira na chuva, para não me molhar, e os colegas mudaram o apelido para “Relâmpago”. Briguei com Seu Emídio na aula de Aritmética e tomei o de “Tempestade”. Mas o que pegou mesmo foi o de “Tempestade”, e meu pai achou que estava muito assentado.

Meus irmãos têm o mesmo apelido sempre. Renato é “Gato”, Nhonhô é “Peru”, Luisinha é “Pamonha”. Creio que só na nossa família é que se usa isso. Não vejo esse sistema nas outras casas. Em casa de tio Conrado os meninos até tomam castigo por causa dessa história de apelidos, mas eu acho que isso é pior. Aqui em casa não é preciso brigar de atracar. A gente fala o apelido antes do outro e está vingada (MORLEY, 2016, p.225-6).

Helena começou a ser cobrada por suas colegas que queriam lhe arrumar um pretendente e, embora a menina tivesse apenas catorze anos, segundo elas, corria o risco de virar “facão”, um termo pejorativo usado para mulheres que passaram da idade de se casar.

Esta situação lhe gerou incômodos por não considerar as meninas legitimadas para se meterem em sua vida e pensou em responder às colegas à altura, demonstrando ter personalidade ao não se encaixar nas expectativas sociais. Entretanto, preferiu ser cordata talvez por estimar a amizade das colegas, ainda que não tivesse “ganhado” nada delas.

Destino feminino vaticinado pela sociedade oitocentista, o casamento se constituía como certo ao passo que o “celibato” era considerado a situação das “desprezadas”, das “solteironas”, que seriam boas tias (deixando herança) ou intrigantes temíveis [...]”. Desta forma, “O celibato é uma escolha difícil que supõe certa independência econômica” (PERROT, 2007, p.46).

Outra colega especula que a menina queria escolher um doutor para marido e por isso rejeitava os outros rapazes. Então, as demais confabularam que seu alvo poderia ser um dos primos que estudavam no Rio de Janeiro. É curiosa a observação de uma delas ao indagar qual a diferença de um doutor para os outros se todos eram homens.

Helena, entretanto, encerrou a discussão proferindo um ditado: “Casamento e mortalha no céu se talha”.

Biela disse: “Vocês não compreendem Helena; ela quer se casar tanto como nós, mas é orgulhosa, quer peça fina. Afianço que se lhe aparecesse um doutor ela não mandaria para o bispo”. As outras disseram: “Então ela que fique mamando no dedo. Doutor aqui não há; só se ela está esperando os primos que estão estudando no Rio. Depois, qual é a diferença de doutor para os outros? Não são todos homens?”. Eu ouvia tudo calada. Para encurtar a conversa eu disse: “Não se incomodem tanto comigo, minhas amigas; lembrem-se do ditado: Casamento e mortalha no céu se talha.” (MORLEY, 2016, p.179-180).

Conforme já assinalado neste estudo, há poucas referências na obra a respeito do amadurecimento sexual da diarista e de seu despertar para os relacionamentos em relação o sexo oposto.

Entretanto, nesta passagem citada abaixo, evidencia-se o interesse de Joviano, aluno de inglês do pai de Helena, que se encantou por Morley depois que ela displicentemente atirou as botas arrebitadas sem notar a presença do rapaz. Joviano, por sua vez, achou o gesto espontâneo tão belo, que afirmou se resignar a morrer solteiro se não encontrasse uma moça com atitudes sem afetação, tão natural, desprovida de simulacros de sedução.

Percebe-se também que provavelmente em um período sem trabalho em vista, Alexandre exercia o ofício de professor de inglês valendo-se de sua origem e do conhecimento em língua inglesa. Helena relata, ainda, que o horário das aulas do rapaz atrapalhava seus estudos e o andamento da rotina doméstica, pois ela e a irmã ficavam rindo o tempo todo o que, por sua vez, prejudicava o rendimento do rapaz, atento ao que as moças falavam, irritando, também, Alexandre, porque não conseguia notar progressos no aprendizado de Joviano.

Hoje, conversando com Maricas, irmã dele, eu lhe contei o caso e o nosso sofrimento de rirmos à toa, principalmente depois que o irmão está vindo dar lições. Ela disse: “É porque Seu Alexandre ainda não desconfiou que ele gosta mais de ouvir você rir do que das lições. Ele disse lá em casa que gostava de ver você rir do que das lições. Ele disse lá em casa que gosta mais de ver você rir e falar perto dele o dia inteiro. Não se lembra daquela bobagem que você fez no dia que a levamos para a casa com aquela chuva? Você estava com umas botinas de elástico arrebitados e encharcadas e da porta da rua foi sacudindo as pernas e atirando as botinas no corredor. Viano falou na mesa que sabe que vai ficar solteiro, porque só se casará com uma moça que faça aquele gesto perto dele e sabe que não encontrará” (MORLEY, 2016, p.194-5).

Neste episódio apresentado a seguir, houve um ruído de comunicação entre Renato e Manuel do Cadete, rapaz recém-chegado de Portugal. O caixeiro, ao ver Helena, perguntou ao irmão quem era a rapariga.

Ignorando que, em Portugal, rapariga é o mesmo que moça, Renato advertiu a irmã para que deixasse de rir à toa com as amigas quando andava pela capistrana, pois não era mais tão menina e deveria passear na rua com cara séria.

Mesmo o moço tendo explicado o equívoco, e Helena ter endossado a versão, nomeando outros portugueses de Diamantina que também chamam as moças desta forma, Renato não se convenceu.

Eu disse a Renato que ele é um tolo e fez uma coisa muito malfeita. Na casa de Seu Antônio Eulálio, Seu Ramos, que é português, só chama as cunhadas e as moças que lá vão de raparigas e ninguém acha nada de mais (MORLEY, 2016, p.289).

Na penúltima entrada a ser apresentada neste subcapítulo, tem-se a síntese da protagonista Helena Morley: sempre arada, indo às casas das amigas para comer frutas, possuindo a fama ou, melhor, má fama de ser vadia e preguiçosa nos assuntos escolares, demonstrando coragem e tentativa de esclarecer o mal entendido com a colega.

Observa-se também o senso de oportunidade ao se faltar de frutas, mesmo chateada com a amiga, e a maledicência represada por questões de amizade e que, após o abalo de sua confiança, sentiu-se autorizada para desaguar suas mágoas nas páginas íntimas de seu diário, o seu desapontamento com Maria Antônia e com Seu Marcelo, o progenitor da colega.

Cita, então, com tom de crueldade, todas as particularidades que julgou ridículas em Seu Marcelo e em sua esposa, Siá Matilde. Extenuada ao compor um relato que ocupou duas páginas da obra, Helena ponderou: “Se for escrever tudo, meu caderno não chega. Deixo o resto para outro dia de raiva” (MORLEY, 2016, p.291).

A coragem de Helena em defender o que acreditava ser justo foi demonstrada na entrada transcrita abaixo, quando a diarista relatou o recebimento de uma carta enviada por uma amiga, uma moça de mais idade que ela.

A diarista lembrou que a amizade com Jacinta se construiu depois que defendeu a colega na escola, quando esta foi suspensa por oito dias. A moça soube e ficou agradecida à normalista: “Que prazer eu tive hoje recebendo uma carta de uma amiga que eu queria tanto. Talvez mesmo pela honra que ela me dava, sendo eu uma menina e ela uma moça de bem mais idade” (MORLEY, 2016, p.306).

Na trajetória de vida apresentada ao longo dos registros percebe-se a transformação da diarista, que se sentia inferior em relação a tudo e a todos, em

uma moça querida pelos professores e colegas, simpática e detentora de uma memória fora do comum.

Além disso, inteligente e cultivando ideias adiantadas para sua época, a jovem dispôs de artifícios sociais para se tornar preferida neste ambiente marcado pela escravidão, pela influência da Igreja Católica e pelas aspirações ao progresso em meio a muitos mexericos na convivência com familiares e agregados, na rotina exaustiva de serviços domésticos e na atmosfera religiosa opressiva em meio aos muitos festejos religiosos da cidade.

4 A INTERFACE DA OBRA *MINHA VIDA DE MENINA* COM A EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DA VIDA E A ESCOLA FORMAL

Considera-se, neste estudo, que a escrita do diário *Minha vida de menina* por si só se constitui em uma prática educativa, seja no exercício diário de sua elaboração em consonância com as regras gramaticais de língua portuguesa, seja pela preocupação da redatora com a coesão do texto, bem como com a coerência, a progressão textual e preâmbulos, preparando o assunto a ser tratado de modo com que ele fosse atrativo, na observação dos fatos que seriam transformados em narrativa, nos seus ensinamentos e lições.

Percebe-se também, além dos argumentos utilizados para justificar o comportamento da diarista, no registro das experiências, na revisão de posturas, na constatação das mudanças em curso, as alterações sociais e econômicas bem como as de caráter individual, aquelas pertencentes ao foro íntimo da menina Helena Morley.

O dia a dia escolar, das tarefas diárias, da convivência com os professores e colegas e dos exames finais, é um dos protagonistas em suas memórias, na província de uma Diamantina pré-capitalista, isolada geograficamente das principais cidades brasileiras, sem estrada de ferro e sistema de abastecimento de água, com pouco comércio, desprovida de padarias, de confeitarias ou de outros atrativos de uma cidade mais desenvolvida, incipiente no desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, sob a influência profunda do catolicismo, com suas numerosas igrejas de arquitetura barroca, mas que, paulatinamente, transformava-se com a lógica do capital, por meio do emprego assalariado.

Além da educação formal, havia também a promovida pela religião católica, vivenciada por Helena e por sua numerosa família materna, de origem portuguesa. A formação católica atuava diretamente na educação da adolescente que, em meio a confissões, procissões e novenas, por vezes desconfiava da benevolência divina, mas terminava por se agarrar às rezas e aos terços como passaportes de troca, sobretudo nos desafios que os estudos na Escola Normal lhe representavam.

Acatando-se a ideia de que a obra *Minha vida de menina* pode ser classificada como um romance de formação, tem-se ao longo da obra a percepção de uma educação fornecida de forma informal, pela família em sua dicotomia católica e protestante, pela sociedade em transição e em novas configurações, pela

religião nas aulas de catecismo e nas vivências de práticas diárias, e da construção formal, oferecida pela escola, tanto a de primeiras letras como a Escola Normal de Diamantina.

Os professores do Curso Normal sofriam críticas pela estudante Helena Morley por serem tolerantes e fingirem cobrar resultados desnudando, dessa forma, sob o olhar da diarista, um sistema de ensino cuja vadiação era tolerada, facilitando à estudante uma estratégia de enganação, no uso de meios ilícitos como o da cola, e de pouca aplicação nos estudos. Assim, mesmo tendo a fama de uma aluna displicente, Morley geralmente obtinha a aprovação dos professores devido à sua esperteza, simpatia e inteligência.

A obra é pródiga na amostragem dos três primeiros anos em que a menina Helena frequenta o curso para a formação de Professora do Ensino de Primeiras Letras, bem como em algumas vivências rememoradas na escola de primeiras letras, cujas aulas eram ministradas pela Mestra Joaquininha.

A normalista mencionou as disciplinas, as tarefas escolares, o sistema de avaliação, composto por provas escritas e orais, o relacionamento entre professores e alunas, entre as colegas normalistas e a inter-relação das alunas com os funcionários da escola, como o diretor e a inspetora da Escola Normal, permitindo, assim, um estudo a respeito da educação feminina na Escola Normal, nos anos de 1893 a 1895, no interior de Minas Gerais, no recorte da província de Diamantina.

No lento progresso de Diamantina, a criação da Escola Normal apresentou importância não só para a província mineira como para a prosa de Helena Morley, sendo referenciada em uma diversidade de entradas e representações.

No respaldo do valoroso estudo empreendido por Gomes, informa-se que:

Com a criação e implementação das Escolas Normais, configura-se, paulatinamente, uma outra concepção de educação, com uma preocupação mais técnica, mais formal. A educação passa a ser um requisito que contribuirá para a formação de um novo cidadão, mais civilizado, mais culto, mais fácil, enfim, de ser governado. E é nesse sentido que as Escolas Normais ganham relevância, uma vez que serão cooptadas para a construção desse novo cidadão. Às Escolas Normais caberia a função de formar os professores que por sua vez, seriam os responsáveis pela formação das novas gerações, sendo assim, o papel que se atribui ao professor é fundamental, uma vez que será a partir de sua competência que se estabelecerá o novo, isto é, ao professor caberia a dupla função, a de ensinar e, ao ensinar formar um outro cidadão, mais culto, mais civilizado, apto enfim, para conviver com os novos tempos, os novos ideais (inclusive os ideais republicanos: de “igualdade”, fraternidade e liberdade). Paralelamente, caberia, pois, às Escolas Normais a função de “homogeneização” do ensino, passando a exercer o controle estatal, transformando os antigos mestres-escolas em funcionários do estado;

paulatinamente, a figura do mestre-escola tende, cada vez mais, ao desaparecimento, e será, em um futuro não tão distante, substituída pela figura do normalista (GOMES, 2006, p.110-1).

Para a melhor organização do texto em sua prodigalidade de exemplos, foram analisadas, primeiramente, as influências informais de instituições sociais exercidas sobre Helena Morley que, racional e questionadora, a tudo observava para tirar suas próprias conclusões.

A literatura, quando aplicada às questões educacionais, pode ser indicadora de pistas a respeito das mentalidades, ações, crenças e atitudes que permeiam uma época, caracterizando indivíduos e instituições que estão inseridos nas relações sociais, haja vista que a cultura de um determinado grupo pode ser analisada e integrada ao todo na sociedade em que se insere.

Devido às múltiplas interfaces apresentadas em *Minha vida de menina*, aventou-se a possibilidade de articulação da literatura com a história da educação, perpassando pela contextualização histórica, sobretudo no processo de formação da menina Helena em uma sociedade cujos papéis sociais e econômicos passavam por modificações nas relações estabelecidas entre a família (inglesa, da parte do pai e de origem portuguesa da parte da mãe), no espaço transitado entre o campo e a cidade, na escola, na rua e na igreja da província mineira em declínio econômico.

A possibilidade de diálogo de uma obra literária com a história da educação contemplou ainda, neste estudo, a verificação dos altos índices de analfabetismo no final do século XIX no Brasil, o significado da escola para a sociedade de então, que começava a valorizar a escrita e a certificação profissional por meio de um diploma, o uso do material didático e a aplicação das práticas pedagógicas, a recente adoção do uniforme escolar e, dentre outros aspectos, os professores “de cor” ministrando disciplinas escolares para representantes da elite econômica brasileira.

Conforme a citação a seguir:

No Brasil, dois momentos ainda no século XIX são significativos: a abolição da escravidão e a proclamação da República. Esses acontecimentos acirraram o debate em torno da necessidade de construção de uma nacionalidade: como formar a nação brasileira diante de uma grande diversidade étnica e cultural? Nesse sentido, a escola, especialmente a dedicada à instrução primária, assume um papel fundamental. Com isso, a educação do povo é tema de debate e preocupação no novo Brasil que se constituía, mediante as transformações sociais e políticas que se operavam naquele final de século e início do século XX, tendo como cenário principal a cidade do Rio de Janeiro. A escola primária, principalmente, apresenta-se como a possibilidade de inculcação de novos hábitos, valores, deveres e símbolos republicanos do novo regime político na construção de uma

identidade e um sentimento de cunho nacional em busca de sua consolidação, com isso formando o novo cidadão e um povo com marca e características próprias. Nesse palco político a formação escolar do professor e da professora primária surge como uma necessidade imperiosa para a transformação de uma realidade de analfabetos, com a escola normal [...] (BONATO, In: CAMPOS; SILVA, 2002, p.164).

Pretendendo-se primeiramente, neste estudo, investigar a respeito do impacto da educação informal na educação de Helena Morley, produziu-se, com o efeito de uma cena cinematográfica, o registro da diarista entrando na chácara da avó e se deparando com ela, sentada no jardim, assistindo às negras ex-escravizadas que ainda residiam na antiga senzala da chácara, a fazerem velas de sebo.

Ainda que a jovem não tenha comente a respeito, observa-se a acomodação social de uma matriarca poderosa, ex-senhora de significativo grupo de escravos, a exercer sua função de superioridade, a de inspecionar se o trabalho pesado executado pelas negras estava sendo bem feito.

Obedecendo à ordem estabelecida, à hierarquia familiar e aos costumes católicos, Helena tomou a benção à avó e lhe prestou satisfações a respeito do porquê de não lhe ter visitado no dia anterior.

A avó, por seu turno, desculpou a neta por julgar justa a sua ausência, as lições que Helena tomou com a tia inglesa, Madge, que lhe ensinavam os rudimentos da etiqueta social e da economia doméstica.

Com vivência em outra civilização, sob a influência europeia, especificamente a inglesa, Madge procurava preparar a sobrinha para o novo tempo que se delineava, o de uma sociedade capitalista, com a recente inserção feminina no magistério, o das normas sociais acatadas para além das estabelecidas pela família, normas estas fundamentais para a convivência em sociedade, em suas novas configurações econômicas, políticas e sociais.

A clássica obra de Michel Foucault, *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (2014) é uma referência na compreensão da criminalidade e da delinquência em confronto com a repressão e a punição ao considerar que cada época criou suas próprias leis penais, utilizando os mais variados métodos de punição, que vão desde a violência física até a aplicação dos princípios humanitários que apostam na recuperação e na reintegração dos delinquentes na sociedade.

Apresentando um estudo científico sobre a legislação penal e os métodos adotados pelos poderes públicos para punir os que praticavam alguma modalidade de crime, a obra apontou a recuperação dos delinquentes para integrá-los “dóceis e

úteis” na sociedade com a suspensão dos castigos corporais no século XIX e a substituição pelo intelecto e controle do indivíduo para a neutralização da periculosidade, embora a sujeição do corpo continuasse a ocorrer, embora não necessariamente com violência física.

Destacou-se como suporte teórico para o objeto investigado a terceira parte da obra, “Disciplina”, subdividida em “Corpos dóceis”, “Recursos para o bom adestramento” e “O panoptismo”.

Foucault aborda o conceito de disciplina como um local que exige a cerca, os muros, a vigilância e acrescenta que a escola segue o modelo do convento, um local heterogêneo a todos os outros. Também estabelece a comparação da escola com ao ambiente da fábrica, com horários rígidos, composto por “quadriculamentos”, individualização dos corpos, organização por fileiras, vigilância constante, educação do corpo no controle de necessidades fisiológicas. O espaço escolar seria uma máquina de ensinar, de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.

O autor também explana a respeito do método de La Salle, do surgimento das escolas no século XVII para consolidar a rigidez dos horários, da metodologia e do domínio da caligrafia, da utilização dos espaços em que cada corpo ocupa um lugar, a denominada “quadriculação”, estabelecendo relação estreita entre o exército, a organização religiosa e a pedagogia.

Assim, a escola é repressora e atua sobre a utilização do tempo pelo indivíduo, da sua maneira de ser, do seu corpo, da sua sexualidade, aplicando exames e criando os registros escolares como mais uma estratégia de controle, impingindo punições como castigos físicos leves, privações e humilhações.

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição toda uma série de processos sutis, que vão do castigo leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (FOUCAULT, 2014, p.175).

Por fim, tem-se o capítulo III, “O Panoptismo”, em que se aborda o Panóptico de Bentham, sua construção em anel, que permite a vigilância, a “observação individualizante”.

O Panóptico é um zoológico real; o animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo grupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo. Fora essa diferença, o Panóptico, também, faz um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças: [...] nas crianças, anotar os desempenhos (sem que haja limitação ou cópia), perceber as aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas e, em relação a uma evolução normal, distinguir o que é “preguiça e teimosia” do que é “imbecilidade incurável [...]” (FOUCAULT, 2014, p.197).

Todos estes mecanismos de coerção citados por Foucault podem ser encontrados nas experiências que Helena Morley relatou a respeito da Escola Normal de Diamantina e de seu estágio como substituta da tia na escola de primeiras letras. Vigilância, rigidez de horários, sequência de atividades, punições e constrangimentos, avaliações, constituíram-se em tópicos verificadas e expandidas neste capítulo.

Sobre a inserção feminina no magistério, “mesmo marcada por estereótipos da maternidade, a profissão de professora representou o primeiro passo dado pelas mulheres para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional.” (ALMEIDA, 1998, p.12).

Desta forma, as mulheres almejavam “Liberdade e autonomia em um mundo que se transformava e no qual buscavam ocupar outro espaço que não aquele que lhes reservava a sociedade masculina e androcática, identificada com a vida de lar, inteiramente dedicada à família e às lides domésticas”. (ALMEIDA, 1998, p.12)

Além da influência da civilidade inglesa, ao ministrar regras de comportamento, de economia doméstica e de etiqueta social, Madge funcionou como elo entre a capital do Brasil, o Rio de Janeiro, e a sociedade incipiente de Diamantina.

A tia apreendeu, por meio da observação dos costumes e informações de moda que chegavam da França, e foram reproduzidas pela fina sociedade carioca, os penteados, a preocupação em manter uma pele livre de manchas, a última moda de indumentárias, enquanto Helena, adolescente, resistiu às regras da tia inglesa Madge e questionou sua aplicabilidade, tomando o seu mundo particular como parâmetro, pois se não desfrutava dos serviços de uma criada para lhe servir, de nada adiantaria saber que o correto seria esperar que o prato fosse retirado da mesa por outrem.

Quando, a este respeito, a avó argumentou que Helena poderá agir assim quando crescesse, apostando em uma vida mais confortável para a neta, a garota

respondeu-lhe de maneira sábia que até lá já se esqueceria de tudo o que lhe fora ensinado.

Teodora, contudo, elogiava a tia inglesa da neta, reconhecendo a propriedade dos seus ensinamentos e percebia, mesmo intuitivamente, que Madge representava o progresso, o tempo futuro, pois havia conquistado sua independência material e social, conseguia habilmente administrar suas parcas economias ao mesmo tempo conjugando seus ganhos como professora com uma vida que lhe permitia certo conforto material e alguns prazeres e, por isso, desejava que a neta aprendesse o que pudesse com a tia “e não perdesse nada” do que ela se dispusesse a ensiná-la.

- E de Economia, perguntou vovó, que é que ela te ensinou?
 - Isto é que é do outro mundo! Em economia nem Seu Herculano pega tia Madge. Ela falou muitas coisas de mudar o sapato para ir à horta, não dormir vestida e tudo. Mas a economia do fósforo é que foi boa. Ela vinha me trazer para a casa e me chamou, antes de sairmos, entrou na despensa, pegou a lamparina de querosene, pôs um pingó dentro e disse: “Se eu puser mais, a Marciana deixa a luz acesa enquanto tiver querosene. Eu pondo pouco, ela dorme e este chega bem”. Depois abriu a caixa de fósforos, tirou três e pôs na caixinha e disse: “Se eu puser um pode negar, dois também podem falhar, mas três não é possível, por isso eu deixo três”. Fechou a despensa e ainda viemos conversando até em casa.
 Vovó disse: “Veja só que mulher extraordinária é sua tia. Por isso é que ela com os oitenta mil-réis da escola vive tão bem, sustenta a casa e as irmãs e ainda convida pessoas para jantar como você vê. É o segredo dela, minha filha; aprenda tudo e não perca nada” (MORLEY, 2016, p.31-2).

O quase analfabetismo da avó de Helena, assim como o de sua mãe e tias, “de pouco estudo”, era a realidade de quase dois terços das mulheres no final do século XIX, na época de implantação do regime republicano. O mesmo acontecia com a população em geral.

Assim, tia Madge era a responsável, mesmo que em um acordo tácito entre ela e os pais de Helena, pela educação da sobrinha, pois à mãe lhe faltavam interesse e energia e ao pai, presença, uma vez que este sempre estava ausente de casa.

Apegada ao que considerava ter qualidade, pois era oriundo da “civilização” europeia, Madge indicava à diarista livros de autores ingleses, ao que Helena concluiu que a tia “só acha bom o que é inglês”. Estas leituras versavam a respeito de assuntos como economia, correção de caráter e força de vontade.

Helena, apesar de ter que reproduzir oralmente à tia inglesa o que entendia a respeito da leitura, mantinha-se cética a respeito da validade das informações, uma vez que estes livros, conforme constatou, não aumentaram sua força de vontade, tampouco modificaram seu caráter.

A diarista ponderou que talvez os livros indicados possam ter lhe ensinado a poupar, embora não tenha certeza do feito, uma vez que julgava não ter aprendido mais nada com Samuel Smiles.

Em seguida, a diarista diamantinense contou a respeito do seu hábito de poupar e enumerou suas práticas de economia. Dentre elas, estava a venda dos ovos coletados de suas galinhas e a de guardar, diferente dos irmãos, uma parte dos alimentos que ganhava de presente para ir comendo aos poucos. A mãe, que apreciava estes hábitos, desejou infundi-los em Renato, com a leitura dos mesmos livros que a irmã lia, emprestados por Madge.

Entretanto, o filho foi quem educa a mãe quando replicou que cada um possui uma personalidade e Helena, em suas idiossincrasias, parecia até ser filha de Samuel Smiles, a ponto de decorar a obra porque houve identificação com seu conteúdo.

O menino Renato assumia não gostar de ler, mas se gostasse leria Júlio Verne, pois considerava as obras deste autor muito mais divertidas.

[...] Mamãe gosta destas sovinices minhas e mandou pedir a tia Madge os livros para Renato ler. Ele começou e não acabou nem um capítulo. Mamãe insistiu: “Você tem que ler, ao menos para aprender a poupar as coisas como Helena”. Renato disse: “Mamãe, os dedos da mão não são iguais. A senhora preste atenção se Helena não parece até filha desse tal Smiles. Ela leu o livro dele e até decorou porque parece com ela. Eu sou o contrário, não gosto de ler. Se gostasse, não ia perder meu tempo com Samuel Smiles, não; leria Júlio Verne, que é muito melhor e mais divertido” (MORLEY, 2016, p.56-7).

A respeito desta passagem, Araújo observa que a formação educativa de Helena estava aderida à mentalidade pré-capitalista “que projeta a acumulação inicial para a formação de reserva” (ARAÚJO, 2016, p.4). Assim:

A adoração da menina por Samuel Smiles e o incentivo da família a esse tipo de leitura não é gratuito. Acompanhando as mudanças sociais e econômicas, Helena adota o livro do reformador britânico para auxiliá-la no processo de adoção de valores da sociedade vitoriana buscando adaptá-los à sociedade brasileira. O projeto de uma sociedade assalariada é o assunto discutido pelo autor no livro e aprendido pela adolescente como mote de vida, estruturando sua personalidade e o comportamento de sua família. De modo particular, Helena aprende que poupar é importante e isso além de compor uma característica íntima será comum à sociedade brasileira que se prepara para a mudança econômica e para a acumulação pré-capitalista (ARAÚJO, 2006, p.5).

Apesar de Helena ser mantida pelos pais e poder cursar a Escola Normal de Diamantina, a família Morley, devido à sua condição econômica desfavorável, se comparada aos outros núcleos familiares, não podia fornecer às filhas outras formas

de formação como aulas de piano, que evidenciavam uma educação esmerada, um atrativo para se arranjar um “bom pretendente” em uma sociedade patriarcal ainda arraigada aos costumes, às prendas domésticas e à submissão feminina ao marido.

De acordo com Louro, no texto “Mulheres na sala de aula”, no século XIX, no Brasil, quanto à educação feminina, distinta da masculina, a aprendizagem para ser mãe e esposa, “[...] as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e em homens.” (LOURO, 2017, p.444).

Segundo a estudiosa, o aprendizado de noções de francês e de piano para as classes mais abastadas e as lições de leitura, escrita e noções básicas das quatro operações matemáticas era o que bastava para que as mulheres se casassem e administrassem um lar, evitando, assim, a condição de solteira, que não era bem vista na sociedade. Desta forma:

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. (LOURO, 2017, p.446)

A entrada da mulher na profissão de magistério era uma possível forma de compensar a falta de recursos financeiros recorrentes da sociedade em transição e uma maneira deste gênero ser autorizado a transitar entre espaços privados e públicos, o que antes lhe era negado. A inserção feminina no magistério contribuiu para a evolução e o progresso da mulher em busca por visibilidade e homogeneização social.

Retomando a obra de Morley, o pai de Helena, Alexandre, julgando, de acordo com a ótica da filha, de forma passional, a inteligência de Helena como prodigiosa, mesmo que a menina não se dedicasse a contento aos estudos haja vista, de acordo com sua perspectiva, caso se empenhasse ultrapassaria os demais e, considerando que a menina fosse, de fato, “uma inglesinha perfeita”, acreditava ser necessário à filha o aprendizado da língua inglesa e então resolveu ensiná-la.

Helena, por sua vez, não acreditava nos elogios do pai e o comparou à coruja da conhecida fábula, que julga serem seus próprios filhotes os mais bonitos de toda a natureza.

Então professor do Ginásio, Alexandre encorajou-se e iniciou as aulas particulares da filha. Helena se entristeceu por ter decepcionado o pai em sua dificuldade de aprendizagem.

Entretanto, desculpou a si mesma, afinal foi o pai quem criou falsas expectativas, pois ela nunca fez jus à ideia que Alexandre fazia a seu respeito, não lhe dando provas de inteligência.

A menina achou bom o pai ter se frustrado com ela, já que ninguém lhe mandou que a julgasse inteligente e, então, logo desejou se livrar das lições, por não ter entendido nada do que foi lido durante a aula além de não ter conseguido repetir perfeitamente a pronúncia do inglês, alegando que se a língua inglesa era mais fácil que a portuguesa, para ela não era bem sua, pois tinha a “cabeça dura”.

Vale observar que a medida de inteligência usada por Helena seria referente ao desempenho formal, ao escolar, e que não conseguindo se destacar em disciplinas obrigatórias da Escola Normal, também não teria sucesso no aprendizado de língua estrangeira, por talvez desqualificar a informalidade das aulas, a falta de sistematização e de metodologia do pai, além do fato de ser uma figura familiar que lhe propôs ensinar.

Mas hoje senti de o ter desapontado e estou mesmo triste. Quem manda meu pai ficar pensando as coisas à toa?! Eu nunca lhe dei a menor prova de inteligência. Só tirei duas distinções na escola. Assim mesmo em Música [...] Meu pai me olhou espantado e disse que vamos experimentar outra vez amanhã.

Terei mais esta maçada todo dia? (MORLEY, 2016, p.45-6).

Nota-se, entretanto, a valorização pela sociedade oitocentista do bem falar de acordo com a norma culta da língua portuguesa, mesmo que este uso soasse como artificial e deslocado do contexto da fala coloquial e espontânea usada em âmbito doméstico.

Na visita de uma moça de Montes Claros, houve um estranhamento na fala da visitante que, além de bonita, possuía “modos políticos de conversar”, “sem engolir um s nem um r”, pronunciando “você” em vez de “ocê”.

Elogiada por tia Aurélia, a moça causou despeito em Helena e em suas primas devido ao fato de que uma jovem vinda de Montes Claros, “um lugar muito

menos civilizado que Diamantina”, pudesse se expressar tão bem e de forma “tão bonita” dizendo apreciar “sobremaneira um cacho de uvas”.

A tia criticou as meninas que “falam corriqueiro” e as aconselhou a aprender com a visitante a se expressarem de forma mais “empolada”.

Mesmo desdenhando da estrangeira, e debochando de seus modos, a reproduzi-los em outra situação familiar, longe da presença da moça, Helena guardou a expressão utilizada pela jovem de Montes Claros tendo o objetivo de replicar a construção sintática na redação da escola e, assim, criou expectativas quanto à recepção deste artifício pelo professor de Português, Seu Sebastião.

Observa-se, nesta entrada, a aplicação de um aprendizado em situação informal sendo transposta para a formal, em redação de texto escolar submetido à avaliação de um professor.

Ela dizia: “Vocês não tiveram inveja de ver uma moça de Montes Claros, lugar muito menos civilizado que Diamantina, falar tão bonito como ela? Vocês devem aproveitar a companhia dela para aprenderem. No nosso tempo era Mariquinha Pimenta que nos ensinava. Foi ela que nos ensinou que se falava bispote em vez de outra palavra. [...] Fui eu que respondi: “Hoje nós temos professor de Português e não precisamos aprender com as outras. Vou aproveitar a frase para minha redação de amanhã, e quero ver se o professor vai gostar.” (MORLEY, 2016, p.292).

Em outro momento, Helena relata o prazer que sentia ao permanecer com a família à roda do fogareiro, enquanto torravam amendoins, ouvindo histórias antigas, e repetidas, contadas pelos pais. A jovem, agora um pouco mais crescida, passou a se identificar mais com as histórias contadas pela mãe, apesar de também terem sido narradas inúmeras vezes.

A inteligência de Helena foi elogiada por seu pai, Alexandre, que, entretanto, lamentou a vadiagem da filha e o fato de ela ser incomodada pelos primos em seu tempo livre, o que lhe impedia de se dedicar com mais afinco aos estudos.

Helena concordou com o pai e refletiu a respeito do seu desempenho escolar, sendo rara uma boa nota alcançada em algum exercício, reconhecendo que, não obstante a “vadiagem”, os professores lhe nutriam simpatia. Sendo assim, sua situação escolar não se devia por mérito, mas por seu bom relacionamento com os mestres.

Hoje a conversa caiu sobre inteligência na família. Para meu pai ninguém tem a minha inteligência. Ele tem certeza que eu seria considerada águia se não fosse vadia e não tivesse tantos primos e primas para me tomarem o tempo e não me deixarem estudar. Nisto eu lhe dou razão. Não sou águia mas não faria o papel que faço na Escola onde é raro ter uma nota boa num exercício. E assim mesmo eu confesso aqui no meu caderno, escondido,

que é mais pela simpatia que alguns professores têm por mim do que mesmo pela minha ciência. (MORLEY, 2016, p.166-7)

Na construção de sua autoestima, Helena registrou o elogio recebido ainda mais valorizado por vir de Padre Neves, por quem tinha grande apreço. A menina julgou que o sentimento de admiração era mútuo e se alegrou por isso. Rememorou, ainda, o dia de sua Primeira Comunhão quando confessou ao padre que o achava feio.

Morley informou que fez catecismo por quatro anos, dos seis aos dez anos de idade, conhecendo de cor e salteado a História Sagrada, tendo também integrado o coro da igreja. Ela ensaiava aos sábados e este era o melhor dia da semana para ela.

Padre Neves levava às meninas doces, biscoitos e passas, que Helena não conseguiu experimentar e confessou ter passado vontade, pois além de gostar de passas, essas seriam especiais, pois foram feitas por “um santo na terra para encaminhar as almas para o Céu”.

Acrescentou que os obséquios do padre nunca chegavam para todas as meninas do catecismo, pois havia muitas “aradas” que avançavam nos alimentos, dentre elas “até filhas de soldado e pretas”. Com esta observação, a diarista demonstrou que a convivência com as diferenças sociais e étnicas não era naturalizada nesta sociedade de final de século.

Quando tia Madge contou a Helena a respeito dos elogios feitos pelo padre e, sendo aconselhada pela tia a dar a todos a mesma impressão, a diarista disse ser esta uma tarefa impossível ao comparar a escola como um lugar que forma “gente ruim” e complementou dizendo que sairia de lá “uma demônia”. Refletiu, também, sobre não saber como a tia poderia ser tão boa tendo frequentado a Escola Normal.

Embora tia Madge reconhecesse que havia frequentado a escola já mais velha, aconselhou a sobrinha a não se misturar às colegas ruins: “Voltei com as palavras de tia Madge na cabeça e satisfeita com os elogios de Padre Neves. É uma das boas coisas da vida a gente querer bem a uma pessoa e ser correspondida” (MORLEY, 2016, p.198).

Além das aulas de catecismo com Padre Neves, as de inglês que tomou com o pai, e as de etiqueta e de economia doméstica ministradas pela tia, Helena relatou a experiência que teve com uma vizinha, Isabelinha, que lhe ensinaria a fazer flores de tecido.

O preâmbulo desta entrada abordou a decepção da diarista com a professora, julgando-a, inicialmente, simpática e quieta, parecendo uma “santa”, e se mostrando de fato egoísta e pouco interessada no aprendizado da aluna. “Ela faz flores para vender e ganha para ensinar os outros, isto é, ensinar de mentira.” (MORLEY, 2016, p.64)

Ao ser contratada por Carolina, Isabelinha não ensinou seu ofício, pois temia que Helena roubasse sua clientela. Mas a menina, muito esperta, pegou as sobras de tecido da professora e confeccionou dois botões de camélia, deixando seus pais admirados com suas habilidades, em um indício de inteligência e de capacidade prática de aprendizado.

Os dois, orgulhosos, mostraram as flores à professora que desistiu de dar aula à jovem, pois dizia que se com o cuidado que tomou para que a menina não a imitasse, ela ainda assim conseguiu aprender, imagina o que ela não poderia fazer se realmente aprendesse a confeccionar as flores, o “ganha-pão” da professora.

Mais uma vez tendo refletido a respeito de como as pessoas eram julgadas, reprovadas ou elogiadas, Helena questionou a diferença de temperamento entre ela, “impaciente, rebelde, respondona, passeadeira”, dentre outros predicativos considerados defeitos de caráter, e a irmã Luisinha, que nunca era elogiada, apesar de ser “um anjo de bondade”, talvez porque o temperamento de Luisinha fosse condizente ao que cabia às meninas oitocentistas, correspondendo-se ao que se esperava delas quanto à bondade, à submissão e ao recolhimento doméstico.

A diarista confessou às páginas do diário que logrou a irmã ao tomar seu dinheiro presenteado pelo padrinho para que comprasse um vestido, convencendo-a a fazer com ele o jantar de aniversário de Helena.

Em troca, Helena repartiria os presentes recebidos, mas isso não aconteceu, pois a jovem lhe deu apenas uma pequena parte dos mimos. A irmã vendo-se prejudicada protestou frouxamente enquanto a mais velha confiou no esquecimento de Luisinha, embora fosse consciente de que o trato não foi cumprido.

Não obstante a confissão da culpa, Helena admitiu não ter remorso, pois avaliou, egoisticamente a situação.

Hoje Luisinha reclamou e eu lhe dei mais um sabonete e um par de meias. Ela protestou mas frouxamente. Eu sei que ela acabará esquecendo. Eu sei que o trato não foi cumprido, mas não tenho remorso, porque eu preciso mais do que ela. Ela quase não sai de casa, só vai à Chácara, e eu saio todo dia (MORLEY, 2017, p.76-7).

A entrada, datada em 08 de setembro de 1883, ilustrou como a dinâmica da rotina de Helena era modificada quando passava os dias na chácara da avó. Na utilização do eufemismo “mau sucesso” acontecido à tia Aurélia, significando provavelmente a ocorrência de um aborto, pois, como já dito anteriormente, Teodora só visitava as filhas quando a situação era grave, ao chegar da escola foi avisada de que a avó se encontrava na residência da filha.

Morley alegou a necessidade de estudar e de levar as lições prontas para a escola, o que provavelmente não seria viável caso fosse se encontrar com a avó, mas foi obrigada a ir à casa da tia, pois a avó ficaria aflita caso os netos não estivessem sob seus olhos.

Ao reclamar da fome que sentia e se ressentindo por não comer senão quando chegou de volta à chácara, ainda assim uma refeição improvisada com duas bananas e queijo, servida pela tia Dindinha, a menina ofereceu a Deus, conforme aprendeu com a mãe, o grande sofrimento que passou, em troca da ajuda da Providência em um momento de necessidade.

A avó, pensando nas netas e nas suas necessidades de estudo, resolveu voltar para a chácara, contrariando as filhas que, por sua vez, criticaram a atitude de Carolina, de “agarramento” ao marido e de ir atrás dele deixando os filhos para trás.

Quanto ao papel educativo dos filhos sendo delegado, principal e às vezes exclusivamente às mulheres, Almeida informa que:

No caso feminino, alocar às mulheres a responsabilidade educativa das crianças sempre foi uma proposta defendida vigorosamente nos meios políticos e intelectuais brasileiros, por meio de uma mentalidade forjada nos moldes da herança cultural portuguesa. A cultura lusitana foi determinante para esculpir na sociedade brasileira os contornos extremamente definidos dos papéis sexuais. Para os portugueses, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras de lar, nem ser objeto de trabalho remunerado, o que era defendido em todas as instâncias sociais (ALMEIDA, 1998, p.32).

Assim, caberia à Carolina, como matriarca do núcleo familiar dos Morley, ser responsável pela educação dos filhos e, na ausência do marido, conservar-se perto deles. Comportando-se de forma inesperada de acordo com os padrões que regiam o comportamento feminino oitocentista, despertava espanto e críticas dos próprios familiares.

Helena, por sua vez, também se queixava da mãe, que priorizava o marido em detrimento dos filhos e não prestava atenção às suas necessidades:

Eu gosto de mamãe querer tanto assim a meu pai, mas acho que a vida das minhas primas que têm mães menos agarradas aos maridos é melhor que a

nossa. Nunca vi uma prima ter de largar a casa dela e vir ficar na Chácara, como nós sempre ficamos, para mamãe ir atrás de meu pai (MORLEY, 2016, p.80).

Por sua vez, a neta se sacrificava por sua avó, que não conseguia se movimentar a contento pela cidade, devido à idade avançada e excesso de peso. Em um exercício de paciência motivada pelo afeto que sentia por Teodora, fazia com que Helena desacelerasse seus passos. A falta de agilidade da avó decorrente, sobretudo, pela idade representava mais um ensinamento a Helena a respeito da fugacidade do tempo e da transitoriedade da vida, além de demonstração de seu amadurecimento no exercício da alteridade.

Voltamos para a Chácara e eu fui carregando o tamborete para vovó ir descansando pelo caminho. A única coisa que eu aguento com paciência na vida é a moleza de vovó na rua. O que a gente pode andar em cinco minutos com ela tem de ser em meia hora, com o braço enfiado em Dindinha e a bengala na outra mão (MORLEY, 2016, p.82).

Na justificativa de não conseguir estudar, por estar na chácara da avó, Helena reclamava de não ter um local apropriado para fazer as lições. Quando a matéria lhe permitia a técnica de decorar, conseguia executar a tarefa andando de um lado para outro, mas sem arranjar um ambiente sossegado e adequado era-lhe impossível raciocinar.

Em plena comunhão com a natureza, a menina conseguiu improvisar um escritório ao ar livre, um “colchão” natural formado por erva de passarinho, em que poderia estudar e escrever sem ser incomodada pelos demais.

Entretanto, não contou a ninguém sobre o arranjo e, depois de encerrar as tarefas escolares e observar a vista de cima, terminou por adormecer e se perder no passar das horas, preocupando a avó que não a encontrou e recebeu bronca das tias, que culpavam a menina por preocupar a mãe.

A menina, por sua vez, culpou as tias e lamentou a sorte da avó, tão boa e que lhe agradou tanto após ter sido descomposta pelas filhas, em ter tido tantos descendentes ruins, pois, segundo sua perspectiva, as tias queriam que Teodora só gostasse das crianças criadas por elas.

Então descobri uma coisa do outro mundo; foi até Deus que me ajudou. Fui apanhar amoras e fui subindo, subindo até os galhos lá do alto. Que descoberta! Lá em cima, avistando-se o céu, a amoreira estava tão trançada de erva-de-passarinho que parecia um colchão. Deitei-me em cima e ficou o mesmo que uma cama. Descobri levar os livros para lá e estudo e escrevo sem ser amolada toda a hora. Eu digo a vovó que vou estudar debaixo da amoreira e subo e fico lá em cima. Hoje cheguei da Escola, passei a mão no lápis, nos livros e nos cadernos e fui para a horta. Trepei na amoreira e fiquei estudando e olhando a vista dali

que é uma beleza! Arranjei de tal forma que fiz uma cama e uma mesa, onde posso estudar mesmo assentada (MORLEY, 2016, p.83).

Com a volta da mãe, Helena comemorou poder deixar a chácara e não aborrecer mais a avó por sua causa. Embora Teodora deseje que a neta fosse morar com ela, Helena alegava não apreciar muitos cuidados, o que a levou a reclamar de carícias feitas por um homem da família sem seu consentimento.

Não se sabe o alcance destes gestos, tampouco quem foi seu autor, já que nem ao diário confiou em revelá-lo. Mas Helena explicitou ter horror disto e assegurou que estes atos cessaram, pois o homem percebeu que a menina não gostava.

Esta ocorrência pode representar mais um dos silêncios que a obra fornece, o que evidenciaria que, apesar de toda a loquacidade percebida nas entradas do diário, a menina também era silenciada dada as circunstâncias de decoro, não podendo se expressar abertamente em assuntos polêmicos. Sem maiores justificativas, pois se calar, sendo uma recusa em falar, ainda seria falar, expressar-se, a diarista apenas mencionou o fato e deixou abertas as possibilidades de interpretação.

A jovem também reclamou de ser o centro das atenções e de que todos os seus atos fossem interpretados pela família como estratégias para chamar a atenção da avó. Para se preservar das críticas, passou a permanecer em sua casa indo à chácara apenas para tomar a bênção de Teodora. Neste processo de amadurecimento, percebeu o quanto era avaliada superficialmente pelas pessoas que não conseguiam compreender sua essência.

Helena se queixou de ser querida na família materna apenas pela tia Agostinha e pela avó enquanto pela família paterna era estimada por todos os tios, ainda que reclamasse dos cuidados excessivos de Madge que, por sua vez, eram cancelados pela avó.

Conforme Helena crescia, seu universo simbólico era ampliado, bem como a capacidade de tecer fantasias, de sonhar acordada, em uma estratégia de escapismo. Um de seus desejos era o de ficar rica encontrando um grande diamante.

Ao contar ao pai a respeito de seus “castelos”, Alexandre lhe advertiu que dinheiro não trazia felicidade a ninguém e às vezes a retirava. Educativamente, em uma nova lição de alteridade, o minerador propôs, por sua vez, o exercício

imaginativo à filha, de se pensar trocando de lugar com as amigas ou com as primas ricas. Mas a menina, mantendo-se com um dos pés na vida prática, na materialidade, pensava no que o dinheiro poderia efetivamente comprar.

Apesar dos conselhos de meu pai, eu não podia deixar de pensar que, se encontrasse mesmo um diamante grande, não o deixaria andar aquela distância, todos os dias, com os pés tão inchados, coitado. Ele é tão bonzinho! (MORLEY, 2016, p.178).

Em mais um episódio relatado, Helena, acompanhada da mãe e da tia, visitou uma amiga de Agostinha. A menina notou que, apesar da senhora falar muito “errado”, pois morou na roça, era muito asseada.

Destaca-se nesta passagem a associação realizada pela adolescente com a correção da linguagem, de acordo com a norma culta ou mesmo padrão, e as regras de higiene e os cuidados com a casa. A menina se admirou da limpeza de tudo e anteviu o prazer de provar da canjica que a dona da casa anunciou ter preparado e que serviria às visitas.

Entretanto, a gafe ocorreu certamente pela escassez de vivência da dona da casa, de experiência cultural e social e, inadvertidamente, Dona Elvira serviu o prato em um penico (ou bispote, conforme lhe ensinou tia Agostinha em outra passagem do diário), pois julgou que a vasilha seria uma terrina e Helena, percebendo o equívoco, recusou-se a ser servida.

Chega a hora, ela abre o armário e tira uma terrina funda, de uma asa só, que achei esquisita. Mas como passou depressa, ninguém reparou direito. Quando ela trouxe a canjica da cozinha e pôs na mesa, nós olhamos uma para a outra sem compreender. Eu nunca (sic) visto na minha vida uma vasilha daquelas na sala. Todos comeram a canjica menos eu. Dei desculpa que não gostava.

Quando saímos, Naninha me disse: “Boba, você perdeu. Você não viu que ela pensava que aquilo é vasilha de comida? Se ela pensasse que é para outra coisa não punha na mesa. Ela é muito asseada” (MORLEY, 2016, p.205)

Finalizando os episódios selecionados de modo a ilustrar como se deu a educação informal da protagonista de *Minha vida de menina*, embora todo o conteúdo do diário seja permeado por eles, apresenta-se mais um vivenciado entre ela e tia Madge, que julgava a sobrinha repleta de qualidades, assim como a avó Teodora e o pai, Alexandre, acreditavam.

Para a tia, Helena era inteligente, espirituosa e boa. Trabalhando em prol da sobrinha, entretanto esta não lhe demonstrava gratidão, pois atribuída à tia a causa de todos os seus males desejando, assim, não ser sua razão de afeto e poder passar despercebida diante de seus sufocantes cuidados.

Helena relatou os cuidados e preocupações de Madge quanto às manchas que o sol poderia causar na pele das sobrinhas. Provavelmente as meninas tinham a pele muito clara e a província mineira, reconhecidamente, de clima quente e com dias ensolarados, poderia acentuar os malefícios da incidência solar.

A providência tomada pela tia para proteger as meninas foi a de reformar armações antigas que vieram da Inglaterra e transformá-las em sombrinhas para Helena e Luisinha. O resultado dos guarda-sóis deixou a desejar e as meninas temeram ser ridicularizadas na escola, pois as outras alunas só utilizavam sombrinhas em dias de chuva.

Ao chegarem à escola, as irmãs ouviram as risadas e os comentários de dois alunos sobre o objeto que portavam e, neste momento, o leitor vem a descobrir que Helena e Luisinha são chamadas de “as inglesinhas” pelos outros estudantes. Escondendo as sombrinhas no armário de trabalhos, os “chapéus de sol” foram descobertos por duas outras meninas, que desfilaram com eles abertos.

Quando contaram a respeito do constrangimento para Madge e Alexandre, eles não viram gravidade no caso e decidiram que o incidente não se constituiu motivo suficiente para que as meninas deixassem de usá-las. Helena encerrou a entrada desejando pensar como os mais velhos, ou seja, não se preocupando com as opiniões alheias, deixando de ser ou de fazer coisas pelo temor de ser julgada e criticada, pois sabia que a autoconfiança era um exercício que seria concluído apenas na maturidade.

Eu e Luisinha ficamos tremendo de medo que elas descobrissem que eram nossos e tratamos de ficar escondidas até que acabasse a brincadeira. Felizmente na Escola essas coisas não podem demorar porque os intervalos das aulas são de quinze minutos. Eu disse a Luisinha: “Você pode mais faltar à Escola do que eu. Quando tocar a sineta você dê um pulo na casa de tia Aurélia, deixe os chapéus e volte”. Quando contamos o caso a tia Madge e meu pai, eles acharam que não era motivo para não usarmos mais os chapéus de sol. Se a gente pudesse pensar como os mais velhos, a vida para os moços seria muito melhor (MORLEY, 2016, p.189).

Por se tratar de uma obra de formação, um *bildungsroman*, caracterizado pela relação íntima entre o desenvolvimento do indivíduo e do espaço que o circunda, agindo e refletindo um sobre o outro, *Minha vida de menina* é abundante em amostras de episódios ocorridos em ambiente escolar ou tendo a escola como pano de fundo, conforme se verificou ao longo deste estudo.

Nesse tipo de narrativa, elaboram-se possibilidades de relação entre interioridade e mundo de modo que o mundo exterior, profissão, classe [...]

é de fundamental importância, como substrato da ação social, para o tipo humano aqui em pauta. O que se nota é que as ações desse sujeito relacionam-se intimamente às estruturas da sociedade, encontrando nelas vínculos e satisfações para o mais recôndito da alma. O diário de Helena Morley ainda que não seja um romance aproxima desse tipo de narrativa de formação, pois nele se relata o processo de crescimento e a experiência de vida da personagem e o desenvolvimento do espaço e das pessoas que acercam, apontando para a coletividade (ARAÚJO, 2016, p.7).

Quando inicia o diário, em 05 de janeiro de 1893, a protagonista, nascida em 28 de agosto de 1880, estava prestes a ingressar na escola normal a fim de se formar professora de primeiras letras, uma possibilidade de ascensão social facultada recentemente às mulheres. Conforme Schwarcz:

Desde a constituição de 1824 o regime estabelecera a gratuidade da instrução primária aos cidadãos. Tal tipo de medida foi confirmado pela reforma eleitoral de 1882, que aboliu o voto censitário, mas manteve o critério de alfabetização para o pleno exercício dos direitos políticos. Educação era, pois, um ganho inofismável para o acesso à cidadania. Talvez tenha sido por esse motivo que o Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário. Nessa época foi criada uma série de escolas públicas, particulares, domésticas, cujos orçamentos ficavam muitas vezes aquém das reais necessidades (SCHWARCZ, 2017, p.38).

O suposto geral era de que o ensino primário era suficiente para as camadas pobres. Já o ensino secundário não era obrigatório e, como consequência, acabava restrito a uma parcela seleta da população livre. Tanto o curso secundário como o superior, aqueles que facultavam a entrada para as atividades intelectuais mais prestigiosas e para os cargos públicos, ficavam nas mãos de classes senhoriais, sendo que o restante da população devia contentar-se com a dedicação aos trabalhos manuais. Aliás, a exemplo da concepção geral que advinha do uso largo da escravidão.

Escolas foram ficando mais especializadas, também. As primárias, por exemplo, dividiam suas crianças por gênero; meninos e meninas estudavam em locais e casas separados. Além do mais, o currículo reservado às meninas apresentava restrições no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias. Outro aspecto interessante: se o regulamento de 1854 menciona “meninos pobres”, não há referência a “meninas pobres”. Ao contrário, para as garotas que frequentavam o ensino primário, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo mais elementar pareciam suficientes, juntamente com as aulas de bordado e costura. A formação das meninas visava à vida do lar, doméstica, sendo a pública reservada aos homens. Por isso, os poucos casos que alcançavam o secundário eram geralmente direcionados para o magistério feminino, sobretudo a partir de 1870 (SCHWARCZ, 2017, p.38-9).

A entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foi um fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, eram elas a grande maioria nesse nível de ensino. Porém, a instituição era frágil e propedêutica [...] a concepção implícita na frequência das escolas normais pelas mulheres, e na educação feminina de um modo geral, continuava atrelada aos princípios veiculados de ela ser necessária não para seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas para ser a esposa agradável e mãe dedicada. Isso também legitimava sua exclusão de outros níveis de ensino e justificava currículos que privilegiavam prendas domésticas em

detrimento de outras disciplinas. A esse respeito, homens e mulheres concordavam, embora houvesse algumas divergências e um certo consenso quanto à necessidade da mulher instruir-se e educar-se, desde que mantida dentro de certos limites que não representassem às normalizações sociais vigentes (ALMEIDA, 1998, p.63).

Retrocedendo um pouco ao tempo narrado, precisamente a 1880, ano de nascimento de Helena Morley, sabe-se que, devido às grandes transformações sofridas pela nação brasileira, tanto quanto às questões políticas como às formas de organizações sociais e, dentre as diversas transições, a alteração da constituição do Estado, devido à substituição do regime Imperial para o Republicano, constatou-se que, em virtude das novas configurações, sobretudo das urbanas, apresentando organizações de trabalho diferentes das estabelecidas até então, houve a consolidação das Escolas Normais no Brasil, incluindo a de Diamantina.

De acordo com os estudos empreendidos por Gomes, a Escola Normal Oficial de Diamantina, teve “para a cidade e a sua região de abrangência” grande importância “desde a região de Teófilo Otoni e Minas Novas até a região de Curvelo e Conceição do Mato Dentro”. (Gomes, 2006, p.14). Isto é, uma área bastante ampla que:

[...] durante um longo período, “ditou” as formas de ensino de uma ampla extensão territorial. Ela determinava os conteúdos de ensino, as disciplinas que deveriam constar nos currículos escolares, quais as disciplinas seriam mais valorizadas e consideradas mais importantes que outras, bem como as formas de ensinar, e, ainda, quais os conteúdos, no interior de cada disciplina, deveriam ser valorizados (GOMES, 2006, p.14).

Percebe-se que a escola na época da obra *Minha vida de menina* era uma instituição respeitada e respaldada em seus mecanismos diários de manutenção de saberes, de ordem e de disciplina.

Em 1893, ano da criação do diário de Morley, o Brasil, país cuja maioria da população era analfabeta, iniciava o processo de industrialização e a escolaridade cumpriria a função de preparar mão de obra, obediente e conformada para o bom funcionamento da nova ordem econômica, que seria absorvida pela indústria.

A escola do final do século XIX representava a herança da tradição da exigência, do exame, da postura e da disciplina rígida visando ao atendimento dos padrões burgueses a serviço de segmentos não totalmente desinteressados, principalmente se considerarmos um Brasil de privilégios quanto à formação de suas elites, da constituição de valores e da preparação para o convívio em sociedade moldando o comportamento da população.

Para os menos abastados, a escola preparava a mão de obra livre para os mais diversos ofícios mantendo, assim, os princípios burgueses para que a sociedade se conservasse em funcionamento e em manutenção de uma prestigiada elite econômica.

De acordo com Marcílio (2014), a imagem da escola foi repaginada pela Revolução Francesa preconizando que ela deveria ser universal, gratuita e sob o controle do poder público, embora “apenas depois do impacto acelerado da industrialização, a partir do século XIX, haveria condições objetivas para a generalização do ensino primário e, logo depois, para o ensino ulterior, o ensino médio, na Europa”. (MARCÍLIO, 2014, p.37)

O século XIX pode ser considerado no mundo ocidental e nos países mais desenvolvidos como o século da escola fundamental, leiga, obrigatória e pública. Na Inglaterra, a Revolução Industrial desencadeou a urbanização e o nascimento de uma nova classe, a proletária, em “que a escola e o sistema de ensino público emergiam como a grande novidade, que no primeiro momento empolgou autoridades, educadores, escritores, liberais e socialistas utópicos”. (MARCÍLIO, 2014, p.37)

O Brasil, por seu turno, apresentou outros eventos como a Lei do Ventre Livre sendo votada em 1871, representando importante medida para que o processo de escravidão se findasse 17 anos depois. Além disso, a Guerra do Paraguai se encerrou em 1865, permitindo, pois, o redirecionamento de recursos para outros setores nacionais. Sendo assim:

No cenário político nacional dos primeiros anos da República, os aristocratas paulistas, e em seguida os mineiros, tomaram o lugar dos estadistas baianos e fluminenses que haviam dirigido os destinos do Império. A oligarquia de São Paulo e de Minas Gerais, ligada à produção e exportação do café, dirigiu a política da Primeira República. O Partido Republicano Paulista controlava os interesses da elite dominante (MARCÍLIO, 2014, p.115).

A Proclamação da República evidenciou a questão do voto para o funcionamento da democracia liberal e, em 1824, a Constituição do Império estabeleceu eleições indiretas cuja base eleitoral estaria assentada na renda, o que excluía do processo político quase a maioria da população brasileira.

Já a Constituição Republicana, embora tenha eliminado a seleção pela renda, manteve o processo de exclusão pautado na instrução escolar, excluindo os

analfabetos que representavam 80% da população, situação que perdurou até a Constituição Cidadã, de 1988.

Assim, de acordo com Freitas e Cunha:

A mulher só adquire o direito legal à instrução pública a partir de 1827, através da Lei Imperial de 15 de outubro, que prescrevia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, em todo território nacional. Além de escolas (em alguns casos salas de aula) específicas para meninos e meninas, o currículo também era diferenciado, segundo a referida Lei. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações e a doutrina cristã, consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; destaca-se o ensino de geometria para os meninos e, para as meninas, os trabalho de agulha (FREITAS; CUNHA, 2016, [s.d.], p.387).

Para Campos, a respeito do desenvolvimento da escolarização no Brasil:

A independência em relação à Coroa portuguesa somente se refletiu muito lentamente na educação da nova nação. Todo o esforço do governo imperial foi empenhado principalmente no desenvolvimento do ensino superior, até então proibido de se instalar na colônia, sem haver uma base sólida que o sustentasse em forma de uma escola média preparatória a esse nível de ensino. A urbanização decorrente da instalação do poder político no país e a transformação lenta dos valores e padrões de comportamento levaram à aparição das primeiras escolas secundárias para senhoritas. Como a situação do ensino continuava calamitosa, começou-se a pensar em formar os professores que deveriam atuar nas escolas elementares e foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento educacional no Brasil (CAMPOS, In: CAMPOS; SILVA, 2002, p.16).

Um dos primeiros a equacionar com clareza a questão do ensino público foi Rui Barbosa, em seus pareceres de 1882, encomendados pelo Governo para servir de base para uma reforma mais corajosa (pareceres estes que, no entanto, nem foram apreciados pelo Congresso):

Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob essa inovação, conservadores e liberais no Brasil podem reunir-se em um terreno neutro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é conservador em matéria de ensino volta as costas ao futuro e desposa os interesses da ignorância. É preciso criar tudo; porquanto o que aí está, salvo raríssimas exceções, e quase todas no ensino superior, constitui uma perfeita humilhação nacional (MARCÍLIO, 2014, p.115).

A educação popular representaria o fim da ignorância e proporcionaria o desenvolvimento nacional, seria o meio fundamental para o progresso brasileiro.

Na Primeira República, ensaiava-se a aplicação de métodos pedagógicos importados, buscavam-se novas formas de ensino especial: profissional, artístico, correcional; multiplicaram-se, no ensino particular, os grandes colégios, com internatos e externatos, verdadeiras instituições globais, em muitos casos de cunho

confessional; inauguraram-se modalidades novas no currículo escolar, para se atingir a educação integral, conforme abaixo assinalado:

[...] Ideias novas começaram a ditar o discurso dos intelectuais a partir dos anos de 1870. Pensadores como Rousseau, Tocqueville, Spencer e Comte foram visitados por alguns intelectuais, dando rumos mais consistentes para a modernidade.

[...] A partir da virada do século, a crença no Progresso continuado foi levada ao extremo, reforçando as tentativas de saltar do atraso para a modernidade, para a “civilização”. A educação surgia, na mente do pequeno grupo idealista, como o meio fundamental para alcançar essas metas. Era uma verdadeira “missão civilizadora” de que estava esse grupo imbuído (MARCÍLIO, 2014, p.127).

Em 19 de abril de 1879, foi aprovado o Decreto nº 7.247, a Reforma Leônicio de Carvalho, então ministro dos Negócios do Império, professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Liberal, o ministro estabeleceu o princípio da liberdade de ensino (art.1º), mas que estaria sujeita “à inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e de higiene”. A reforma circunscreveu-se ao ensino primário e secundário, do município da Corte. Foram lá criados os jardins de infância.

Regulou, também, o ensino Normal em dois ciclos; estabeleceu a possibilidade de criação das Escolas Normais nas províncias e auxílio às já existentes ampliando o currículo destas. Estabeleceu, além disso, a obrigatoriedade do ensino primário, para ambos os sexos, entre os 7 e 14 anos de idade, com multas para os pais ou responsáveis omissos ou negligentes.

A reforma não modificou a questão da seriação das escolas primárias; seguia-se o sistema de classe única, com um mesmo professor para todos e o ensino pelo método individual. No secundário, permanecia o sistema das aulas avulsas e dos exames parcelados.

Quanto à Escola Normal, o aluno aprovado em todas as disciplinas recebia ao final do curso, o diploma de Professor do Ensino de Primeiras Letras. Leônicio de Carvalho introduziu a “lição de coisas”, tentativa dentro de uma pedagogia nova, como aquela ensinada por Pestalozzi (1756-1827) e por Froëbel (1782-1852), o chamado método intuitivo.

Deixava-se o método lancasteriano¹⁰, que nunca conseguiu se impor na educação brasileira e combateu-se, a partir de então, o arraigado, arcaico e

¹⁰ De acordo com Xavier et al em *História da educação: a escola no Brasil* (1994), o ensino lancasteriano falhou, no Brasil, devido ao fato da desmotivação do Estado agroexportador e escravocrata quanto às garantias das

difundido sistema de ensino individual e sem método algum. (MARCÍLIO, 2014, p.128)

No cenário da recente Proclamação da República, com o entusiasmo pela educação e mantendo-se o otimismo pedagógico devido à multiplicação de instituições escolares e à disseminação escolar incorporando grande parte da população no progresso, visando à transformação do Brasil em uma das grandes nações do mundo, encontrava-se Helena Morley, aluna da Escola Normal Oficial de Diamantina, nada aplicada, anti-heroica e que, pelo seu temperamento expansivo, despertava a simpatia dos professores obtendo, assim, as notas necessárias para a aprovação escolar em detrimento do mérito da dedicação aos estudos e tarefas.

A respeito da criação da Escola Normal no Brasil, Campos esclarece que:

As primeiras escolas normais, surgidas no século XIX, seguiam o modelo francês – ainda que bem distantes deste – e não poderiam escapar às mesmas características de outros setores e níveis de ensino. Essa formação era ministrada de uma forma muito difusa, sem nenhum método que indicasse uma maior preocupação com a preparação dos professores. Refletia uma tendência geral da época de que o magistério não constituía uma profissão, mas, sim, uma vocação, para a qual eram necessárias dedicação, qualidades morais e aptidão. Conhecimentos especializados não eram muito importantes e um sinal disso foi a ausência da disciplina Metodologia do Ensino [...] que não aparecia no currículo da escola normal. A visão da suficiência da preparação empírica do professorado todavia permanecia a mesma, limitando-se a uma repetição do currículo das escolas elementares, somando-se a uma metodologia superficial de alfabetização (CAMPOS, 2002, p.18).

Somente pouco antes do final do século XIX passaram as mulheres a frequentar em maior quantidade as escolas normais e a exercer pela primeira vez a profissão de professoras. Nesse fenômeno reflete-se, de um lado, uma certa formação dos valores vigentes e, de outro, também e, paradoxalmente, a permanência dos padrões de comportamento tradicionais. Pela penetração do sexo feminino nessa profissão, reforçou-se a imagem de que a atividade docente era uma profissão de segundo nível ou complementar. A formação considerada adequada para as alunas-mestras foi, durante bastante tempo, distinta da ministrada aos homens, seguindo primeiro a mesma orientação já comum ao ensino primário, que tinha um currículo mais simplificado para as meninas [...] o pensamento que o mister do ensino era um prolongamento das atividades do lar para a mulher, não havendo, assim, necessidade de preparação mais especializada. Ao lado disso, surgiu o desempenho da atividade docente para as mulheres como uma forma conveniente de dar destino às jovens pobres e órfãs que não se orientavam até o casamento, primeiro fim a que as mulheres deveriam aspirar na sociedade tradicional (CAMPOS, 2002, p.19).

[...] o processo de feminização da profissão de professor tornou-se visível no fim do século XX, mas já se havia iniciado bem antes, à medida que os próprios responsáveis pela educação no país consideravam a mulher como

educadora nata e que os valores vigentes na sociedade encaravam essa atividade como adequada ao sexo feminino. Soma-se a isso a necessidade de encaminhar as moças pobres ao exercício de uma profissão digna, que lhes garantisse o sustento, e se tem o quadro completo: profissão feminina, desprestigiada, mal remunerada, com baixo nível de qualificação e desempenhada por representantes das camadas inferiores da população, aspirantes à ascensão social. Como nunca se teve preocupação no Brasil com a formação que as camadas populares recebiam na escola, já que a elite e também muitas vezes a classe média enviavam seus filhos aos colégios particulares, não era importante o fato de que professoras assim formadas se tornassem responsáveis pela formação de novas gerações (CAMPOS, 2002, p.34).

A Escola Normal, conforme se observa por meio das entradas do diário de Morley, obedecia aos códigos normativos. Sendo assim, a posição transgressora ocupada pela jovem capacitava-lhe um papel de liderança que a salvaguardava, oferecendo-lhe proteção quanto aos conflitos travados e às maledicências, garantindo favores dos colegas quanto às tarefas escolares e à revisão do conteúdo didático às vésperas das provas.

As aulas de Português ministradas por Seu Sebastião ganharam destaque no diário, haja vista que eram em maior número em relação a outras disciplinas e, tendo um professor que exigia, quase que diariamente, produções textuais e as recebia na porta da sala de aula, Helena deu mostras ao leitor a respeito da importância desta cadeira na Escola Normal.

Ainda a respeito da Língua Portuguesa, com o advento da Proclamação da República, o Brasil se afastava cada vez mais de Portugal e, com todas as manobras criadas para a consolidação do Nacionalismo, houve, por parte das autoridades competentes, o reforço da Língua Portuguesa como a língua oficial do Brasil, como ferramenta de poder, de conhecimento e de prestígio:

A Língua Portuguesa (Nacional) precisaria e deveria ser reconhecida para que pudesse contribuir (também) com a construção da identidade brasileira, distanciada do colonizador, resguardada da “impureza” do negro e do índio; mas um produto de estabelecimento de uma nova cultura, de um outro povo, que, embora tivesse, em seu processo de formação tal origem, poderia estabelecer as diferenças, apresentando o novo, como eram novos a América e o país (GOMES, 2006, p.44).

Sabe-se por intermédio de Gomes que a Língua Portuguesa disputou importância com o Latim, disciplina considerada fundamental para a aquisição de um “status” de escolarização e de prestígio social (2006, p.14). Desta forma, encontra-se:

Também em Diamantina, no livro de assinatura de pontos dos professores da Escola Normal Oficial de Diamantina, consta diariamente a assinatura do professor de Português, enquanto nesse mesmo livro, há apenas duas

assinaturas semanais do professor de Latim. Portanto, na Escola Normal Oficial de Diamantina havia uma carga horária maior da disciplina Língua Portuguesa em relação ao Latim, assim como se observa no Colégio Pedro II, tido como modelo oficial de ensino no período a que se refere a pesquisa: 1880/ 1889 (GOMES, 2006, p. 22).

Em meio a normas, condutas, controles diversos, e formas de comportamento, quanto mais a jovem estudante desafiava a normatividade escolar, mais era reconhecida pelos seus pares, em especial pelas colegas de escola, exercendo liderança carismática pelo seu espírito irreverente e arrojado, destoando do padrão comportamental feminino no final dos oitocentos.

A Escola Normal funcionava como um lugar de coligações por meio de identidades grupais, de apelidos criados, de códigos de acesso e de aceitação e de pactos gerados pelo grupo escolar sendo, também, permeada por questões a respeito de classes, podendo nela ser intensificadas, como uma reprodução em miniatura da sociedade vigente do final do século XIX.

Considerando as altas taxas do analfabetismo da população brasileira ao final dos oitocentos, os saberes adquiridos na escola causavam admiração e respeito, principalmente para os que estavam à margem deste processo. Na Escola Normal, Helena Morley deveria aprender e apreender os dotes necessários para a formação feminina exigida pela época narrada.

Os princípios e pressupostos escolares, entretanto, extrapolavam os limites desta instituição de ensino, infiltrando-se na família e na sociedade que, ao absorver estes processos de produção e de reprodução, tornavam-se coadjuvantes da educação.

As informações a respeito da situação educacional brasileira, encontradas abaixo, foram fornecidas por Schwarcz:

A formação educacional era de fato uma maneira eficaz de distinção social. De acordo com o censo de 1872, a taxa de analfabetismo no país era de 82,3% para as pessoas de cinco anos ou mais, situação que se mantém bastante inalterada até o segundo censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Como explica Sérgio Buarque de Holanda, ainda que d. Pedro II julgasse que “a educação, especialmente a instrução primária, sempre parecera, efetivamente, a necessidade fundamental do povo”, o panorama da área pouco mudou durante seu reinado. O historiador acrescenta que, em 1869, o senador Silveira Lobo lembrara que “na própria Corte havia apenas 4800 alunos primários para uma população estimada em 400 mil a meio milhão de almas”.

O analfabetismo será entendido, pois, como um problema nacional somente com a reforma eleitoral de 1882 (a Lei Saraiva) [...] O tema do analfabetismo vai virando, portanto, uma questão política, mais do que econômica; uma questão de imenso impacto social. Ser alfabetizado era assim razão para grande orgulho. Significava a forma certa de galgar a

hierarquia social; fundamental para a integração nesse novo projeto nacional, cada vez mais urbano (SCHWARCZ, 2017, p.24-5).

Percebe-se na obra de Helena Morley que os programas de ensino não eram adaptados às cores locais e que o método empregado na escola de primeiras letras era o individualizado, sendo baseado nos processos de memorização.

As avaliações da Escola Normal, conforme a diarista assinalou, eram compostas por exames escritos e orais sendo determinantes para a aprovação do estudante. Além disso, havia premiações dependendo do desempenho do aluno.

A figura do professor representava autoridade dentro de uma hierarquia escolar, as correções feitas por ele poderiam ser realizadas em voz alta e as perguntas eram dirigidas individualmente aos alunos, estabelecendo uma relação assimétrica entre docentes e estudantes. Nesta sociedade de viés civilizatório, os modos de comportamento eram idealizados e os normatizados eram o que se esperava das meninas em idade escolar.

No início de República, as contradições da sociedade e os atritos interpessoais ganharam tom jocoso nas reflexões e pontos de vista que ilustravam a forma como Helena Morley apreendia os fatos que a rodeavam. Circundada pelo contexto dos anos noventa do século XIX e também em estado de transição, a normalista era dotada de livre pensamento, demonstrando ser racional em muitas situações cotidianas.

Como o Brasil se encontrava em um processo acelerado de profundas transformações estruturais, Diamantina, no recorte trabalhado, apresentando mudança social e histórica em sua estrutura de classes, fornecia solo fértil para observação e registro da menina diarista, ao retratar humanisticamente a província bem como sua numerosa família nesta sociedade patriarcal.

Impressões sobre os hábitos e as franquezas da população local, entre ricos, pobres, brancos, negros, homens, mulheres, além de notas sobre a vida econômica, as relações conflituosas e quase nunca cordiais de classe e de raça em um ambiente pré-capitalista, e em recente movimento pós-abolição da escravatura, mereceram registro nas quase três centenas de entradas confeccionadas entre 1893 e 1895.

Rituais religiosos e familiares, padrões de deferência e de privilégios constituíram-se rico manancial de relatos que abarcaram o humor e manifestações

corajosas da diarista quando, inconformada com a norma social vigente, buscava transgredi-la também no espaço escolar.

Fazendo uso de sua maior virtude, a inteligência, Helena, valendo-se também de seu carisma, manipulava as autoridades, como os professores, de forma hábil, tirando as vantagens possíveis das situações apresentadas, mas sem perder o encantamento pela vida e pelas pequenas descobertas diárias.

Neste período de intervalo social, entre o fim do trabalho escravizado e o início do assalariado, as normas dominantes que governaram as relações sociais durante séculos foram parcialmente suspensas. O declínio econômico da província acarretou um recuo à economia de subsistência e, na improvisação de novas formas de sociabilidade e de modificações nas relações econômicas, Diamantina foi impactada pelo fim da brutalidade da escravidão.

Vivia, pois, em um período límbico, aos doze anos de idade, época em que as garotas, na transição para a fase adulta, eram aceitas pelos meninos como quase iguais, como um seus pares, e podiam vivenciar aventuras que eles consideravam um direito de nascença. Nesta fase que não exigia vigilância constante, pois a menina ainda não era considerada apta ao casamento, a jovem Morley detinha o privilégio de poder transitar por diferentes camadas sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade e diversos ambientes geográficos, entre rurais e urbanos.

A aparente invulnerabilidade de Helena na pré-adolescência permitia-lhe explorar certas liberdades e possibilidades de trânsito inacessíveis fora dessa fase e, assim, antes de passar para o umbral de sua existência feminina, para a fase casadoira, vivenciava, com gosto e atenção, novas experiências e experimentos, que lhe despertaram diversas reflexões, desbravando seu pequeno e estreito mundo, percebendo-o com outros olhos e criatividade em movimento. Em decorrência desta apreensão, seu imaginário se expandiu e se expressou física, mental e emocionalmente.

Esta construção social ocorreu na conjunção de diversos fatores como classe, raça, período histórico, gênero, faixa etária e normas culturais aliados às possibilidades de frequentar a escola e também de participar nos trabalhos domésticos, por vezes mais por prazer do que por obrigação, já que as tarefas mais pesadas eram destinadas às mulheres negras: as da chácara da avó, à Cesarina, a criada/irmã de leite dos Morley, bem como a outras mulheres de condição social e econômica inferior às da protagonista.

Tudo o que foi observado por Helena Morley transformou-se em material para apontamento e reflexão, sendo, pois, aliado às perspectivas e consciência de sua trajetória de moça oitocentista: o casamento e a maternidade compulsórios, como percurso natural para aquelas nascidas em igual condição à sua.

Estudante normalista “para não ficar ignorante”, como esclareceu em uma das entradas, o ofício de ensinar, em mais uma das não conformidades com as ideologias vigentes, não se constituía em vocação, em aptidão, para a diarista.

Embora se apresentasse em uma das poucas formas de profissionalização para uma jovem pertencente à classe social remediada, à medida que o tempo transcorria, sentia despertar-lhe o interesse e o desejo de conhecimento, materializados nas abordagens, em forma de relatos do diário pessoal, quanto às relações amorosas, à investigação sobre as circunstâncias em que se deram os casamentos arranjados pelo patriarca, Batista, aqueles realizados de espontânea vontade, bem como o interesse por namoros disfarçados pela figura das primas e colegas.

Assim, o Magistério certamente representava um tempo de espera, um interregno de sua existência, enquanto não surgia um rapaz do qual gostasse e, conseqüentemente, viesse a se casar. Este posicionamento se apresentou desde sua entrada na Escola Normal, pois a diarista que mal ingressava como normalista já almejava, em poucos dias, livrar-se da escola.

Muitas escolas normais mantinham em seus regimentos restrições à presença de alunas casadas e até mesmo noivas, durante a Primeira República. [...] Nesse sentido, o estereótipo “normalista-espera-marido” era vivenciado pelas jovens de classe alta ou média alta, que ingressavam na Escola Normal enquanto esperavam a “possibilidade” de se casarem; no entanto, aquelas alunas que precisavam ajudar no sustento da família e/ou buscavam ascensão social e econômica na formação/exercício docente investiam de forma diferenciada no curso que realizavam (FREITAS, In: CAMPOS; SILVA, 2002, p.143-4).

Na proporção em que se transcorria seu processo de amadurecimento, este destino considerado como quase certo se intensificaria aos 15 anos de idade. Ao substituir tia Madge na Escola de Primeiras Letras, a normalista classificou esta experiência como uma verdadeira tragédia, dedicando várias páginas de seu caderno escolar para relatá-la em detalhes.

Transformando o evento vivido na figura de professora substituta na entrada mais longa de seus manuscritos, de modo sempre a recordar-se dos infortúnios vividos para que nunca mais tivesse a intenção de exercer novamente a função de

mestra de escola, a diarista conta a breve experiência em ensino de primeiras letras detalhadamente.

Reafirmando-se que a Escola Normal, a partir do século XIX, era uma oportunidade às mulheres de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e de independência social e econômica, nesta nova sociedade que despontava, os domínios da leitura e da escrita passaram a representar necessidades prementes em uma nação, igualmente em processo formativo, cuja maioria de seus habitantes era composta de analfabetos.

As escolas normais constituíam, portanto, um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de jovens. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica.

Em relação à motivação para a realização do curso, muitas são as razões apresentadas pelas ex-alunas: a boa reputação da instituição, tendo em vista seus professores catedráticos; os conselhos familiares; o desejo acalentado na infância em ser professora, entre outras.

[...] é explícito o papel da família – principalmente: mãe, pai, avó – no encaminhamento ao curso normal. Era comum que a família participasse de suas decisões; no entanto, e, alguns casos a influência foi decisiva, isto é, a ex-normalista era levada ao curso por uma decisão familiar. (CAMPOS: SILVA, 2002, p.145-6)

Conforme já visto, ao final dos oitocentos a escola passou a ser uma instituição respeitada e respaldada em seus mecanismos diários de manutenção de saberes, de ordem e de disciplina, produzindo mão de obra obediente, conformada e especializada (escolarizada) recomendável ao bom funcionamento da nova ordem econômica a ser absorvida pela indústria em fase inicial no país.

Entretanto, ainda que rodeada por livros, em meio a exercícios de redação diários, a normalista Helena Morley, de acordo com sua auto percepção, não era uma aluna aplicada, tampouco disciplinada e, embora valorizasse a liberdade e a vida no campo, reconhecia a importância do estudo.

Assim, sempre encontrava meios para passar de ano, cujas estratégias consistiam em decorar os pontos da prova, mesmo que deixasse os mais complexos de lado, apostando na sorte, estudando com afinco na última hora, recebendo aulas dos colegas às vésperas do exame ou ainda utilizando meios pouco convencionais, como a cola.

Ao postergar os exercícios escolares, usando como desculpas para suas displicências as tarefas domésticas, culpando os primos que lhe roubavam o tempo aos estudos, e à mãe, Carolina, que não lhe cobrava os deveres escolares e,

demonstrando não valorizar a educação formal, ao estudar, se tanto, apenas na véspera dos exames, Helena privava a si mesma do potencial intelectual a ser alcançado.

Desvalorizando seus próprios dons, como a criatividade e a memória prodigiosa ao invejar a vida de estudante de outros, como das primas e dos primos, das colegas aplicadas e até mesmo da filha da lenheira, que estudava no adro do Cruzeiro, a jovem normalista julgava-se inferiorizada e não valorizava seus próprios recursos cognitivos.

Tendo como apoio à sua vida de estudante principalmente as figuras familiares de Madge e da avó Teodora, nota-se, entretanto, que os preceitos escolares adentravam o espaço da família incutindo valores imprescindíveis a uma moça civilizada e escolarizada, normalizando, assim, seu modo de se portar, de falar, de escrever, de rir e de administrar o lar, conforme foi possível observar em diversas passagens dos escritos íntimos da menina Morley.

Em Diamantina, cidade economicamente em declínio, os trabalhos com a agulha já não eram suficientes para garantir o prestígio e a subsistência femininas, pois a sociedade burguesa ansiava por lustro social. Nesse sentido:

O século XIX [...] convive tanto com a complexificação social, quanto com um crescimento de tendências laicizantes do ensino. Da complexidade dos fatos vivenciados, resulta a necessidade de serem estabelecidas leis, portarias, regulamentos, visando emprestar à educação, alguma ordem, e, ao mesmo tempo, possibilitar a efetivação de uma educação que alcançasse o maior número de pessoas. Embora os grupos sociais apresentassem divergências, inclusive conceituais, em relação à educação, bem como ao tipo de educação que seria oferecido aos brasileiros da época, é inegável que esse era um desejo presente na maioria da sociedade da época (GOMES, 2006, p.112).

A escola se apresentava como o lugar da moldagem do caráter e do comportamento, da adequação, um lugar de passagem onde se aprendia, ou procurava-se aprender. A educação formal, nos bancos escolares, tornava-se paulatinamente cada vez mais valorizada e superestimada pela sociedade nos novos tempos republicanos, pois o recente apreço social pela cultura letrada referendava padrões de comportamento e boas maneiras a serem desenvolvidos pela escola, sempre a serviço da sociedade nos novos tempos.

Entretanto, havia heranças do Império que ainda vigoravam na recente sociedade republicana, como no exercício religioso exacerbado, observados, por exemplo, nos relatos do breve período de permanência de Luisinha no Colégio de

Freiras, na persistente discriminação ainda mais frequente dos negros, a depender da posição em que ocupavam nesta sociedade, embora, note-se, Helena tivesse pelo menos dois professores negros e os elogiasse como bons profissionais docentes, bem como lentas formas de renovação dos costumes arraigados ao sistema patriarcal colonialista.

O analfabetismo passou a ser motivo de vergonha e de estigma social. Sendo assim, o episódio vivenciado por Renato ao se tornar professor de meninos negros ilustrou de forma coerente a nova configuração social de Diamantina, em que a extração de metal e de pedras preciosas era incerta e o diploma escolar se transformava em garantia mais palpável para o futuro. Além disso, neste caso era o antigo senhor branco que, empobrecido prestaria serviços remunerados aos negros ex-escravizados.

Considerando todo este contexto, a menina, entre a adolescência e a mocidade, registrou sua entrada na Escola Normal demonstrando ter muita expectativa quanto ao início de uma “vida nova” e, ainda nas primeiras entradas do diário, informou a respeito da obrigatoriedade em produzir um texto por dia ao professor de Português.

Ao encontrar Mariana, ex-aluna da Escola Normal e pedir a ela dicas de como poderia ser bem sucedida nos estudos, entendeu que o segredo para se destacar é prestar atenção e tomar notas.

Ao saber, por tia Madge, que foi elogiada por Mestra Joaquininha, sua professora de primeiras letras, como a aluna mais inteligente de sua escola, embora fosse vadia, Helena prontamente justificou a própria displicência escolar por ser obrigada a passar dias com o pai na Boa Vista em pleno período letivo, ausentando-se, pois, das aulas.

Entretanto, a diarista refletiu a respeito de sua inteligência, atributo que o pai, a avó e Madge concordaram ser inerente a ela, mas ela mesma, Helena, não estava certa disto, pois não gostava de estudar nem de ficar parada prestando atenção, embora tenha apreciado o elogio, ainda que titubeante a respeito de realmente ser inteligente era, certamente, melhor que ser considerada “burra”.

Nesta dialética, a jovem estudante sentia medo de ser prontamente desmascarada, pois julgava o que já viu na Escola Normal ser difícil e muito complicado de aprender, embora reconhecesse sua facilidade em decorar, o que

poderia ser um trunfo. Entretanto, a diarista logo pensou na inutilidade desta estratégia na aplicação das exigências de disciplinas como a de Português.

Raciocinou, logo em seguida, que só poderia saber direito a respeito das dificuldades a serem enfrentadas depois de alguns dias frequentando a escola, pois estava apenas no terceiro dia de aula. Acreditou, também, que escrever não seria uma tarefa fácil, pois tinha o hábito de redigir todos os dias, incentivada pelo pai. Esta atividade, bem como a da leitura, era aquela que Helena mais apreciava.

Entretanto, a menina revelou que o pai escondeu todos os livros de histórias e romances, como um censor, prometendo, em sua autoridade patriarcal, a de tutor, devolvê-los nas férias, provavelmente por acreditar que o desfrute da leitura de ficção era apenas lazer e, por ser talvez mais atrativa, competiria com as horas dedicadas aos estudos pela filha.

No terceiro dia de aula a normalista já começou a pensar nas férias no campo, “livre da Escola, sem ter que estudar”, reconhecendo e lamentando a extensão do período letivo, pois “um ano custa tanto a passar!”.

Nesta ansiedade que o ingresso na Escola Normal lhe causava, Helena encontrou a saída: infantilmente apelar para que Nossa Senhora para que lhe auxiliasse nos estudos e pudesse abrir sua inteligência para que ela não desapontasse, nesta ordem, que poderia indicar preferência de forma regressiva: o pai, a avó e tia Madge. Percebe-se que a diamantinense deixou de fora desta enumeração sua mãe, Carolina.

Faz hoje três dias que eu entrei para a Escola Normal. Comprei meus livros e vou começar vida nova. O Professor de Português aconselhou todas as meninas a irem se acostumando a escrever, todo dia, uma carta ou qualquer coisa que lhes acontecer.

[...] Duas coisas eu gosto de fazer, escrever e ler histórias, quando encontro. Meu pai já consumiu tudo quanto é livro de histórias e romance. Diz ele que agora só nas férias.

Ainda não comecei a estudar e já estou pensando nas férias. Que bom vai ser quando eu estiver na Boa Vista, livre da Escola, sem ter que estudar. Mas um ano custa tanto a passar!

Vou deitar-me a pedir a Nossa Senhora que me ajude a estudar e abra mesmo minha inteligência, para não desapontar meu pai, vovó e tia Madge (MORLEY, 2016, p.25).

Um dos métodos de estudo preferido de Helena era o de decorar o conteúdo escolar, gabando-se de sua capacidade de reter as informações. A normalista se queixava de não possuir mapa nem atlas, denotando sua carência material, a displicência dos pais, enquanto complementava que mesmo se possuísse este

material, preferiria decorar. Então, para realizar os exames, Morley decorava os pontos, passeando de um lado para outro e depois procurava recordá-los.

Ontem foi dia de decorar pontos de Geografia. Eu não tenho mapa e mesmo que tivesse não estudava no mapa; é tão mais fácil decorar. A sala de visitas estava vazia e eu me tranquei lá e fiquei estudando alto, passeando de um lado para outro. Vovó abriu a porta umas duas vezes durante esse tempo para me dizer: “Chega, minha filha, isto cansa. Você é tão magrinha!”. Mas eu respondia: “Não, vovó, deixa-me decorar todos os pontos de uma vez; depois recordar é mais fácil” (MORLEY, 2016, p.85).

Embora vivesse rodeada de livros, Helena frequentemente tinha como desculpa para a negligência com as lições, e os exercícios, as costumeiras idas à chácara da avó, às casas dos tios que frequentava e os inúmeros eventos familiares a que comparecia, como os jogos e comemorações de aniversário, bem como as solicitações de brincadeiras com os primos.

Hoje domingo poderia ter estudado as lições e feito meus exercícios, mas mamãe nos levou desde cedo para a Chácara e passou o dia no jogo da politaina com minhas tias até tarde. Nós na mesma brincadeira de sempre, os primos todos (MORLEY, 2016, p.164).

Costumeiramente, nas entradas do diário, a normalista revelava não ter cumprido as lições da escola e sempre se imiscuindo da culpa e não reconhecendo sua negligência em organizar seus horários e priorizar as tarefas, recorria, então, às críticas aos professores que, segundo ela, se fossem tão exigentes como o de Português, Seu Sebastião, seria encorajada a fugir dos primos e cuidar das atividades da escola.

Neste raciocínio, a menina recorria ainda ao argumento quanto à falta de consciência dos primos em reconhecer que ela era estudante e que precisava cumprir com suas obrigações escolares, levando diariamente as lições prontas aos professores.

Em seus inúmeros gatilhos de desejo, Helena invejava, em alguns dias, quem não tinha primos, e em sentimento de autocomiseração, pensava que só ela era apenas por isso, pois suas colegas de sala sabiam as lições da Escola Normal.

Reconhecendo suas falhas como estudante, embora estas ocorressem a despeito de si mesma, Helena confessava sentir remorso quando se deitava na cama, ou melhor, tristeza, pois acreditava não ter culpa do que lhe ocorria e passava a atribuir os motivos de seu fracasso escolar à mãe.

Carolina, que não se mostrava enérgica com os filhos para que estudassem seriamente e, na verdade, nem se preocupava com isto, de acordo com as

perspectivas da filha, pois não tendo a oportunidade de estudar na juventude, não entendia o objetivo da Escola Normal, o de formar professores.

Tal culpa em relação a seu desempenho escolar demonstrava que a religião se imbricava com os valores incutidos pela escola: o do esforço pessoal, o da superação nas dificuldades, de honestidade e lisura, do constante aprimoramento íntimo.

As primas, por sua vez, não confiavam na futura capacidade profissional de Helena, pois pensavam que ela não teria a paciência necessária para exercer o ofício. A normalista, contudo, atenta às novas exigências, ponderava que precisava estudar “qualquer coisa” para não ficar “ignorante”.

Tal percurso de pensamento permite a interpretação de que a Escola Normal constituiu-se, de fato, em apenas um tempo de espera, pois Helena Morley entendia que, nesta nova sociedade que se delineava, o diploma passaria, como nunca, a ter valor, funcionando como passaporte para casamentos vantajosos ou para a possibilidade de vida independente, o que evidenciaria que a menina não era uma rebelde permanente, ainda que rompesse temporariamente os limites do comportamento feminino prescrito nesta transição da meninice para a juventude, na transformação, como indica Schwarz (1997), “da criança observadora e crítica na mocinha espertíssima”.

Em suma, a educação feminina tornou-se uma forma de se prolongar a educação familiar. Sendo assim, enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento, a finalidade quase certa em suas vidas e, nesse sentido, Almeida acrescentou que as mulheres “Deixaram de ser as procriadoras incultas para tornarem-se as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico” (ALMEIDA, 1998, p.35).

Este comportamento possibilita a ilustração quanto à capacidade de Morley de perceber, sob vários ângulos, a conjuntura histórica e a necessidade de se ajustar a novos papéis e expectativas, utilizando o diário como instrumento auxiliar neste processo de cuidado, de introspecção e de observação, tendo o caderno e a pena como recursos de diálogo introspectivo: “Enfim vamos esperar até ver onde esta vida vai parar. Sempre espero um dia depois do outro” (MORLEY, 2016, p.231).

Atribuindo à causa de ter sido ridicularizada na aula de Português o fato de não possuir dicionário, Helena se recordou do dia em que denunciou seu

desconhecimento da pronúncia da palavra “boneca” pronunciando “bonecra” em uma mostra de oralidade.

Desta vez, trocando “aziago” por “em águas”, o professor de Português não chamou sua atenção em voz alta, embora tenha corrigido sua redação “com um grande letreiro em tinta vermelha”. A menina estabeleceu algumas hipóteses a respeito deste comportamento mais discreto do professor, humanizando-o.

Helena, contudo, exigente consigo, terminou por atribuir a si a culpa do equívoco, por não prestar a atenção suficiente e sempre escrever quando estava muito cansada e no prazo final para a entrega das tarefas escolares. Mas, ainda neste movimento dialético, em seguida, imiscuindo-se mais uma vez da responsabilidade, voltou a culpar as primas por lhe tomarem o tempo disponível a ser dedicado aos estudos.

Fiquei admirada de Seu Sebastião hoje não ler alto o que escrevi ontem e sei que as colegas iam rir tanto como no dia que ele perguntou o sexo da boneca e eu gritei: “Bonecra fêmea, bonecro macho”. Palavra que eu custei a saber por que elas riam tanto. Ontem escrevi na minha redação: “Hoje foi um dia *em águas* para mim”. Hoje ele devolveu a carta com um grande letreiro em tinta vermelha: “aziago”. Se ele tivesse com vontade de brincar não deixaria escapar. Talvez tenha tido pena ou já tenha percebido que eu não tenho dicionário e que só escrevo o que ouço dos outros ou coisas da minha cabeça. Eu sei bem que todos estes erros eu faço por falta de atenção. Não sou capaz de pensar muito nas coisas e prestar atenção em nada (MORLEY, 2016, p.95).

Ainda quanto ao ensino de Língua Portuguesa:

Se o Brasil é uma nação em formação, nada mais natural que tentar uma unificação linguística para a construção/ manutenção de uma identidade que também se constituía. [...] demonstra uma preocupação básica com a questão da norma, revelando, tanto a ação de forças externas à escola, já que era uma aspiração social o estabelecimento de uma nação unificada, quanto a colaboração de forças internas à escola, que determinavam os conteúdos de estudos também em função de uma normatização da língua, já que esse poderia ser um dos caminhos para a construção da identidade nacional. (GOMES, 2006, p.198)

Reconhecendo que a redação diária era a única obrigação da escola, Helena aceitou a ajuda da colega Cecília em lhe emprestar um livro que continha modelos de cartas. A diarista copiou uma delas e anteviu, em sua imaginação fértil, o elogio do professor de Português que faria a leitura em voz alta do texto redigido pela aluna, pois era dessa forma que ele procedia quando se deparava com uma redação bem escrita.

Entretanto, o professor lhe perguntou em voz alta, tendo as outras alunas como expectadoras, onde Morley havia descoberto o manual, despertando com esta indagação a gargalhada de todas as demais meninas.

Entreguei a carta ontem. Hoje, quando cheguei à aula, ele estava com a ruma de redações em cima da mesa e foi chamando cada aluno pelo nome, para entregar a sua, como é costume. Quando chegou a minha vez: “Helena Morley!”, olhou para o meu lado e parou um instante. Fiquei com o coração aos pulos, esperando o elogio. Ele gritou alto: “Onde é que você descobriu o manual?”. Os alunos caíram na gargalhada. Que maldade de Seu Sebastião! (MORLEY, 2016, p.147).

Já em 1895, quando Helena cursava o segundo ano da Escola Normal, o terceiro em que estudava nesta instituição, pois havia sido reprovada no primeiro ano, a jovem, que exercitava a prática de escrita desde antes de se tornar normalista, refletiu a respeito do motivo de as colegas “caladinhas” escreverem melhor do que ela.

A colega de classe, Iaiá Leite, respondeu-lhe que seria pelo fato de que, por falar muito, a colega diarista não teria tempo de pensar. Subentende-se, entretanto, que Helena não entendeu o recado, pois afirma escrever sozinha, em seu quarto, as redações. Provavelmente o que Iaiá pretendeu dizer é que a escrita seria fruto da reflexão e da observação dos fatos e que, ao falar muito, não havia o espaço devido para que as reflexões se transformassem em argumentos, para que a *poiese* se fizesse.

Na falta de assunto que pensava não faltar às colegas que se destacavam na escrita, Helena relatou o ocorrido na escola quando cometeu a traquinagem de tampar com uma laranja uma vidraça quebrada da janela da sala de aula, causando um incidente com o diretor, Seu Leivas, que fez um sermão a respeito do ocorrido, dizendo desaforos às meninas, embora não acusasse particularmente ninguém do feito.

Entretanto, pensando que o diretor não ouviria sua fala, depois que este saiu da sala, a menina disse, por sua vez, ofensas graves a respeito dele, que retornou ao espaço e retrucou o que Helena disse, dando-lhe uma lição de moral.

Nesta batalha de egos e desafiando a autoridade representada pelo diretor, Helena relatou em voz alta a situação humilhante pela qual o professor passou em um evento ocorrido na Companhia Boa Vista, desejando que ele ouvisse tudo o que delatou às colegas.

A normalista então relatou o dia em que Leivas, o professor de francês, foi convidado para um evento, pois seria o responsável para brindar e fazer um discurso neste idioma. Entretanto, o homenageado não conseguiu entender nada do que foi proferido. Helena, em uma manifestação de arrogância ao acreditar ser detentora de mais conhecimento da língua francesa que o próprio professor, revelou ter traduzido o discurso ao Sr. Cuginin, o homenageado, e ter contado de maldade que Leivas era seu professor de língua francesa e também diretor da instituição de ensino. O homenageado, também irônico, agradeceu a ajuda da menina e ficou feliz por ter sido socorrida por uma discípula de Leivas.

Quanto ao cargo de diretor desta escola, encontra-se a importante informação fornecida por Gomes:

[...] percebe-se, ainda que para o cargo de Diretor, há um acúmulo de funções, pois como se pôde observar também, alguns deles acumulavam a função de Diretor da Escola Normal e Externato de Diamantina além de serem também professores, bem como acumulavam, ainda, a função de Inspetor do 15º Círculo Literário. Esses acúmulos de função podem imprimir também um caráter mais “artesanal” à profissão docente uma vez que ao acumular várias funções, pode-se correr o risco de ofertar serviços de menor qualidade (GOMES, 2006, p.64).

Neste espaço privilegiado de formação representado pela escola, um dos principais objetivos seria a disciplina não só de alunos como também dos professores, como mestres exemplares, responsáveis pela conduta dos educandos em um modelo a ser seguido por eles.

O professor Leivas foi mencionado no diário de Morley como alguém desmedido no consumo de bebida alcoólica, protagonizando uma situação vexatória em evento social de Diamantina, estragando o jantar ao cuspir involuntariamente sobre ele.

Além de expor às demais colegas o questionável conhecimento de Leivas quanto à disciplina ministrada por ele e deflagrar o autoritarismo do diretor, Helena considerou sua inabilidade para solucionar conflitos quando repreendeu de forma pusilânime Anita, ao afrontar Luisinha, devido ao fato de a menina ser filha de um dos professores da Escola Normal.

A jovem, entretanto, era bastante elogiosa quanto Teodomiro, o professor de Física. Informa que o mestre era um dos mais queridos e, embora não deixasse abertura às meninas para que estreitassem os laços e tivessem uma relação com mais proximidade dialógica com ele, nunca havia reprovado uma aluna sequer.

Diferente dos outros professores, que evitavam o salão de recreio e dirigiam-se diretamente para as salas de aula, Professor Teodomiro fazia questão de passar neste espaço sempre, segundo a diarista, perfumado e com um sorriso para as alunas.

A normalista informou que fez um discurso às outras normalistas em cima de um banco, tecendo loas a este professor, o que pareceu ser uma prática recorrente da diarista, pois Helena relatou, ainda, que as colegas apreciavam seus discursos.

Exames orais e discursos poderiam ser frequentes à realidade de Morley, pois:

A sociedade brasileira do século XIX é caracteristicamente uma sociedade da palavra, do texto oral, cujos estudos baseavam-se em estudos de Retórica e de composição textual que remonta às origens gregas. A praça pública é frequentemente “povoada” de discursos, assemelhando-se, grosso modo, as “ágoras” gregas. Por outro lado, e contraditoriamente, a existência de um grande percentual da população brasileira analfabeta realça o valor da oralidade. Explicando melhor: dado o grande número de analfabetos a escrita é vista como fator de distinção e de pertencimento a uma outra “classe social”. Isso acaba por distanciar um pequeno grupo que tem acesso ao processo de escolarização, ao mesmo tempo em que distingue e causa naqueles que não têm tal acesso a admiração e respeito necessários (por vezes) ao exercício do poder e manutenção do “status quo” dos vários grupos sociais. Outra habilidade que vale ser destacada relaciona-se ao valor que se dá à memorização. A escola utiliza-se largamente de recursos mnemônicos, seja através da “recitação de trechos”, seja na realização de atividades escritas como a composição. [...] Ora, se o domínio da língua é sinônimo de poder, imagine-se o distanciamento provocado pelo processo de escolarização alcançado por alguns grupos sociais em relação à sociedade brasileira, cuja maioria era composta de analfabetos, escravos e/ou ex-escravos. Destaque-se, finalmente, o poder da oralidade e de práticas discursivas frequentes na sociedade, no período em estudo. Finalmente, uma outra habilidade que a escola se propõe a formar diz respeito à escrita, tanto no que se refere ao aspecto formal, quanto ao seu aspecto semântico (GOMES, 2006, p.153-4).

Apesar dos elogios e da admiração pelos professores, especialmente por Teodomiro, a diarista não deixou de registrar as idiossincrasias que encontrou no professor:

Dr. Teodomiro é um dos professores de que nós todas gostamos na Escola. Eu desejava conversar um dia com ele, mas não sei como hei de conseguir isto. Na Escola ele é tão retraído que não dá liberdade nenhuma às alunas, apesar de ser o único que nunca reprovou nenhuma. [...] Dizem que ele é esquisito em tudo, que vive sempre com a casa fechada, e para entrar lá é preciso bater com o dedo ou com a bengala na rótula e dizer o nome (MORLEY, 2016, p.295-6).

Por meio dos relatos, entre uma informação selecionada e outra, ao leitor é permitido compreender um pouco a respeito da estrutura e do funcionamento da Escola Normal. Embora haja poucos detalhes e informações mais precisas, entende-

se que o prédio provavelmente possuía dois pavimentos e que o debaixo seria reservado aos rapazes. Além das salas de aula, havia o salão para o recreio e a secretaria escolar. O diretor era Seu Leivas, também professor de Francês, alguns dos professores de Helena também foram citados, bem como as disciplinas ministradas por eles.

A respeito do prédio escolar e a escolarização dos corpos e sujeitos daqueles que o frequentavam, Louro esclareceu que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 1997, p.58).

Considerando a subjetividade que permeia qualquer impressão, a relação que a menina normalista Helena Morley estabelece com o ambiente escolar, com o prédio, aulas, professores, colegas e as experiências vivenciadas certamente difeririam de outro estudante, caso houvesse essa possibilidade, imprimindo a suas entradas em primeira pessoa, pessoalidade e personalidade, bem como a singularidade nas descrições e nas reflexões realizadas. Nesse propósito:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados – portanto, não são concebidos – do mesmo modo por todas as pessoas (LOURO, 1997, p.59).

Helena se queixava da única figura feminina referenciada dentro deste espaço educacional, a inspetora escolar, Siá Balduína que, demonstrando ausência de autoridade diante dos discentes, costumava solicitar a presença do diretor para que os repreendesse por qualquer falha.

A normalista questionava a razão da presença desta profissional na escola e a descreveu de forma cruel revelando que, se sempre lhe nutriu antipatia, agora lhe tem ódio, pois a rusga entre a menina e a inspetora se deu pelo comentário infeliz e depreciativo da primeira a respeito de uma casa que pertencia a um parente de Siá Balduína.

Helena, entretanto, contrariando seu temperamento franco e reativo, não lhe respondeu, assim encerrando a discussão. Prudentemente, aproveitando o sino soar indicando o início da aula, encerrou a briga dizendo que a inspetora estaria coberta de razão e atribui a esta saída encontrada à alma da avó que lhe protegia nestas ocasiões.

Para que inspetora na Escola é que não compreendo. Quando há uma brigazinha qualquer ou mesmo uma casca de laranja no chão, já se vai chamar o diretor para responder. Siá Balduína é só para ficar arrastando a antipatia e a importância dela de salão em salão, com aquela barriga tendo um filho todo mês e aquela cara amarela sem um dente na frente, metendo-se onde não é chamada.

Oh mulherzinha crua! Sempre tive antipatia dela mas hoje estou com ódio. [...] Mas a alma de vovó me protege nessas ocasiões. Nessa hora bateu o sino para a entrada da aula e eu disse às outras: “Com esta podemos nos retirar”. E virei para Siá Balduína: “A senhora tem toda razão. É inveja mesmo”. E entramos para a aula (MORLEY, 2016, p.296-7).

Em mais um exercício de reflexão e de questionamento a respeito do que lhe circundava, Helena Morley refletia a respeito das práticas escolares da Escola Normal, distantes da realidade que enfrentaria quando pudesse exercer o magistério depois de formada.

Tendo como incumbência a tradução de uma fábula de La Fontaine, “O sapo e a rã”, a menina indagou a si mesma qual a aplicação deste exercício em sua prática profissional quando se tornasse professora de primeiras letras.

Esta reflexão a levou à experiência vivida na escola de Mestra Joaquininha, uma das melhores, segundo a menina, onde permaneceu como aluna por quatro anos. O conteúdo aprendido nesta fase, para Morley, divergia completamente do trabalhado na Escola Normal. A respeito das escolas de primeiras letras, as elementares, Marcílio esclarece que:

No Brasil, esse sistema de instrução primária teve um percurso próprio. Com a vinda da Corte Portuguesa em 1808, houve várias medidas de caráter cultural que passaram a ser implantadas. No entanto, a instrução pública do ensino primário não mereceu a atenção de d. João VI, seguindo a tradição da política da Coroa em todo o período colonial. O que fez o monarca foi incumbir o conde da Barca, ministro Antonio de Araújo, de buscar um meio de “dar aos institutos, às academias, a unidade necessária às escolas.” O conde da Barca tinha especial simpatia pelo sistema lancasteriano de educação e preocupava-se com a difusão da instrução pública no Brasil. Um professor foi enviado por ele à Inglaterra para aprender o método monitorial em caráter experimental, a negros africanos escravos, de ambos os sexos, no Rio de Janeiro. Além disso, manteve constantes contatos com as sociedades francesas de ensino mútuo (MARCÍLIO, 2014, p.39).

Propagando-se o método, em 1825, segundo Marcílio (2014), a decisão nº 182 “manda promover nas Províncias a instrução e estabelecimento de escolas pelo

método” para que assim, como justificativa principal para a alfabetização, depois do objetivo de moldar os costumes e civilizar a população, seria a capacidade de leitura da Bíblia, proposta em consonância com países protestantes em que a educação foi promovida também com este propósito:

Tinha-se a esperança de que por meio desse método seria realizada a utopia de universalizar o ensino da leitura a todos, como afirmava o próprio presidente da Província (de São Paulo), ao escrever para o imperador: “Anela desterrar da ignorância supina das classes inferiores deste império não escapando de sua alta compreensão que o conhecimento das letras é o mais próprio a extinguir arrevestados costumes e a formar a civilização [...] sabendo ler e escrever, a fim de que ao menos cada pai de família pudesse ler a Sagrada Bíblia aos seus filhos. Entre nós a Constituição garante a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (MARCÍLIO, 2014, p.40).

Ainda que Helena se julgasse pouco esforçada se comparada a outras colegas, concluiu que mesmo com sua displicência educacional, o diploma obtido seria o mesmo que o das colegas normalistas mais aplicadas. Sendo assim, a diarista tiraria o melhor partido, pois não viveria “se matando tanto como as outras”:

Acabei de traduzir a fábula de La Fontaine da rã que queria ficar do tamanho do boi e não tive tempo para as outras lições. Fiquei pensando por que exigem estas coisas de nós na Escola, se todas ali só estudamos com tenção de ser professora. Que precisão eu teria de fábula de La Fontaine se for professora no Bom Sucesso, Curralinho ou mesmo em Diamantina? [...] Consola-me a ideia de que, depois de nós diplomadas, vai dar tudo no mesmo e afianço que eu é que vou tirar melhor partido, porque não vivo me matando tanto como elas.
Mercedes esteve me contando que nunca teve tempo de arrumar o quarto, nem ao menos de fazer a cama. Quando eu lhe contei o que faço em casa ela me respondeu: “É por isso que você não estuda” (MORLEY, 2016, p.221).

Uma das disciplinas que compunham o quadro da Escola Normal era a de História Natural. Helena informou que as aulas extrapolavam a teoria restrita à sala de aula, sendo uma parte delas dedicadas à prática e, nessas ocasiões, as normalistas eram convidadas para se dirigirem ao quintal da casa do professor para que tivessem lições de Botânica.

Entretanto, Helena preferia decorar os pontos da matéria e, posteriormente, fazer os exames, pois não gostava das aulas práticas por serem trabalhosas e, enquanto as outras colegas prestavam atenção no mestre, que enumerava as partes que compunham a flor, a jovem observava a vista da casa do professor para o Rio Grande admirando, assim, o rio, as serras e as lavadeiras.

Sendo tentada a aproveitar o dia, Helena planejou convidar as amigas para passearem no Rio Grande e assim o fez. As meninas providenciaram os ingredientes necessários para a jacuba: um prato regional feito com rapadura, farinha de milho e queijo amassados e misturados. As meninas merendaram esta espécie de “mexido” e, depois de comerem, as normalistas aproveitaram o dia da forma que julgavam ser a melhor, de acordo com os padrões da época e muito diferente dos atuais, vale ressaltar.

Enfim, Helena confessou sentir inveja das lavadeiras que passavam a vida livres, tendo o rio como cenário, enquanto os outros, incluindo-se neste lugar de fala, viviam confinados entre quatro paredes, alternando o dia entre a casa dos pais e a Escola Normal.

Neste raciocínio, concluiu que preferiria ser uma lavadeira de rio: “Que inveja das lavadeiras que passam ali naquela beleza o ano todo, enquanto nós vivemos numa casa apertada a metade do dia e a outra metade na escola. Eu preferia ser uma lavadeira do Rio Grande” (MORLEY, 2016, p.242).

Não obstante seus métodos de cola e de confiança na sorte, a normalista Morley foi reprovada no primeiro ano da Escola Normal e atribuiu a este fracasso escolar a sua falta de sorte sem, contudo, reconhecer a verdadeira causa, a carência de estudos.

Justificou o uso da cola tomando como referência as colegas, que também utilizavam esta estratégia, tomando a forma de sanfona. Helena confessou ter feito várias delas, todas com o maior cuidado, fabricando sanfoninhas de papel para anotar o conteúdo do ano letivo, inclusive a respeito do ponto sorteado, “Rios do Brasil”.

Mas não bastou consultar a cola, pois a normalista foi ainda mais audaciosa em cantar em voz alta o conteúdo para as outras colegas também poderem colar. Surpreendida pelo professor Artur Queiroga, ao lançar a ele um dito espirituoso, atraiu todos os demais examinadores para ela e assim, sem vigilância, as outras meninas podem colar sossegadas.

Não passei do primeiro ano e só por falta de sorte e mais nada.
No exame de Geografia quase ninguém deixa de colar. Todas nós preferimos fazer sanfona; é tão mais fácil. Fiz todas com o maior cuidado e fui para o exame com o bolso cheio delas.
[...] Meti a sanfona na carteira e pus as mãos na mesa. Ele disse: “Vamos, continue!”. Eu estava nessa hora descrevendo o Rio Amazonas. Nem sei por que me veio a ideia de falar o que falei, foi o que atrapalhou tudo. Ele

repetia: “Vamos! Escreva!”. Eu respondi: “Não posso, Seu Artur. Estou afogada no Rio Amazonas” (MORLEY, 2016, p.109).

Quanto ao sistema de avaliação escolar, encontra-se em Marcílio que, no Brasil:

A República inaugurou [...] os exames públicos dos alunos em final de ano: com eles, surgia um novo ritual escolar. Inaugurava-se a pedagogia dos prêmios e das reprovações.

Durante o Império, a avaliação nas escolas de primeiras letras era feita de maneira assistemática e precária. Não havia exames regulares. Apenas quando o aluno se sentia apto e concluía a aprendizagem poderia passar por exames. A reforma republicana instituía legalmente os exames regulares. Haveria bancas examinadoras compostas pelo inspetor do distrito como presidente e mais dois examinadores por ele nomeados, além do respectivo professor do examinando. As provas escritas constavam de ditado, composição e exercícios de aritmética; a prática, de desenho e caligrafia, e a prova oral, das demais matérias. As notas classificatórias foram: *distinção, aprovação plena e reprovação* (MARCÍLIO, 2014, p.183-4).

Embora a diarista já tendo vivenciado uma experiência de reprovação escolar e retorne da Escola Normal, dois anos após este fracasso, convicta de que precisaria estudar em casa dando toda a razão para a mãe que a julgava vadia, Helena, ao abrir os livros, pensava em se utilizar da mesma estratégia para ser aprovada no ano anterior: a cola.

Entre o prazer e a realidade, Helena escolheu se divertir na companhia dos primos, indo aproveitar a vida, escondida da mãe, no Jogo da Bola. Mas quando confrontada por Carolina, deixou a entender que as idas à chácara não eram o verdadeiro problema para não conseguir estudar, conforme justificou muitas vezes ao longo do diário. Finalmente reconheceu que o problema estaria nela, pois agora, com a avó falecida, seria por livre vontade que se encontraria com os primos.

Mas, ainda assim, Helena insistia em culpar a mãe pela sua falta de hábito de estudos, pois foi criada com liberdade e pensava que agora Carolina não poderia mais prendê-la em casa, pois não se habituaria a um regime mais rigoroso de disciplina.

Além disso, concluiu que o conteúdo aprendido na Escola Normal seria dispensável ao seu futuro perfil de aluno, o de “menino burro”, e o que já detinha de conhecimento seria o suficiente para que ela, professora em formação, o ensinasse a ler.

Volto da Escola ajuizada e com tenção firme de ficar em casa estudando. Mamãe tem toda a razão. Estou mesmo muito vadia.

[...] Respondi: “Eu é que não compreendo que a senhora me tivesse criado com liberdade desde pequena e agora queira me prender em casa. É inútil, mamãe, tenho que ir e aguentar este falatório todos os dias.” (MORLEY, 2016, p.301).

Música era disciplina obrigatória na formação da Escola Normal e, ao ter aulas particulares com Seu Modesto Rabequista, Helena conseguiu obter distinção no exame.

Apesar de envaidecida, achando até que “daria uma cantora”, assinalou a surpresa de todos com seu resultado e desejou estudar um pouco mais a fim de mostrar a potência de sua inteligência às colegas. Demonstrando sabedoria precoce, logo pensou que seria melhor que continuasse sendo a mesma, pois “ninguém gosta de ver que os outros têm mais inteligência” e talvez fosse querida por todas por justamente se mostrar diferente do que realmente era.

A alegria da menina com a distinção durou pouco, pois ao desvalorizar as disciplinas de Música e Ginástica, almejava conseguir bom desempenho em Português e Aritmética, as disciplinas de base educacional que eram consideradas as mais importantes.

Sendo realista, Morley entendeu que em Português até o presente momento ainda não havia conseguido fazer nem uma cópia sem erro dos *Ornamentos da memória*, bem como não cometer equívocos nas redações e nas análises (sintáticas e morfológicas). A respeito do conteúdo escolar, encontra-se em Gomes que:

De acordo com os programas de ensino (cf. VECIA; LORENZI), observa-se que a proposição de escrita estabelecida na e pela escola, partia da apresentação de modelos, os quais os alunos em seus momentos iniciais de uso da escrita deveriam “copiar” ou “recitar” de memória. Para tanto, fazia-se uso dos manuais de estilo (cuja referência encontra-se nas provas observadas) onde se encontravam esses modelos. Os alunos, de acordo com essas informações, deveriam, pois, “re-produzir” (com poucas interferências ou nenhuma) o conteúdo dos modelos contidos naqueles manuais. Somente depois de estabelecida essa habilidade, ou de formada essa competência, é que se passava à etapa seguinte [...] a de produzirem por si mesmos os conteúdos de seus textos (GOMES, 2006, p. 188).

Contentando-se com o *plenamente* em Geografia e o *simplesmente* nos outros exames e comemorando o fato de ter passado de ano, Helena se deu por satisfeita. Além disso, a distinção que obteve em Música seria suficiente para alegrar as tias inglesas, que eram as únicas que se interessavam pela vida escolar da sobrinha. Helena pareceu dar o assunto das provas por encerrado, bem como o ano letivo de 1894, já antevendo as férias a serem desfrutadas na Boa Vista.

No ano seguinte, em 1895, na mesma época dos exames finais do ano letivo, a normalista começou a sofrer e a se lamentar por não ter estudado o suficiente

durante o ano e então invejou as colegas estudiosas que não precisavam fazer promessa como ela.

Nesta ansiedade mesclada à culpa, recorreu a até mesmo Santo Antônio, a quem tinha reservas por causa do logro da lavra pregado à Carolina, o que fez com que o minerador Alexandre perder a única chance que teve de enriquecer durante a vida. Como se sentia “fraquíssima” no conteúdo, apegava-se a santo, não sem antes ensinar uma simpatia para quem pretendia “arranjar casamento”.

Em meio a tantos exames, a normalista se lamentava de só estudar as matérias que gostava, bem como o hábito de não estudar todos os pontos confiando na sorte embora seja, como já entendeu, pelas experiências anteriores, um sistema falho.

Tardamente se arrependeu de fazer parte da turma das vadias e se lembrou de que em todo final de ano fez “tenção” de se corrigir, mas continuou na mesma e, na verdade, não pensava seriamente fazer valer o mesmo sacrifício que as colegas estudiosas.

Fiava-se no ditado de que “mais vale a quem Deus ajuda do que a quem cedo madruga” e pensava que assim havia se transcorrido com ela, exceto no primeiro ano quando ficou reprovada.

Na dúvida, atribuiu incumbência à mãe para que rezasse em uma “comunhão reparadora por nossa tenção, para nos sairmos bem nos exames” e enquanto alimentava a esperança de que obtivesse sucesso, duvidava do destino que o irmão Renato teria como resultado escolar.

Por que eu e minhas amigas havemos de ser tão vadias? Todo fim de ano eu me arrependo de ter ficado na roda delas e faço tenção de me corrigir. No ano seguinte continuo na mesma. Também penso que não vale a pena tanto sacrifício como vejo as outras fazerem. Mercedes esteve me contando o que ela faz e eu vi que me é impossível acompanhá-la. Depois há o ditado que diz: “Mais vale quem Deus ajuda, do que quem cedo madruga”. [...] Mamãe está fazendo uma comunhão reparadora por nossa tenção, para nos sairmos bem nos exames. As rezas dela quase nunca falham. Eu espero passar no segundo ano. Renato é que eu duvido (MORLEY, 2016, p.303).

Ao mesmo tempo em que se mostrava profundamente racional, a protagonista Morley se agarrava às questões religiosas, fiando-se em novenas e em promessas. Esta amálgama entre razão e fé religiosa pode ser elucidada por Gomes ao informar que:

Pode-se dizer que mesmo durante o século XX a condução dos processos educacionais formais se pautou por princípios bastante ligados à religiosidade, quer pela maneira como se aplicavam ou não os castigos,

quer pelas formas escolares de premiação, pela imposição de regras comportamentais, pela valorização da obediência, enfim, um conjunto de atitudes que se conformava a partir do quadro social da época com base religiosa (GOMES, 2006, p.90).

No primeiro exame, o de História, Helena se valeu do que aprendeu com as colegas: não estudar a matéria, colar na prova escrita e aproveitar os quinze minutos que antecediam a prova oral para rever o ponto sorteado.

A jovem normalista, mais audaciosa do que as demais colegas, no lugar da sanfona preparada para a cola, não se deu ao trabalho de confeccioná-la e decidiu se sentar no banco de trás abrindo o livro para copiar de forma sossegada o ponto sorteado. Sendo surpreendida pelo professor Teodomiro, guardou o livro e o escondeu na gaveta, mas percebeu a tolerância do professor, que estava rindo da situação, pegou um jornal e o lia, tampando o rosto para não ver a menina a colar.

Tal fato mereceu o elogio de Helena que julgou o mestre, não obstante sua cor “escura”, um homem “tão bom”. A menina reprovou, dessa forma, o pensamento do pai, para quem “gente escura não presta” e ainda informou que os dois melhores professores eram Teodomiro e Artur Queiroga enquanto os “brancos são crus de ruindade”. (MORLEY, 2016, p.306)

No exame oral, Helena diz ter respondido algumas datas e embrulhado umas coisas e se vê livre desta avaliação, evidenciando um ensino focado em decorar o conteúdo ministrado, despido de visão crítica e da necessidade de análise por parte do educando.

Atribuindo a seus fracassos escolares a falta de sorte, o exame desta vez era em Física. A normalista informou que teve os pontos do exame simplificados por Antonico Eulálio e, assim, foi possível decorá-los e fingir que sabia a matéria.

Esta observação de Helena constitui-se em uma crítica ao ensino e às suas formas de avaliação, pois novamente não se verificava o entendimento, mas a decoração dos pontos e o fingimento de que houve efetivamente o aprendizado, ou seja, o falso lustro intelectual. E, desde que se alcançasse a nota mínima para a aprovação, não haveria problemas nem para ela, a aluna, nem para o falho sistema de educação.

A respeito dos exames empreendidos na Escola Normal oficial de Diamantina, segundo Gomes:

Tanto os exames orais e escritos eram feitos por pontos sorteados, individualmente, no caso dos exames orais, e nas provas escritas, o ponto

era tirado pelo aluno que estivesse no primeiro lugar da primeira fila. As provas eram feitas em uma das salas da Escola Normal e não deveriam ultrapassar o tempo de duas horas para cada conteúdo/ matéria avaliada; o Diretor da Escola Normal nomeava para cada série (1º, 2º e 3º anos) dois professores que comporiam a banca/ comissão de avaliação. Além de fiscalizarem os alunos durante a realização dos exames escritos, esses professores deveriam rubricar as folhas de provas, questionar os alunos nos exames orais, e, finalmente, redigir e assinar as atas de avaliação, expressando um parecer. Esse parecer era apresentado não em forma de pontos, mas a partir da atribuição de conceitos, que apresentavam certa hierarquia, resumindo-se em: “aprovados, aprovados plenamente e aprovados com distinção”. Essas constituíam as observações finais e eram registradas nas atas das comissões avaliadoras. (GOMES, 2006, p.143-4).

Helena, mais uma vez confiando no acaso, apostou para si mesma que não seria sorteado o único ponto que não havia aprendido por julgá-lo o mais difícil de todos, “Bombas Hidráulicas”. Como estudava na véspera, não haveria tempo hábil para aprendê-lo, apesar de ser alertada pelo professor Artur Napoleão, que lhe chamou amigavelmente de “Siá Vadia”, momentos antes da prova, sobre esta possibilidade se concretizar.

Apesar de ter tido excelente desempenho na prova escrita, tirando “três ótimos”, as colegas pensavam que suas boas notas deviam-se à simpatia do professor, que tratava a menina de forma diferente, pois conversava e brincava com ela, ou à estratégia ilícita da cola, pois Física não seria como História, que se “passa sem estudar” e acrescentam: “Mas como para Helena aqui na Escola tudo é diferente, ela é a querida deles todos, pode ser”.

A normalista, que ao longo do ano letivo deixava a desejar em sua displicência discente sentando-se nos bancos do fundo da sala, embora não conseguisse responder o ponto, pensava que o mal não era o dos maiores, pois poderia fazer a segunda época e tirar sua “distinçãozinha”.

Na Escola eu sou considerada a menina dos olhos de Seu Artur Napoleão. Ele me trata de modo diferente. Sou a única com quem ele conversa e brinca. Só isto de dar três *ótimos* à minha prova já foi um escândalo. Eu nunca me sentei nos bancos da frente. Só respondo a chamada e passo as aulas dele fazendo crochê (MORLEY, 2016, p.307).

Em outra avaliação, a de Geometria, Helena obteve sucesso porque o professor, Catãozinho, era seu amigo. A amiga Clélia lhe passou o rascunho para que Helena colasse na prova escrita e no exame oral a matéria lhe foi explicada pela mesma amiga nos quinze minutos de preparação.

Helena conseguiu, assim, aprender os teoremas e preferiu, entre responder perguntas e expor o ponto, a segunda opção, conseguindo explicá-los sem necessidade de perguntas da banca.

Após a prova, ao reencontrar o professor na casa de Dona Gabriela, ouviu dele: “Olhe, eu não lhe dei distinção porque você é muito vadia durante o ano. Mas não pude deixar de lhe dar *plenamente*. Está satisfeita?”. Que é que eu havia de responder?” (MORLEY, 2016, p.311).

Em plena fase de exames finais, Helena não se abstinha de brincar e de dançar com os primos apesar da admoestação da mãe, Carolina.

- Minha filha, quem sabe você acha que o mundo vai acabar? É o que eu penso quando vejo você nessa ânsia de se divertir. [...] Mamãe não deixa de ter razão. Amanhã estou chamada para oral de Geometria, mas estou garantida com a nota da escrita. E depois, de que me serve o estudo de um dia, e ainda por cima domingo? (MORLEY, 2016, p. 308-9).

Helena não deixou registros pormenorizados a respeito dos exames de Corografia, mas à sua véspera, justificou a falta de preparo para ele devido a mais uma festividade familiar: “Ontem foi aniversário de Dindinha. Não pude recordar os pontos de Corografia porque vim para casa muito tarde.” (MORLEY, 2016, p.311).

Em uma curiosidade a respeito desta disciplina, Schwarcz informa que “*Corografia do Brasil* era o livro usado em ginásios e escolas normais, dividindo o país a partir de suas bacias fluviais e cursos de rio.” (SCHWARCZ, 2017, p.99).

Mesmo sendo displicente com as provas escolares, Helena concluiu os exames finais, encerrando o ano letivo com relativo sucesso, não obstante sua reconhecida vadiagem. A jovem normalista deixou o exame de Física para segunda época e assim vê-se não somente livre do segundo ano como apta para aproveitar as férias.

Terminei os exames do segundo ano. Deixei Física para a segunda época, mas estou garantida. Nos outros não houve incidentes. Estou livre do segundo ano; agora é aproveitar as férias. Meu pai escreveu que está dando os últimos retoques no nosso rancho, e como não tenho nada que fazer enquanto espero nossa ida para Boa Vista, vou aproveitando o tempo para ir me distraindo e não perder o hábito de escrever (MORLEY, 2016, p.314).

Estudante da Escola Normal, Helena se formaria ao final do curso e atuaria como professora caso não arranjasse um marido, esclarece-se. Ser professora e poder viver de seu ordenado era uma das raras oportunidades profissionais, sem

grandes estigmas sociais, a que algumas mulheres tinham livre acesso. A respeito desta inserção feminina na escola:

O público feminino foi definitivamente incluído na escola e em todos os níveis. Até o Império, os ensinos secundário e superior estavam barrados à mulher. Desde a última década do Império a mulher das cidades paulistas já estava saindo detrás das rótulas do lar e ia ganhando espaço – restrito é verdade – no mercado de trabalho. Para a mulher da classe média e mesmo pobre, no Império, a grande brecha foi o magistério primário. No início da República, pouco a pouco a presença feminina foi ganhando terreno nas escolas complementares, nas escolas-modelo, no ginásio, na Escola Normal e, timidamente, até nos institutos de ensino superior (MARCÍLIO, 2014, p.324).

Pode-se dizer que as Escolas Normais funcionavam como uma escola de “preparação para o trabalho”, isto é, os alunos, ao terminarem o curso, poderiam iniciar a sua vida profissional e, não necessariamente, fariam o curso superior ou estariam se preparando para tal. Daí se observarem, conforme explicitaremos a seguir, diferenças nas matrizes curriculares. No currículo da Escola Normal de Diamantina constam da matriz curricular as seguintes disciplinas: Pedagogia, História Sagrada, Instrução Moral e Religiosa, Educação Política, Desenho, Geometria Prática, Geografia e Cosmografia; História do Brasil, Francês, Música, Língua Portuguesa, Latim, Aula Prática do sexo masculino, Aula Prática do sexo feminino. Como se vê uma matriz curricular que apresenta certa ligação com o ensino, uma vez que traz as disciplinas tais como: aulas de Pedagogia; História Sagrada, em oposição à História Geral (da escola secundária); um maior número de aulas de Desenho (o que no currículo do Pedro II só se verifica no sétimo ano); Aulas Práticas (sexo masculino e feminino). Além disso, havia, ainda, as aulas de Caligrafia (as quais não constam do currículo, porém, foram encontradas provas dessa “disciplina” – ou talvez fossem práticas que se configurassem no interior das aulas de Pedagogia ou da própria Língua Portuguesa). Há diferenças entre a formação de homens e mulheres: as disciplinas de Economia Doméstica e Trabalhos de Agulha, - Aulas práticas do sexo feminino e as Aulas Práticas do sexo Masculino, enfim, são algumas divergências que nos permitimos apontar (GOMES, 2006, p.157).

Helena, filha de uma família que passava por dificuldades financeiras, em uma época de incertezas quanto ao futuro da mineração, atividade central de Diamantina que, embora decadente, ainda era o expoente da cidade, idealizava como seria quando se formasse professora, estabelecendo o papel cabível a cada um dos membros dos Morley, em uma clara divisão sexual do trabalho.

A ela competiria dar escola, mas seus planos foram desfeitos ao saber que Júlia, professora do Bom Sucesso, se casaria em breve e seria substituída por outra professora.

Helena respondeu à professora de primeiras letras que levaria tempo para tirar o título de normalista porque se já havia ficado reprovada no primeiro ano, argumentou, apesar dos planos feitos de forma minuciosa nesta mesma entrada do diário, não havia como planejar o futuro, podendo inclusive encontrar um rapaz, casar-se com ele e, assim, “não ter precisão de dar escola”.

Eu já estava com minha vida na cabeça: meu pai continuava minerando; a casa ele vendia e punha um negócio aqui para Nhonhô; Renato, assim que tirava o título, podia ir para longe dar escola, porque é homem; mamãe e Luisinha ficavam com o serviço da casa e criando galinhas, e eu na escola. [...] Também a gente não sabe do futuro. Quem sabe se eu também, quando ficar moça, não vou encontrar, como você, um rapaz de quem eu goste e não vou ter precisão de dar escola?" Júlia disse: "Isto é que vai ser o mais certo." (MORLEY, 2016, p.116)".

Na entrada mais extensa do diário, ocupando, na edição da obra utilizada neste estudo, oito páginas, Helena relatou sua malfadada e breve experiência como substituta de tia Madge na sua Escola de Primeiras Letras.

A tia inglesa, sua principal influência e “a mulher mais extraordinária” que conheceu, formou-se na Escola Normal após os 40 anos.

Em uma sociedade patriarcal, o doutor inglês John Dayrell deu a incumbência a cada um dos filhos de cuidarem de uma de suas irmãs enquanto permanecessem solteiras, tutelando-as.

Madge, entretanto, escapou desta situação de impotência e de subserviência fraternal, fugindo da opressão do pai e da submissão ao irmão, pois se tornando professora, pôde com seu ordenado viver de forma independente e dar amparo a duas de suas irmãs solteiras.

Recebendo um salário modesto, conforme observava Teodora, Madge fazia a ingerência de seu ordenado possuindo uma criada, sinal de status econômico, viajava à capital, promovia jantares aos amigos e exercia a função de mentora da sobrinha dileta, Helena Morley.

Com as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, como o processo crescente de urbanização brasileira e a presença significativa de novos grupos sociais, representados por imigrantes, a modernização da sociedade e o processo de higienização da família, paulatinamente as mulheres adentravam na sala de aula e se estabeleciam majoritariamente como docentes.

O magistério tornou-se não só uma atividade permitida como indicada para as mulheres e dessa forma, deu-se início à feminização deste ofício separado por gênero, pois senhoras “honestas” e “prudentes” ensinariam meninas e assim:

[...] tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas (LOURO, 1997, p.96).

Com o passar do tempo – já nos últimos anos do Império – a situação se alterou e, pouco a pouco, as mulheres foram sendo admitidas na Escola

Normal e acabaram por transformá-la num espaço predominantemente feminino.

Durante o Império, o ensino secundário era propedêutico e destinava-se àqueles que pretendiam prosseguir os estudos em nível superior, sendo que este último não era permitido às mulheres. A Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que pretendiam lecionar efetivamente, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem (DEMARTINI; ANTUNES, In: CAMPOS; SILVA, 2002, p.71).

A profissionalização do magistério acompanhou seu movimento interno de feminização. Nesse processo, o magistério primário consolidou-se não apenas numericamente como profissão feminina, mas como única profissão respeitável e única forma institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30 (DEMARTINI; ANTUNES, In: CAMPOS; SILVA, 2002, p.77).

Em uma relação estreita do exercício do magistério por mulheres e a maternidade, a professora se colocava como cuidadora, como “mãe espiritual”, amorosa e sensível. Conforme assinalou Louro, o magistério seria a: “[...] verdadeira carreira das mulheres. Qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas” (LOURO, 1997, p.96).

Nesta extensão da maternidade, a profissão de magistério feminino era exercida por aquelas mulheres que não se casaram, as “solteironas” consideradas, nesta sociedade patriarcal, como aquelas que falhavam por não terem contraído matrimônio e não terem gerado filhos.

Apesar deste estigma, essas mulheres representavam uma ínfima parcela da população brasileira que detinha nível de instrução mais elevado, que podia trabalhar fora do lar em uma atividade, embora mal remunerada, era considerada nobre e podendo, sobretudo, ter maior circulação pelo espaço público, autonomia e independência econômica em relação à figura masculina: “As mulheres que vão se dedicar ao magistério serão a princípio, principalmente as solteiras, as órfãs e as viúvas. Nos primeiros tempos, quem vai, efetivamente, exercer a profissão são as mulheres ‘sós.’” (LOURO, 1997, p.104).

Na esteira da tia, tendo como futuro tornar-se, também, professora de primeiras letras, Helena foi convidada a substituir Madge em sua escola, cobrindo suas férias sendo-lhe prometido o pagamento pelo trabalho a ser realizado.

Nesta experiência, obteria a chance de vivenciar na prática o ofício que exerceria em breve. O desejo da tia era o de que a sobrinha lhe herdasse a cadeira e, assim, pudesse dar continuidade ao seu trabalho.

Entretanto, Helena relatou, com alívio, que esta experiência tenha durado apenas dois dias e, além disso, ter conseguido se livrar com êxito desta substituição sem que a tia ficasse seriamente magoada com ela.

A menina, desde o início, quando foi comunicada sobre a proposta, não desejava passar por esta experiência e chegou a argumentar com Madge a respeito das faltas que levaria na escola, pois a levariam a perder o ano letivo. Diante deste empecilho, insistiu para que a tia chamasse Zinha em seu lugar.

Sem saída, Helena dirigiu-se, cedo e triste, em direção ao Rio Grande para substituir a tia. Lamentou-se da ausência nas aulas da Escola Normal, do distanciamento das colegas para ir ensinar a “meninos pretos e burros”, da atenção excessiva da tia Madge para com ela, da falta de sorte em ficar durante seis horas diárias na escola, levando para casa os cadernos para corrigir.

Entretanto, depois refletiu que esta experiência poderia decidir seu futuro como professora e, como ainda faltava um tempo considerável para a obtenção do título, a temporada como mestra substituta poderia ser válida, ainda que se autodenominasse “inquieta e impaciente”, duas características incompatíveis com a docência.

Parece até um sonho eu ter ficado livre da escola de tia Madge só em dois dias. Graças a Deus a promessa que fiz serviu. Tia Madge concordou em me substituir sem ficar zangada comigo, diz meu pai. Como a chuva não quer passar, vou aproveitar para escrever aqui a tragédia tim-tim por tim-tim, para não me esquecer do que sofri e não ter mais nunca a tentação de ser mestra de escola. Nunca mais na minha vida! (MORLEY, 2016, p.266)

Desprovida de orientações práticas de como se comportar no primeiro dia de regência de turma, Helena recorreu aos estudantes para que eles lhe informassem como se iniciava a aula e então a começam com o hino, cantando de forma desafinada e sendo interrompidos por ela, com uma batida de régua na mesa.

Ao recordar de sua experiência como substituta, redigindo detalhadamente a experiência traumática em um domingo com chuva intermitente, Helena nesta lembrança reflete que deu a deixa para que os alunos a desrespeitassem: “Os meninos já vão vendo a professora que têm.”.

Sem saber por onde continuar e não obtendo uma resposta unânime entre a turma, a menina lembrou de seus tempos de primeiras letras na escola da Mestra

Joaquininha e pediu os cadernos para que pudesse corrigir as escritas e, enquanto fazia esta atividade, os alunos escreviam.

Em seguida, pediu para que lhe trouxessem os livros e começasse a marcar as lições de acordo com o andamento de cada um, indicando a modalidade do ensino, com turmas formadas por estudantes em diversos níveis de aprendizado.

Os alunos começaram a brigar, enganam a professora quanto às lições já feitas, fazem várias traquinagens. Quando um deles lhe pede para “usar o mato”, na ausência de um sanitário, prega-lhe a peça de que há uma cobra lá, o que definitivamente destrói qualquer tentativa de disciplina com a turma de estudantes.

Entretanto, a jovem ainda persistiu em ministrar a aula enquanto formula, internamente, outros planos, atribuindo a Deus o fato de lhe ter despertado para o que lhe aguardará caso insista no ofício de mestra.

Pensando em estar prejudicando o serviço de Madge por tão mau serviço, decidiu liberar as crianças mais cedo, não sem antes perguntar a elas como se encerrava o dia letivo e então, antes de serem dispensadas, todas rezam.

Certa de que exercerá qualquer profissão exceto a de mestra de escola, Helena decide procurar a tia Madge para que tome uma providência, pois este será seu último dia na escola.

Pensei comigo: “Vou ser quitandeira, como Siá Generosa, vou lavar roupa, vou fazer qualquer outro serviço. Para isto já vi que não dou. Deus que me mandou aqui. Não aguento isto: estou até fazendo mal a tia Madge, estragando a escola dela”. (MORLEY, 2016, p.269)

Entretanto, a tia não permitiu que a sobrinha desistisse da empreitada, pois se diz desiludida por Helena se mostrar menos capaz do que “uma mulata como Zinha”, mostrando o quão racista era ao atrelar a cor da pele à capacidade intelectual e à competência profissional de Zinha.

Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (2017) defendeu a tese de que a formação do povo brasileiro foi marcada por extrema violência. Com relação aos africanos, arrancados de suas culturas e submetidos a uma servidão compulsória, houve, com a prática de se evitar a concentração de escravos de uma mesma etnia, a impossibilidade de se preservar, consideravelmente, o patrimônio cultural africano.

Ao contrário de Gilberto Freyre, cujo argumento era a de que a miscigenação teria corrigido a distância social entre a casa-grande e a senzala, Ribeiro não concordava que a miscigenação fosse sinônimo de democracia racial. Para que tal

fato ocorresse, seria necessário, primeiramente, que se concretizasse a democracia social.

O Brasil foi marcado pela estratificação de classes, em uma grande desigualdade entre as classes ricas e as pobres, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a desumanização das relações de trabalho.

Voltando ao episódio em questão, a tia, que pretendia deixar a escola para Helena, elogiou a sobrinha dizendo que ela teria que “dar gente”, mas Helena relutou ao insistir que não daria para mestra e que Deus lhe mostrou isso para que procurasse outro meio de vida e que se tornaria como Siá Generosa, uma quitandeira.

Irredutível, a tia apresentou seu exemplo, e o da irmã, a tia Quequeta de Helena, dizendo que a diarista precisava ser uma boa professora para ser independente, mostrando que Madge realmente se encontrava afinada com seu tempo, além de já vislumbrar o futuro, pois desejava que a sobrinha as acompanhasse nas escolhas da vida profissional.

Mesmo que a restrita liberdade feminina que exercia o ofício de professora representasse certa mobilidade social e autonomia econômica nesta sociedade de fim de século XIX, em mudança e com valores monárquicos e escravistas ainda atrelados ao cotidiano, havia o menosprezo pela atuação feminina remunerada, pois apenas as mulheres oriundas de uma classe socioeconômica desfavorável trabalhavam, e desconfiança quanto à profissionalização feminina no magistério.

O que se pode depreender é que o propalado prestígio da profissão de professor ou professora no Brasil, pelo menos na época em questão, não passava de um mito. Numa sociedade em mudança, herdeira da recém-proclamada República e ainda atrelada às ideias monárquicas e escravistas que menosprezavam o trabalho manual e valorizavam o intelectual, certamente a profissionalização feminina não podia deixar de ser vista com uma certa desconfiança. Mesmo assim, a possibilidade de profissionalizar-se, via magistério primário, era um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver de caridade alheia.

Como o cuidado com crianças não fugia à maternagem, o magistério representava a continuação de sua missão, nos moldes propostos pelos positivistas e higienistas no século XIX e de acordo com o imaginário social acerca do papel feminino (ALMEIDA, 1998, p.37).

Mas Helena argumentou à tia que gostava de trabalhar e podia fazer qualquer serviço, embora se recusasse a “ensinar menino burro e malcriado e ser escrava de hora”. Tia Madge, contudo, não se convenceu e pediu para que a jovem voltasse a lecionar no dia seguinte.

A menina Helena, sem encontrar o apoio que procurava em tia Madge, pediu ajuda à mãe, relatou o drama ocorrido e, em desespero, preferia “quebrar uma perna para não voltar mais àquela escola e não ficar aguentando meninos piores do que os demônios”.

A mãe, com pena da menina, decidiu fazer uns queimados para que a filha conquistasse as crianças e elas a respeitassem como professora. Helena levou os caramelos para a escola, mas não foi bem sucedida, pois mais uma vez se sentiu lograda pelos estudantes que lhes roubaram os doces.

A normalista então procurou Zinha, que morava pegada à escola, e lhe pediu ajuda. A moça dominou a turma, repreendendo os alunos na utilização de métodos de violência física e de castigos morais. Organizou a sala ameaçando as crianças e então a devolveu para Helena.

A calma durou muito pouco, o que fez Helena prometer o autoflagelo de rezar um terço ajoelhada em cima de bagos de milho se Nossa Senhora lhe ajudasse. Novamente suplica a ajuda de Zinha que já lhe havia confessado ter mentido sobre sua doença a Madge, pois também não aguentaria “esses demônios”.

A mãe de Zinha, penalizada com Helena, incentivou a filha a assumir o lugar de Madge. Helena pediu ao pai para que conversasse com a tia e terminou este extenso relato com a sentença: “E assim acabou minha triste experiência”.

Helena registrou, em 1894 e 1895, o início das aulas na Escola Normal. Demonstrou, na primeira transcrição, a animação com a volta à escola, informou que a lista dos livros foi fornecida, o que denota que não havia a distribuição gratuita deles.

Na segunda transcrição, animou-se com os horários, “melhores do que os do ano passado”, quando ficou reprovada no primeiro ano. Em 1895, o último ano de registro de entradas, a diarista demonstrou ter medo de não conseguir ser aprovada no segundo ano e de ser tachada de burra, mesmo desmerecendo esse título.

Lamentou em seguida ter que dividir os livros com Renato, que disputava o material didático com a irmã, mesmo sem vontade legítima de utilizá-lo. Além dos problemas com o irmão, havia a chácara da avó e os serviços de casa por fazer. Tudo isso competiria diretamente com o tempo disponível a ser dedicado aos estudos.

Helena se lembrou de que o pai lhe dizia que se ela prestasse atenção às aulas, aprenderia, mas, sempre a culpar os outros, nunca assumindo para si a

desorganização do tempo ou o empenho insuficiente, a menina lamentou ter caído na “roda das meninas mais vadias da Escola”, que não lhe deixam se sentar nos bancos da frente na sala de aula nem prestar atenção às lições ministradas pelos professores.

Fatalista, diz ter sido assim desde o primeiro ano e teria de ser da mesma forma até o final e alega não se importar, pois a escola era alegre e ela passava de forma feliz os dias na escola.

Em seguida, lembrou-se das obrigações escolares diárias: as redações e a cópia dos *Ornamentos da memória*. A menina reconheceu ser impossível sair da escola sem saber escrever e ela gostava muito desta prática, confessando esta ser a única tarefa que cumpria à risca devido ao fato de, principalmente, o professor ficar na porta à espera das redações e dos exercícios entregues pelas normalistas.

A diarista encerrou esta entrada elogiando o professor de Português, anteriormente classificado como “mau de verdade”, dizendo que as alunas reconheceram seu esforço em benefício das mesmas, por isso ninguém o afrontou.

A Escola abriu ontem e as aulas vão começar segunda-feira. Recebemos a lista dos livros mas ainda não deram os horários. Todos animados (MORLEY, 2016, p.122).

Hoje deram os horários na Escola. São melhores do que os do ano passado, para as alunas que moram longe, porque dão mais tempo para o almoço (MORLEY, 2016, p.124).

Amanhã vão começar as aulas da Escola Normal. Tenho certeza que vou empacar no segundo ano como aconteceu no primeiro. Eu fico triste de pensarem que sou burra sem ser; mas que hei de fazer? Nem me queixo mais.

[...] Nós na Escola poderemos sair sem saber Geometria, Francês, História e tudo mais; mas sairmos sem saber escrever uma carta, eu duvido. Eu gosto muito de escrever; é a única coisa que cumpro os deveres da escola. [...] Nenhuma tem coragem de afrontar o professor de Português, porque vemos que ele se esforça o mais que pode em nosso benefício (MORLEY, 2016, p.217).

A adoção do uniforme escolar representou um evento revolucionário na vida de Helena sendo a solução para a necessidade materna de lhe arranjar vestidos para ir à escola. A normalista informou a respeito da qualidade do tecido e de sua cor, azul-escuro, sujando pouco e de excelente durabilidade, sendo ela mesma que o lavaria na quarta-feira, passando-o na quinta e ainda desejou saber quem havia tido esta ideia genial.

Vale registrar que, em diversas entradas, Morley se referia às quintas-feiras como sendo o “bom dia da semana”, em que se folgava da escola e podia passear

no campo ou fazer as atividades domésticas. Encontra-se em Marcílio a seguinte informação: “A França é o grande modelo em todo o período em todo o período. Um só exemplo: as férias das quintas-feiras foi um legado da França, dos irmãos lassalistas, instituídas em suas escolas cristãs.” (MARCÍLIO, 2014, p.85).

Contudo, queixava-se, como sempre, de sua falta de sorte, pois tia Madge se encarregou de fazer o uniforme de Helena com a “saia da moda, que é de sino”, mas a roupa saiu com defeito e, além disso, passou por apuros porque as colegas descobriram que as mangas do vestido estavam sem costura:

Por felicidade nossa foi adotado uniforme para nós na Escola. É de uma fazenda forte, azul-escuro, que suja pouco e é mais durável. Mamãe vai descansar da luta de me arranjar vestidos para a Escola, que lhe estava dando um trabalho horrível.

[...] Tia Madge inventou fazer o meu com saia da moda, que é de sino, e eu penso que ela não sabia cortar. Saiu uma coisa horrível! A saia ficou curta na frente e comprida atrás, e para completar minha infelicidade, ela alinhavou só as mangas e eu fui assim para a Escola. [...] Elvira, vendo que a manga estava só alinhavada, puxou de um lado e Jeninha do outro, me deixando de braços de fora. Tive que pregar as mangas com alfinete e ir na carreira à casa de tia Madge. Lá ainda tomei muito pito e ela disse que era caso de eu me afastar de umas amigas tão ruins e sem educação. É demais a minha falta de sorte (MORLEY, 2016, p.124-5).

Gabando-se de ser a única menina da escola a registrar tudo o que se passava com ela reportando a Seu Sebastião, o Professor de Português, retificou em seguida que nem tudo foi reportado ao professor, mas enalteceu o hábito endossado pelo pai, o de escrever no caderno a respeito de seus segredos mais íntimos. Introdução realizada, a diarista revelou o plano que lhe ocorreu para conseguir um uniforme novo.

Helena solicitou à mãe uma nova indumentária, pois o seu uniforme já estaria gasto e remendado no cotovelo, mas Carolina não se incomodava porque, por não sair de casa, não percebia o quanto a filha precisava de outra roupa.

Apegando-se a Nossa Senhora, Helena sentiu-se inspirada por ela ao sustentar um pensamento que lhe ocorreu, o de vender um broche de ouro, prometido à normalista como herança familiar e, com o dinheiro arrecadado, compraria a fazenda para o uniforme e pagaria o seu feitiço.

Na última linha do relato, referiu-se ao broche desdenhando-o, “broche furado sem brilhante no meio”. Esta forma de se expressar indica que, embora garantindo conversar mais uma vez com Nossa Senhora para lhe intuir a respeito da aquisição do uniforme novo, já demonstrava ter se decidido sobre a atitude a ser tomada, executando o plano elaborado pela diarista.

Este conselho que meu pai me deu de deixar de contar às amigas a minha vida e os meus segredos e escrever no caderno é na verdade bom por um lado e ruim por outro. [...] Escrevo tudo neste caderno que é o meu confidente e amigo único. Mau porque me tem tomado tempo que eu não podia perder. [...] Hoje vou contar aqui uma coisa que eu não quero escrever para Seu Sebastião e que só confiarei a este caderno, que me guardará ainda por uns dias o segredo e depois mamãe terá que saber. Estou em vésperas de exame e já disse a mamãe muitíssimas vezes que eu não posso apresentar-me nos exames com o uniforme já tão desbotado e remendado no cotovelo e ela sem se incomodar.

[...] Agora vou parar aqui, ajoelhar e conversar de novo com Nossa Senhora sobre a minha vida. Só ela poderá me ajudar. Amanhã contarei aqui, meu caderno amigo, o que resolver sobre o broche furado sem brilhante no meio (MORLEY, 2016, p.198-200).

Dando sequência à entrada anterior, Helena vendeu o broche pensando se o ato se tratava de furto. Prontamente, entretanto, justificou que não, pois foi Nossa Senhora quem a intuiu, mesmo que ela tenha tomado todos os cuidados para não ser pega em flagrante ao retirar o objeto da gaveta com campainha do pai, aproveitando um momento em que todos estavam na cozinha.

Vendeu-o e contratou uma costureira escolhendo o feitio de modo que fosse versátil para ser usado em um passeio e então elaborou uma justificativa que seria dada à mãe quando o uniforme ficasse pronto, a de que precisaria imediatamente do dinheiro do broche para ter uma roupa nova, pois depois de moça, quando herdasse a joia, já teria sua cadeira de professora ou estaria casada e não precisaria de um “broche furado”.

Realizei afinal o tal projeto de tirar o broche e vender.

Será isto que se chama furto? Penso que não, pois a ideia me foi dada por Nossa Senhora.

[...] Estou radiante com a ideia que tive: vou fazer um vestido de lã azul, de casaco, com um colete branco, que pareça uniforme e sirva também para passeio. Avalio já como vou ficar elegante! Mamãe só saberá da venda do broche quando o vestido chegar. Estou tão feliz que até já sei o que vou lhe dizer. Eu receberei o vestido e mostrando a mamãe lhe direi: “Este é comprado com o dinheiro do broche que meu pai disse que é para mim depois de moça. Depois de moça já terei a minha cadeira de professora ou um marido, e não precisarei de broche furado. Agora é que ele me serviu.” (MORLEY, 2016, p.200-1).

Na sequência deste episódio sobre o uniforme novo, o vestido finalmente ficou pronto e Helena se justificou com a mãe que tentou em vão recuperá-lo.

A diarista não se importou seriamente com a perda porque em seguida voltou para si mesma, para seu contentamento em ter conseguido executar o plano do uniforme e então se lembrou de um ditado do pai.

Chegou hoje o meu vestido. Como eu gostei e fiquei contente!

Tudo aconteceu como eu esperava. Mamãe e meus irmãos quando o viram chegar correram para vê-lo, sem compreenderem.

[...] Bem razão tem meu pai de dizer que: “Nem sempre o infeliz chora”. O remorso que eu poderia ter desapareceu depois que mamãe arranhou os trinta mil-réis para reaver o broche. Já vinha pedindo a mamãe o vestido há um mês. Estou muito contente comigo. Sei que vou arranjar a minha vida melhor. Estou mais esperta (MORLEY, 2016, p.201).

Finalizando a sequência de relatos a respeito do mesmo tema, o vestido novo, Helena se envaideceu com a inveja despertada por ele, conforme já previsto na entrada anterior de que sua vida melhoraria com esta aquisição.

Entretanto, temia ser denunciada ao diretor e ele proibir seu uso. Vangloria-se de sua inteligência, em autoelogio, continuava a atribuir a inspiração à Nossa Senhora, pois lhe intuiu a fazer um vestido que poderia ser usado tanto na escola quanto em um passeio. A menina concluiu que toda esta saga “foi um sucesso!”.

Os apelidos também eram uma forma de assédio e de coerção morais, pois, colocados de acordo com os defeitos físicos e as características de temperamento, geravam constrangimento ao apelidado. Helena julgou o dela bem assentado e o preferia a outros que poderiam ser mais ultrajantes.

Os rapazes da Escola puseram apelido nas alunas do segundo e terceiro ano. Achei todos engraçados e alguns bem cabidos.

[...] Não fico triste de deixarem o meu de “Tempestade”. Podia ser pior, pois há uma porção deles: “Peleco”, “Pau de Sebo”, “Feiura” e muitos outros (MORLEY, 2016, p.234).

Quanto às desavenças ocorridas dentre os normalistas, Helena relatou uma briga que, embora tenha ocorrido na escola, manifestou-se muito antes, nas proximidades de sua casa.

Como todos os professores presenciaram o que houve, a menina se esqueceu da humilhação de ter apanhado e resolveu escrever o fato no diário desde a sua gênese, as provocações e maldades de Lalá Rosa e de seu irmão, Eusébio.

Alertada pela mãe para não revidarem, as crianças Morley obedeceram, pois não havia um homem em casa para defendê-las, pois o pai vivia distante, na lavra, minerando.

Entretanto, provocada pela menina na escola e estando distante da mãe, Carolina, Helena decidiu revidar e muitas colegas se envolveram na briga. Helena teve as bochechas unhas por Lalá Rosa, todas foram parar na Secretaria e a diarista esperou uma repreensão maior do Professor Leivas, o que não aconteceu.

Helena se mostrava satisfeita por ter sido vingada mesmo ficando com o rosto vermelho, enquanto a outra tenha “apanhado deveras”.

Eu passava pela sala do primeiro ano e Lalá disse para eu ouvir: “Eu não descanso enquanto não quebrar a cara dessa asma de gato sardenta”. Continuei meu caminho para o segundo ano e contei às colegas. Elas se assanharam e disseram: “Vamos procurá-la!”. Quando chegamos ao primeiro ano eu lhe disse: “Estou aqui. Bata!”. Ainda a ouvi dizer: “É com essa turma toda que você vem? Covarde!” e agarrou-me as bochechas daquele jeito. As outras caíram nela de murros sem ela me largar, e eu não vi mais nada. Se o diretor não chega na hora, ela me rasgava a cara toda com as unhas. Quem teria tido a ideia de chamar Seu Leivas?

Fomos para a Secretaria e falávamos todas ao mesmo tempo. Mas Seu Leivas não quis saber das provocações de casa; e nos mandou subir com uns poucos conselhos. Confesso que esperava maior repreensão na Secretaria.

Eu fiquei com o rosto vermelho, mas as outras disseram que ela apanhou deveras (MORLEY, 2016, p.251-2).

Além da Escola Normal, destinada à formação de professores de primeiras letras, Diamantina contava com o Colégio de Freiras, instituição que absorvia alunas de outras localidades, como já visto com a prima de Helena, Chininha, que saiu de Montes Claros para estudar com as freiras em Diamantina e todos elogiavam a mudança de seu comportamento, pois a menina tornou-se religiosa e disciplinada.

Nesta entrada repleta de silêncios e de situações mal explicadas, Helena e Luisinha entrariam em breve para o Colégio de Freiras. Luisinha, por não passar de ano, Helena para acompanhar a irmã e as duas para fazerem companhia às primas, filhas de tio Conrado e de tia Aurélia.

A diarista estranhou o motivo dado para que as primas estudassem no Colégio, pois já eram estudiosas e caseiras, e o tio não pretendia formá-las para serem irmãs de caridade.

Embora Helena se sentisse empolgada no primeiro momento, pois gostava de novidades, ao conversar com alguns amigos, mudou de ideia, pois foi aconselhada a não ir para o Colégio porque certamente perderia seu caráter alegre e expansivo.

Com medo de ficar “choca” como Luisinha e as primas, a diarista resolveu não entrar e, sem mostrar seu desejo à mãe e aos tios que lhe acompanhavam, deu meia volta e foi embora, esperando, na rua, sua família retornar.

Os tios ficaram desapontados com a diarista e a mãe lhe repreendeu frouxamente, dizendo que a irmã Luisinha se tornaria estudiosa e santinha, enquanto ela, Helena, sairia perdendo.

Entretanto, a menina, apesar do desapontamento causado à família, decidiu ouvir o conselho da amiga Ester, legitimada no assunto, pois havia estudado no Colégio de Freiras. Decidida, decidiu se matricular no segundo ano da Escola

Normal e dedicar-se efetivamente aos estudos. Sem maiores explicações, a jovem retornou à Escola Normal, mas não esclareceu se o caso realmente se resolveu de forma pacífica, sem retaliações ou por meio de cobranças familiares mais sérias.

Mamãe, vendo que Luisinha não passou de ano, resolveu nos pôr, as duas, no Colégio das Irmãs. Eu fiquei satisfeita pois gosto de toda novidade. Mamãe nos preparou, fez o enxoval e era ontem o dia marcado para nossa entrada. Eu sei que essa invenção foi ideia de tia Aurélia, para ter companheiras para as filhas que iam entrar também. Não sei para que meter aquelas duas tão sossegadas no Colégio. Elas vivem só estudando e não saem nunca de casa.

[...] Resolvi não entrar e não disse nada a mamãe. Fomos todos para o Colégio e eu deixei a minha roupa para ir depois.

[...] Vou seguir o conselho de Ester. Vou matricular-me no segundo ano da Escola e estudar. Não hei de repeti-lo como aconteceu no primeiro (MORLEY, 2016, p.213-4).

Ao visitarem Luisinha no Colégio de Freiras, a família voltou aborrecida ao verem as meninas, tão obedientes, chorando e se lamentando, tendo que ser levadas à força para dentro do Colégio.

Luisinha gritava alto dizendo que Helena tinha feito bem em não entrar para o Colégio de Freiras. A diarista, sentindo-se tocada com a situação, tentou convencer a mãe a tirá-la de lá, devido à vida desconfortável e infeliz que leva.

Hoje fomos ao Colégio visitar Luisinha. Voltamos todos tão aborrecidos que perdemos o prazer o resto da tarde.

[...] Luisinha, sempre foi acomodada e boazinha, gritava alto para as Irmãs ouvirem: “Helena, você é que foi ladina de não querer vir para aqui! Isto aqui é que é o inferno!”.

[...] Estiveram nos contando a vida que levam no Colégio e tive pena delas, coitadinhas. De madrugada, com este frio todo, têm de se levantar, ir para a missa e passar uma hora ajoelhadas no chão duro. Quando voltam da missa tomam uma água de café com cuscuz e vão para o estudo. A comida dizem elas que é insuportável. Banho frio e Irmãs implicantes, impossíveis de aguentar.

Que bom eu não ter entrado! (MORLEY, 2016, p.214-5).

Na progressão das entradas do diário, percebe-se que a Escola Normal possuía algumas conotações apreendidas por meio da experiência da jovem normalista podendo ser considerada, principalmente no primeiro ano do diário, um estorvo, um local onde não deseja estar, no qual se sente desconfortável e quer se livrar o mais rápido possível, especificamente no terceiro dia de aula, pois já ambicionava as férias futuras, embora distantes, a serem desfrutadas na Boa Vista.

A escola também poderia ser um lugar propício para a confusão entre inteligência e aprendizado, bem como sua métrica de avaliação com notas, provas orais e escritas, exames de segunda época e conceitos como “simplesmente”,

“plenamente” e “com distinção”, estabelecendo uma hierarquia entre as áreas de conhecimento e de saberes e a competição entre os estudantes.

Outra acepção é a de que, para ser bem sucedido na vida escolar, bastaria decorar o conteúdo ministrado e assim ser aprovado no processo de avaliação dispensando a compreensão, a capacidade de articular ideias, de abstraí-las e até mesmo de exercitar a criatividade.

Pelo o que se registra, principalmente em relação aos exames finais, tanto orais quanto escritos, a escola não era vista pela protagonista como um espaço de aprendizagem em que se desenvolvia a autonomia, a formação cidadã, tampouco a constituição de uma identidade independente em relação à família e à religiosidade.

Por fim, nas anotações de Helena Morley a escola era vista como espaço de controle, de repreensão e de autoridade sendo representada como um local hostil e desagradável em que o processo de escolarização era atrelado a um local de vigilância, de autoritarismo, de punição e de deformação do caráter, mais propriamente que de formação.

Dotada de um temperamento forte, de capacidade de reflexão e de autonomia do pensamento, Helena Morley, de acordo com a ocasião, com suas oscilações de humor, características da adolescência que atravessava, sendo ora receptiva ora hostil ao negar a abrir mão de sua capacidade singular de crítica, resistia conforme seus recursos ao processo da educação formal desta sociedade. Rebelava-se à formatação dos conteúdos e dos comportamentos preconizados por esta Escola Normal que se apresentava a ela, procurando seus próprios métodos para vencer esta etapa sem sucumbir à normalização de comportamento do final do século XIX.

Este processo de desenvolvimento formativo do indivíduo e de construção social ocorria neste espaço intimista em uma narrativa que não se limitava a seu caráter privado e se ampliava na reflexão sobre a existência histórica.

Assim, o diário *Minha vida de menina* se aproxima à narrativa de formação, próxima ao *bildungsroman*, tipo de romance em que é exposto, de forma pormenorizada, o processo de desenvolvimento físico, moral, psicológico, social ou político de um personagem, geralmente desde a sua infância ou adolescência até um estado de maior maturidade.

No processo de se voltar a si mesma no processo de escrita, observava as mudanças internas e externas com olhar atento, incorporando e avaliando os fatos que a antecederam no mundo social à medida que consolidava uma identidade que

a fazia perceber o outro na sua diversidade, nas desigualdades sociais, na política coronelista, na economia extrativista da província e nas lentas inovações tecnológicas que passavam a integrar o cotidiano provinciano.

Helena fez a interlocução entre mundos culturais divergentes e coexistentes no momento em que a escravidão acabava de ser abolida, mas o trabalho livre ainda não se estabelecera plenamente, nem a velha sociedade patriarcal também se desintegrara completamente.

Assim, sua formação identitária extrapola o diário, subvertendo a sua maneira, a neutralidade e revelando sua visibilidade como jovem mulher para além do sujeito, a sociedade que a cerca e que atua diretamente na sua construção íntima. O amadurecimento da protagonista aconteceu juntamente com o progresso da sociedade diamantinense, que também “adolesce”, sendo possível identificar na cidade mineira como a modernização estava vinculada aos hábitos arcaicos.

Os aspectos educativos fornecidos pelo retrato da sociedade, família, religião e escola permitem o entendimento do presente oitocentista narrado, com a velha sociedade patriarcal em declínio, a decadência exploratória de diamantes, o início de uma organização social de trabalho bem como a crueza de relações sociais que ainda demarcam um caráter desumano e exploratório em relação à mão de obra escrava e subjulgamento de relações a depender da idade, gênero, etnia e classe social a que se pertence.

5 CONCLUSÃO

De acordo com Lejeune (2014), o hábito de manutenção de um diário é, antes de mais nada, uma forma de viver. Isto é, antecedente ao texto, o diário íntimo se constitui em uma prática de vida.

Em narrativa autodiegética, confirmando esta afirmação, Helena Morley vivenciou e relatou suas histórias em prosa livre de artifícios literários e, mantendo vocabulário simples e narrativa fluida, demonstrou, com um raro dom de tornar interessantes mesmo os acontecimentos mais prosaicos, ser detentora da capacidade, que remete, por sua vez, a Walter Benjamin no texto *O narrador*, no sentido de que poucos são aqueles que possuem “a faculdade de intercambiar experiências” (2008, p.198).

Neste mesmo texto, Benjamin separa os narradores em dois grupos, o viajante, que retorna à aldeia com muitas histórias vivenciadas, e aqueles que nunca deixaram sua terra, os sedentários, mas que a conhecem em suas tradições e histórias. O teórico acrescenta que as melhores narrativas são aquelas que, ao serem escritas, assemelham-se às histórias orais.

Desta forma, o trabalho do narrador, bem como o do oleiro na confecção do vaso, é artesanal, pois “O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer. Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira.” (BENJAMIN, 2008, p.221).

Helena, como a epígrafe utilizada nas páginas pré-textuais deste presente estudo, de acordo com a citação de Guimarães Rosa, embora na sua condição atinente de “destinozinho de chão”, enraizada que estava nas terras diamantinenses, não obstante, “abre mil braços”, uma vez que não viajando senão para os arredores da província, foi capaz de absorver histórias, de formular sonhos e de, conforme expressão insistentemente utilizada nas páginas do diário, de “fazer castelos”, habitando novos mundos, ampliando seus horizontes de menina-moça a tecer uma vida futura.

Estes braços simbolicamente se assemelham à imaginação prodigiosa de Morley e a capacidade de reinventar-se criativamente com poucos recursos, tanto

materiais quanto de fornecimento de experiências e de repertório produtivo em uma pequena cidade economicamente estagnada.

Boa ouvinte que era, soube com mestria aproveitar o que ouviu, viu, percebeu, intuiu, apreendeu da família, sobretudo das histórias que lhe foram relatadas pelas mulheres: as negras da chácara, a querida avó, a mãe e tias, da sociedade diamantinense em sua diversidade de tipos e de classes sociais, dos preceitos das religiões católica e protestante, da educação formal e informal, por meio de tantos eventos, causos, ocorrências, desde as aulas de catecismo, às lições de etiqueta e economia doméstica de Tia Madge, aos inúmeros aprendizados advindos da escola de primeiras letras, bem como da Escola Normal Oficial de Diamantina e da sua breve incursão no exercício do magistério.

Nestes significativos exercícios de alteridade, compôs seu imaginário, ampliou seu universo simbólico e seus recursos narrativos, apropriou-se, ao transcrever as vivências, das histórias alheias que também passaram a lhe pertencer, haja vista que as recriou e as ressignificou a seu modo engenhoso e fértil.

Nesta tese, não se pretendeu esgotar as interpretações a respeito de temas e dos episódios narrados em *Minha vida de menina*. Entende-se que uma narrativa, voltando aos fundamentos da Análise de Discurso, contém subjetividades, interpretações diversas e também lacunas, não ditos, interregnos, silenciamentos, entrelinhas que podem ser preenchidas em estudos posteriores, encorajando a permanência deste importante livro no âmbito de pesquisas acadêmicas tanto na área de História e Historiografia da Educação, quanto na de Estudos Literários, dentre outras afins, que certamente expandirão as discussões e aprofundarão investigações a seu respeito.

Não se pode perder de vista que, embora a obra atribuída a Helena Morley/Alice Dayrell tenha sido originalmente escrita sem a intenção de arte, ou seja, sem o objetivo de publicação, ou abarcando artifícios literários previamente aventados, estando a menina diarista Morley convicta, como se evidenciou em alguns momentos, de que apenas o papel seria fiel depositário de suas confidências e que a ele confiaria como a ninguém mais, a ponto de substituir suas amigas, tenha selecionado e recortado sua matéria temática e narrativa de uma realidade mais ampla.

Mostrando o que lhe era aprazível, transubstanciando os fatos, recriando-os, enfatizando alguns pormenores, escolhendo pontos de vista e ordem dos episódios,

há que se considerar o caráter de falta que comporta qualquer narrativa, mesmo que esta tenha tido a intenção, como visto na nota introdutória da obra, escrita pela autora, ser fiel à realidade da época narrada.

Tem-se, levando-se em conta toda a subjetividade ao entorno de um texto, sobretudo os narrativos, a verdade de quem os reporta, a sinceridade que nunca será absoluta, pois se trata do que a escritora, inconscientemente, ou não, intencionou transpor para o registro escrito.

Mais do que contribuir para a ampliação do cânone ou para a disseminação de estudos que envolvam a produção literária feita por mulheres oitocentistas, esquecidas ao longo da história pautada no gênero masculino, da etnia branca e de classe social economicamente privilegiada, de discutir questões que dizem respeito à formação identitária feminina na literatura, desconstruindo visões preconceituosas e equivocadas quanto à qualidade e à importância destas produções ou, ainda de se estudar a educação oitocentista fornecida às mulheres brasileiras, em recorte da realidade de Diamantina, ao final dos oitocentos, existe, indubitavelmente, um longo caminho a ser trilhado.

Apesar das conquistas empreendidas pelas mulheres, aceleradas nos últimos cinquenta anos, e no mais de um século que separa os escritos da diarista Helena Morley dos tempos hodiernos, percebe-se que a arte literária aliada aos estudos de história, em particular, em História e Historiografia da Educação, área a que pertence este estudo, em diálogo com a Literatura, amplia a capacidade crítica de se avaliar problemas ainda enfrentados pelas mulheres no acesso à escolarização e a locais de maior visibilidade e equanimidade nos dias atuais.

Ainda hoje a participação feminina em diversas esferas sociais é, paulatinamente, conquistada e ampliada. Há grupos de incentivo à autoria feminina como o movimento literário de alcance nacional “Leia Mulheres”, no sentido de se ampliar o alcance de obras relegadas, muitas vezes, ao fundo das prateleiras em livrarias, sebos, arquivos e bibliotecas.

Tomando como premissa que “Um povo sem história, é um povo sem identidade”, as rodas de conversa empreendidas pelas negras, pelos pais e tias, situação tão valorizada pela jovem protagonista Helena Morley, e redescoberta na contemporaneidade pela academia, é a revelação de que qualquer indivíduo pode ser um narrador em potencial, pois cada um carrega uma cultura, uma história digna de ser contada, uma sabedoria de vida. Ao narrarem, os indivíduos podem

transformar a realidade, ou de modo mais acanhado, mas nem assim menos precioso, modificar a sua condição e contribuir para a transfiguração da mesma ao seu entorno.

Sendo o diário íntimo, pessoal, confessional, a escrita de si, antes de tudo, espaço para se tomar a palavra, local de não se temer suas opiniões, exercício diário de confiança em si mesmo, orgulho de pertencimento a um grupo, ferramenta de alteridade, instrumento de reflexão, forma de resistência, Helena Morley personificou a adolescente que falava por si mesma, e, posteriormente, aos outros, por sucessivas gerações, em múltiplos idiomas, despertando em si, e no leitor, regiões silenciadas ou condenadas ao esquecimento,

Eco, revelação, reclamação, sabedoria, aprendizagem, consolo, reconciliação com o mundo interior, preenchimento de vazios e de ausências de acolhimento, domesticação do sofrimento pessoal e alheio, convite à reformulação de questões, ampliação de horizontes íntimos, psicológicos, culturais, sociais, transgressões. *Minha vida de menina* representa autêntica e generosa partilha de experiências.

Na sabedoria jovem, mas sábia o suficiente para compreender que o ser humano entende o mundo por palavras, e que a escrita é primordial, no sentido de conferir forma aos lugares, nas suas mais variadas estâncias, geográficas, emocionais, psicológicas, Morley, ao viver por meio das páginas manuscritas de seus cadernos escolares, permitiu lançar-se, presentificar sua voz e abrir caminhos para outras tantas que a sucederam.

Transgressora por não se fazer invisível em uma sociedade patriarcal e misógina, por descentralizar diversas autoridades, o padre, o pai, o irmão, a avó, a mãe, os tios, os professores, em seu comportamento investigativo e permeado de dúvidas, tudo era relativizado, repensado, ponderado, revisto em uma tradição imperativa do patriarcado que, aliada à falta de recursos financeiros e da legitimidade cultural das mulheres, bem como da potencialidade de seus escritos, contexto desencorajador para que se escrevesse tanto memórias quanto ficção.

Entretanto, quem fala? Quem ouve? Helena não era despercebida em nenhum ambiente que frequentava, tampouco na sala de aula. Na assimetria de papéis sociais destinados à mulher em interface ao homem, com atribuições sociais e privilégios bastante distintos, anti-heroica, aluna displicente, contudo estimada pelos professores e colegas e, sendo demasiadamente humana, por vezes

propiciava a inclusão e a aceitação da diversidade. Outras tantas, a diarista promovia e perpetuava situações de preconceito.

Nesta sociedade em transição, em decadência econômica, em que seu gênero ainda era atrelado à dependência masculina, nascendo para ser sustentado e servir ao homem, em posição subalterna e submissa, aprende e reaprende, em seu processo formativo, a rever e a reavaliar a mentalidade corrente do final do oitocentos e o prenúncio da emancipação feminina.

Demonstrando estar à frente de sua época, com capacidade racional e de exercitar o livre pensamento, ora percebia a escola como prisão, local de obediência, reclusão, castigo e resistência, ora como espaço de reinvenção, como prática da liberdade, aproveitando o que ela lhe fornecia de melhor, o convívio com as colegas, os momentos do recreio, a admiração e a amizade com alguns dos professores, a simpatia pessoal, qualidade intrínseca a ela, menina em transformação, a capacidade prodigiosa de memorização, a adaptação e a sabedoria para lidar com seus próprios recursos, para continuar a ser uma pensadora independente e, por vezes, influenciadora dos que lhe circundavam.

Crítica à educação bancária¹¹, muito antes desta expressão ser cunhada, aos professores sem autoatualização, sem conseguirem despertar interesse e verificação do que era ensinado para a vida prática (e ainda ministravam diversas cadeiras de acordo com a necessidade da instituição de ensino), aos rituais de controle, às estratégias de dominação e de exercício covarde e injusto de poder, Helena ansiava ter a escola como lugar de entusiasmo, nunca de tédio, como possibilidade, e insurgência, de futuro e de emancipação, de desafio à ordem vigente.

Pioneira púbere, nesta sociedade em processo de sucessivas permutas e potentes transformações sócio-histórico-culturais, econômicas, ideológicas, delimitada pela sociedade, em suas rígidas convenções comportamentais e de lugares até então estagnados para as mulheres, Morley, ao acreditar na importância de seus registros escritos, projeta-se como referência não só para a literatura escrita por mulheres oitocentistas, como para outras gerações, possibilitando diversos estudos já empreendidos e outros que, potencialmente, ainda despontarão.

¹¹ Para Paulo Freire, patrono da educação brasileira, em *Pedagogia do oprimido* (2016), a expressão “educação bancária” refere-se à situação em que o professor percebe o estudante como um banco, no qual se depositará o conhecimento, de forma a enriquecê-lo. Trata-se de uma crítica à educação tradicional no Brasil em que o “saber” consiste em uma doação dos que se julgam sábios aos que nada sabem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Salete Alves de. *Imagens de um processo formativo: a educação da menina no diário “Minha vida de menina” de Helena Morley*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

ALCOTT, Louisa May. *Mulherzinhas*. Trad. Vera Maria Marques Martins. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Diamantina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião: 10 livros de poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *Diário de uma garota*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ARAÚJO, Bárbara Del Rio. *A revisitação de Minas Gerais em Minha vida de menina*. <https://portalseer.ufba.br/index.php/inventario/search/authors/view?firstName=Bárbara&middleName=del%20Rio&lastName=Araújo&affiliation=UFMG%2FCEFET-MG>

BARCELLOS, Sérgio da Silva. *Escritas do eu, refúgio do outro: identidade e alteridade na escrita diarística*. 2009. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *A escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República*. In: CAMPOS; Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia

Gaspar da. (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Trad. Maria Helena Kühner. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRANT, Vera. *Alice e Helena Morley*. Brasília: Kiron, 2013.

BURNETT, Frances Hodgson. *O jardim secreto*. São Paulo: Martin Claret, 2017.

CAMPOS, Maria Christina de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.

DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS; Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

EULÁLIO, Alexandre. *Livro que nasceu clássico*. In: MORLEY, Helena, *Minha vida de menina*, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Pesquisa, memória e documentação*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Editores Associados, 2000.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volumes I e II. 5. ed. São Paulo: Globo, 2013.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata: a vida de uma menina na guerra*. Trad. Antonio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Trad. Alves Calado. 43. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

FREITAS, Maria Teresa de Freitas. *A história na literatura: princípios de abordagem*. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i117p171-176>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Ana Maria G. B., CUNHA, Maria Amália de Almeida. “*Minha vida de menina*”: registros acerca das relações de classe, etnia e gênero no interior do Brasil, no final do século XIX.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7055.pdf>

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Elisabeth Moreira. *A disciplina “Língua Portuguesa” no currículo da Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 1880 a 1889: legislação, política e história*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.

MEYER, Marlyse. *Uma tradução e suas circunstâncias*.
<https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/23591>
 Último acesso em: 30/05/2018

MONTGOMERY, Lucy Maud. *Anne de Green Gables*. Trad. Anna Maria Dalle Luche. São Paulo: Martin Claret, 2019.

MORAES, Lygia Quartim de. *Prefácio*. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2020.

ORSOLIN, Silvana Capelari. *Um olhar pelo buraco da fechadura: as personagens femininas oitocentistas no diário Minha vida de menina*, de Helena Morley. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

PEDROSO, Bráulio. *Uma volta agradável ao mundo infantil*. In: BRANT, Vera. *Alice e Helena Morley*. Brasília: Kiron, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERROT, Michelle. *Minha história de mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

PORTER, Eleanor H. *Pollyanna*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. *Pollyanna moça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

REIS, Daiane. *Helena Morley: personagem plural*. 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio. (Orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCOTT, Ana Silvia. *Honra e distinção das famílias*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVESTRE, Penha Lucilda de Souza. *Diário de uma vida de menina: cinema e literatura no Brasil (representações da personagem feminina)*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011.

SILVESTRE, Penha Lucilda de Souza. *Lembranças e memórias: uma leitura do diário de Minha vida de menina, de Helena Morley*
http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_It07_artigo_4.pdf

SPYRI, Johanna. *Heidi I: a menina dos Alpes (tempo de viajar e aprender)*. São Paulo: Autêntica, 2017.

_____. *Heidi II: a menina dos Alpes (tempo de usar o que aprendeu)*. São Paulo: Autêntica, 2017.

VERNE, Jules. *A volta ao mundo em 80 dias*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

VERNE, Jules. *Viagem ao centro da Terra*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013. (Coleção a obra-prima de cada autor; 49).

WOOLF, *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

_____. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Trad. Ivania Pocinho Motta. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Texto de prefácio “Livro que nasceu clássico” do crítico literário Alexandre Eulálio presente na obra *Minha vida de menina* (2016), de Helena Morley, p.7-11.

LIVRO QUE NASCEU CLÁSSICO

Alexandre Eulálio

Minha vida de menina ocupa uma posição especial entre os livros escritos no Brasil. Diário de uma adolescente, composto sem intenção de arte, em fenômeno por todos os títulos curioso, amanheceu clássico, vindo a conquistar imediatamente, sem alarde, um lugar de destaque em nossas estantes.

A meio caminho do documento e da ficção, caderno de anotações escrito à margem da literatura, num calmo dia a dia que a adolescência e a província iluminam de modo peculiar, essa história natural de uma menina do interior impôs-se pelas suas claras qualidades. A sensação de frescor que nos comunica cada página do livro, a franqueza imperturbável dos catorze anos de Helena Morley, cujo inconformismo sem rótulo resulta do mais autêntico humorismo – displicente, impiedoso, sem cerimônia-, colocam estas memórias nos antípodas do tom acadêmico e do beletrismo e vêm-nas antes aparentar com a literatura picaresca.

Mas não nos apressemos. Se, na verdade, província e meninice são aqui apresentadas sem idealização, e é sublinhado, com muita nitidez, o seu lado anti-heroico, é bom lembrar que os olhos de Helena Morley (que são os olhos da mocidade) resgatam com insuperável afeto a mediocridade cheia de sol da aldeia – natural consequência de estarem nesse momento descobrindo a vida em torno de si. O esforço contínuo de compreender com a ternura o mundo à sua volta faz realizar-se não sem algum paradoxo, uma espécie de reconquista lírica do cotidiano, que transforma o livro numa teia bucólica entre risonha e comovida. No dizer de Bernanos, um dos seus melhores leitores, ele nos faz ver e amar tudo aquilo que Morley viu e amou, precisamente por ser soprado pelo puro gênio da adolescência, o mais próximo da “misteriosa e encantada fonte da vida e da arte”. A apreensão do mundo fechado da juventude efetua-se aí com uma veemência a que não se pode

furtar o leite, tendo como sinal da sua autenticidade a profunda simpatia que logo se estabelece entre este e a autora da obra.

Livro para ser lido sem pressa, produto de horas de lazer, feito para se pegar e deixar sem mais aquela, no mesmo à vontade em que foi composto, é impressionante a fluência da narradora. Com a calma de sempre ela nos tenta explicar o seu dom, que para si nada mais é do que a transcrição literal da prosa falada que ouve: “Vovó é muito inteligente mas mal aprendeu a ler e a escrever e por isso fica pensando que é uma coisa do outro mundo contar as coisas com a pena. Engraçado é que ela não se admira de eu contar com a boca. É que ela pensa que escrever é mais custoso”. É mesmo raro o sabor desta prosa coloquial, cheia de chiste e tão próxima, em pitoresco, desatavio e naturalidade, da sua fonte popular. A enorme significação desse texto a que o domínio íntimo e sem recalque da língua dá uma substância – uma forma – especial ainda há de fornecer matéria para um dos mais interessantes estudos de afetividade estilística do português do Brasil¹².

Embora alcance o largo sentido universal que lhe conquista cada vez maior público e já fez lembrar, a seu respeito, Chaucer e Tchecov, Anne Frank e Madame Ségur, algum poema de Wordsworth, trechos de *Tom Sawyer* e do *Cuore de Amicis* – *Minha vida de menina* tem por cenário um meio definido e culturalmente muito determinado. A cidadezinha do Brasil em que viveu a Helena do livro, com a mesma vida pacata de qualquer pequena cidade do mundo, possuía, no entanto, características deveras marcadas. Em terra de mineração, entre urbana e rural, a Diamantina do fim do século começava a atravessar um período de decadência econômica bastante grave. Se isso não lhe impossibilitava participar da euforia da *belle époque*, da mesma forma que havia contribuído, com algumas figuras de segunda grandeza, para a poesia, a prosa e a política do Romantismo, longe estava de fazê-la reviver o fausto absurdo daquele Arraial do Tijuco que tanto enriquecera a Metrópole no século XVIII.

A mais de mil metros de altura, nas serras da Capitania das Minas, léguas para o interior. Helena Morley aprendia no colégio que o Distrito Diamantino constituíra um caso sem precedentes dentro da América Portuguesa. O diamante,

¹² Imaginemos, entretanto, que o livro se tratasse de uma impostura literária, e tivesse sido escrito, digamos, pela autora adulta – hipótese que qualquer leitor tem o direito de fazer, pago o preço de capa. Neste caso – dizia em conversa um grande escritor brasileiro, Guimarães Rosa – estaríamos diante de um “caso” ainda mais extraordinário, pois, que soubesse, não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tal literal *reconstrução* da infância.

encontrado em quantidades fabulosas por todo o Serro do Frio, a despeito da severa fiscalização da Coroa, pudera facultar, naquele surto incrível de riquezas, as fantasias setecentistas dos Contratadores das pedras preciosas. Dois deles celebrizaram-se em extravagâncias que vieram a preocupar o próprio Pombal: Felisberto Caldeira, acusado de sonhos de inconfidência em meio ao seu pequeno arremedo de corte afrancesada; João Fernandes, sob o fascínio da amante fusca que não conhecia o mar e os navios, fazendo construir, bem ali na Palha, um lago para a Chica da Silva navegar no seu brigue dourado... Para a “inglesinha”, a ouvir tudo aquilo com olhos muito abertos, esse lado maravilhoso da tradição devia interessar bem mais do que as modestas histórias do mestre de capela mulato do Carmo, aquele Américo Lobo de Mesquita de que já então se perdera a memória do nome e a lembrança de missas e te-déuns, mas representava a melhor afirmativa de que não fora de todo efêmera e doida riqueza do Tijuco no 1700.

Herdeira de tudo isso, a Diamantina de 1890 sonhava com o caminho de ferro que ainda não lhe subira a serra, e se pensava viria revolucionar-lhe o futuro. Ainda viva, a recordação romanesca do Arraial velho parecia então pertencer a uma remota idade do ouro, muito e muito distante. A descoberta do diamante na África do Sul e cem anos de uma exploração primária, contínua e caótica haviam esgotado as jazidas nativas e afetado seriamente os recursos da cidade, quase toda ela dirigida para as lavras.

Nesse grupo, que atravessava um momento difícil de transição política, econômica e social, transcorrem os verdes anos de Morley, agudamente sensível ao quadro humano circunstante. A sua próxima ascendência inglesa torná-la-ia mais vibrátil ainda ao meio que apreciava e (se assim se pode dizer) conhecia em profundidade pelo costado materno, de cepa portuguesa e antigo na região. Voltada para o encanto da vida livre do pequeno núcleo aberto para o campo, a jovem Helena, familiar a todas as classes sociais daquele âmbito, estava colocada num invejável ponto de observação. Assim o seu depoimento transcende o plano apenas biográfico ou geográfico para valorizar-se de um ponto de vista tanto psicológico quanto social.

Sem querer forçar um conflito que, a bem dizer, apenas se esboça, podemos atribuir parte desta grande versatilidade psicológica da protagonista aos ecos de uma formação britânica, protestante, liberal, ressoando num ambiente de corte ibérico e católico, mal saído do regime de trabalho escravo. Colorindo a apaixonada

esfera de independência da juventude, reveste-se de acentuado sabor sociológico este caso da menina ruiva que, embora inteiramente identificada com o meio de gente morena que é o seu, o único que conhece e ama, não vacila em o criticar com precisão e finura notáveis, se essa lucidez não traduzisse a coexistência íntima de dois mundos culturais divergentes, que se contemplam e se julgam no interior de um *eu* tornado harmonioso pelo equilíbrio mesmo das suas contradições.

Penetrante nos juízos, exata e espirituosa nas análises, o isolamento dessa rapariga que ainda não descobriu a solidão satisfaz-se, na ausência de melhor interlocutora, em conversa consigo mesma. O círculo em que vive é limitado; dentro dessa fronteira dispõe a sua rara liberdade. Os pais, os irmãos, a avó (talvez a única a perceber e a amar a riqueza interior da neta insofrida), as tias da chácara, os primos do centro da cidade, as colegas da escola normal, o Palácio de Senhor Bispo, a Igreja do Rosário, a Palha e a Boa Vista, além da curiosíssima fauna humana da cidade – ex-ecravos, vizinhos pobres, tipos de rua, soldados, mendigos, lavadeiras e lenheiras, garimpeiros e tropeiros – povoam os dias simples de menina sem posses, moradora da periferia da cidadezinha. E se nela é muito consciente um nítido sentimento da casta, isto não lhe impede a franca e leal camaradagem que a mesma vida sem facilidades impõe a todos.

Assim, sob o signo da província, e da infância que já adolece, *Minha vida de menina* vale também, de um ponto de vista particular, como a evocação do pequeno mundo antigo, no momento em que a velha sociedade patriarcal ainda não se desintegrou e parece manter intactas todas as suas coordenadas. Essa saudosa dimensão do tempo perdido, de uma ordem de valores coerente, não obstante equívoca, que se expressava de maneira acorde, novamente reconstrói, fora da corrente do irrecuperável, o avoengo sentimento de solidez:

Tudo lá parecia impregnado de eternidade¹³

Que não existindo no “mundo quebrado” da madureza, acentua ainda mais a ideia de perecimento de todas as coisas. E, sem pieguice, atinge-se de manso o clima encantatório do *temps ja-dis*, quando se volta a invocar sítios, trastes, amigos e brinquedos da puerícia.

Colocados diante do vasto país da própria meninice por este relato sem afetação, não há como deixarmos de *simpatizar* com Morley. A mocinha que, junto à

¹³ Manuel Bandeira, “Evocação do Recife”

vela acesa no castiçal de cobre, enchia a pouco e pouco as folhas quadriculadas do caderno comprado no Mota, ao mesmo tempo que preservava o seu universo individual, resumia um pouco de todas as infâncias. Seu diário é o modesto e admirável resultado desse trabalho realizado com desfastio. E assim deve ser encarado: uma espécie de amplo painel primitivo que minuciosamente reproduzia o límpido território humano da menina Helena Morley.

Diamantina, novembro de 1959.

ANEXO B – Texto de “Nota à Primeira Edição” presente na obra *Minha vida de menina* (2006), de Helena Morley, redigida pela autora, p.13-14.

NOTA À 1ª EDIÇÃO

Em pequena meu pai me fez tomar o hábito de escrever o que sucedia comigo. Na escola normal o Professor de Português exigia das alunas uma composição quase diária, que chamávamos “redação” que podia ser, à nossa escolha, uma descrição, ou carta ou narração do que se dava com cada uma. Eu achava mais fácil escrever o que se passava em torno de mim e entre a nossa família, muito numerosa. Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas, andaram anos e anos guardados, esquecidos. Ultimamente pus-me a revê-los e ordená-los para os meus, principalmente para minhas netas. Nasceu daí a ideia, com que me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época.

Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior, no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. E como a vida era boa naquele tempo! Quanto desabafo, quantas queixas, quantos casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas, coisas de que não poderia mais me lembrar, depois de tantos anos, encontrei agora nos meus cadernos antigos!

Relendo esses escritos, esquecidos por tanto tempo, vieram-me lágrimas de saudades de meus bons pais, minha boa avó e minha admirável tia Madge, a mulher

mais extraordinária que já conheci até hoje e que mais influência exerceu sobre mim, pelos seus conselhos e pelo seu exemplo.

Nesses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes, poucos, por motivos fáceis de compreender.

Agora uma palavra às minhas netas. – Vocês que já nasceram na abundância e ficaram tão comovidas quando leram alguns episódios de minha infância, na precisam ter pena das meninas pobres, pelo fato de serem pobres. Nós éramos todos felizes! A felicidade não consiste em bens materiais mas na harmonia do lar, na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições – coisas que a fortuna não traz, e muitas vezes leva.

Rio, setembro de 1942.

HELENA MORLEY

ANEXO C – Texto presente na obra *Alice e Helena Morley* (2013) de Vera Brant, p.49-50.

MINHA VIDA DE MENINA

Em 1941 a família Brant morava num apartamento, enquanto a sua casa estava sendo construída na Lagoa Rodrigo de Freitas, perto do Corte Cantagalo onde existe, hoje, o Edifício Helena Morley.

Alice detestava morar em apartamento.

Certa tarde de sábado, para distrair os filhos, pegou dentre os seus guardados o diário que havia escrito quando menina e resolveu ler para eles e para o marido.

Todos escutavam encantados.

Ao final da leitura o marido Augusto Mário, sugeriu:

- Por que não publicamos esse diário? Muita gente iria ter a oportunidade que estamos tendo de ouvir histórias tão interessantes de uma menina inteligente numa cidadezinha mineira, no final do século passado.

Alice não achou muita graça na ideia. Ignez, sua filha, adorou.

Depois de muita discussão, Alice concordou em transformar tudo aquilo num livro, desde que fosse com pseudônimo, do contrário Diamantina inteira iria brigar com ela.

Pensaram vários nomes. Alice preferiu Helena porque achava um nome muito bonito. E o sobrenome Morley, de sua avó materna.

Assim nasceu Helena Morley.

O diário de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, tem a data inicial de 5 de janeiro de 1893.

O livro foi lançado pela Livraria José Olympio em 1942.

Foi o maior sucesso. O Brasil inteiro comentava e as edições se esgotavam, uma após a outra.

No Jornal “Folha Carioca” de 29 de abril de 1944, Raquel de Queiroz escreveu uma bonita crônica e dela retiramos o seguinte trecho:

Se dona Helena Morley fosse mais pretensiosa poderia dar ao seu livro um título mais ou menos assim: “Retrato de uma cidade brasileira nos fins do século XIX” – ou “Memórias do último período do patriarcalismo escravocrata” (esse eu calquei numa frase de Gilberto Freyre) ou qualquer coisa idêntica de sabor sociológico e erudito. Porque esse diário de uma menina representa na verdade um apanhado maravilhoso dos costumes, das tradições, é um retrato a bico de pena da cidade de Diamantina nos fins do século passado, com seus tipos populares, suas festas, seu pitoresco, seu primitivismo de localidade onde não chegou ainda uma ponta de trilho, e está a meio século de distância da primeira asa de avião.

ANEXO D - Carta de Guimarães Rosa reproduzida na obra Alice e Helena Morley (2013), de Vera Brant, p.52.

Rio, 15 de julho de 1958.

À ilustre conterrânea e admirável escritora D. Alice Brant,

Muito e vivamente agradeço o gentil oferecimento do “Minha Vida de Menina” – que já lera e relera, em outra ocasião, com encantamento e amor, considerando-o como um dos maiores livros brasileiros, dos mais importantes.

E em grata e cordial homenagem beija-lhes as mãos o

Guimarães Rosa

ANEXO E - Apreciação crítica de Rachel de Queiroz reproduzida por Vera Brant em Alice e Helena Morley (2013), p.50

“... E, vinda de Minas Gerais, também surgiu a extraordinária Helena Morley, com o seu “Minha Vida de Menina”. Esse é um caso único na literatura brasileira, e o seu comentário exige artigo à parte”.

“Senhores do artifício e da invenção, romancistas do retorcido e do complicado... vinde aprender uma lição de clareza e de simplicidade. Porque este diário de uma menina representa, na verdade, um apanhado maravilhoso dos costumes, das tradições, é um retrato a bico de pena da cidade de Diamantina nos fins do século passado... Poucas vezes, em minha vida, tenho percorrido uma obra impressa com tão integral emoção”.

Rachel de Queiroz

ANEXO F - Reprodução da crônica de Rubem Braga publicada no jornal Diário de notícias, 1958, por Vera Brant (2013), p.51

Em 1958, NO “Diário de Notícias”, Rubem Braga escreveu esta crônica

“Não me espanto desse livro estar em quarta edição; se o brasileiro tivesse algum hábito de ler ele devia estar na décima. É difícil imaginar um livro mais macio, mais simples, mais engraçado e comovente, um livro que seja assim capaz de agradar a qualquer pessoa, seja qual for seu gosto em leituras. Se você quiser dar um livro de presente, dê esse, porque dá sempre certo: estou falando de “Minha Vida de Menina” de Helena Morley. É o diário verdadeiro de uma menina de Diamantina, no fim do século passado. A autora da obra, que na verdade é a senhora Alice Brant, ordenou os cadernos em que fazia suas composições, na infância, para mostrá-los às suas netas, e daí veio a ideia do livro.

Já está ele traduzido para o inglês pela excelente poetisa norte-americana Elizabeth Bishop, que vive no Brasil; acho que a Divisão Cultural do Itamaraty devia se interessar pela sua tradução em outras línguas, pois é um comovente retrato da vida brasileira em certa época e em certa região.

É um livro, como se costuma dizer, sem literatura; chegará a ser arte o que não é elaborado, o que não sofre nenhuma transposição? Mas aí é que está o milagre da coisa. Muitas outras meninas viviam em Diamantina no fim do século, e o professor de português da escola normal obrigava as alunas a fazerem uma composição quase todo dia. A realidade era mais ou menos a mesma para todas. A sensibilidade especial dessa menina, aliada a um jeito natural para escrever, é que permitiu esse milagre de nos trazer até hoje, e para sempre, viva, essa Diamantina de mais de 60 anos atrás. E isso não é arte? E qualquer escritor pode aprender muito aqui e muito tem a invejar, principalmente esse casamento perfeito da linguagem com o assunto. O português não é sempre correto, do ponto de vista gramatical; é corretíssimo, é magistral como expressão do tempo e do meio, e merece todo um estudo de filosofia.

Como eu gostaria de ver esse livro ilustrado! Teria de ser um desenho bem simples, sem nenhuma pretensão, talvez Percy Lau ou Noêmia, em todo caso o desenhista teria de ser documentado sobre Diamantina e assessorado pela autora sobre as modas do tempo e o jeito das pessoas. Faça isso para a quinta edição, José Olímpio, e mesmo que encareça o livro não tem importância, ele merece e vale.”

Rubem Braga

ANEXO G – Reprodução da entrevista de Alice Dayrell ao Jornal “O Globo”, em 07 de julho de 1960, por Vera Brant, 2013, p.76.

“MINHA VIDA DE MENINA” CORRE O MUNDO EM CINCO IDIOMAS

Há TRÊS anos O GLOBO fez uma entrevista com Helena Morley. Naquela ocasião, seu livro, “Minha Vida de Menina”, havia acabado de ser traduzido para o inglês e editado nos Estados Unidos, conseguindo grande sucesso. Helena Morley, ou, melhor, Sra. Alice Brant, nome real da autora, tinha, então, setenta e sete anos, e ficava surpresa quando lhe informavam do êxito de sua obra no exterior. Não conseguia entender o porquê do interesse que despertara suas confidências infantis. Hoje, com oitenta anos, Helena Morley está novamente nas páginas do jornal, porque “Minha Vida de Menina” continuou sua carreira de sucesso e atualmente sua autora acaba de assinar contrato para a tradução do livro para o japonês e italiano. Helena Morley é notícia novamente.

Convênio de Família.

Helena Morley nasceu numa noite de 1930. A família Brant estava toda reunida, como faziam habitualmente. Como de costume, divertiam-se lendo os cadernos em que mamãe Alice, nos seus tempos de criança, descrevia os acontecimentos familiares, suas alegrias e decepções. Os cadernos de Alice Brant eram um retrato vivo da vida simples na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Foi então que alguém deu a ideia:

- Por que não publicamos estas histórias?

Alice não gostou da sugestão, reclamou e só depois de muito tempo, concordou em reunir seus escritos e publicá-los, mas com pseudônimo? E foi ainda num convênio com a família que ele foi escolhido. O primeiro nome seria Helena,

porque “era bonito e fácil de guardar”. O segundo poderia ser Morley, sobrenome da avó paterna de Alice Brant. E assim surgiu Helena Morley, a autora de “Minha Vida de Menina”.

Isso tudo, porém, muitos talvez já saibam. Mas, a primeira coisa que a repórter queria saber era: Teria Alice Brant mudado, em alguma coisa, nos últimos tempos?

“Gente Boba”...

Alice Brant em nada havia mudado. Continua uma senhora risonha, ativa e muito dinâmica para seus oitenta anos. Assim como há três anos, ela continua admirando o marido, que considera “um dos melhores jornalistas do Brasil” e que foi o “censor” do seu livro. E continua não entendendo porque seu livro é admirado. Para ela, o que devia ser publicado são as crônicas que sua filha Sarita escreve.

- Aquilo que é escrever bonito - ,diz ela.

Mas os Brant acham que basta uma escritora na família. E que beleza de livro escreveu D. Alice! É um livro puro, simples, que contrasta de maneira violenta com a literatura moderna. Tudo nele é poesia e encantamento pela vida. E diz D. Alice:

- Quem disse que há literatura no meu livro? Você acha que pode haver literatura em coisas que a gente escreve apenas para não esquecer? Porque o meu livro é assim. Não foi escrito para ser publicado. Sabe o que eu penso dessa gente que admira o meu trabalho? Que são muito bondosos, ou muito bobos. Onde já se viu...

“Eu Também Acho”...

E D. Alice balança a cabeça sem entender que o sucesso do seu livro reside exatamente no fato dele ter sido escrito sem preocupações literárias, por uma garota que não pensava em ser escritora. D. Alice, certamente, nunca vai entender como seu livro conheceu a glória. E ainda se lembra do medo com que, nos primeiros tempos, lia as crônicas dos jornais esperando que os críticos literários atacassem seus escritos. Mas o livro nunca foi atacado. Comove pela candidez, pela autenticidade.

Poderia ser publicado um segundo volume de “Minha Vida de Menina”; para isso existem inúmeros cadernos de memórias. Mas Alice Brant não quer. Teme que um segundo volume tire o efeito do primeiro, coisa em que não acreditamos. Ela,

porém, diz seguir o conselho de K. Hutchens, escritor americano que depois de ler a versão americana de “Minha Vida de Menina” exclamou entusiasmado:

- Helena Morley não precisa escrever mais nada.
- Eu também acho, - concorda Alice Brant, sorrindo.

ANEXO H – Crítica literária da obra Minha vida de menina, por Bráulio Pedroso, publicada em 23 de junho de 1961 na seção “Suplemento feminino” do Jornal O Estado de São Paulo, reproduzida por Vera Brant em Alice e Helena Morley (2013), p.78-80

Uma volta agradável ao mundo infantil

Apreciação crítica – Publicado pela primeira vez em 1942, atinge agora este livro a sexta edição numa tiragem contínua que revela seus pontos permanentes de interesse. No prefácio da primeira edição, a autora temerosa duvidava que suas recordações sobre a vida de uma cidade do interior no fim do século passado, sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, pudessem interessar o leitor de hoje. Com simplicidade conta como resolveu escrever o livro ao reler suas anotações de menina. “Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas, andaram anos e anos guardados, esquecidos. Ultimamente, pus-me a revê-los e ordená-los para os meus, principalmente para minhas netas. Nasceu daí a ideia, com que me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levamos naquela época”.

Se ficasse o livro nesta intenção certamente seria limitado o seu interesse. Na verdade o que há nesta obra, além de qualquer comparação de época e costumes, é uma deliciosa evocação do mundo infantil. As impressões da menina provinciana de Diamantina ressurgem por vezes as relações de uma sociedade menos complexa, de um Brasil atrasado, sem as formas organizadas de produção, onde permanecia – principalmente na região evocada – um simpático aventureiro a jogar com as dádivas da terra. Mas apesar dessas diferenças – que uma atualidade industrializada exagera – não houve modificações essenciais nos conflitos humanos. Ao se rememorar os tempos passados com os melhores, há apenas um saudosismo que sempre existiu nas gerações mais velhas.

Não é pela simplicidade dos hábitos de Diamantina dos fins do século passado – como promete a autora – que a leitura de “Minha Vida de Menina” nos seduz. O encantamento está no retorno que empreendemos aos nossos valores infantis, à nossa efabulação descompromissada, no reviver os julgamentos que precederam nosso encontro com a realidade adulta.

E isto consegue a autora não apenas pelas riquezas dos fatos e acontecimentos lembrados mas também pela linguagem que atua com forte poder de evocação. Na obra de alguns memorialistas, captamos momentos de infância, revivemos em nossa memória um mundo esquecido. Mas no geral, essa memorização expressa-se pela linguagem do homem adulto, pela forma literária apurada, rebuscada. É o caso de “Infância” de Graciliano Ramos, onde a sua natural procura de simplicidade não esconde os artifícios do escritor.

No caso de Helena Morley, talvez por não ser uma obra de simples memorização, pois que a autora reelaborou sobre cadernos de seu tempo de menina, encontramos nas próprias palavras e expressões todo o frescor da infância. O estilo não se dissocia, não traz a interferência do mundo adulto. Observe-se, por exemplo, esta consideração: “Meu pai e mamãe ontem ficaram contentes comigo e meu pai até disse: ‘Agora é que vejo que essa menina tem discrição quando é preciso’. Mas só Deus sabe quanto me custou guardar aquilo. Até me deu dor de barriga”. Ou então esta outra: “Tenho visto muita coisa na vida, mas padre mexeriqueiro foi hoje a primeira vez”. Sobre seu pai, que vivia afastado metido na mineração de diamantes, escreve: “A vida de meu pai de pequeno, da família dele e dos ingleses que vinham visitar vovô, eu já estou enjoadíssima de ouvir. Se não fosse isso eu gostaria mais da vinda dele no fim de semana”.

[...] Os raciocínios, as dúvidas, as verificações da infância estão aí e numa forma literária que os expressa com toda espontaneidade de sua eclosão. Por esta simplicidade de grande poder evocativo, é “Minha Vida de Menina” sem dúvida um dos livros mais saborosos de memórias de nossa literatura.

ANEXO I – Crônica de Carlos Drummond de Andrade em homenagem a Alice Dayrell, em 30 de agosto de 1980, reproduzida por Vera Brant, em *Alice e Helena Morley* (2013), p.86-89.

HELENA E ALICE NUM CENTENÁRIO

Missa no Mosteiro de São Bento, pelo centenário de nascimento de Alice Dayrell Caldeira Brant. Entre parênteses, no convite pelo jornal: Helena Morley. Está dito tudo. Há cem anos nascia a autora de *Minha Vida de Menina*, livro sem par na literatura brasileira.

Dispomos de outros registros da vida infantil, assinados por pessoas que, chegando à idade madura, se voltaram com nostalgia para que o poeta chamava de “aurora da minha vida”. Nenhum desses testemunhos, entretanto, oferece a singularidade que torna o livro de Helena Morley incomparável: ele não recompõe o passado, com maior ou menor fidelidade; vive-o, respira-o, insere-se nele. Porque se resume na seleção de notas de uma garota do interior, a quem o professor recomendava que fizesse redações. Então a garota foi registrando em cadernos o dia-a-dia familiar. Muitos anos mais tarde, por iniciativa do marido e de uma filha, esses apontamentos foram publicados em livro – e com isso ganhamos um texto que conquistou para o Brasil o interesse e a simpatia de inúmeros leitores estrangeiros, à frente dos quais um Georges Bernanos e uma Elizabeth Bishop.

A espontaneidade da expressão é o primeiro trunfo de Helena para conquistar leitores com que ela nunca sonhou. Helena é simples, direta, alheia a literatura, e só conta o que viu e sentiu.

[...] O livro todo é nessa toada, e precisamente porque não pretende senão o exercício de escrever, numa espécie de diário doméstico, atinge fundo na descrição do ambiente da família brasileira modesta em zona de mineração. Tudo está refletido aí: a pobreza, o sonho de libertação das necessidades, o convívio social, a despreocupação, a alegria, a tristeza do viver, sobretudo a alegria, pois a infância de Helena “tem o gênio de rir de tudo”. Confissão: “Eu sou impaciente, rebelde, respondona, passeadeira, incapaz de obedecer e tudo o que quiserem que eu seja”. Mas é, principalmente, dona de um espírito vivaz, bem-humorado, que capta o aspecto grotesco das cenas e das coisas e se diverte em passar em revista o minimundo de Diamantina. Seu Broa, Siá Ritinha, Iaiá, Madrinha Quequeta, o professor Catãozinho, Tia Madge, o ladrão misterioso que virou cupim, Chichi Bombom... as figuras são reais, as lendas são imaginação mística do povo. Só que Helena, cabecinha crítica, não vai nessa história de ladrão que depois de furtar, vira cupim. Por que não prendem o cupim? – indaga. Pergunta que ainda hoje se pode fazer, sem resposta: por que não prendem o cupim? – indaga. Pergunta que ainda

hoje se pode fazer, sem resposta: por que não descobrem, por que não prendem os que praticam atentados terroristas, em tantos lugares diferentes do Brasil?

Quase que eu ia fugindo ao meu assunto, que é o centenário de Helena. Uma data de família que assumiu aspecto de data literária nacional, pois repito, *Minha Vida de Menina* (que José Olympio teve o faro de identificar e lançar em 1942, hoje em 15 a. edição, e traduzido para o inglês, francês e italiano, além de publicado igualmente em Portugal) é livro único na galeria de memorialistas nacionais.

Menina de eterno viço, lembro-me de sua autora na última quadra de sua existência: era a criatura encantadora de sempre, com uma verve, uma irreverência intelectual que se manifestava a todo momento. Relembrei o que ela me contou certa ocasião:

Santo Antônio é o santo de minha antipatia.

Por que, Dona Alice?

Eu era garota e apareceu lá em casa um garimpeiro que preveniu mamãe: “Vim aqui para salvar seu marido de fazer sociedade com Seu Antonico. As terras em que ele vai trabalhar não têm um tico de diamante. “Mamãe respondeu: “Foi Santo Antônio que mandou você aqui. Acabei de rezar uma novena a ele”. Papai não fez sociedade, e os diamantes estrelaram na bateia. Ficamos os únicos pobres da família. Viu o que Santo Antônio fez com a gente?

Alice Brant e seu pseudônimo Helena Morley formaram uma só pessoa rara, pela sensibilidade e pelo talento.